

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CONCEIÇÃO CRISTINA PEREIRA DA SILVA

A PRÁTICA EDUCATIVA DA EXTENSÃO RURAL NO CAMPO DA REFORMA AGRÁRIA: APROXIMAÇÕES COM A EDUCAÇÃO POPULAR

JOÃO PESSOA/PB
2017

CONCEIÇÃO CRISTINA PEREIRA DA SILVA

A PRÁTICA EDUCATIVA DA EXTENSÃO RURAL NO CAMPO DA REFORMA AGRÁRIA: APROXIMAÇÕES COM A EDUCAÇÃO POPULAR

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Àrea de concentração: Educação Popular.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista.

JOÃO PESSOA/PB
2017

Catalogação na Publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Conceição Cristina Pereira da.
A prática educativa da extensão rural no campo da reforma agrária: aproximações com a educação popular / Conceição Cristina Pereira da Silva. - João Pessoa, 2017.
202 f. : il.

Orientadora: Dra. Maria do Socorro Xavier Batista.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE/PPGE

1. Educação popular. 2. Extensão rural - Areia (PB).
3. Práticas educativas. 4. Assentamento Socorro - Areia (PB).
I. Título.

UFPB/BC CDU - 37.018.8(043)

CONCEIÇÃO CRISTINA PEREIRA DA SILVA

A PRÁTICA EDUCATIVA DA EXTENSÃO RURAL NO CAMPO DA REFORMA AGRÁRIA: APROXIMAÇÕES COM A EDUCAÇÃO POPULAR

Aprovada em: 26/ 05/ 2017.

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Xavier Batista PPGE/CE/UFPB

Orientadora

Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva PPGE/CE/UFPB

Examinador Interno

Prof.º Dr.º Eduardo Alexandre de Araújo PPGCAG/UFPB

Examinador Externo

Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição M.C. Oousterhout - UFCG

Examinadora Externa

Aos homens e mulheres que se dedicaram a fazer do campo seu lar.

Às agricultoras e aos agricultores que se dispuseram a fazer parte desta partilha.

Às pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, um carinho, em especial.

A minha família, gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Altíssimo que me concedeu esta oportunidade de estudo.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram, em especial a Fernando, meu esposo; meus filhos, Ernandes e Heitor, pela paciência e pela compreensão pelas vezes que precisei estar ausente; a minha mãe D. Estela; meu pai Raimundo e as minhas irmãs e irmão. E a minha filha, Eyshila Fernanda, recém-nascida.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação que colaboraram para a lapidação dos saberes, para construção do conhecimento, que constituíram o presente trabalho.

À Professora Maria do Socorro Xavier Batista, pela orientação e compartilhamento de saberes, os quais contribuíram para minha formação acadêmica.

Às educadoras e educadores populares que me incentivaram a não desistir dos meus sonhos.

À Associação do Serviço de Educação Popular – SEDUP, pelo aprendizado e pela partilha, minha gratidão.

Ao Fórum dos Assentados e Assentadas dos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Remígio.

Às agricultoras e agricultores do Assentamento Socorro, no município de Areia.

À Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Socorro, pelo espaço oportunizado e pela contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos profissionais da assistência técnica e extensão rural da Cooperativa de Trabalho Múltiplo e Apoio às Organizações de Autopromoção – COONAP, pela parceria e pela disponibilidade durante a pesquisa.

Ao Coordenador da Cooperativa de Trabalho Múltiplo e Apoio às Organizações de Autopromoção – COONAP.

Ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

As minhas amigas e amigos presentes nas horas alegres e de angústias, minha gratidão.

À turma 35 do Mestrado e do Doutorado, na qual tivemos a oportunidade de compartilhar conhecimentos e construir novas amizades.

Em especial, à Professora Rita Cavalcante, da UEPB, entre outros educadores(as) que me deram *insights* para novos projetos e oportunidades.

Minha gratidão a todas e todos que trilharam caminhos em comum. Pelos saberes mediados, aprendidos e apreendidos no processo de formação humana e profissional.

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu; há tempo de nascer e tempo de morrer, tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de matar e tempo de curar, tempo de derribar e tempo de edificar; tempo de chorar e tempo de rir, tempo de prantear e tempo de saltar; tempo de espalhar pedras e tempo de ajuntar pedras; tempo de abraçar.... (Eclesiastes, 3. 1-5).

RESUMO

Partindo do contexto de luta pela Reforma Agrária e por políticas públicas para o campo, este trabalho se propõe a analisar as práticas educativas dos/as agentes extensionistas da Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER, a partir dos relatos e experiências vivenciadas pelos/as camponeses/as no processo de organização dos grupos familiares do Assentamento Socorro, no município de Areia-PB. Esta reflexão tem como ponto de partida a Educação Popular como possível prática vivenciada no campo. Desta maneira, percebemos que a assistência técnica e extensão rural, na perspectiva da Educação Popular, têm, enquanto proposta, o objetivo de promover autonomia às famílias e seu empoderamento, por meio do conhecimento e da utilização de práticas emancipadoras, tanto na forma de organização individual quanto coletiva. Esta reflexão se aporta em alguns elementos que a pedagogia popular de Paulo Freire adverte como o diálogo, o saber popular, a autonomia, a emancipação e o trabalho, enquanto princípios educativos que nortearam esta investigação. Para esta análise, alguns procedimentos teóricos e metodológicos foram utilizados, tais como, assumir uma abordagem dialética (FRIGOTTO, 2010), qualitativa e exploratória, por meio da qual adotou-se a triangulação de dados (FLICK, 2009), ao se abordar um conjunto de procedimentos, tais como: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a observação participante, as técnicas de entrevista semiestruturada com os agentes de ATER/ATES e o grupo focal (GATTI, 2005), realizadas com cinco grupos familiares do Assentamento Socorro. Como resultado esperado, apresentamos a produção do conhecimento desta relação entre os saberes populares dos/as camponeses/as e os saberes acadêmicos dos/as agentes de ATER/ATES, potencializando assim a existência de práticas educativas positivas e frágeis, que, em parte, não dialogam com os princípios da Educação Popular. Experiências positivas pontuais foram percebidas nesta pesquisa, porém, elas são pouco visíveis no contexto local. Portanto, o estudo compreende que os percursos individual e coletivo desta partilha de saberes, na qual os/as camponeses/as são protagonistas, precisam ser compartilhados com a geração mais jovem do assentamento, tornando-os memória e história de luta e resistência presentes na perspectiva afirmativa da conquista, da autonomia, do empoderamento e da emancipação das agricultoras e dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Educação Popular. Extensão Rural. Práticas Educativas. Assentamentos.

ABSTRACT

Starting from the context of the struggle for Agrarian Reform and public policies for the countryside, this work proposes to analyze the educational practices of the extension agents of the Technical Advisory and Rural Extension - ATER, based on the reports and experiences lived by the peasants in the process of organizing the family groups from Socorro Settlement, in the city of Areia-PB. This reflection has as its starting point the Popular Education as a possible practice experienced in the countryside. In this way, we realize that the technical assistance and rural extension, from the perspective of Popular Education, have, as a proposal, the objective of promoting autonomy to the families and their empowerment, through the knowledge and use of emancipatory practices, both in the form of individual and collective organization. This reflection is based on some elements that the popular pedagogy of Paulo Freire warns like the dialogue, the popular knowledge, the autonomy, the emancipation and the work, as educational principles that guided this investigation. For this analysis, some theoretical and methodological procedures were used, such as assuming a dialectical approach (FRIGOTTO, 2010), qualitative and exploratory, through which data triangulation was adopted (FLICK, 2009), when addressing a set of procedures such as bibliographic research, documentary research, participant observation, semi-structured interviewing techniques with ATER / ATES agents and the focus group (GATTI, 2005), carried out with five family groups of Socorro Settlement. As expected, we present the production of knowledge of this relationship between peasants' popular knowledge and the academic knowledge of ATER / ATES agents, thus enhancing the existence of positive and fragile educational practices, which, in part, do not dialogue with principles of Popular Education. Positive experiences were perceived in this research, however, they are barely visible in the local context. Therefore, the study comprehends that the individual and collective paths of this sharing of knowledge, in which peasants are protagonists, need to be shared with the younger generation of the settlement, making them the memory and history of struggle and resistance present in the affirmative perspective of conquest, autonomy, empowerment and emancipation of the family farmers, both the men and women farmers.

Keywords: Popular Education. Rural extension. Educational Practices. Settlements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Número de famílias assentadas por ano no Brasil 61
Figura 2: Engenho da Usina Santa Maria 71
Figura 3: Usina Santa Maria 72
Figura 4: Planta cadastral do Assentamento Socorro 84
Figura 5: Cultivo da bananeira 85
Figura 6: Cultivo da bananeira 85
Figura 7: Entrada do Assentamento Socorro – Vila Nova 86
Figura 8: Escola Municipal José Lins Sobrinho 86
Figura 9: Posto de saúde 87
Figura 10: Clube poliesportivo que cedia eventos e reuniões 87
Figura 11: Embalagens dos produtos fabricados pelo grupo de mulheres 117
Figura 12: Visita de intercâmbio ao produtor de abelha sem ferrão 117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Levantamento das dissertações de 2011 a 2015 28
Quadro 2: Abrangência dos serviços de extensão rural realizados pela COONAP 105
Quadro 3: Distribuição dos agentes de extensão rural por categorias 106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura fundiária no Brasil 58
Tabela 2: Brasil – imóveis rurais: número e área (2003-2010) 59
Tabela 3: Distribuição dos membros das famílias 74
Tabela 4: Distribuição das/os filhas/os das famílias por faixa etária 75
Tabela 5: Distribuição das/os filhas/os das famílias por estado civil 75
Tabela 6: Distribuição dos pais e mães das famílias por faixa etária 75
Tabela 7: Distribuição dos membros das famílias por grau de escolaridade 76
Tabela 8: Perfil do grupo familiar I 77
Tabela 9: Perfil do grupo familiar II 78
Tabela 10: Perfil do grupo familiar III 79
Tabela 11: Perfil do grupo familiar IV 80
Tabela 12: Perfil do grupo familiar V 81
Tabela 13: Distribuição dos membros da equipe de ATES 102
Tabela 14: Distribuição dos agentes de extensão rural por faixa etária 103
Tabela 15: Distribuição dos agentes de extensão rural por área de atuação 103
Tabela 16: Distribuição dos agentes de extensão rural por renda familiar 104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACCJPT	Associação Centro de Capacitação João Pedro Teixeira
ACS	Agente Comunitária de Saúde
AGEMTE	Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão
AIA	Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico
AP	Ação Popular
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAAASP	Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
CDL	Compra Direta Livre
CEAAL	Centro de Educação de Adultos da América Latina
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COASP	Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano
CONSPLAN	Consultoria de Planejametos Agropecuários
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
COONAP	Cooperativa de Trabalho Múltiplo e Apoio às Organizações de Autopromoção
COOPTERA	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba Ltda
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
DAP	Declaração e Aptidão Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EP	Educação Popular
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEMA	Instituto Penha e Margarida
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento Eclesiais de Base
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PB	Paraíba
PLANFOR	Programa de Qualificação e Requalificação Profissional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROALCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Borborema
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEDUP	Serviço de Educação Popular
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SR	Superintendência Regional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UD	Unidade Demonstrativa
UDR	União Democrática Ruralista
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos

UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UPE	Universidade Estadual de Pernambuco
USAID	*United States Agency for International Development* [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional]

SUMÁRIO

1 EDUCAÇÃO POPULAR NA EXTENSÃO RURAL: Itinerário da Pesquisa 17
1.1 PROBLEMATIZANDO O OBJETO DE PESQUISA 19
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO 23
1.3 EXTENSÃO RURAL E EDUCAÇÃO POPULAR 27
1.4 ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO 29

2 EDUCAÇÃO POPULAR: Emancipação e Autonomia 32
2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR 32
2.2 EDUCAÇÃO E DIÁLOGO 38
2.3 EDUCAÇÃO E SABER POPULAR 40
2.4 EDUCAÇÃO POPULAR, AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO 42
2.5 EDUCAÇÃO E TRABALHO 47
2.6 TECENDO CONSIDERAÇÕES: O Saber Educar Educando 49

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A LUTA PELA TERRA E POR POLÍTICAS AGRÁRIAS 51
3.1 A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: O Anúncio e A Denúncia de Um Contexto Social que se Faz Novo 51
3.1.1 A Luta e Resistência dos Movimentos Sociais do Campo pela Reforma Agrária 54
3.2 POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA 57
3.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER NO BRASIL 61
3.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA PARAÍBA 65
3.5 TECENDO CONSIDERAÇÕES: A Luta Agora É Resistir 68

4 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA EXTENSÃO RURAL NO ASSENTAMENTO SOCORRO: Aproximações com A Educação Popular 70
4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NO BREJO DA PARAÍBA 70
4.2 PERFIL DOS GRUPOS FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SOCORRO: Reconhecendo-se como Agricultores e Agricultoras Familiares 74
4.3 A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES DO ASSENTAMENTO SOCORRO 83
4.3.1 De Assalariados/as, Canavieiros/as a Assentados/as da Reforma Agrária: a construção da autonomia dos grupos familiares do Assentamento Socorro ... 88
4.4 AS NARRATIVAS DOS/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SOCORRO SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA DA EXTENSÃO RURAL 94
4.5 A PRÁTICA EDUCATIVA DOS AGENTES EXTENSIONISTAS DA ATER DA COONAP/PB NO ASSENTAMENTO SOCORRO E SUAS NARRATIVAS 100
4.6 TECENDO CONSIDERAÇÕES: A Esperança se Faz na Luta 116

5 TECENDO CONCLUSÕES 119

REFERÊNCIAS 125

APÊNDICES 131
APÊNDICE A: Roteiro da entrevista semi-estruturada com grupo focal 132
APÊNDICE B: Roteiro da entrevista semiestrutrada para os agentes de ater 134
APÊNDICE C: Roteiro da entrevista semiestrutrada para o coordenador da coonap ... 136
APÊNDICE D: Espaços de participação política das famílias do Assentamento Socorro 138
APÊNDICE E: Perfil produtivo das atividades desenvolvidas pelos grupos familiares no Assentamento Socorro 139

ANEXOS 141
ANEXO A: Mapa do Assentamento Socorro 142
ANEXO B: Documento Coonap 143

1 EDUCAÇÃO POPULAR NA EXTENSÃO RURAL: Itinerário da Pesquisa

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa identificar as práticas educativas da extensão rural no campo da reforma agrária, buscando encontrar aproximações com a Educação Popular, tendo como *lócus* de pesquisa o Assentamento Socorro, no município de Areia-PB. A Educação Popular na extensão rural é um estudo bastante pertinente e pouco explorado na academia, uma vez que a ausência de sistematizações sobre as práticas educativas nesse contexto tende a torná-la um rico campo de estudo e pesquisa, mais precisamente sobre as potencialidades no campo educacional da extensão rural, numa perspectiva de um fazer popular com os camponeses e camponesas.

Este trabalho busca responder a algumas inquietações surgidas a partir de experiências que vivenciei na extensão rural, no período de 2009 a 2014, nos assentamentos do Litoral Sul do Estado da Paraíba, no Programa de Assessoria Técnica e Extensão Rural - ATER e Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, os quais me despertaram o interesse em pesquisar e refletir sobre as práticas dos agentes de extensão rural nas áreas de assentamentos da Reforma Agrária, buscando compreender as aproximações de suas práticas cotidianas com os camponeses e as camponesas em contraponto com a Educação Popular.

Durante a vivência nessas experiências percebi que as ações dos extensionistas ao lidar com os camponeses/as eram diferenciadas, pautadas no diálogo, no respeito aos saberes e nas experiências dos camponeses, constituindo-se em práticas educativas identificadas com os princípios da Educação Popular; porém, esse diálogo estava condicionado à formação acadêmica, política e social acerca da Reforma Agrária de cada técnico/a, bem como a seu distanciamento e/ou aproximação com os camponeses e camponesas.

Minha formação pessoal e de militância estão intrinsecamente ligadas e foram se constituindo a partir do convívio com pessoas que admiro e tenho como referência, sendo uma das principais referências a minha mãe, mulher forte, guerreira, lutadora, que nunca deixou seus sonhos e os sonhos de suas filhas e do seu filho ficarem no esquecimento e sempre nos incentivou a lutar e conquistar nossos sonhos e desejos.

Outras referências significativas na minha formação foram as educadoras e educadores militantes que me incentivaram a problematizar questões que me inquietavam durante minha ação nos movimentos sociais do campo, participando de formações políticas, mobilizações e articulações com diversos atores sociais do campo.

É importante destacar que minha trajetória acadêmica é proveniente de uma pedagogia diferenciada dos cursos convencionais, pois me graduei em Pedagogia pelo Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, desenvolvido na Universidade Estadual de Pernambuco – UPE. O curso surgiu de uma parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Universidade Estadual de Pernambuco - UPE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, mas incluiu estudantes provenientes de vários assentamentos e movimentos sociais, como o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, ao qual eu estava vinculada no período de 2004 a 2008.

Esse curso fortaleceu meu sentimento de militância e me proporcionou uma formação que me qualificou para participar de uma experiência muito rica, mas, ao mesmo tempo, conflituosa, a saber, o trabalho como técnica social no programa de extensão rural, através de uma empresa de Consultoria de Projetos Agropecuários – CONSPLAN, contratada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que concorreu em uma chamada pública para realizar trabalhos de assessoria técnica e extensão rural no Litoral Sul do Estado da Paraíba. Essa experiência foi muito desafiadora; nela, tive a oportunidade de estabelecer uma relação mais próxima dos agricultores e agricultoras, conhecer as políticas públicas para o campo sob outra ótica, uma vez que moro em um assentamento na região do Brejo da Paraíba.

A descontinuidade dos processos de extensão rural, de acompanhamento dos assentamentos, no Brasil e, principalmente, na Paraíba, ocasionou uma descrença na política de assistência técnica, de modo que muitos agricultores/as estavam desacreditados com relação à abordagem dos extensionistas, principalmente no acompanhamento dos projetos produtivos.

Por isso, tivemos que desconstruir e reconstruir uma visão diferenciada dos trabalhos de extensão rural nos assentamentos, o que consistiu no maior desafio da assessoria técnica e extensão rural nos anos iniciais, dentre tantos outros desafios que os povos do campo ainda precisam enfrentar. Essas experiências foram vivenciadas no período de 2009 a 2014 nos assentamentos do Litoral Sul do Estado.

Anteriormente a essa experiência, participava das discussões da Comissão do Fórum dos Assentados e Assentadas dos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Remígio, que compõe doze assentamentos da Reforma Agrária. Foi criado em 2002, após a desapropriação das terras da antiga Usina Santa Maria, um centro industrial da cana-de-açúcar localizado no município de Areia. De acordo com os integrantes do Fórum, ele se é um espaço de reflexão, formação e informação dos assentados/as, o qual possibilita o diálogo sobre interesses em comum, inclusive no fortalecimento da luta por melhores condições para se ter uma vida digna no campo.

Esse Fórum foi fomentado através das discussões e acompanhamentos que educadores/as do Serviço de Educação Popular – SEDUP realizavam junto aos canavieiros e assalariados na luta pela desapropriação das terras durante a década de 1990. Vale destacar que o SEDUP atua na região do brejo desde 1981, quando foi fundado pela Irmã Maria Valéria Rezende, vinculado à Diocese de Guarabira, com objetivo de possibilitar o acesso à educação, comunicação e articulação da classe trabalhadora das áreas rurais e urbanas.

As vivências citadas foram decisivas para as inquietações e escolhas relacionadas ao presente trabalho. Essas vivências foram adquiridas por múltiplos caminhos; um deles está relacionado as minhas origens enquanto militante, filha de agricultor/a da Reforma Agrária e assentada no Assentamento Socorro no município de Areia. A ideia de seguir esses caminhos foi ainda mais reforçada no momento em que tive a oportunidade de ser educadora popular do SEDUP.

O interesse também parte da curiosidade em relação à formação do campesinato na região do brejo, bem como pela implementação das políticas públicas para o campo e pela participação popular dos camponeses/as em seu processo de autonomia e emancipação nessa sociedade que se propõe ser democrática.

1.1 PROBLEMATIZANDO O OBJETO DE PESQUISA

A extensão rural tem início no Brasil no período pós-guerra, quando a geopolítica da Guerra Fria sob a liderança americana buscou ampliar seu domínio nos países da América Latina e expandir o capital e a industrialização no campo, investindo na agricultura moderna de base tecnológica que se utiliza de mecanização (tratores e colheitadeiras), agroquímicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos) e sementes geneticamente modificadas, buscando expandir a produção de monoculturas para exportação, modelo produtivo denominado de Revolução Verde (ANDRADES, 2007).

Esse projeto do capital monopolista norte-americano sob a liderança da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA), entidade filantrópica ligada a Nelson Rockefeller, fez parte de um conjunto de acordos entre o governo dos Estados Unidos e o governo brasileiro que adotou políticas públicas de fomento ao desenvolvimento capitalista industrial, a exemplo da criação, no caso específico do modelo agropecuário, de órgãos de pesquisa agropecuária como a EMBRAPA, formação de técnicos com a criação de cursos de Agronomia e agropecuária, financiamento e o serviço de

Assistência Técnica e Extensão Rural coordenado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 1956.

A extensão rural teve como objetivo transmitir os conhecimentos técnicos desse novo modelo produtivo para possibilitar a sua expansão e o uso de agrotóxicos na agricultura. O modelo de extensão rural adotou uma perspectiva tradicional de educação em que os extensionistas tinham o papel de repassar, estender os conhecimentos e técnicas que detinham para os agricultores/as, em geral, desconsiderando os saberes e a experiência de uma agricultura tradicional que eles acumularam, aprendidos com a prática e que lhes foram repassados de geração para geração. Essa perspectiva extensionista foi criticada por Paulo Freire (1983) no livro *Extensão ou Comunicação?* como invasão cultural, posto que se buscava impor conhecimentos e uma visão de mundo externa aos interesses e modos de vida daqueles camponeses/as.

Sob a ótica de Freire,

> Todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase "coisa", o negam como um ser de transformação do mundo. Além de negar, como veremos, a formação e a constituição do conhecimento autênticos. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações (FREIRE, 1983, p. 13).

A transformação requer mudanças de postura e de práticas cotidianas, sem que as mesmas interfiram no seu modo de vida, negando a si mesmo em função de um sistema de exploração e expropriação cultural.

Essa perspectiva de Extensão vem se moldando, se transformando pela resistência e força da participação e das lutas dos movimentos sociais do campo, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a qual tem a seguinte diretriz:

> Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (BRASIL, 2007, p.8).

O programa de ATES adota um caráter educativo e não uma ideia tradicional da extensão rural em que os técnicos se restringem a levar conhecimentos técnicos que deveriam ser assimilados pelos agricultores/as para garantir a expansão do modelo de agricultura da

chamada Revolução Verde, como é chamado o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista.

Assim, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER define sua metodologia de trabalho em articulação com os programas de ATER/ATES:

> Metodologicamente, o Programa de ATES tem como referencial o que está proposto na PNATER. Assim, a metodologia de ATES tem um caráter educativo, buscando promover a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável e a adaptação de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis. Deste modo, a intervenção dos agentes de ATES deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas, por meio de um enfoque pedagógico construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Isso se traduz, na prática, pela animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar as soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos atores envolvidos (BRASIL, 2008, p. 12).

Diante dessa mudança na política de Extensão Rural algumas questões e questionamentos são suscitados: como são as práticas dos extensionistas de ATER e ATES? Qual a metodologia utilizada? Quais as aproximações das práticas dos extensionistas com a Educação Popular?

Visando buscar respostas a esses questionamentos, este trabalho definiu como objetivo geral analisar as práticas educativas dos/as agentes extensionistas da Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER com os/as camponeses/as no processo de organização dos grupos familiares do Assentamento Socorro, no município de Areia na Paraíba e suas aproximações com a Educação Popular.

Quanto aos objetivos específicos, definimos: 1) conhecer os princípios educativos que embasam as ações da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, para o trabalho de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES nos Assentamentos da Reforma Agrária, buscando compreender como essa política está se efetivando e como está sendo executada pelas Instituições que, na maioria dos casos, são cooperativas contratadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; 2) Identificar a efetividade do caráter educativo nas práticas educativas dos agentes de Ater, proporcionando indicativos de sustentabilidade e organização coletiva no assentamento, enquanto um espaço de autonomia e emancipação, numa perspectiva libertadora, se contrapondo a uma lógica de mercado neoliberal; e 3) Analisar o contexto sociocultural e econômico do Assentamento Socorro, desde quando era um centro industrial no processamento da cana-de-açúcar e as

relações de trabalho deste período de exploração e escravidão até a "autonomia" dos trabalhadores/as sem terra assalariados/as, após passarem a ter a identidade de "assentados/as da Reforma Agrária", "Donos" da terra, passando do estágio de assalariado/a para camponês/as, agricultores/as, trabalhadores/as rurais, assumindo um novo papel social na cadeia produtiva de alimento.

Compreendemos, conceitualmente, que as ações educativas dos extensionistas possibilitam o diálogo com os princípios da Educação Popular, enquanto um paradigma emergente que se contrapõe ao projeto neoliberal de sociedade, que emerge como um projeto contra-hegemônico de educação e uma concepção pedagógica e educativa que surge das classes populares, das práticas cotidianas dos oprimidos/as que almejam e lutam por uma sociedade com justiça, equidade social, participação e autonomia dos povos subalternos que lutam e resistem a essa concepção de sociedade discriminatória e desigual.

A Educação Popular sob a ótica de Pontual pode ser compreendida conforme a seguir:

> Uma prática referida ao fazer e ao saber das organizações populares, que busca fortalecê-la enquanto sujeitos coletivos, e assim, contribuir através de sua ação-reflexão ao necessário fortalecimento da sociedade civil e das transformações requeridas, tanto para a construção democrática de nossos países, como para o desenvolvimento econômico com justiça social (PONTUAL, 2006, p. 92).

A ação dialética e dialógica da Educação Popular surge dos movimentos populares, que se preocupam em fazer uma educação para o povo, para as classes populares, que historicamente vêm sendo postas, pela classe dominante, à margem dos bens e direitos, buscando, através do processo educativo, o despertar de uma consciência crítica que provoque a rebeldia e a revolução crítica da sociedade civil e, desta forma, buscando também despertar o entendimento das condições sociais que temos e podemos construir, almejando de uma sociedade justa, com equidade social, participativa e democrática.

A Educação Popular emerge das classes populares, a partir da afirmação política de classe, na qual se destaca o legado de Paulo Freire para a América Latina, como um dos principais intelectuais, educadores e pesquisadores dessa concepção pedagógica, que teve suas primeiras experiências sistematizadas com a alfabetização de jovens e adultos no ano de 1962, no Governo de João Goulart, no Brasil, a qual se espalhou pelo mundo, como um dos mais importantes pensamentos críticos que continua atual em nosso contexto social.

Freire, em uma de suas obras, analisa o processo dialógico da extensão rural, entre um extensionista e um agricultor, não no sentido de ampliar o conhecimento, repassar o conteúdo,

mas no sentido de dialogar, mediar conhecimentos e experiências na relação de complementação de um com o outro em um movimento dialético espontâneo.

Sendo assim, percebe que:

> [...] como um processo global, não pode limitar-se à ação unilateral no domínio das técnicas de produção, de comercialização, etc., mas pelo contrário deve unir este esforço indispensável a outro igualmente imprescindível: o da transformação cultural, intencional, sistematizada, programada (FREIRE, 1983, p. 39).

O processo dialógico permite que a relação entre o extensionista e os camponeses/as não se limite a uma ação única, pontual, uma educação bancária, em que o extensionista estende os conhecimentos acadêmicos, deposita informações, em que o professor, por sua vez, detentor do saber, não dialogue com os educandos/as, reagindo a um sistema de opressão, sem que haja uma relação com a realidade vivenciada no assentamento.

Enquanto um espaço de produção do conhecimento, de construção na relação do ser humano com a natureza, do ser humano com o outro, do viver em comunhão uns com os outros, o saber popular articula o conhecimento acadêmico ao conhecimento popular, melhorando a vida do homem e da mulher do campo e suas relações ecológicas com a natureza, em uma dialogicidade que permita o agente extensionista e o/a camponês/a interagirem no processo de construção e ressignificação de novos conhecimentos.

Quando existe essa percepção de integralização e de contextualização da realidade, o processo de transformação inicia sua metamorfose, no qual um/a complementa o conhecimento do/a outro/a, provocando assim uma prática educativa intencional, objetiva, programada, mas não pontual, nem unilateral, refletida em uma prática de educação transformadora, libertadora e dialógica.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Nossa metodologia é sustentada pelo princípio de uma postura "dialética" que procura compreender o fenômeno em sua totalidade, de modo que o todo e as partes, o particular e o geral estão relacionados e conectados por uma realidade contraditória que nos cerca.

Esta pesquisa se ampara na "ruptura entre a ciência da história ou do humano social e as análises metafísicas de diferentes matrizes e níveis de compreensão do real, que vão do empiricismo ao positivismo, idealismo, materialismo vulgar e estruturalismo" (FRIGOTTO, 2010, p. 78). Ou seja, uma sociedade onde os fenômenos por mais particulares que pareçam,

em uma dimensão micro, estão conectados com uma dimensão macro, um contexto econômico, político e social. Portanto, qualquer fenômeno social pesquisado estabelece conexões com a estrutura e a dinâmica social, nela interferindo e sofrendo interferências mutuamente.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando como procedimentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e de campo. Como técnicas de pesquisa estamos atentando para uma triangulação de dados como a observação participante, grupo focal e entrevista semiestruturada que foram sendo realizadas de forma individualizada, e em grupos, com o registro fotográfico e gravações de áudio. Vale ressaltar que resido no assentamento onde a pesquisa foi realizada e tenho participado de reuniões da associação, eventos coletivos e de diversas ações do cotidiano do assentamento.

Os sujeitos da pesquisa foram três (3) agentes extensionistas da assessoria técnica (um/a técnico/a social, um técnico/a da área de agrárias e o coordenador da equipe), dois (2) servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, um/a gestor/a e um fiscal da Assessoria Técnica e Extensão Rural – ATER[1], e cinco (5) grupos familiares que residem no assentamento Socorro no município de Areia e que foram atendidos pelo programa de ATER, no período de 2011 a 2015.

Dentro do universo de quarenta e cinco (45) famílias de agricultores/as assentadas no Assentamento Socorro, definimos uma amostra de cinco grupos familiares que correspondem a vinte (20) pessoas entrevistadas, sendo oito (8) do sexo feminino e doze (12) do sexo masculino. Com relação à Cooperativa COONAP, no universo de vinte e oito (28) extensionistas, definimos que seria viável e objetivo se entrevistássemos os/as extensionistas que atuavam no Assentamento, bem como o Presidente da Cooperativa, neste caso, uma amostra de três (3) entrevistados.

Totalizando, temos um universo de vinte e três (23) entrevistados/as, quatorze (14) pessoas o sexo masculino e nove (9) pessoas do sexo feminino distribuídas nos grupos focais e nas entrevistas individuais.

Dados os objetivos e o objeto de estudo, decidimos realizar uma pesquisa qualitativa, exploratória e investigativa do cotidiano, identificando o lugar social que se constitui em um território complexo de valores e costumes que se reconstroem e se renovam à cada geração, onde novas demandas surgem, mas o território em disputa é o mesmo.

[1] Vale ressaltar que não foi possível realizar a entrevista com dois servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, apesar de várias tentativas.

A investigação constou de vários procedimentos metodológicos: estudo documental, observação participante, entrevistas semiestruturadas com os/as agentes de extensão rural e o grupo focal com as famílias de agricultores/as do Assentamento Socorro.

Abordando dessa maneira, técnicas de observação participante, que segundo Flick (2009, p. 31), visam "compreender os processos sociais de produção, onde esses eventos a partir de uma perspectiva interna ao processo, por meio da participação durante seu desenvolvimento", permitem utilizar um conjunto de técnicas de coleta de dados, de modo que o pesquisador se encontra engajado ou se engaja na vida do grupo ou na situação investigada, sendo, portanto, um sujeito/a interativo/a, inserido/a e engajado/a no contexto social que se apresenta.

O estudo qualitativo se aplica a uma realidade que não pode ser quantificada, mas que envolve um universo de, por exemplo, significados, motivos, crenças, valores e atitudes, e que corresponde a uma análise mais profunda de processos inviáveis, ou mesmo impossíveis de serem reduzidos à operacionalização de variáveis (CHIZZOTTI, 1998). Portanto, a pesquisa se utilizará de técnicas qualitativas aplicadas às ciências sociais, ao mesmo tempo que será desenvolvido um diálogo numa perspectiva crítico/dialética.

Desta maneira, no diálogo com o grupo focal, que aqui denominamos de grupo familiar, utilizamos alguns critérios por proximidade e afinidade, de acordo com o tema a ser pesquisado, neste caso, a extensão rural que atende às famílias no Assentamento Socorro.

Para Gatti (2005):

> O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o reconhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens, simbologias, prevalentes no trato de uma dada questão por pessoa que partilham alguns traços em comum (GATTI, 2005, p. 11).

Por isto, a escolha dos grupos familiares, ao invés de pessoas por gênero, idade ou semelhanças na produção, que poderia ou não atender às inquietações do fenômeno a ser investigado. Para atender aos anseios da pesquisa, era preciso uma visão compartilhada das famílias, que foram ou não assistidas pelos serviços da extensão rural no assentamento. O que foi muito produtivo, pois, temos uma diversidade, na representação familiar, de ideias, opiniões, percepções de mundo, o que enriqueceu o trabalho, com essa diversidade e diferença na escolha do grupo focal.

Essas variáveis podem se configurar na triangulação dos dados, utilizando-se vários métodos e metodologias na coleta dos dados que podem caracterizar-se em uma pesquisa qualitativa, na qual as técnicas dialogam entre si, em uma perspectiva de "revelar a maior diversidade possível de aspectos [...], permitir a abertura e novos campos de conhecimento" (FLICK, 2009, p. 105).

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, na medida em que se trata da investigação de um fenômeno que se destaca em um determinado campo de pesquisa que dispõe de elementos múltiplos e diversos, que se transformam de acordo com uma conjuntura sociopolítica da realidade vivenciada, bem como se caracteriza como campo experimental, cujo fenômeno investigado pode ser desvelado para outros campos de pesquisa, seja numa perspectiva qualitativa e/ou quantitativa.

É necessário ter o cuidado de resguardar a integridade dos dados coletados e das pessoas envolvidas na pesquisa, sobretudo quanto aos pressupostos metodológicos e epistemológicos na coleta dos dados obtidos, por isto a exigência da análise dos projetos de pesquisa no comitê de ética, "que analisam os planos e os métodos da pesquisa antes que estes sejam aplicados" (FLICK, 2009, p. 52).

Essa é relação gnosiológica, como acrescenta Gamboa (2012) e Paulo Freire (1983), que compreende uma análise e uma postura ética sob a pesquisa, bem como a seleção de categorias que irão embasar o discurso na produção do conhecimento científico, que pode ser documental, histórico, sociocultural, ou seja, entre outras categorias a serem definidas de acordo com o campo empírico do pesquisador/a.

Portanto, a dimensão gnosiológica,

> Corresponde ao entendimento entre as relações homem-natureza, constituindo o mundo propriamente humano, exclusivo do homem, o mundo da cultura e da história. Este mundo, em recriação permanente, por sua vez, condiciona seu próprio criador, que é o homem, e suas obras de enfrentá-la e de enfrentar a natureza. Não é possível, portanto, entender as relações dos homens com a natureza, sem estudar os condicionamentos histórico-culturais a que estão submetidas suas formas de atuar (FREIRE, 1983, p. 14).

Portanto, essa relação de mão dupla entre o homem e a natureza, para construção de saberes populares e saberes acadêmicos, científicos, podem favorecer o amadurecimento de pesquisas anteriores, até mesmo na superação destas produções, porque somos seres curiosos, inconclusos, buscamos sempre a superação de pressupostos teóricos porque somos seres em evolução, em movimento, por isto, temos que perceber até onde nosso olhar

enquanto sujeito e pesquisador pode avançar, para que não sejamos apenas pesquisadores superficiais, mas pesquisadores humanizados, que possam contribuir para o conhecimento compartilhado e intencional da sociedade.

Essa investigação se preocupa também em compreender o processo histórico da extensão rural, numa perspectiva de mudança de paradigmas social, político e econômico da política de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES, tendo em vista o despertar da consciência crítica dos agricultores/as familiares em relação aos direitos sociais e à participação na construção de políticas públicas para o campo que possibilitem a promoção da cidadania para os camponeses, inclusive, reconhecendo o papel social que eles têm enquanto agentes de transformação, como sujeitos políticos e ativos na comunidade em que estão inseridos.

Como sou parte do objeto de estudo, comungo do pensamento de Rohr, quando nos alerta para a necessidade de mantermos um certo estranhamento do objeto, o qual nos parece familiar:

> Ser mais pleno nesta situação significa, incluir, integrar, apropriar-se do estranho, não no sentido de simplesmente ter mais, de acumular mais propriedades, mas de ser mais, tornando o estranho familiar, algo próprio (ROHR, 2007, p. 62).

Ser uma pesquisadora, observadora participante no campo de pesquisa, portanto, envolve estar inserida nesse campo, mas de maneira a apropriar-se do conhecimento, compartilhar experiências, mas, sobretudo, tendo uma postura ética sob as situações que podem vir a acontecer junto aos sujeitos/as da pesquisa.

Por isto, me sinto desafiada a buscar e a estudar mais, me apropriando das teorias e dos pressupostos teóricos e metodológicos, que embasam pesquisas anteriores, que podem ser superadas, inclusive por meio da elaboração de outras sínteses relevantes para tantas outras novas pesquisas, atualizando, criando e recriando novos mecanismos para o diálogo na construção do conhecimento que aqui afirmo, como conhecimento compartilhado por vários olhares, por várias mãos.

1.3 EXTENSÃO RURAL E EDUCAÇÃO POPULAR

A temática desta investigação – Extensão Rural e Educação Popular – tem relevância no plano empírico, pois se constitui numa política agrícola que atinge um amplo contingente

de população da agricultura familiar camponesa, tornando-a relevante do ponto de vista da produção de conhecimento e produção acadêmica, muito embora ainda seja um fenômeno pouco estudado, conquanto encontramos certas pesquisas que enfoquem a parte técnica da extensão rural, enquanto campo investigativo restrito a determinados temas ainda numa perspectiva positivista e também pelo fato de termos encontrado poucos estudos que analisem as práticas extensionistas relacionando-as com a Educação Popular, foco da nossa pesquisa.

Desta maneira, fizemos um levantamento documental, mapeando certas pesquisas no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, no período de novembro a dezembro de 2016, utilizando o recorte temporal de 2011 a 2015, das dissertações, a partir das seguintes palavras chaves: "extensão rural", "Educação Popular", "política de assistência técnica - ATER". Estas foram as palavras-chave que utilizamos para fazer esse mapeamento que se deteve na fonte de pesquisa acima referida.

De 2011 a 2015, foram encontrados, de acordo com as palavras-chave selecionadas, quinze (15) dissertações de mestrado, distribuídas em diversas Instituições de ensino como mostra o quadro abaixo. Porém, outras foram selecionadas, mas não atendiam aos critérios elencados a partir da palavra-chave utilizada ou dos conteúdos encontrados. Vale ressaltar que a maioria das dissertações encontradas nos programas de pós-graduação estão inseridas em outras categorias, a exemplo da extensão rural, e não na categoria de educação popular. Por trás dessa questão, há todo um processo que recupera o fato de muitas pesquisas terem sido influenciadas pelo método cartesiano, com metodologias tradicionais, não apresentando, assim, práticas educativas populares.

Quadro 1: Levantamento das dissertações de 2011 a 2015

ANO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	TOTAL
2015	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	01
	Universidade Federal de Viçosa - UFV	01
2014	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	01
	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	01
	Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	01
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS	01
2013	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	01
	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	01
	Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	01
2012	Universidade Federal do Ceará - UFC	01

	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	02
	Universidade Federal de são Carlos - UFSCAR	01
2011	Universidade Federal de Viçosa - UFV	01
	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	01
TOTAL	**09**	**15**

Fonte: Quadro elaborado por Conceição C. P. Santos, 2017.

As dissertações encontradas, apesar de abordarem temáticas que estão presentes no estudo desta dissertação, não estabelecem relação entre as práticas de extensão rural e Educação Popular. Vale ressaltar que duas das dissertações presentes neste quadro (PONTES – UFSC, 2011[2]; SANTOS – UFRPE, 2014[3]) foram de extrema importância para este estudo, pois analisam a história de luta dos canavieiros/as e assalariados/as da falida Usina Santa Maria, porém, nenhuma delas faz uma reflexão sobre a prática educativa dos trabalhos de ATER na região do brejo.

Targino e Moreira (2011), em um artigo científico publicado na Revista da ANPEGE, intitulado *Espaço, Capital e Trabalho no campo paraibano*, nos traz um retrato da ocupação produtiva agrária no Estado, bem como as organizações que pautavam desde os anos de 1960 a luta por melhores condições trabalhistas e a luta pela terra.

Por isto, ressalto a importância e a relevância desta pesquisa para a pós-graduação em Educação Popular para a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, não se retratando apenas como um estudo acadêmico, mas enquanto uma *práxis* que tenha retorno à comunidade e aos camponeses/as, assentados/as, estes, por sua vez, enquanto seres participantes da pesquisa que constroem juntamente com a pesquisadora, na partilha de saberes e na construção de novos olhares sobre as práticas educativas da extensão rural na Paraíba.

1.4 ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. Cada capítulo é uma peça fundamental na compreensão da totalidade desta investigação e das análises. Este trabalho foi construído a partir de uma reflexão teórica sobre as práticas educativas que permeiam o

[2] Dissertação de Pontes (2011), intitulada: DE ASSALARIADOS A ASSENTADOS: As Trajetórias dos Agricultores Familiares no Assentamento São Francisco no Município de Pilões-PB. Acesso na biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

[3] Dissertação de Santos (2014), intitulada: ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE AREIA-PB. Acesso na biblioteca da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

campo da Educação Popular no âmbito da extensão rural, enquanto um processo educativo, dialógico, participativo entre os sujeitos/as envolvidos na construção do conhecimento e na valorização dos saberes populares adivindos dos/as camponeses/as.

Para isto, foi necessária a apropriação de conceitos e teorias, ou seja, a apropriação de conhecimentos teóricos/acadêmicos, articulando-os aos conhecimentos populares que o campo empírico da investigação oferece para que o trabalho possa provocar pesquisas qualitativas sobre o tema abordado.

Desse modo, no primeiro capítulo, abordamos aspectos gerais quanto às motivações, inquietações e reflexões sobre a importância do tema para o direcionamento da pesquisa, bem como os caminhos metodológicos acerca dos instrumentos e técnicas de pesquisa social, que nortearam o percurso a ser seguido pela pesquisadora.

No segundo capítulo, refletimos sobre os pressupostos e conceitos da Educação Popular nesta nova conjuntura social e política da América Latina, levando-se em consideração as discussões de diversos autores/as e pesquisadores/as do Centro de Educação de Adultos da América Latina – CEAAL, acerca da ressignificação das práticas de Educação Popular, assim como os novos movimentos sociais que surgiram e as novas pautas que eclodiram no contexto mundial.

Ainda neste capítulo, refletimos sobre certos aspectos considerados nesta pesquisa como principais em relação ao assunto abordado, quais sejam, a prática educativa, o diálogo, o trabalho, a emancipação, a autonomia, os saberes populares, os quais iremos classificar de elementos norteadores que irão direcionar o processo de reflexão e compreensão ao longo do trabalho, principalmente, durante a análise dos dados coletados no campo de investigação. Esses elementos têm como eixo central a perspectiva da Educação Popular enquanto uma *prática dialógica* e educativa dos sujeitos/as mutuamente norteados pelo desejo de conquista da *autonomia* e *emancipação* como prerrogativas no processo de transformação da realidade dos camponeses/as, a partir do *trabalho* enquanto princípio educativo, na articulação dos *saberes populares* aos *saberes acadêmicos* e aos saberes técnicos dos agentes de extensão rural realizados no âmbito da Reforma Agrária.

Na sequência, no terceiro capítulo, trazemos o processo de resistência dos povos do campo na luta pela Reforma Agrária, bem como a resistência dos movimentos populares e sociais do campo no processo de desapropriação das terras.

Ainda nesse capítulo, analisamos os conflitos agrários e a modernização da agricultura, a Revolução Verde, após a Segunda Guerra Mundial, período em que o espaço rural foi projetado na perspectiva da exploração da força de trabalho, na lógica capitalista de

produção de alimentos, na qual o fator mais importante se resume ao lucro, a monocultura e a opressão da classe trabalhadora, da classe oprimida.

Esse território, o qual se constitui em um campo de disputas políticas, econômicas, ideológicas, vai se tornando em um espaço de opressão e de resistência, favorecendo a conquista de certas políticas públicas para o campo, inclusive o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que aglutina outras políticas sociais complementares, como habitação, educação, saúde, energia, tecnologias de armazenamento e captação de água, políticas de comercialização, entre outras, inclusive a Política Nacional de Extensão Rural – PNATER, a qual iremos analisar com maior intensidade.

O quarto capítulo será direcionado para a análise dos aspectos socioculturais e econômicos do Assentamento Socorro, bem como sua organização política, o perfil dos grupos familiares envolvidos na pesquisa, enquanto sujeitos/as principais desta reflexão.

Sobretudo, investigaremos se a atuação dos agentes de extensão rural e suas práticas educativas se aproximam de uma Educação Popular junto aos camponeses/as, promovendo uma relação de empoderamento e autonomia desses sujeitos/as na construção e articulação do conhecimento, compreendendo o processo de participação dos camponeses/as como um processo voltado para transformação da sua realidade, principalmente enquanto sujeitos/as críticos/as e ativos/as na sociedade, rompendo o latifúndio da opressão e o latifúndio do saber.

As considerações finais, que não são finais, mas que permitem que outros olhares complementem esta pesquisa, sinalizam as discussões e as reflexões sobre as práticas educativas da Educação Popular, enquanto perspectiva de sistematização das experiências cotidianas, do senso comum, do empírico, que precisam ser vistas por outros prismas. Assim, valorizando e potencializando outros espaços de reflexão, para que sejam acessíveis a todas as pessoas que queiram se apropriar de conceitos e teorias que contribuam para a reflexão de seu campo de estudo sob a ótica de uma visão crítica da realidade vivenciada pelos grupos sociais na construção de uma sociedade justa, com respeito e equidade social.

2 EDUCAÇÃO POPULAR: Emancipação e Autonomia

Neste capítulo, discutiremos a concepção de Educação Popular, considerando que o nosso objetivo ao analisar o objeto de pesquisa é o de buscar identificar as possíveis aproximações das ações de extensão rural com a Educação Popular presentes nas práticas educativas e nas ações das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES, conforme prevê o Programa Nacional de Extensão Rural – PNATER.

Nesse percurso, considera-se o pensamento de Paulo Freire, o qual embasa os princípios da Educação Popular e que servirá de suporte para esta pesquisa na qual destacaremos cinco categorias que irão se articulando aos trabalhos da extensão rural como: Educação e Diálogo; Educação e Saber Popular; Educação, Autonomia e Emancipação; Educação e Trabalho enquanto princípio educativo.

2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Enquanto uma prática social construída historicamente, a educação é um meio pelo qual o conhecimento e os códigos (ou outras expressões de linguagem) são disseminados, apreendidos e compartilhados entre as pessoas, seja por meio da educação formal, nos centros de ensino, ou por meio da educação não formal, realizada em espaços não escolares, especialmente quando se trata da Educação Popular. Desta maneira, em qualquer espaço, ocorrem processos educativos, basta ter pessoas interagindo, vivenciando experiências de vida, de trabalho, nos processos de organização e de lutas, nos movimentos sociais, nos quais são possibilitadas trocas de saberes, por meio das quais se aprende a viver e conviver de forma coletiva, construir e lutar pela cidadania, como salienta Batista (2007, p. 222):

> A educação popular promove a cidadania, emancipação humana, a cultura democrática e solidária e norteia-se pela liberdade, para além da liberdade da ideologia liberal/neoliberal. Ela se apresenta como construção coletiva de resistência, de enfrentamento às imposições das políticas educativas oficiais e como negação da negação ao direito à educação. Ela possibilita o diálogo de saberes populares, da cultura popular com os saberes/conhecimentos produzidos e sistematizados socialmente; que se orientam pelas necessidades dos setores populares visando incorporá-los à sociedade, como seres humanos por inteiro. Ela utiliza várias linguagens – lúdicas, artísticas, teatrais, poéticas, científicas, imagéticas.

Nesta perspectiva, o conhecimento possibilita o anúncio e a denúncia da palavra dita, dos códigos que são codificados e decodificados através das informações apreendidas e interpretadas; desta maneira, "não há anúncio sem denúncia, assim como toda denúncia gera anúncio" (FREIRE, 1981, p. 48). É o anúncio e a denúncia do conhecimento que são gerados através do diálogo, para reflexão e interpretação da realidade circundante.

Analisar a realidade pressupõe ter um panorama abrangente do cotidiano sobre as vivências dos/as sujeitos/as envolvidos/as, vista sob duas óticas: a primeira, do/a oprimido/a e, a segunda, do opressor/a, enquanto uma relação de classes antagônicas, uma relação de exploração e opressão na sociedade que se configura em uma situação que precisa ser refletida e transformada na construção de uma sociedade menos opressora.

Desta maneira, a educação pode ser entendida como um instrumento político, filosófico, pedagógico, epistemológico. Uma educação libertadora, emancipadora, em que a relação entre as pessoas seja de equidade, de autonomia, e em que o/a professor/a, educador/a é um/a mediador/a do conhecimento e o/a aluno/a, educando/a interage com o conhecimento e o articula com suas vivências.

Por outro lado, esse processo de reflexão pode ser visto enquanto um processo de alienação, através de uma educação bancária, de dominação do conhecimento, em que o/a professor/a é o detentor/a do conhecimento e o/a aluno/a, "sem luz", recebe o conhecimento sem inferências com a realidade vivenciada.

Desta maneira, a educação transformadora, enquanto um instrumento político possibilita aos sujeitos a formação de uma consciência crítica do mundo que os cerca, das relações de poder, de classes sociais, na relação entre o opressor e o oprimido.

Para Freire (1967, p. 11), "conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão". Sendo este um processo pelo qual cada sujeito/a é desafiado/a a compreender o universo que o/a cerca, seja a partir de sua condição social de oprimido/a ou das insatisfações cotidianas que levam a reflexões de sua relação com o outro e com o mundo, seja por meio de sua inserção na sociedade.

Portanto, nessa perspectiva, a educação possibilita a transição de uma consciência ingênua para uma consciência crítica de mundo, em que o poder de decisão, de emancipar, de libertar as classes subalternas da dominação do opressor/a se torna uma bandeira constante na luta pela equidade democrática, contra quaisquer injustiças sociais, antidialógicas que incitem

à opressão da classe popular. Freire (2000, p. 67), afirma em seu discurso que "se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

A Educação Popular – EP apresenta-se enquanto uma concepção educativa identificada com as classes populares, sendo concebida como uma concepção educativa e teórica, vinculada ao processo contínuo do ato de aprender e educar, um diálogo que perpassa o ensino acadêmico; estes conhecimentos científicos, portanto, estendem a pesquisa aos saberes empíricos, populares. Estes conhecimentos que passam de gerações a gerações apresentam diferentes características identitárias e culturais, com a intencionalidade de transformação da sociedade.

Desta maneira, Holliday (2006) percebe que a EP está fundamentada conforme a seguir:

> [a EP está] baseada em princípios políticos que apostam na construção de relações de poder equitativas e justas nos diferentes âmbitos da vida e em uma pedagogia crítica e criadora, que busca o desenvolvimento pleno de todas as capacidades humanas: cognitivas, psicomotoras, emocionais, intelectuais e valorativa (HOLLIDAY, 2006, p. 233).

Essa concepção pode ser refletida a partir do processo político-pedagógico centrado no ser humano como sujeito histórico e transformador, que se constitui socialmente, nas relações com os outros seres humanos e com o mundo. Por isso, essa concepção educacional está baseada em princípios políticos que apostam na construção de relações de poder equitativas e justas nos diferentes âmbitos da vida e em uma pedagogia crítica e criadora que busca o desenvolvimento pleno de todas as capacidades humanas, sejam elas cognitivas, psicomotoras, emocionais, intelectuais e valorativas, referendadas pelo autor acima.

A Educação Popular, desde seu início, fez-se ação dialética e dialógica que se propunha ao fortalecimento dos movimentos populares, que se preocupavam em fazer uma educação com o povo, nas classes populares, as quais, por força do capitalismo ficavam excluídas da riqueza por elas produzidas, desta forma, principiando, através do processo educativo, o despertar de uma consciência crítica, que provocasse a rebeldia e a revolução crítica, a partir do entendimento de classe *a priori*. Do entendimento de que condições sociais temos e podemos construir, almejando uma sociedade justa, com equidade social participativa e democrática.

A Educação Popular surge da necessidade da afirmação cultural e de classes para libertação dos oprimidos, destacando-se o legado de Paulo Freire para a América Latina, como um dos principais intelectuais, educadores e pesquisadores dessa concepção educativa e

pedagógica, quem teve suas primeiras experiências sistematizadas com a alfabetização de jovens e adultos, em 1962 no Brasil.

Porém, com o golpe dos regimes ditatoriais em países latino-americanos, a exemplo do Brasil (1964-1984), essas experiências passaram a ser descaracterizadas, de modo que certos movimentos populares foram extintos e muitos/as educadores/as exilados/as, entre eles Paulo Freire. Também, nesse contexto político, a sociedade toma um novo rumo, com a industrialização e a modernização da economia, através do fenômeno chamado globalização. Entretanto, muitos movimentos de Educação Popular ainda estavam na ativa apoiados pela Igreja Católica Progressista, como a teologia da libertação.

Portanto, o sistema educativo moderno sofreu uma forte e decisiva transformação que ocorreu durante o processo de desenvolvimento e modernização da sociedade, que se baseava nos modelos de educação importados de outros países, inclusive dos Estados Unidos, por meio da adoção da *United States Agency for International Development* – USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

O modelo de educação importada de outros países visa o mercado, a qualificação de mão de obra, qual se apresenta como a pedagogia tradicional, mercantilista, contrária a uma pedagogia construtivista, da qual destaca-se a "pedagogia da libertação", disseminada por outros educadores e estudiosos, inclusive por Paulo Freire, na sua obra *Ação Cultural para Liberdade e Outros Escritos* (1981) e a *Pedagogia do Oprimido* (1987).

Essa nova proposta pedagógica com os setores populares da sociedade estabelece uma relação de diálogo com os excluídos, os oprimidos, diferenciando e ressignificando as experiências tradicionais, a formação ideológica, a pedagogia, refletindo sempre a relação do sujeito com a realidade que o cerca.

Essa ressignificação, (re)definição pedagógica favorece as seguintes conquistas:

> A conscientização e a aquisição de novos conhecimentos correspondentes a uma nova "capacidade de dirigir", à busca de autonomia e à conquista de objetivos mais duradouros (democráticos, ético-políticos, solidários, etc.) para todos os indivíduos e grupos sociais (SCOCUGLIA, 2015, p. 98).

Com a ressignificação, redefinição e reinvenção das novas práticas educativas, os novos conhecimentos vão sendo gestados e ganhando novas significações a partir da realidade em que estão inseridos o/a indivíduo/a e os grupos sociais, de maneira consciente, conquistando a autonomia, no exercício contínuo da democracia, por meio dos princípios solidários, éticos e políticos.

Para isto, Carrillo (2010) aponta cinco elementos constitutivos que possibilitam a contextualização da Educação Popular, a saber:

> 1. Una lectura crítica del orden social vigente y un cuestionamiento al papel integrador que há jugado allí la educación formal.
> 2. Una intencionalidad política emancipadora frente al orden social imperante.
> 3. Un propósito de contribuir al fortalecimiento de los sectores dominados como sujeto histórico, capaz de protagonizar el cambio social.
> 4. Una convicción que desde la educación es posible contribuir al logro de esa intencionalidad, actuando sobre la subjetividad popular.
> 5. Una a fan por generar y emplear metodologias educativas dialógicas, participativas y activas (CARRILLO, 2010, p. 9).

A Educação Popular compreende um conjunto de práticas que contribui para a construção de uma cultura identitária de um povo, de uma classe que se unifica por suas condições sociais e ideológicas. Promovendo, então, o fortalecimento das classes populares, quando direcionada para uma leitura de mundo crítica da realidade, que possibilite a emancipação política dos/as sujeitos/as, bem como a construção de metodologias populares e participativas que dialogam com a realidade, na construção de uma sociedade democrática.

Durante o regime ditatorial, muitas mudanças aconteceram nos campos educacional, político e social. Novas tendências pedagógicas foram surgindo, porém, outras tendências foram aprimoradas e adaptadas, como a alfabetização de adultos. No campo da Educação Popular, algumas experiências ocorreram por meio do trabalho da Igreja Católica, de ONGs, de entidades que resistiram ao regime ditatorial e faziam o trabalho de alfabetização dos camponeses/as e dos trabalhadores/as, pois acreditavam na justiça social e na autonomia dos sujeitos para a transformação social.

Na década de 1990, com o processo de redemocratização e de modernização da sociedade, pós-regime ditatorial, uma nova conjuntura aflora e junto uma efervescência do surgimento de novos movimentos populares, com uma proposta de retomada da democracia, da igualdade entre os povos, remetendo-se a uma nova estrutura educacional, política e fundiária para as classes populares, tanto do campo quanto dos centros urbanos. Esse período também é marcado pelo fenômeno da globalização, no qual a educação ganha destaque no âmbito mundial, pelo lamentável número de analfabetos e de crianças fora da escola. De acordo com a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem,* que ocorreu em Jomtien na Tailândia em 1990, existia cerca de 110 milhões de analfabetos jovens e adultos no mundo, entre eles, dados elevados de crianças e mulheres que não concluíam o ensino fundamental. Esse levantamento fez com que os países

que estavam em desenvolvimento se preocupassem com a qualidade da educação do seu País, uma vez que se preconizava a educação universal para todas as pessoas.

Por esta razão, a educação nesse momento não era vista enquanto um direito emergente, universal, mas uma emergência de Estado, pois um País em desenvolvimento não poderia apresentar um dado tão elevado de analfabetos, uma vez que estava pensando no desenvolvimento econômico e produtivo do País.

Sendo assim, o novo paradigma educacional, com o processo de formação dos indivíduos, é direcionado pela política neoliberal de modernização da sociedade. Um dos aspectos que ficou em evidência nesse período foi o de grande investimento no campo educacional para qualificar a mão de obra para o mercado de trabalho.

De acordo Haddad e Pierro (1999, p. 12),

> A Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho aplicou, no triênio 1995/97, quase R$ 600 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no Programa de Qualificação e Requalificação Profissional (PLANFOR), que chegou a 3.800 municípios brasileiros em 1997. O Programa é descentralizado nos estados e implementado em parceria com toda sorte de agentes de formação profissional (empresas, sindicatos patronais e de trabalhadores, universidades, escolas técnicas, organizações não governamentais, etc.).

Nesse cenário mundialmente descrito, em que no Brasil se preocupava com a erradicação do analfabetismo, houve uma alteração no discurso e na postura dos movimentos populares e ONGs, os quais passaram a ser "parceiros" do Estado, em prol de erradicar o analfabetismo nas classes populares. Por um lado, a educação formal estava se estruturando para atender à população nos aspectos estruturais e pedagógicos; por outro lado, as ONGs e os movimentos populares faziam uma Educação Popular.

O desafio se torna constante com o mundo globalizado, regido pela política neoliberal, no qual a Educação Popular também se redefine e (re)fundamenta-se, no campo de atuação, sobretudo, no que diz respeito a seus princípios norteadores, como aponta Hurtado (2006), como o ético, o político, o epistemológico, o metodológico, o pedagógico e o dialético, prevalecendo a concepção crítica de mundo, para o empoderamento das classes populares, na busca pela participação e autonomia, almejando a transformação de uma sociedade que respeite as diversidades, as diferenças, possibilitando uma participação ativa com equidades social e ecológica.

Prospectando, assim, a luta e a resistência dos novos sujeitos/as, novos movimentos populares, novas pautas que surgem na perspectiva de melhores condições e justiça sociais,

como as discussões sobre os povos do campo, as águas e as florestas, sobre gênero, raça, etnia, meio ambiente, entre outras pautas contra-hegemônicas a este sistema capitalista, que continua excluindo os/as oprimidos/as, as classes subalternas.

2.2 EDUCAÇÃO E DIÁLOGO

O diálogo é um instrumento fundamental para a comunicação entre os/as sujeitos/as. Sendo este um processo que se constitui através da comunicação entre as pessoas, através de informações codificadas na relação entre os/as sujeitos/as e o mundo em que vivem; são expressões estabelecidas entre os/as sujeitos/as em relação com a natureza, e entre si, em um processo gnosiológico e ontológico[4] do ser mais.

Por sua vez, a comunicação tem um papel fundamental nesse processo dialógico, em que a construção do conhecimento é adquirida através de um processo de integração na intersubjetividade dos/as sujeitos/as no espaço em que vivem e como se relacionam com o mundo, com a palavra. Sendo assim, "Problematizar a palavra que veio do povo significa problematizar a temática a ela referida, o que envolve necessariamente a análise da realidade, que vai desvelando com a superação do conhecimento puramente sensível dos fatos pela razão de ser dos mesmos" (FREIRE, 1981, p. 16).

Problematizar a palavra que remete à realidade é desvelar o velho e o novo, apreendidos sob óticas diferenciadas, a partir da leitura crítica do mundo que os cerca [os sujeitos e, em particular, os oprimidos]. Esse desvelamento do conhecimento obtido através do diálogo permite a mediação de saberes entre os sujeitos/as que ampliam o conhecimento primário para um conhecimento mais elaborado.

Desta maneira, "a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados" (FREIRE, 1983, p. 43). Para que o conhecimento seja significativo, é necessário que o/a sujeito/a passe por um processo de conscientização do seu eu e do mundo para libertação, possibilitando uma leitura diferenciada do que de fato existe no seu universo. "O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação" (FREIRE, 1983, p. 29).

---

[4] "Referem-se a concepções de homem, da sociedade, da história, da educação e da realidade, que se articulam na visão de mundo implícita em toda produção científica; esta visão de mundo (cosmovisão) tem uma função metodológica integradora e totalizadora" (GAMBOA, 2012, p. 59).

O diálogo crítico para a libertação só é permitido quando se inicia o processo de conscientização que passa, segundo Freire (1987), por três processos distintos: a consciência ingênua, a consciência transitiva e a consciência crítica, a qual é uma reflexão que possibilita a compreensão social da divisão de classes na perspectiva da consciência crítica subjetiva do indivíduo explorado. Essa contradição é refletida por Aron (2005) em *O Marxismo de Marx*, enquanto "luta de classes, que é inseparável do regime, porque esse regime comporta por definição uma exploração de classe assalariada" (ARON, 2005, p. 286). A luta de classe, apresentada por Marx, durante a análise das relações de trabalho, apresenta um antagonismo e a contradição do sistema capitalista, chamada por ele de regime, entre o bloco capitalista e o bloco socialista, em que, de um lado, apresenta-se como um estado individualista e de produção acelerada para o mercado e o consumo e, de outro lado, sob a forma de uma coletividade e do consumo para o bem comum.

Há então, uma contradição entre a classe dominante, que representa os interesses do capitalismo, e a classe oprimida, que luta por um novo projeto de sociedade. Uma sociedade democrática, justa e com equidade social, contrária a uma sociedade capitalista, desigual e exploradora, categorizando o lugar entre opressores e oprimidos na sociedade.

Uma sociedade democrática proporciona uma educação dialógica, libertadora, permitindo que o/a oprimido/a lute pela sua libertação, revolte-se com a situação de opressão vivenciada, buscando melhores condições de vida para sua família e para o grupo social em que se insere.

O diálogo remete à pronúncia da palavra inicialmente sob o direito de ter acesso à fala, à educação, à alfabetização para codificação e decodificação dos códigos. Ou mais ainda: na perspectiva do letramento, aprender a ler e escrever para agir (de forma autônoma e crítica) no mundo, visando transformar a realidade (KLEIMAN, 2010; MOITA LOPES, 2006, 2009). Ter o direito de pronúncia, de oposição, de expressão, muitas vezes negado, (in)visibilizado pelos opressores/as que ignoram esse/a recorte/parcela da sociedade.

Freire critica a manipulação, a utilização do diálogo para enganar as pessoas, e que, sem credibilidade, "sem esta fé nos homens o diálogo é uma farsa. Transforma-se, na melhor das hipóteses, em manipulação adocicadamente paternalista" (FREIRE, 1987, p. 46). Um diálogo falso pode caracterizar uma farsa e a manipulação das informações e do conhecimento sobre o outro, na busca de interesses próprios, individuais, em que o opressor/a se utiliza deste instrumento para dominação e opressão dos oprimidos/as.

Essa afirmação também é apresentada por Brutscher (2005, p.133), em sua dissertação de mestrado; o autor nos esclarece que, "sem diálogo entre sujeitos com posições autônomas,

não há educação, até pode haver adestramento ou treinamento em determinadas técnicas ou saberes, mas não educação". Quando a prática educativa tem características de treinamento, adestramento, transferência de conhecimento, esta educação é conhecida como bancária, na qual o/a oprimido/a recebe as informações sem que haja interação, caracterizando-se como uma educação antidialógica.

Quando os/as sujeitos/as vivem em comunhão, o grupo social se fortalece, na medida em que a leitura de mundo vai sendo ampliada, criticizada, tornando-se mais humanizada, na busca de outras formas de libertação, seja na forma de expressões culturais, artísticas das pessoas, seja na pronúncia das palavras, nas manifestações e outras formas de expressão que surgirem da denúncia e do anúncio do/a novo/a sujeito/a que venha a emergir das classes populares.

O diálogo crítico para libertação provoca a consciência crítica de mundo na busca constante por liberdade, por autonomia, por condições mais justas de vida, de bem-estar, com equidade e justiça sociais, fomentando a luta e a rebeldia dos/as oprimidos/as.

2.3 EDUCAÇÃO E SABER POPULAR

Podemos afirmar que o saber é fruto de um conhecimento adquirido e expandido pelas gerações através das práticas socioculturais existentes na sociedade. A educação viabiliza que o conhecimento, o saber seja disseminado e preservado, inventado e reinventado no processo de aprender e ensinar, ensinar e aprender, através do diálogo.

Entende-se que o termo "saber" pode ser observado enquanto uma prática cultural constituída por meio do conhecimento adivindo do senso comum, a que Santos se refere como sendo um "conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos nossas ações e damos sentido à nossa vida" (SANTOS, 2010, p. 88). O conhecimento vulgar e prático é o saber empírico que se aprende e apreende de pais para filhos e, assim, as gerações vão reproduzindo esse jeito de viver, de ser e estar no mundo. Nas palavras de Brandão (2006, p. 9), trata-se de:

> [...] um saber necessário, que pudesse passar de um corpo a outros, os pequenos seres humanos atravessam longos períodos da vida convivendo em companhia de iguais no interior dos grupos cada vez mais estáveis e, ao longo do tempo, cada vez mais complexos: bandos errantes, hordas, famílias, parantelas, clãs, aldeias, tribos.

Esse saber popular é identificado nas práticas cotidianas, é saber construído nas vivências significativas para a vida, compondo uma diversidade de saberes existentes nos diversos grupos expressivos, constituindo diferentes culturas. Cultura diz respeito a expressões criadas pela ação humana, como os costumes, as tradições, a língua, ou seja, "o produto do trabalho do homem sobre a natureza, sinais, símbolos, instituições e significados, o produto do homem sobre si mesmo" (BRANDÃO, 2006, p. 9). Portanto, a cultura é um fenômeno da ação humana sob a, manifestando-se na sociedade, por meio de diversas expressões. Essa concepção de cultura que Brandão aponta é ampliada no conceito de Marilena Chauí, a qual apresenta a seguinte conceituação:

> A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprio o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Esse conceito ampliado da compreensão de cultura está totalmente vinculado às relações de produção do sistema neoliberal de consumo, uma vez que a cultura se torna um objeto de mercadoria, sendo ameaçada e descaracterizada pelas mudanças que ocorrem na sociedade, rompendo, portanto, com certos mitos, a exemplo de que os populares são seres inferiores. Tais mitos, "cuja introjeção pelas massas populares oprimidas é básica para a sua conquista, são levados a elas pela propaganda bem organizada, pelos *slogans*, cujos veículos são sempre os chamados 'meios de comunicação com as massas'" (FREIRE, 1987, p. 79).

Com a globalização entre as nações, os meios de comunicação se expandiram, massificando e homogeneizando as expressões culturais, os saberes acumulados ao longo de uma vida, os quais são invadidos pela cultura de massa, sofrendo interferências das transformações sociais.

Levando-se em consideração a invasão cultural e as mudanças de comportamento dos grupos, o saber produzido manifesta-se no campo empírico e no campo acadêmico. Desta maneira, o saber popular manifesta-se nos dois espaços. No espaço do cotidiano, no campo empírico, nas falas, no jeito de ser das classes populares, gerado historicamente pelos sujeitos/as, uma ciência popular. Já o saber acadêmico, este se manifesta no campo da

academia, nos centros de ensino, uma ciência que precisa ser sistematizada, com validade científica comprovada pelos estudiosos e pesquisadores.

2.4 EDUCAÇÃO POPULAR, AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO

Pensar em autonomia é refletir o que somos? O que já conquistamos? E prospectar o que queremos conquistar? Neste trabalho, teremos como fio condutor a ideia de educação impulsionada para a autonomia do ser sujeito, articulando o diálogo com o saber popular na construção do conhecimento orgânico das classes populares.

A educação possibilita a autonomia do ser subjetivo na perspectiva do empoderamento enquanto um sujeito político, crítico e ativo na sociedade, que favoreça o anúncio e a denúncia do/a opressor/a, da palavra dita, através da dialogicidade, a qual proporciona a reflexão crítica da realidade para a transformação social.

Um fator importante para que esse empoderamento seja conquistado é o fato de que esse processo perpassa um caminho com muitos paradigmas a serem rompidos, no qual o primeiro é identificar o conceito de autonomia, ao qual estamos nos referindo nesta seção. Em Freire (2004, p. 64), o "respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético [...] em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo no respeito a ela". Nesse processo de inacabamento do ser mais, é que as relações afetivas, políticas vão se moldando de maneira que o respeito às diferenças vai sendo valorizado por cada sujeito/a inserido/a no processo de formação crítica, tomando consciência de seu posicionamento frente à realidade que se apresenta.

A eticidade e a autonomia dialogam juntas, pois não há autonomia sem respeito ético pela subjetividade do outro. A valorização da classe na qual se está inserido perpassa uma construção do saber popular e de sua valorização, do reconhecimento da "[...] boniteza de ser gente" (FREIRE, 2004, p. 65). Essa valorização do saber popular ressignifica a identidade do sujeito/a na boniteza de sua cultura, no reconhecimento gnosiológico do ser mais, na busca por liberdade, refutando a neutralidade existente no ocultamento da sociedade.

Por isto, "autonomia no sentido grego da palavra autós (por si mesmo) e nómos (regulamento, norma, lei) é o que define a liberdade como possibilidade de independência" (RIBEIRO, 2013, p. 287). Autonomia é uma palavra que exprime independência, liberdade de ação, na perspectiva do direito de ir e vir, da liberdade de expressão, da participação nos espaços formativos, políticos, pedagógicos, para o fortalecimento de uma cultura autônoma, autêntica.

De uma cultura camponesa que se torna autônoma a partir da luta e da posse da terra enquanto agricultores/as familiares, que antes escravizados, oprimidos pelos fazendeiros e latifundiários, hoje, na situação de donos da terra, tornam-se "independentes" dessa condição de opressão.

E que tem como base os princípios da Educação Popular, que presta uma contribuição relevante para a construção da autonomia dos sujeitos/as, para uma participação ativa e democrática, contrária a uma postura autoritária, na qual existe uma relação de exploração.

Nesse novo paradigma que se apresenta no século XXI, Pontual (2014) aponta certos desafios frente a essa forma de participação popular, partindo de uma perspectiva dialógica e comunicativa dos novos sujeitos/as.

Sob esse prisma, o autor faz a seguinte explanação:

> O diálogo entre os novos atores sociais que se organizam, sobretudo através das novas mídias e redes sociais com os movimentos sociais historicamente organizados, aparece também como um desafio para o qual acredito a educação popular tem sua contribuição a dar. Como decorrência deste desafio também temos a questão de como articular a participação social que se dá através da utilização das TICs e os espaços presenciais numa relação que seja de complementariedade. Outro desafio está em como trabalhar a educação popular como política pública na perspectiva de um Estado educador e educando e ao mesmo tempo fortalecer a autonomia das práticas de EP que se desenvolvem no âmbito da sociedade civil. Para tanto está o desafio de como desenvolver uma aliança estratégica entre movimentos sociais e setores de governos democráticos e populares que querem construir um modelo de desenvolvimento integral, aprofundar e radicalizar a democracia em nossas sociedades fundadas nos valores da solidariedade, justiça, respeito à diferença e emancipação humana (PONTUAL, 2014, p. 48).

O diálogo e a comunicação são peças fundamentais na construção da autonomia, da participação e, consequentemente, do empoderamento desses sujeitos/as sociais, inseridos/as em quaisquer que sejam os grupos sociais. A consciência crítica possibilita a reflexão das relações de opressão estabelecidas entre a classe opressora e a classe oprimida, de modo que a libertação da consciência ingênua se dá no momento em que o/a sujeito/a compreende sua posição de explorado/a e busca se libertar dessa situação.

Portanto, o desafio maior que considero, tomando-o como ponto de partida para uma participação autônoma, é a construção de uma consciência de classe, para depois fortalecer a luta por uma participação coletiva e democrática, possibilitando, nesta conjuntura de sociedade capitalista, alianças políticas, na criação e implementação de políticas públicas para a classe popular, agora com um novo perfil de atuação social.

Contudo, a educação e a autonomia dizem respeito a um processo de construção do conhecimento identitário, orgânico, que surge da base social na qual se está inserido, sem sofrer influências, invasão de outras culturas, mas permanece com a boniteza de ser gente, na coletividade e na eticidade, aprendendo a conviver com as diferenças, com o diferente, mas sendo livres, respeitando a subjetividade de cada um no seu espaço e tempo de aprendizado.

A mudança de comportamento e as inferências na cultura de um grupo social implicam a superação nas relações de opressão sofrida, a partir de novas perspectivas de mundo e de sua relação intrínseca entre os homens e as mulheres com a natureza, nessa dualidade e conflitualidade entre ambas as esferas.

Nesse sentido, qual o papel da educação para a emancipação? Esse é um aspecto que merece reflexão. Acreditamos que o ponto de partida seja a necessidade de se construir a emancipação em uma realidade opressora como a capitalista na qual se coloca a exigência de se construir um projeto alternativo de sociedade, na qual os/as sujeitos/as tenham atitudes revolucionárias, de mudança, de inquietude. Por isto, percebemos a semelhança do termo de autonomia com o termo emancipação, que se retrata da libertação, da liberdade de diversas formas de expressão e opressão. Dessa maneira, vamos analisar o termo educar, no sentido de dialogar, de refletir seu papel enquanto sujeito/a na sociedade, numa perspectiva da construção de processos de empoderamento para a emancipação.

Empoderamento no sentido de tomar para si a consciência da relação entre o/a sujeito/a e a natureza, bem como as relações humanas, do sujeito/a e dos novos mecanismos de comunicação, promovendo a inserção dos sujeitos/as e as relações de trabalho existentes nos diversos setores da sociedade de maneira equitativa.

Essa relação antropológica do homem e da mulher e o mundo é construída e interligada socialmente, de maneira que um depende do outro, ora traduzida por meio de uma relação de dependência, uma contradição que faz parte da natureza humana, ora por meio de uma relação de independência que possibilita transformações cotidianas.

É nessa direção que a educação pode contribuir para o processo de construção de um projeto de transformação social que visa à emancipação da classe trabalhadora, especificamente camponesa. Como salienta Batista (2009):

> As perspectivas de emancipação humana, a libertação dos trabalhadores requer o domínio do conhecimento, o desmantelamento da propriedade privada e da dominação de classe. É nessa perspectiva que credito à educação o papel de promover uma reflexão sobre os processos e artimanhas da opressão e da dominação aliando-se às lutas dos oprimidos pela sua libertação (BATISTA, 2009, p. 223).

Associado a esta relação externa e ontológica, Freire (2004, p. 72) ressalta que devemos ter a "capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo, para transformar a realidade, para nela intervir". Intervir de maneira que possamos exercer a cidadania, enquanto cidadãos/ãs de um País que adota o "regime democrático". Mas como ser um/a cidadão/ã e exercer a cidadania em um país capitalista, que discursa liberdade no âmbito da individualidade e da competitividade no âmbito da propriedade privada?

Exercer o direito de ser cidadão, conforme Freire (2001, p. 25) pontua, "significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado" e que a "cidadania tem a ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão".

Essas prerrogativas são fundamentais para que possamos compreender o processo democrático consolidado enquanto uma política de Estado, no exercício pleno dos direitos e deveres impostos pela sociedade.

Observa-se, por outra ótica, uma contradição nessa lógica do pleno exercício dos direitos sociais, uma vez que o sistema neoliberal direciona as políticas social, econômica, ambiental e educacional, tornando um regime democrático em um regime autoritário, alargando a desigualdade social, o individualismo, a competitividade, o consumo desenfreado na relação de "exploração da classe assalariada" (ARON, 2005, p. 286), homogeneizando a cultura, que, muitas vezes, perde seus costumes, para acompanhar o ritmo acelerado da modernização globalizada.

Nessa perspectiva, a educação tem a função de despertar nos sujeitos/as o espírito de "rebeldia enquanto denúncia [...] precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica" (FREIRE, 2004, p. 81), em uma relação de mobilização e participação sociais, na qual se possa comungar dos mesmos objetivos e a partir da qual se possa conquistar uma nova democracia, com justiça e equidade sociais.

Para Oliveira (2006), nas obras de Boaventura de Souza Santos, este autor discute o paradigma da pós-modernidade, a partir de um paradigma emergente, em que a participação e a regulação, a emancipação e a regulação são expressões conflitantes neste Estado regido pela política neoliberal. Dessa maneira, o regime democrático também tem que ser repensado, devido à forma como estão sendo desenvolvidas e/ou manipuladas as informações, as quais não atendem aos requisitos políticos de participação, de representatividade no campo democrático para população que mais sofre com o descaso.

Contrapondo a esta lógica do capital,

> A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará, permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo em que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e cidadania. [....] Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada (SANTOS, 1995, p. 270 apud OLIVEIRA 2006, p. 68).

Dessa maneira, com essa perspectiva democrática, a nova teoria possibilitará desocultar os conflitos, gerando novas relações entre os oprimidos e os opressores, novas práticas que possam favorecer as transformações sociais e, mais precisamente, a mudança do cenário metodológico, político e democrático dos processos de formação, favorecendo, assim, a emancipação de cada um/a sujeito/a, cidadão/ã.

Ampliando o que Oliveira nos traz acima, Lopéz (2014) ainda reforça que:

> La sistematización contribuirá a la construcción de paradigmas emancipatórios, em la medida em que al le er de forma critica nuestra acción colectiva, podamos también problematizar nuestras prácticas personales, si esto sucede entonces algo no estamos haciendo bien, implica problematizar como em la experiências se reproducen los sitemas de ipressión, dominación y explotación y qué estratégias seguir para hacerles rente. Al mirar nuestras experiencias e prácticas desde la sistematición como apuesta política, podremos redefinir los caminhos posibles para la transformación (LOPÉZ, 2014, p. 41).

Portanto, a participação cidadã é um elemento substantivamente orgânico para possibilitar efetivamente uma ampliação da base democrática de controle social sobre as ações do Estado, que pode resultar em uma gestão partilhada, tendo em vista as práticas participativas geradas tanto a partir das organizações da sociedade civil como da ação indutora do Estado, em alguns casos.

Por isto, a cooperação entre a sociedade civil e o Estado amplia uma participação ativa e democrática, construindo uma cidadania ativa, de modo que as práticas de participação cidadã possibilitam uma significativa contribuição na constituição de novas esferas públicas democráticas, na promoção de um processo progressivo de comunicação dos novos movimentos sociais. Essas práticas, desenvolvidas no âmbito dos espaços de poder local, buscam, sob uma outra ótica, uma visão emancipadora na relação entre o Estado e a sociedade civil, reconhecendo as especificidades e autonomia de cada cidadão/ã.

2.5 EDUCAÇÃO E TRABALHO

Uma educação crítica acerca da realidade permite aos/as sujeitos/as uma análise sobre suas práticas cotidianas, bem como sobre sua subjetividade nas relações de trabalho por eles/as exercidas para a transformação da própria realidade.

Dessa maneira,

> o importante, na verdade, num tal trabalho com o povo, é o exercício daquela postura crítica diante da realidade, em que esta começa a ser tomada, cada vez mais rigorosamente, como objeto de conhecimento, na análise da própria ação transformadora sobre ela (FREIRE, 1978, p. 25).

Portanto, o trabalho enquanto processo educativo possibilita a formação do sujeito/a para a formação de identidade, seja ela das relações de produção do campo ou da cidade, exercendo trabalho manual ou trabalho intelectual. A intencionalidade do trabalho enquanto princípio educativo parte da necessidade humana de interagir e produzir para a sua sobrevivência e o seu bem-estar.

No pensamento Marxista, a força produtiva se desenvolve por intermédio das contradições dos sistemas capitalista e socialista, em níveis antagônicos; de um lado, o conflito entre a consciência e a realidade; do outro, a teoria e a prática, a qual se caracteriza por meio de duas correntes na divisão do trabalho e da propriedade, quais sejam, a corrente socialista, da partilha, e a corrente de produção capitalista.

Esse movimento dialético é contraditório nas relações de trabalho e refletido na força de trabalho dos trabalhadores/as enquanto uma mercadoria, pelo seu valor de uso, e na propriedade, enquanto uso privado, individual e não coletivo. Percebe-se que o jogo de interesses prevalece na relação de explorador/a e explorado/a.

O movimento contraditório da sociedade, entre as classes sociais, é apartado por movimentos distintos na produção do conhecimento. Esse conhecimento é apreendido por meio de saberes adquiridos nas práticas cotidianas vivenciadas pelos/a sujeitos/as, sejam eles saberes populares ou saberes científicos, que são desenvolvidos por meio de trabalhos diferenciados.

Sob o prisma de Aron, “a forma primeira da divisão do trabalho, nos diz Marx, é a separação do trabalho material e do trabalho intelectual, e compreende-se bem porque a seus olhos, a divisão do trabalho material e do trabalho intelectual é a contradição primeira” (ARON, 2005, p. 218), no qual o trabalho intelectual concentra-se nos/as sujeitos/as que

formam a classe dominante, "os intelectuais da sociedade", que detêm a propriedade privada e o capital financeiro. O trabalho manual, por sua vez, é executado pelos/as sujeitos/as que são explorados/as, oprimidos/as, que são ocultados pela desigualdade social na sua condição humana e de classe na qual estão inseridos.

A crítica que Paulo Freire traz dessa contradição é a condição de desigualdade social e da exploração da força de trabalho que é instituída pelo sistema capitalista, no qual:

> Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, "imersos" na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que, lutar por ela, significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus "proprietários" exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões (FREIRE, 1987, p. 19).

Romper com essa lógica estrutural do sistema capitalista requer primeiro uma leitura crítica da sua realidade, observar, perceber e refletir sobre a contradição nas relações de trabalho, desde sua base familiar até as relações humanas entre o oprimido/a e o opressor/a, assumindo um risco de conquistar a liberdade, no intuito de conquistar seus direitos sociais, com respeito, humildade e solidariedade, na cooperação com os demais oprimidos/as.

Assumir o ato de educar e educar-se, simultaneamente, permite o movimento dialógico da prática educativa, que favorece a reflexão crítica sobre as relações de trabalho estabelecidas, porém, vale ressaltar que a academia, assim como a educação em âmbito geral, segue a mesma lógica mercadológica do neoliberalismo, de modo que o produtivismo acadêmico prejudica a qualidade dos trabalhos científicos que são produzidos, inclusive no sistema educacional que segue o ritmo do taylorismo, utilizado para produção em larga escala com o mínimo de tempo.

Portanto, o trabalho enquanto princípio educativo, aportado em um projeto de sociedade contra-hegemônica, ressignifica a identidade dos/as sujeitos/as das classes populares, a partir de uma pedagogia crítica do trabalho para cooperação, para solidariedade, humanizando-os/as, levando-os/as a se humanizarem, uns/umas aos outros/as.

Configura-se numa proposta contra-hegemônica, contrária à lógica do capital[5], que nega a valorização da prática do coletivismo na formação de sujeitos/as críticos, no

[5] "O capital significa o desenvolvimento contínuo desse elo: a força do trabalho do homem torna-se mercadoria. O assalariado vende a sua força de trabalho ao proprietário da terra, das fábricas, dos instrumentos de produção. O operário emprega uma parte do seu dia de trabalho para cobrir os gastos do seu sustento e de sua família (o salário); a outra parte, ele a emprega trabalhando gratuitamente, criando para o capitalismo a mais-valia, fonte de lucro, fonte de riqueza para a classe capitalista. Este texto foi publicado em 1918 na brochura, pela Editora Francesa, Edição: Manoel Lisboa" (LÊNIN, 1918, p. 60).

movimento dialógico que conduza melhor as habilidades de cada um/a, enfatizando que todo trabalho tem uma intencionalidade política.

Sendo assim, o trabalho edifica quando tem uma intencionalidade concreta para a transformação social, sobretudo quando a consciência crítica é despertada para a autonomia e a emancipação da classe oprimida, não para se tornar opressora, mas para construir processos de emancipação coletiva na sociedade.

2.6 TECENDO CONSIDERAÇÕES: O Saber Educar Educando

Tecendo o fio condutor da Educação Popular, articulando aos princípios norteadores da prática educativa as categorias estabelecidas neste capítulo, podemos identificar que o diálogo perpassa toda a extensão do campo comunicativo, seja de maneira direta ou indireta, contribuindo para a construção de uma consciência crítica na elaboração dos conhecimentos popular e científico. Conhecimentos estes que ampliam a concepção de mundo em uma dimensão gnosiológica e ontológica do ser mais, em que a relação do sujeito/a com a natureza não se configura em uma relação de exploração, mas uma relação complexa de integração, de complementariedade, na qual um depende do outro, em uma reciprocidade ecológica (consciente, saudável, hamonioza) e dialógica.

Portanto, a educação e o diálogo são eixos norteadores e fundamentais para a compreensão do mundo, numa perspectiva contra-hegemônica, contrária à lógica regida pelo neoliberalismo, que oprime e explora a classe subalterna, tanto no trabalho intelectual, quanto no trabalho manual, tendo em vista um paradigma emergente que surge para questionar e propor uma (re)fundamentação das práticas populares realizadas em diversos espaços educativos, na perspectiva de um jeito diferente de fazê-las, principalmente no campo da educação formal e não formal. Nesse sentido, identificar e ressignificar os saberes populares é uma maneira de resistência da classe popular. Manter viva a cultura é um desafio neste mundo globalizado, onde as informações são homogeneizadas.

Compreender as relações de trabalho não é fácil, é um movimento complexo. Contudo, tal complexidade não deve ser encarada como algo negativo, mas sim natural, inerente ao próprio processo de trabalho. A propósito, acerca dessa perspectiva do pensamento complexo, Morin (2000, p. 38) faz a seguinte colocação:

> O conhecimento pertinente deve enfrentar a complexidade. Complexus significa o que foi tecido junto; de fato há complexidade quando elementos

> diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico); e há um tecido interdependente interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade.

Essa dialética, pensada nessa complexidade, contribui para que as partes constituam o todo por meio de um movimento dialético de saberes e transformações que proporcione respostas às transformações sociais que perpassam toda esfera educacional, política e econômica, partindo do local para o global, nesse movimento complexo.

Esse movimento contínuo pode ser refletido na lógica da contra-hegemonia, em que o opressor que vive dentro do oprimido pode ser superado quando a "superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela" (FREIRE, 1987, p. 21), na busca insistente da libertação nas relações de trabalho e de gênero, consequentemente.

Por isto, a busca pela autonomia e pela emancipação social provoca a participação dos/as sujeitos/as nos espaços de poder e de decisão para a transformação da realidade, na boniteza que tem a vida, sendo amorosos uns com os outros, mas sem deixar de lado a consciência crítica sobre o mundo que os cerca.

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS, A LUTA PELA TERRA E POR POLÍTICAS AGRÁRIAS

Neste capítulo, refletiremos sobre os movimentos sociais do campo, os conflitos e as disputas políticas na luta pela terra e por políticas agrárias, com recorte nas políticas públicas para Reforma Agrária. A questão da reforma agrária e a luta pela terra quase sempre foi assumida em segundo plano pelos governantes, que ainda concebem o campo como um lugar de atraso, o que diferencia da visão dos latifundiários e as grandes empresas que visam o campo como um espaço de riquezas, de lucro e, consequentemente, de exploração da força de trabalho.

É importante ressaltar a importância dos movimentos sociais populares do campo na conquista da terra e das políticas públicas para o campo enquanto espaço de riquezas e de bem viver.

Os elementos naturais contidos no campo são percebidos como instrumentos de vida para os camponeses/as que se organizaram em grupos e movimentos sociais populares, os quais tiveram como principal pauta de reivindicação a luta pela terra e pela reforma agrária, acrescida com as condições de direitos necessários para uma vida digna no campo.

Uma das categorias da Educação Popular mais presentes neste capítulo é o trabalho enquanto princípio educativo na resistência dos movimentos sociais do campo, bem como a busca da liberdade e da emancipação humana.

3.1 A RESISTÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: O Anúncio e A Denúncia de Um Contexto Social que se Faz Novo

Durante a década de 1950, mas precisamente em 1954, surge um movimento popular que mobilizou os camponeses em prol da questão agrária no campo, denunciando os maus tratos, os baixos salários, a exploração dos/as trabalhadores/as, entre outros fatores desumanos em prol de um crescimento industrial, favorecendo a classe dominante, os latifundiários. Esse crescimento industrial no Brasil foi um momento de absurda exploração da força de trabalho da classe mais pobre da sociedade, que sofria com o período de fome e de maus tratos no campo trabalhista. Dessa insatisfação, surgiu um movimento contra-hegemônico, esquerdista, uma estrutura favorável para a classe trabalhadora que estava sofrendo com o descaso das leis trabalhistas.

Para tanto, durante as décadas entre 1950 e 1960, surgiram muitas inquietações nos campos político e agrário, em busca da retomada dos direitos já conquistados legalmente, no

qual o usineiros e fazendeiros eram questionados pelos grupos organizados e pelos sindicatos que começaram a se organizar em prol do reconhecimento dos direitos trabalhistas, dialogando com o Estado para que fosse revista a carga horária de trabalho, o aumento salarial, a implantação de escolas públicas e gratuitas no campo e nos bairros periféricos, reconhecendo os direitos básicos à pessoa humana.

Nesse período, eclodem vários movimentos, com destaque para um movimento que reuniria os trabalhadores rurais, chamado de Ligas Camponesas (1954-1964), liderado por Francisco Julião do Estado de Pernambuco, expandindo-se para outros Estados, formando lideranças nos campos de plantação da cana-de-açúcar, a exemplo do que ocorreu no Estado da Paraíba, com a liderança de João Pedro Teixeira. Esse movimento representa um marco na história da organização dos/as trabalhadores/as do campo. Pela primeira vez, organizou-se e formou-se uma associação com mais de 50 mil camponeses associados, a qual estava articulada com certos partidos políticos de esquerda e com o Movimento Eclesiais de Base – MEB e a Ação Popular – AP, agregados à luta do homem, em especial, a mulher do campo.

Sob essa ótica, o movimento camponês chamado Ligas Camponesas é reconhecido da seguinte maneira:

> Como o mais importante movimento social camponês organizado pelo povo brasileiro na década de 1960. Nesse sentido, as ligas são parte do condutor da história das lutas sociais de nosso povo, desde o período do colonialismo até nossos dias de hoje. Um movimento de massas, com enorme capacidade de mobilização, para defender a urgência da realização da reforma Agrária, com a palavra de ordem: "Reforma Agrária na lei ou na marra" (STÉDILE, 2012, p. 12-13).

Esse período de mobilização da classe trabalhadora do campo por condições dignas de trabalho e reivindicação por direitos sociais básicos, por escolas, por educação, envolveram muitos trabalhadores rurais de todo o Brasil e da América Latina. Esse movimento também tinha os caráteres político e ideológico de que na época emergia o clima de repressão aos comunistas, que tinham uma ideologia de coletividade, de justiça social, mas, infelizmente, com o golpe da ditadura militar (1964), houve muitas represálias, muitos militantes foram mortos, desapareceram, outros tiveram que fugir para o exílio em países da América Latina, para resguardarem sua vida e a de seus parentes.

É importante ressaltar que esse movimento cresceu e unificou os/as camponeses/as, levando-os a se organizar e lutar pelos seus direitos, inclusive pela reforma agrária, fomentando o surgimento de movimentos sociais populares em prol de políticas públicas para

o campo, como o direito à terra, à água, à moradia, à educação, à saúde, entre outros direitos que foram conquistados com a resistência e persistência dos/as trabalhadores/as do campo.

A luta pela terra está diretamente ligada a outro projeto de campo, a uma nova perspectiva nas formas de produção e de ocupação territorial, percebendo o território ocupado não como uma porção de terras, um espaço geográfico, mas um espaço onde existem relações sociais, relações de poder, conflitos, que, na visão de Fernandes (2006), pode ser entendido da seguinte maneira:

> Espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2006, p. 34).

Podemos nos referenciar a territórios, pois cada território tem suas especificidades, suas formas de lutas e resistências diferenciadas, de acordo com as necessidades dos camponeses e das camponesas. As relações sociais estabelecidas geradas a partir de interesses individuais e coletivos, de modo que as relações de poder podem ser conflituosas ou negociáveis, dependendo do grau de conflitualidade existente no território em questão. Uma realidade não tão amigável, para a população do campo que sofre com a expulsão de suas terras, a grilagem[6], as emboscadas, um conflito que, na maioria das vezes, torna-se sangrento e com muita violência pela força opressora do capitalismo.

O conflito agrário está imerso em um paradigma de sociedade neoliberal, em que o processo de globalização e a homogeneização das informações, da cultura, vão se tornando mais próximas, à media que as lutas vão se unificando em prol de um mesmo objetivo.

Dessa maneira,

> O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2008, p. 390 apud REIS, 2013, p. 111).

[6] A "denominação de 'grilagem' vem da prática recorrente à época de colocar papéis novos em gavetas com grilos para que as secreções desses animais amarelecessem o papel, dando aos documentos a aparência de antigos" (ALENTEJANO, 2012). A grilagem servia, portanto, para falsificar documentos de terras que não tinham comprovação legal, deixando assim muitos agricultores sem terra, as quais eram deixadas pelos seus pais sem nenhuma comprovação de posse.

Na busca pela construção de outro modelo de sociedade, em prol de políticas sociais básicas, no período de 1980, houve uma rearticulação dos movimentos sociais e dos movimentos populares, um estopim na emersão de novos movimentos sociais, com novas pautas reivindicatórias a luta do campo e da cidade. Um paradigma emergente que surge pela contradição do capitalismo e pela luta de classes sociais.

Entre os movimentos sociais que impulsionaram a luta pela terra, podemos destacar nesse novo contexto, a rearticulação dos sindicatos rurais e da indústria, com destaque para a Via Campesina, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG (1964), criação da Comissão Pastoral da Terra – CPT (1975), impulsionados pela Igreja Católica, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1984), pelos camponeses do Sul do país, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (1996), o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB (1989), as Pastorais Sociais da Igreja Católica, entre outros movimentos sociais populares que almejavam uma reforma agrária que atendesse às expectativas dos movimentos sociais, até porque, na retomada pela redemocratização do País, esperava-se que as lutas no campo e os conflitos agrários iriam ser vistos como uma prioridade para o Estado, o que não aconteceu até os dias atuais.

Ainda sob ests aspecto, a pauta agrária, do campo, está em consonância com outras temáticas necessárias para discussão e inclusão das classes populares, como a discussão da relação de gênero, a participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, a questão dos territórios indígenas e remanescentes de comunidades tradicionais, a participação das juventudes pela inclusão de suas necessidades geracionais, a discussão sobre a ecologização do ambiente, sua preservação e conservação.

Almeja-se um projeto de Reforma Agrária Popular que valorize a cultura, a identidade, as experiências cotidianas das crianças, dos jovens e dos adultos, favorecendo o processo de alfabetização e letramento, sob o prisma da leitura crítica de mundo das classes populares, dos oprimidos, sob suas condições social, política e econômica na sociedade. Um território onde não haja opressão, nem opressores, onde a coletividade e a solidariedade sejam partes fundamentais na construção de um diálogo que possibilite uma sociedade mais justa.

3.1.1 A Luta e Resistência dos Movimentos Sociais do Campo pela Reforma Agrária

A questão agrária sempre esteve diretamente ligada à estrutura de poder e da expropriação de terras nos países da América Latina, sobretudo no Brasil, que, desde o

período colonial, retrata uma disputa política e territorial entre os povos do campo[7] e os fazendeiros, empresários, políticos, ou seja, os latifundiários[8], que concentram uma grande extensão de terras. Essa luta pela terra é reflexo das contradições do modelo de produção do capital que engendra a luta de classes sociais entre os povos do campo, os camponeses, e a elite agrária, "a elite e o proletariado", em que, na maioria das vezes, os subalternos da sociedade são excluídos.

Para Stedille (2013, p. 177), a questão agrária "nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz, simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria". Um conjunto de tensões que envolvem não só a luta pela terra, mas desperta diversos conflitos sociais, ambientais, econômicos, políticos, ideológicos de grupos organizados, movimentos populares, organização não governamentais, que ocupam determinados territórios. O que está em disputa são projetos de sociedade para o campo; de um lado, o modelo do agronegócio; de outro, a agricultura familiar camponesa defendida pelos movimentos sociais do campo.

Uma contradição que resulta na luta pela terra e pela reforma agrária que está diretamente internalizada na resistência dos povos do campo, em contraponto ao sistema do neoliberalismo, às manobras do Estado e dos latifundiários, que visam à extração e apropriação de riquezas, de lucratividade dos recursos naturais e minerais do campo, desprezando o objetivo principal da função social da terra, regulamentado no Artigo 9º disposto na Lei de nº 8.629 de 1993, no qual se ressalta o seguinte preceito:

> A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:
> I - aproveitamento racional e adequado;
> II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
> III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
> IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1993).

A legislação possibilita que as negociações sejam direcionadas para que não haja conflitos e que seus atos sejam embasados de acordo com as leis que regem nosso País.

[7] "Pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem terras, agregados, caboclos, meeiros, boia-fria, e outros grupos mais" (KOLLING, 2002, p. 21).

[8] O nível de dominação dos latifundiários se dá pelo "latifúndio, que utiliza pequena parcela de força de trabalho, e pelos minifúndios, cuja produção se baseia na força de trabalho familiar. Assim, as propostas de aplicação de tecnologias visando dar maior produtividade à agricultura esbarram nesta relação latifúndio–minifúndio, associada à estratégia das elites capitalistas" (RIBEIRO, 2012, p. 297).

Entretanto, em certos territórios, os atos resultantes dos conflitos não são mediados de acordo com as Leis que temos; são favoráveis aos grandes proprietários de terras que se desfazem da Constituição Brasileira de 1988; ferem a democracia, matam as pessoas, tirando-lhes o direito de defesa, de proteção, e até a própria vida, em prol de riquezas e de poder.

Na Constituição Federativa do Brasil de 1988, no seu Artigo 5º, ressalta-se que todos e todas somos iguais perante a Lei, e que a propriedade deve atender à função social acima mencionada, tanto em relação à utilização e exploração adequada dos recursos naturais, como também favorecer o bem-estar das pessoas envolvidas.

Portanto, no Artigo 5º, nos incisos XXIII e XXIV, aponta-se que "a propriedade atenderá sua função social" e "a lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição" (BRASIL, 1988). Nesse artigo, revoga-se o interesse dos ruralistas e no qual condiciona-se a função social da propriedade ao ato de desapropriação da propriedade para utilidade pública e interesse social, deixando brechas para recorrer a outras estratégias que os beneficiem.

A desapropriação de terras para os camponeses reivindicada pelos movimentos sociais do campo reflete um novo projeto de campo, uma reforma agrária que atenda às necessidades dos povos indígenas, quilombolas, assentados/as, agricultores/as familiares, ribeirinhos, caiçaras, ou seja, atenda às especificidades dos povos do campo, das águas e das florestas. Sendo assim, "A distribuição dessas terras constitui projetos de colonização, que são diferentes dos programas de Reforma Agrária, pois estes implicam a democratização da terra e a eliminação do latifúndio" (STEDILLE, 2012, p. 660).

Vale ressaltar que o número de desapropriações nesta última década no Brasil, não avançou, deixando a desejar. Com o número crescente de terras improdutivas sob o domínio de uma pequena minoria opressora, fazendeiros, políticos, empresários, empresas multinacionais, acentua-se a política do neoliberalismo moderno no campo, adotando ainda a grilagem como instrumento de fraudes na tomada da terra, para o acúmulo do capital e monopolização dos commodities[9], inclusive dos grãos e minérios.

[9] "Commodities são produtos primários de grande importância econômica, como soja, algodão, café, lã, minério de ferro, cobre, etc." (MEDEIROS, 2003, p. 31).

3.2 POLÍTICA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA

A Política de Reforma Agrária no Brasil vem se desenvolvendo em um lento caminhar, em que as políticas de governo não perpassam as barreiras dos programas e de uma gestão que não pautou a política agrária como prioridade.

Dessa forma, vamos analisar como essa política vem sendo construída ao longo das décadas, bem como sua importância para os camponeses e as camponesas, agricultores/as familiares que produzem 70% dos alimentos que são consumidos pela população brasileira.

Conforme podemos constatar a partir de Oliveira (2007), o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA foi apresentado e aprovado em 1985, no período de transição da Ditadura Militar para o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Durante o governo de Tancredo Neves, o plano foi anunciado durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

O I PNRA apresentado foi um plano que atendia aos interesses dos fazendeiros e dos latifundiários, os quais trataram de resguardar legalmente a expropriação das terras ocupadas. Segundo Oliveira (2007),

> O I PNRA já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra, como por exemplo, o artigo (artigo 2º, § 2º, do Decreto nº 91.766) onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Outro ponto, foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas (2007, p. 126).

Esse plano foi apenas um mecanismo de dominação utilizado pelo Estado para impressionar a sociedade com supostas mudanças, inclusive para o campo da Reforma Agrária, com o objetivo de apaziguar os conflitos agrários existentes, mas cuja intenção maior com esse plano era a de assegurar os interesses da elite ruralista do país.

Todavia, não durou muito para que os movimentos sociais populares fossem às ruas para lutarem pela Reforma Agrária, inclusive pautá-la na Constituinte que estava prestes a acontecer em 1988. Fato que não foi possível, porque a União Democrática Ruralista – UDR, constituída em 1985, por um grupo de latifundiários, garantiu na Constituinte seus interesses, desarticulando o plenário do Congresso Nacional, no que diz respeito ao projeto de uma reforma agrária ampla e irrestrita.

Com a retomada da redemocratização e mudanças no cenário político do País, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve um avanço no processo de desapropriação de terras, pois, antes disso, os conflitos de terra estavam sendo muito sangrentos e a impunidade acerca das mortes estava se tornando constante. Até hoje muitos casos ainda estão sendo julgados e outros continuam arquivados sem respostas à população do campo.

Durante o Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o II PNRA foi aprovado. Trata-se de uma proposta dos movimentos sociais do campo lançado durante a Conferência da Terra em Brasília, no ano de 2003. Esse plano foi construído através do diálogo e do esforço coletivo do governo federal, com o acúmulo de práticas e experiências dos movimentos sociais.

O II PNRA visava regularizar os títulos de propriedades, apoiar a produção e tinha como proposta assentar 400 mil novas famílias. Além disso, 130 mil famílias teriam acesso à terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquiririam estabilidade na terra com a regularização fundiária, dessa maneira, beneficiando mais de 1 milhão de famílias rurais diretamente. Esse plano possibilitaria a revisão fundiária e das políticas agrárias para o homem e a mulher do campo. O primeiro plano foi construído com o objetivo de fazer reforma agrária.

Nesse contexto, a estrutura fundiária no Brasil apresenta os seguintes dados estatísticos:

Tabela 1: Estrutura fundiária no Brasil

Número de estabelecimentos e Área dos Estabelecimentos agropecuários por grupos de área total				
Grupos de área total	Variável			
	Número de estabelecimentos (unidades)	%	Área dos estabelecimentos (hectares)	%
Menos de 10 hectares	2.477.071	47,86	7.738.607	2,36
10 a menos de 100 hectares	1.971.677	38,09	62.893.091	19,06
Menos de 100 hectares	4.448.648	85,96	70.691.698	21,43
100 a menos de 1000 há	424.906	8,21	112.696.478	34,16
1000 há e mais	46.911	0,91	146.663.218	44,42
Total	6.176.489	100,00	329.941.393	100,00

Fonte: IBGE, 2006.
Nota: Censo Agropecuário de 2006

A tabela acima demonstra as contradições na divisão das propriedades e dos estabelecimentos acobertados pela legislação, que assegura o maior número de terras para poucos estabelecimentos, de modo que os dados, com menos de 100 ha, equivalem a 70.691.698 ha, estando concentrados em apenas 21,43% das áreas dos estabelecimentos. Esses dados equivalem a uma pequena parte das áreas de desapropriações para fins de Reforma Agrária.

Há uma desigualdade na distribuição da propriedade que reflete na própria luta de classes, de modo que a propriedade não passa de uma mercadoria para o capital, que percebe o campo como um potencial a ser modernizado e passa a ter viabilidade econômica para a lógica do neoprodutivismo.

Os dados ainda se mostram mais contraditórios e desiguais quando apontam para as categorias do minifúndio, da pequena propriedade, média propriedade, grande propriedade e da grande propriedade improdutiva. É o que pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 2: Brasil – imóveis rurais: número e área (2003-2010)

Categorias	2003		2010	
	Nº de Imóveis Registrados	**Área (ha)**	**Nº de Imóveis Registrados**	**Área (ha)**
Minifúndio	2.736.052	38.973.371	3.318.077	46.684.657
Pequena Propriedade	1.142.924	74.194.228	1.338.300	88.789.805
Média Propriedade	297.220	88.100.418	380.584	113.879.540
Grande Propriedade	112.463	214.843.868	130.515	318.904.739
Grande Improdutiva	58.331	133.774.803	69.233	228.508.510
Total	**4.288.672**	**416.112.784**	**5.167.476**	**568.258.741**

Fonte: Questão Agrária - Stédile, 2013.

Essa situação nos mostra que, naturalmente, com o passar dos anos, tem-se a perspectiva de distribuição de terras para fins de reforma agrária, porém, isso não acontece, mesmo tendo uma crescente área improdutiva com cerca de 94.733.707 hectares registrada. Vale ressaltar que, na Constituição de 1988, encontra-se garantida a posse legal das terras até serem consideradas improdutivas e encaminhadas para fins de desapropriação e de distribuição de terras para os camponeses/as. Na prática, esse é um processo que pode durar anos, décadas de acampamentos marcados pela violência no campo.

Situação que podemos perceber até os dias atuais é a de que a política de Reforma Agrária não é uma prioridade para o Estado brasileiro, semelhante ao que ocorre em outros países da América Latina onde tentaram de várias formas realizar a distribuição de terras às famílias camponesas, mas, infelizmente, sem muito sucesso nos resultados obtidos.

Uma coisa é pensar a reforma agrária como um instrumento de equidade social, emancipação dos camponeses/as para a produção de alimentos com autonomia e convivendo com justiça social; outra coisa é pensar a reforma agrária como um instrumento para o capital, expandindo o capitalismo como estratégia de modernização da agricultura.

O movimento voltado para a conquista da reforma agrária ainda está em constante processo de construção, até hoje realizado em meio a contradições, daí a existência de entraves para a sua efetivação; por isto, tantos conflitos são registrados no campo. A esse respeito, vale ressaltar o que Sauer (2011) nos aponta:

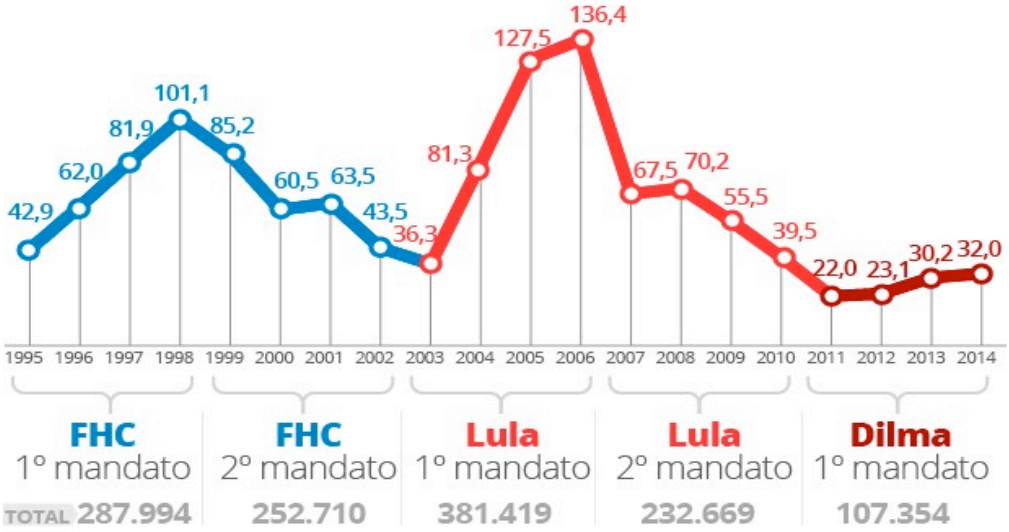
> a questão agrária, no entanto, não é reatualizada ou ganha atualidade apenas por essas disputas territoriais no Brasil e na América Latina. Segundo estudo do Banco Mundial (2010), a demanda mundial por terras tem sido enorme, especialmente a partir de 2008, tornando a "disputa territorial" um fenômeno global (SAUER, 2011, p. 2).

Uma disputa territorial que gera a conflitualidade no campo, sobretudo nas ocupações de terras expropriadas dos latifundiários que continuam a legislar a seu favor e a fazer suas próprias leis, principalmente nos países em que a bancada ruralista, os latiuniários, está no congresso assegurando seus interesses e barrando os projetos para reforma agrária.

As contradições da reforma agrária são marcadas por muitos conflitos, inclusive quando o Estado responsável por mediar o processo de negociação das terras improdutivas, para fins de reforma agrária, não agiliza o processo de desapropriação. Famílias são obrigadas a resistirem anos em baixo de uma lona preta, para alcançarem o objetivo de ter seu chão para morar e plantar.

Segundo dados do INCRA, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no período de 1993 a 2002, assentou-se cerca de 540 mil famílias em todo o Brasil, mas o maior número de famílias assentadas está no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com 136,4 mil assentados somente no ano de 2007. De 2003 a 2010, contabilizou-se cerca de 614 mil famílias assentadas, o maior número de famílias assentadas até então. No governo da Presidenta Dilma, de 2011 a 2014, foram assentadas 107.354 mil famílias, o que revela o menor número de desapropriações desde o governo do Presidente Fernando Henrique.

Figura 1: Número de famílias assentadas por ano no Brasil



Fonte: Dados do INCRA, 2015[10].

Os dados acima referendados de 2015 mostram-nos o quanto a pauta e o compromisso da Reforma Agrária vêm declinando e o conflito agrário vem crescendo, marginalizando os movimentos sociais, os ribeirinhos, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, ou seja, o povo do campo, que vem sofrendo com a ausência de políticas públicas.

Ainda hoje os conflitos sociais, políticos e econômicos entre Estado e as famílias dos camponeses/as e agricultores/as, organizados/as em movimentos sociais, reivindicam não só uma distribuição necessária e justa de terras, mas outras políticas públicas que possam viabilizar melhorias e mudanças necessárias às famílias.

O tópico a seguir traz a política de assistência técnica e extensão rural que é o foco desta pesquisa.

3.3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER NO BRASIL

Em meio a disputas territoriais e econômicas no mundo durante o período do pós-guerra, através da expansão do capitalismo e das empresas multinacionais, o capital privado veio para o Brasil, como resposta à solução da crise mundial.

Dessa maneira, o Estado priorizou, entre outras políticas, investimentos tecnológicos para o meio rural que dessem sustentação ao modelo de agricultura moderna, conhecido como Revolução Verde, que possibilitou a expansão do capitalismo no campo. No período pós-

[10] Dados extraídos da matéria jornalística do G1 publicada em 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>. Acesso em: 19 ago. 17.

guerra, o governo priorizou a implantação e consolidação do desenvolvimento rural baseado nesse modelo, o qual tinha como objetivo, conforme Andrades (2007) pontua:

> a maximização do lucro, através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado; e a aquisição de *royalty* , por intermédio dos pacotes tecnológicos. Assim criaria um círculo de dependência para o agricultor que só conseguiria os pacotes tecnológicos produzidos pelas transnacionais. Acredita-se que a discussão acerca da lógica capitalista é de veemente relevância para uma melhor compreensão da questão (ANDRADES, 2007, p. 44).

A Revolução Verde é um modelo de agricultura moderna, baseada no uso de agrotóxicos e de fertilizantes sintéticos na agricultura. No período pós-guerra, a indústria bélica começou a produzir e incentivar o uso de herbicida, fungicida, inseticida e fertilizantes químicos que vislumbravam, nesse modelo de agricultura, o desenvolvimento sustentável para seu país, principalmente na produção de alimentos para a população mundial.

Para garantir a consolidação desse modelo de agricultura, o Estado acolheu o grupo Rockefeller, responsável por investir na produção e venda de fertilizantes químicos, e na expansão do sistema agropecuário no Brasil. A política de extensão rural (1948) foi firmada através de um projeto piloto, realizado pelo Governo Brasileiro, por meio de convênios com os Estados Unidos, no qual foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR (1940), com o objetivo de realizar concessão de crédito internacional para a modernização e aumento da produtividade de sementes, expandindo o capital estrangeiro ao Brasil e instalando a política do agronegócio.

Porém, esse sistema de assistência técnica, instituído no Brasil em 1970, entrou em um colapso, devido a uma instabilidade e endividamento dos agricultores que não conseguiam pagar os empréstimos aos bancos, ocasionando uma descredibilidade junto à sociedade civil. Esse descontentamento mobilizou a sociedade civil e os movimentos sociais populares a buscarem melhorias e soluções para os/as produtores/as rurais.

A reflexão sobre assistência técnica e extensão rural vem sendo analisada a partir de diversos olhares, em diferentes sentidos, mais precisamente no que diz respeito à assistência ao produtor, assessoria, supervisão, orientação, fiscalização, enfim, vários sentidos de estender o conhecimento técnico e científico ao receptador, o qual pode analisar sob diferentes óticas os serviços prestados em sistemas institucionalizados de maneira tecnicista, sustentável e agroecológico. Freire (1983) entende que a extensão rural tem que ter uma

relação dialógica, no sentido da troca de experiências, de mediação dos saberes diferenciados, mas que podem construir um outro saber necessário.

No Brasil, foi disseminado outro modelo de agricultura, pelos Estados Unidos da América que após a segunda guerra mundial, retomaram seu crescimento econômico no sistema capitalista, pautado na expansão de mercados e sustentado pelo aumento das exportações dos produtos para países em desenvolvimento. Com o aumento das exportações, aumentou consideravelmente a força de trabalho. Nesse caso, a mão de obra no campo, principalmente na área agrícola, foi acompanhada pela modernização e pelo investimento de pacotes tecnológicos, ligados ao alto potencial produtivo e vinculados ao uso intensivo de insumos industriais no campo.

Com o decorrer do tempo, o financiamento de crédito e a ação de supervisão aos produtores foram sendo avaliados pela Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, que mudou o sistema de assistência técnica, transformando-o em um processo educativo, com capacidade de mudanças e atitudes por parte dos técnicos e dos produtores.

Dessa maneira, esse período é marcado pelas mudanças de investimentos, nos campos social, político e econômico, que passam de supervisão para orientação da unidade familiar, baseados na lógica do aumento da produtividade, privilegiando grandes projetos para uma minoria da população, bem como a monocultura como carro chefe deste processo de modernização. Houve, conforme pontua Ruas (2006, p. 15):

> O aumento da produção e a produtividade ancoradas nos princípios da economia de escala, houve o uso intenso e indiscriminado de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas, o que resultou na exclusão dos pequenos produtores, além de provocar grandes impactos sociais, culturais e fortes desequilíbrios no meio ambiente.

Esse processo de industrialização da economia desencadeou o abandono do campo, a baixa produtividade da agricultura de subsistência, a qual perdeu seu valor comercial em detrimento da agricultura de grande escala, a produção de monocultivos para exportação, bem como linhas de financiamento investido pelos grandes empresários (produtores), o que causou o êxodo migratório dos pequenos produtores das zonas rurais para as cidades, as quais absorveram a mão de obra barata, para atender às necessidades do desenvolvimento industrial.

Na década de 1970, foi criado um Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, a qual assumiria o papel de coordenadora dos serviços de

extensão rural das empresas estatais, EMATER. Esse processo passou por um momento de reflexão e transformação metodológica na sua organização estrutural e prestação de serviços, de modo que as empresas estatais passaram a ser responsáveis por orientar os pequenos produtores rurais em seus Estados com uma metodologia diferenciada, caracterizada por sua aproximação ao conhecimento popular dos produtores com o intuito de ampliar o crédito rural junto às famílias.

Com todo esse processo de mudança no país provocado pela Revolução Industrial, as consequências do êxodo rural e migratório do homem e da mulher do campo favoreceram o desencadeamento de diversas crises econômicas, como desemprego, recessão econômica, lutas por melhores condições trabalhistas e salariais.

Com todo esse movimento de reestruturação e manifestações realizadas pelos movimentos populares sociais e pelas organizações dos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares, muitas conquistas foram alcançadas, como a Lei Agrícola de 1991, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA em 2004, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, e a política de ATER.

Muitas políticas públicas foram criadas, porém, muitos desafios são postos à frente desta bandeira de luta por melhores condições de vida digna no campo e na cidade. A implementação dessas políticas é um dos maiores desafios postos para os povos do campo.

Outra política que volta a ter evidência no cenário das políticas públicas é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. A Lei de nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010; foi instituída para o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente visando ao desenvolvimento rural sustentável dos/as agricultores/as familiares assistidos/as, a gratuidade nos serviços prestados e as soberanias alimentar e nutricional da produção, voltados para transição agroecológica.

No 2º artigo da referida lei, apresentam-se os seguintes conceitos, os quais não deixam de sinalizar certos requisitos que norteam os serviços de assistência técnica e extensão rural:

> I – Assistência técnica e Extensão Rural – ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive as atividades agroextrativistas, florestais e artesanais; II – Declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP: documento que identifica os beneficiários, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; e III – Relação de Beneficiários – RB: relação de beneficiários do Programa de Reforma

> Agrária, conforme definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (BRASIL, 2010, p. 1).

Pode-se apreender desse segundo artigo, certos requisitos para que os beneficiários da política de assistência técnica, os quais incluem agricultores e agricultoras familiares de áreas da reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, indígenas, sejam alcançados por essa lei, ou seja, a lei só contempla os produtores que tenham a Declaração e Aptidão Agrícola – DAP e que, portanto, estejam cadastrados na relação de beneficiários do programa de reforma agrária.

Outro requisito muito importante, afirmado na lei, são as maneiras como as famílias serão abordadas em sua comunidade, nas suas residências, sendo, portanto, por meio de metodologias participativas, com profissionais qualificados de diversas áreas do conhecimento, no intuito de atender aos três pilares para um desenvolvimento rural sustentável, a saber, os eixos produtivo, social e ambiental, atendendo às demandas da agricultura, a pecuária, as políticas de acesso a comercialização, as políticas sociais de educação, saúde, habitação, bem-estar, espaços e lazer, afirmação da identidade camponesa e outras identidades culturais, cuidados com a água, o solo, os resíduos sólidos, as áreas de reservas e principalmente a organização social da comunidade, todos dialogados de maneira integrada com os eixos apontados acima.

O trabalho desenvolvido tem o enfoque multidisciplinar, envolvendo os três eixos que sustentam os trabalhos de ATER/ATES, o produtivo, social e o ambiental, aparentemente distintos, porém, unificados, integrados pelas demandas e problemáticas existentes. O desafio é analisar se esse trabalho está sendo satisfatório e proporcionando autonomia para as famílias assistidas.

3.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA PARAÍBA

O Estado da Paraíba é composto por 223 municípios, abrangendo uma área de 56 468,435 km²[11] (IBGE, 2017). Dessa área, conforme dados do Incra (2016), cerca de 288.942,81 ha[12] são destinados para fins de reforma agrária, gerenciados pelo – INCRA, mais precisamente pela Superintendência Regional – SR18, de modo que o Programa Nacioanl de

[11] Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=pb>. Acesso em: 09 out. 2017.

[12] Fonte: Portal do INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria>. Acesso em: 09 out. 2017.

Reforma Agrária contempla atualmente 308 assentamentos, abrangendo um número de 14.529 famílias beneficiadas.

O contexto de assistência técnica no país surgiu com a proposta de expansão do capitalismo no campo agrário, porém, com muitas dificuldades de implementação, sobretudo no processo metodológico com os camponeses/as. No contexto da Paraíba, fazemos um recorte para o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, com o Projeto Lumiar que foi executado no período de 1997 a 2000. Dias (2004) aponta certos fatores que fomentaram sua criação pelo INCRA, conforme elencados a seguir:

> a) Falta de capacidade operacional do Incra para dar conta da diversidade de tarefas que demandam o processo de assentamento; b) a insuficiência ou a inadequação dos serviços oferecidos pelas empresas estaduais de extensão rural (Emater e similares), que são as que predominam entre as que fornecem tais serviços, por meio de convênios, aos projetos de assentamento; c) a necessidade de um serviço de assistência técnica e extensão rural específico para os agricultores assentados, que dê suporte à execução dos projetos técnicos financiados com recursos dos programas públicos de crédito rural (DIAS, 2004, p. 514).

Esse diagnóstico foi realizado pelo INCRA a partir das demandas que os assentamentos apresentaram, bem como das dificuldades nos convênios estabelecidos junto a certas entidades, as quais não estavam conseguindo o suporte necessário aos assentamentos. Portanto, através da Norma de Execução do INCRA, este órgão criou os serviços de ATES e promoveu outra maneira de assegurar os serviços, neste caso, por meio das chamadas públicas (edital) às empresas públicas ou privadas, observando certos critérios de classificação e concorrência. Um dos requisitos foi que as entidades concorrentes poderiam comprovar experiência na área de assistência técnica e extensão rural e apresentar o projeto básico, contendo a proposta de trabalho e composto por uma equipe multidisciplinar.

Com a descontinuidade dos convênios e o projeto Lumiar, houve um período de quase dez anos sem que o INCRA oferecesse assistência técnica, a qual era assumida pela EMATER em certos Estados.

Em 2009, houve chamada pública, quando quatro empresas venceram a concorrência para prestar assistência técnica, nas microrregiões do Estado. A Consultoria de Planejamentos Agropecuários Ltda (CONSPLAN), no litoral sul; A Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), no litoral norte e brejo; A Cooperativa de Trabalho Múltiplo e Apoio às Organizações de Autopromoção (COONAP),

no cariri, Borborema e brejo; e a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), no sertão.

Em 2011 e em 2014, ocorreram outras chamadas públicas que acrescentaram mais famílias e adicionaram outras prestadoras de assistência técnica, como a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba Ltda (COOPTERA) e a Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano (COASP), somando seis empresas prestadoras de assistência técnica, abrangendo sete territórios da cidadania, a saber, o litoral norte, o litoral sul, o cariri, o brejo, a Borborema, o alto sertão e o baixo sertão.

Essas prestadoras de assistência técnica apresentaram uma equipe multidisciplinar, envolvendo diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como engenheiros/as agrônomos/as, técnicos/as agrícolas e/ou agropecuários, engenheiros/as florestal, assistentes sociais, licenciados em diversas áreas, veterinários/as, zootecnistas, gestores/as ambientais, projetistas. Houve ainda um escritório sede, um local de apoio na região em que a empresa tinha o trabalho a ser desenvolvido, facilitando a locomoção da equipe técnica até as áreas de assentamentos.

Cada contrato de assessoria técnica equivale a um ano e pode ser renovado de acordo com o trabalho desenvolvido no campo; por isto, para ampliar o número de beneficiados nas áreas de assentamentos, o INCRA lançou chamadas públicas, contendo certos requisitos imprescindíveis para a melhoria dos desempenhos quantitativo e qualitativo, em particular, em relação aos aspectos listados à seguir:

> capacidade técnica (experiência da empresa) para lidar com o público beneficiário da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater); a capacidade operacional (infraestrutura) que a empresa dispõe para a realização dos serviços contratados; a qualidade técnica da proposta, que deverá compreender metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos; e a qualificação da equipe técnica (BRASIL, 2010).

Além da realização de visitas técnicas individuais à cada família assentada, vale ressaltar que o trabalho executado no campo junto às famílias e, mais precisamente aos agricultores, compreende as visitas coletivas e o desenvolvimento de projetos experimentais, que são as unidades demonstrativas – UD, voltadas para a transição agroecológica, ao uso de tecnologias alternativas e de baixo custo financeiro, focando no trabalho de conscientização acerca da conservação ambiental, realizando trabalhos educativos e de cuidados com o espaço em que vivem.

Ademais, acerca desse trabalho, é importante ressaltar que o crédito rural é uma discussão que precisa de muita reflexão, uma vez que as pessoas do campo tendem a associar a assistência técnica à simples elaboração de projetos, quando, na verdade, é mais que isso, é um trabalho de colaboração e cooperação com as outras áreas do conhecimento. Por isto, é importante a realização de cursos, oficinas, capacitações, seminários, fórum de debates e outros eventos que instiguem a reflexão sobre o local em que vivem e sobre as políticas sociais e econômicas, inclusive sobre o acesso a essas políticas para exercerem sua autonomia enquanto cidadãos de direitos e fazerem valer as políticas públicas existentes no município em que residem.

A elaboração de projetos produtivos e laudos técnicos para os programas de crédito rural e comercialização da produção, como o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Compra Direta Livre – CDL, e outros programas que são atualizados e podem ser acessados, como os projetos produtivos de investimento e custeio ao banco do nordeste, entre outros projetos, podem fomentar as atividades rurais produtivas. As articulações e parcerias estabelecidas com os órgãos públicos governamentais e não governamentais também contribuem para um trabalho unificado.

Atualmente, seis entidades contratadas pelo INCRA prestam Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES à cerca de 11.331 famílias, em 244 assentamentos na Paraíba. A Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária da Paraíba (COOPTERA), a Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção (COONAP), a Associação Centro de Capacitação João Pedro Teixeira (ACCJPT), a Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano (COASP) e o Instituto Penha e Margarida (IPEMA).

3.5 TECENDO CONSIDERAÇÕES: A Luta Agora É Resistir

As políticas públicas para o campo foram uma conquista dos movimentos sociais e populares do campo, uma vez que a luta pela reforma agrária se constitui em uma disputa por território, desde o processo de colonização do nosso país.

A luta pela regularização fundiária é uma disputa política que envolve muitos pares nessa discussão, inclusive porque as propriedades consideradas devolutas pelo governo são propriedades passíveis de desapropriação, mas que infelizmente não se consolida por si só.

Tem que haver luta, resistência e pressão dos movimentos sociais populares, pois pode haver vários empresários, empresas multinacionais, propriedades privadas afins, que correspondem ao maior território ocupado pela monocultura e pela falta de regularização das terras que o país possui, deixando frechas como a grilagem e outras estratégias de fraudes para que o agricultor e a agricultora não avancem no processo de reforma agrária.

Trata-se de um campo de disputas políticas, econômicas, sociais e políticas que não são valorizadas, sendo o homem e a mulher do campo responsáveis por produzir cerca de 70% do alimento que consumimos; essas disputas dizem respeito também à preservação ecológica da diversidade de plantas e animais que temos em nossa fauna e flora.

Nessa perspectiva, a pauta da Reforma Agrária ainda terá muitos caminhos a percorrer, porque a luta e a resistência dos movimentos do campo estão vivas e sendo ressignificados a cada conjuntura. Inclusive, atualmente, no governo interino de Michel Temer, extinguiu-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e criou-se a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil. Outras políticas públicas conquistadas pelos movimentos sociais do campo e da cidade também foram extintas, o que nos impulsiona ainda mais a seguir adiante nessa luta.

Concomitantemente, a essa crise política do Estado Brasileiro, estão os movimentos de esquerda que sofrem com a criminalização dos movimentos sociais do campo e da cidade, que são vistos pela "sociedade" como grupos baderneiros, apresentados pelas emissoras de televisão que manipulam a opinião pública. Com essas represálias e a falsa imagem dos movimentos sociais, estão acontecendo muitos assassinatos, tomados pelo ódio, homofobia, preconceito, intolerância, entre outras séries de fatores que anunciam uma guerra civil entre classes sociais.

4 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA EXTENSÃO RURAL NO ASSENTAMENTO SOCORRO: Aproximações com A Educação Popular

Neste capítulo, analisaremos as práticas educativas dos agentes de Extensão Rural no Assentamento Socorro, em Areia/PB, buscando identificar as aproximações com a Educação Popular, na perspectiva freireana, destacando as categorias do diálogo entre o saber popular e o saber científico, a autonomia das famílias para um empoderamento individual ou coletivo de cada sujeito envolvido nesse processo de construção do conhecimento. Para compreender o objeto, situamos o *lócus* da pesquisa em suas dimensões social, política, cultural e econômica. Traçamos o perfil dos grupos familiares envolvidos na pesquisa, enquanto sujeitos/as principais dessa reflexão.

A análise centra-se no processo de participação dos/as camponeses/as para transformação da sua realidade, principalmente enquanto sujeitos/as críticos/as e ativos/as na sociedade, rompendo com o latifúndio da opressão e o latifúndio do saber na perspectiva de uma autonomia econômica e social.

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NO BREJO DA PARAÍBA

O Estado da Paraíba é formado por 223 municípios, distribuídos pelas mesorregiões e microrregiões, apresentando uma área de 56.468,427 km (IBGE, 2017). Além disso, os municípios ainda são classificados por outra divisão, que atende aos requisitos da divisão da política territorial elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, chamada territórios da cidadania e territórios rurais.

O brejo da Paraíba se encontra na microrregião do Agreste paraibano, de acordo com o IBGE (2016). Segundo o Resumo Executivo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Borborema – PTDRS (PARAÍBA, 2010), a microrregião do brejo compreende os municípios de Alaga Nova, Areia, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria.

Trazemos essa divisão territorial para termos a visão panorâmica de como se dava o processo de ocupação territorial e agrícola dessa região, bem como a importância dos ciclos econômico e produtivo para Paraíba no período de ocupação dos latifúndios na criação pecuária, na produção da cana-de-açúcar, do algodão, do fumo e do sisal, como culturas que marcaram a organização do espaço regional, bem como da economia da região.

Segundo Targino e Moreira (2011),

> No Brejo Paraibano, área de exceção importante pela sua dimensão territorial no contexto estadual, o processo inicial de ocupação do espaço esteve relacionado à agricultura alimentar complementada pela pecuária. Ao lado da agricultura de alimentos desenvolveu-se desde cedo o cultivo da cana-de-açúcar destinada, em princípio, à produção do açúcar mascavo para o autoconsumo. Em seguida, uma sucessão de culturas (fumo, café, sisal e inclusive a própria cana), marcaram a organização do espaço regional (TARGINO; MOREIRA, 2011, p. 154).

O ciclo da produção agrícola e da criação pecuária marcou o território paraibano, como importante espaço para a modernização do campo e, consequentemente, para a exploração da força de trabalho das famílias dos camponeses.

A modernização da agricultura e a implementação de pacotes tecnológicos no campo levaram muitos camponeses a migrarem para os grandes centros urbanos atrás de uma oportunidade de trabalho; a marginalização dos povos do campo cresceu; terras foram expropriadas pelos latifundiários, o que favoreceu a expansão do capitalismo agrário, com a implantação de agroindústrias.

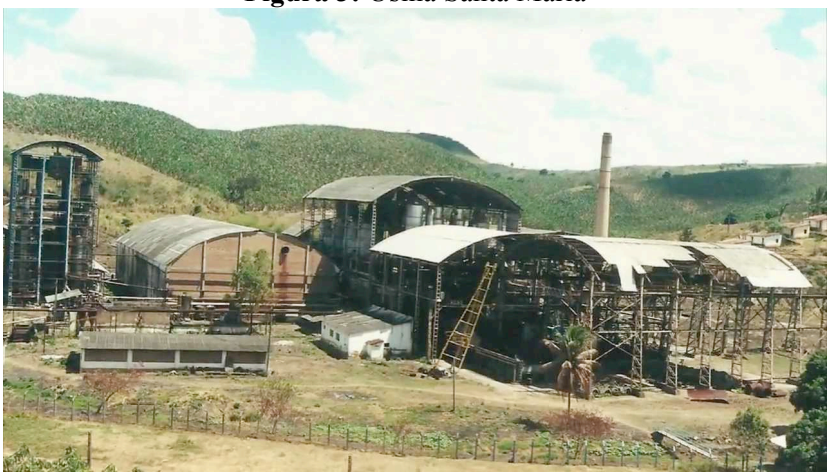
A região do brejo, como outros engenhos, teve incentivos financeiros do Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL, em 1975, com a ampliação da destilaria da agroindústria açucareira, incentivada com recursos estatais. Destacamos duas agroindústrias de beneficiamento da cana-de-açúcar que impulsionaram a economia da Paraíba, sendo uma delas a Usina Tanques, em Alagoa Grande (1928), e a outra, a Usina Santa Maria, em Areia (1930). Esta última, iremos conhecer com mais profundidade. Atualmente, seu território é um assentamento da Reforma Agrária, o Assentamento Socorro, *lócus* de nossa análise.

Figura 2: Engenho da Usina Santa Maria



Fonte: Acervo do assentado Geraldo Trajano, 2016.

Figura 3: Usina Santa Maria



Fonte: Acervo da Associação Sedup.

O engenho da Santa Maria foi implantado em 1931, segundo os relatos dos moradores, mas o seu crescimento veio quando o engenho passou a recebeu recursos do Proálcool e foi inaugurada em 1978 como Usina Santa Maria, uma das principais agroindústrias da Paraíba. Conforme nos esclarece Pontes (2011, p. 35) "Esta agroindústria tinha disponível para o seu uso, os engenhos Cantinho, Rio do Braz e Tabocal", os quais se situavam no município de Pilões. Já segundo Oosterhout (1993), a Usina chegou a ter o domínio de toda área canavieira dos municípios de Areia, Serraria e Pilões, no brejo paraibano.

Com sua decadência em 1993, motivada por desvio de dinheiro, discórdias administrativas, baixa produtividade, demissões em massa dos funcionários, muitos assalariados, trabalhadores, foram para outras Usinas de cana-de-açúcar, para trabalhar e sustentar sua família, uma vez que não sabiam em sua maioria cultivar a terra com culturas para seu sustento. Muitos moradores estavam acostumados a serem submissos pela necessidade de sobrevivência, mesmo com salários baixos e o trabalho escravo[13].

Diante dessa situação de exploração do trabalho, com baixos salários, essa classe se organizou e pautou prioridades na luta pelos direitos trabalhistas, junto ao movimento sindical, que teve como umas de suas primeiras pautas a luta pela terra, melhores condições de trabalho e salários justos.

Dessa maneira, o movimento sindical, inclusive os Sindicatos dos Trabalhadores de Pilões e de Alagoa Grande, puxava as discussões frente à pauta trabalhista junto aos canavieiros/as, tendo como destaque a líder a sindicalista Margarida Maria Alves do STR de

[13] **Trabalho escravo** é uma grave violação de direitos humanos, que tem levado milhões de seres humanos a serem explorados e submetidos a condições desumanas, causando o enriquecimento ilícito.
Trabalho escravo moderno, alinhado com as manifestações contemporâneas do problema, que envolve não só a restrição de liberdade e a servidão por dívidas, mas também outras violações da dignidade da pessoa humana (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2016).

Alagoa Grande que foi assassinada em 1983, pelo grupo dos latifundiários da família dos Veloso Borges, além de muitas outras lideranças assassinadas no período, mas sem destaque regional e nacional.

Após muitas discussões e negociações, certos membros dos engenhos do entorno da Usina Santa Maria, com o apoio dos sindicatos rurais e da Igreja Católica, iniciaram a luta pela desapropriação das terras da Usina Santa Maria, em 1997, de acordo com a data de homologação dos assentamentos de Pilões e Serraria. Conforme nos relatam Targino e Moreira (2011, p. 155):

> Nessa luta os trabalhadores da Usina aglutinaram-se em seus sindicatos e articularam-se com movimentos da Igreja (sobretudo da paróquia de Pilões) e com entidades da sociedade civil (como o Serviço de Educação Popular da Diocese de Guarabira – SEDUP), no sentido de encontrar soluções para a situação de insegurança e de desemprego em que se viram lançados com a crise da atividade canavieira. Em 1993, novos personagens entraram em cena com o intuito de reforçar a luta dos trabalhadores, a exemplo das irmãs Franciscanas do Colégio Santa Rita de Areia, do INCRA e de integrantes do Campus III da UFPB, culminando com a criação do Comitê de Apoio aos Trabalhadores da Usina Santa Maria. A partir de 1997, parte das terras da Usina foi desapropriada dando origem a várias áreas de Assentamento. No conjunto do Brejo foram criados entre 1986 e 1999, 31 Projetos de Assentamento onde foram assentadas 1.354 famílias.

A luta pela desapropriação das terras das Usinas, sobretudo as da Santa Maria, aglutinou forças de várias entidades, movimentos, apoiadores, por ser este um centro industrial que movimentava a economia de toda a região do brejo, porém, com a "irresponsabilidade" dos administradores, a fome, o desemprego, a seca, entre outros fatores estavam sensibilizando as pessoas devido à calamidade pública que os trabalhadores e trabalhadoras daquela região vinham sofrendo.

Com as desapropriações, surge outra categoria para os trabalhadores que viviam nos territórios em conflitos como os moradores, agregados, posseiros, foreiros, os quais viviam em constante ameaça para deixarem a terra. No entanto, com a divisão da propriedade em forma de parcelas, divisões da terra em pequenos lotes agregaram famílias em um determinado território. Essa maneira de organização territorial provocou uma mudança em direção a uma relativa autonomia dos grupos de agricultores/as, transformados em assentados, que antes eram submissos aos fazendeiros por meio de um trabalho assalariado ou de uma condição que os obrigavam a serem escravos do seu próprio trabalho.

Essa categoria dos/as trabalhadores/as em assentados e assentadas é consequência das desapropriações de terras provenientes de acampamentos dos movimentos sociais, venda de

terras devolutas ao Governo, terras improdutivas, como rege a Constituição de 1988 e a Lei Agrária (Lei nº 8.629 de 1993) que cria as bases legais que viabilizariam as desapropriações e os assentamentos rurais.

Assentamentos da Reforma Agrária são projetos de vida que influenciam diretamente os modos de vida da população do campo. A cultura, a identidade, a resistência, vêm junto com a luta por um pedaço de terra, pelo trabalho, pela sobrevivência, pela própria vida.

Convém esclarecer, no entanto, que muitos assentamentos não são provenientes da luta como vimos relatando. Tem assentamentos na região do brejo da Paraíba, como em todo o Brasil, que surgem a partir da comprovação de terras improdutivas, terras devolutas ao governo, decadência de usinas sucroalcooleiras, como é o caso do assentamento em questão.

4.2 PERFIL DOS GRUPOS FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SOCORRO: Reconhecendo-se como Agricultores e Agricultoras Familiares

O Assentamento Socorro é composto por 45 famílias cadastradas, mas tem em média uma população de mais de 300 pessoas morando nesse território que se situa em um local privilegiado pela sua estrutura de rodovias e de recursos sociais e ambientais.

Das 45 famílias, foram selecionados para este estudo cinco grupos familiares, das quais foram entrevistadas 20 pessoas, sendo oito mulheres e doze homens, envolvendo pessoas de lugares distintos do assentamento, bem como pela sua aproximação e distanciamento da assessoria técnica. Outro critério escolhido foi o envolvimento nas atividades produtivas, a participação em espaços políticos e sociais no assentamento (Ver Apêndices D e E).

Tabela 3: Distribuição dos membros das famílias

Situação na família	Número
Pai	05
Mae	05
Filha	03
Filho	06
Neto	01
Total	20

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Nesse quadro, podemos observar claramente o número de filhas envolvidas nas atividades familiares, sendo que esse número representa metade da participação dos filhos que estão, portanto, mais atuantes no processo produtivo. Outro fator oculto nessa análise é que as

mulheres se casam mais cedo e vão morar em outra região; outras vão buscar oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos, a exemplo do trabalho de empregada doméstica, babás, cuidadoras de idosos etc.

Tabela 4: Distribuição das/os filhas/os das famílias por faixa etária

Faixa etária	Filhas	Filhos
Até 20 anos	00	01
Entre 21 e 30	03	03
Entre 31 e 40	00	02
Acima de 41	00	00
Total	03	06

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Foram pesquisados nove jovens dos 20 entrevistados, sendo 3 mulheres e 6 homens. Em relação à faixa etária dos jovens de maior percentagem na pesquisa, constata-se que estão na idade estabelecida pelo IBGE como jovens dentro da faixa etária de 15 a 29 anos de idade. Desses 9 jovens, constata-se que 6 já estão casados; apenas 3 estão solteiros e se consideram jovens, os e as demais se consideram adultos e adultas pela responsabilidade do compromisso estabelecido, como o casamento e o trabalho para sustentar a família.

Tabela 5: Distribuição das/os filhas/os das famílias por estado civil

Estado civil dos filhos	Filhas	Filhos
Solteiro	00	04
Casado	03	02
Outro	00	00
Total	03	06

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Esse quadro só reforça a análise acima, pois das três mulheres entrevistadas no grupo familiar, as três com uma faixa etária de 21 a 27 anos são casadas e agricultoras. Dos sete filhos entrevistados, três são casados e quatro solteiros; todos são agricultores.

Tabela 6: Distribuição dos pais e mães das famílias por faixa etária

Faixa etária	Pai	Mae
Entre 40 e 50	01	01
Entre 51 e 60	01	02
Acima de 61	03	02
Total	05	05

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Já o pai e a mãe responsáveis pela família têm em média 50 anos. As mães têm idades variadas, uma com idade de 40 a 50 anos, quatro com idades entre 50 e acima de 61 anos.

Todos e todas com atividades agrícolas ativas no assentamento. Constata-se que, na maioria das famílias, o pai e a mãe já dispõem da aposentadoria, a maioria da aposentadoria rural.

Segue abaixo a caracterização e a composição dos cinco grupos familiares, para podermos compreender a dinâmica de vida e de organização de cada uma em seus diferentes aspectos e especificidades. Trata-se de um retrato, de uma amostra de como está organizado a composição familiar do Assentamento Socorro, em seus aspectos de formação, escolarização, geração de renda, territorialidade e identidade.

Tabela 7: Distribuição dos membros das famílias por grau de escolaridade

Escolarização	Não estudou	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais	Ensino médio Incompleto	Ensino médio Completo	Ensino superior Incompleto	Ensino superior completo
Pai	00	05	00	00	00	00	00
Mãe	00	03	01	00	01	00	00
Filhos	00	01	00	00	04	01	00
Filhas	00	01	00	00	02	00	00
Neto	00	00	01	00	00	00	00
Total	00	10	02	00	07	01	00

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Observe que todas e todos estudaram, frequentaram a escola, porém, existem pessoas que se consideram analfabetas, não conseguiram aprender a ler, nem a escrever. Dez pessoas frequentaram os anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo seis homens e quatro mulheres. Um homem e uma mulher conseguiram cursar o ensino fundamental completo. Sete pessoas, os filhos e filhas e uma mãe concluíram o Ensino Médio, tiveram mais oportunidades de estudar. Apenas um está no Ensino Superior.

Essa análise reflete um quadro de oportunidades de trabalho, de necessidade, sem tempo para estudar, em busca da sobrevivência em um tempo determinado, e um quadro de oportunidades para o estudo, com tempo e disponibilidade, na esperança de mudança de uma infância sofrida para uma infância de sonhos e realizações. Um marco entre as gerações de pais, mães e filhos e filhas.

Observando mais de perto os grupos familiares, iremos detalhar mais a frente como cada grupo familiar está inserido no assentamento. Como é a estrutura física da casa, do lote, sua renda familiar, o que produz e em que espaços estão inseridos para a comercialização de seus produtos (Ver Apêndice D).

O I grupo familiar é composto por nove pessoas, mas participaram da pesquisa quatro pessoas que estão mais próximas, sendo o pai, a mãe e as duas filhas já casadas e com filhos.

Ambos moram na parte acidentada do assentamento, onde há a escassez de água no lote para o consumo e para produção.

O agricultor (pai) antes era canavieiro, trabalhava no cultivo da cana-de-açúcar; depois trabalhou na caldeira, dentro da Usina Santa Maria; hoje se considera agricultor, mora no lote e trabalha para o sustento de sua família que comercializa sua produção na feira do agricultor familiar em Areia e nas feiras livres de Areia e Pilões.

A agricultora (mãe), no período da Usina, era funcionária, assalariada e trabalhava como auxiliar de serviços gerais no escritório da indústria.

A filha, agricultora de 23 anos, trabalha na criação de bovinos e com a plantação de bananeira com seu esposo e tem três filhos. A outra filha, de 21 anos, trabalha com a criação de bovino e com plantio de milho e feijão para o consumo.

A renda familiar dessa família gera em torno de mais de um salário mínimo, pois a agricultora se encontra aposentada e complementa a renda com o comércio de seus produtos agrícolas (Ver Apêndice E) nos espaços de comercialização do município a que pertence.

O nível de escolaridade do grupo familiar varia de acordo com as oportunidades; a maioria concluiu o Ensino Médio, com a presença de cursos de aperfeiçoamento; apenas o agricultor tem o Ensino Fundamental incompleto.

Tabela 8: Perfil do grupo familiar I

PERFIL DO GRUPO FAMILIAR I				
Categorias	Entrevistada I	Entrevistada II	Entrevistada III	Entrevistada IV
Parentesco	Filha/casada	Pai	Mãe	Filha/casada
Sexo	Feminina	Masculino	Feminina	Feminina
Idade	21 anos	56 anos	55 anos	23 anos
Escolarização	Ensino médio completo	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio completo. Fiz um curso de veterinária pelo Sennar
Naturalidade	Areia	Areia	Areia	Areia
Profissão	Agricultora	Agricultor/ assentado	Agricultora/ assentada	Agricultora
Cômodos da residência	Agregada no lote	07		Agregada no lote

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

O II grupo familiar, mora próximo à Vila do Caroço, como é conhecia no assentamento, porém, sua casa se situa no lote[14]. A família é composta por sete pessoas, mas

[14] "limites físicos de uma propriedade familiar" (MONTEIRO, 2012, p. 70).

participaram da pesquisa quatro pessoas, a saber, o pai, a mãe e os dois filhos solteiros. Sua residência situa-se próximo à vila que é abastecida por uma caixa de água, proveniente de um poço artesiano, mas há fontes de água no lote que servem para o consumo e para os animais, entretanto, para a plantação, o reservatório é de pouca vazão.

O agricultor (pai), antes canavieiro, trabalhava no cultivo da cana-de-açúcar na Usina. Atualmente, trabalha no seu lote com a produção de banana e com a criação de animais para o sustento da família. Aposentado, conta com uma renda a mais.

A agricultora (mãe), sempre trabalhou no campo, mas, no período da Usina, trabalhava em casa, nos cuidados com os filhos. Não teve muitas oportunidades de estudar, por isto, hoje, afirma-se analfabeta, pois não sabe ler a norma culta da língua portuguesa, nem escrever seu nome, mas tem um saber popular impressionante. A aposentada é atualmente costureira.

O filho, agricultor de 32 anos, trabalha no lote com seu pai e também de diarista, com o trabalho alugado para outros agricultores nos assentamentos vizinhos. Cursa a graduação em história, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, na Universidade Federal da Paraíba, e participa do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. O agricultor de 23 anos trabalha na produção de banana, como também é diarista, trabalho alugado no assentamento, concluiu o Ensino Médio e fez cursos de aperfeiçoamento, embora não os tenha descrito. A renda familiar gera em torno de mais de dois salários mínimo mensal.

Tabela 9: Perfil do grupo familiar II

PERFIL DO GRUPO FAMILIAR II				
Categorias	Entrevistada I	Entrevistada II	Entrevistada III	Entrevistada IV
Parentesco	Mãe	Filho	Pai	Filho
Sexo	Feminina	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	62 anos	32 anos	63 anos	27 anos
Escolarização	Analfabeta	Ensino superior incompleto – Curso de história pelo PRONERA/UFPB	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio completo
Naturalidade	Alagoa Grande	Assentamento socorro - Areia	Monte Alegre em Alagoa Grande	Areia
Profissão	Agricultora/costureira	Agricultor/trabalho na lavoura	Agricultor/assentado	Agricultor / trabalho com a banana
Cômodos da		08		

residência	

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017.

O grupo familiar III é composto atualmente por seis pessoas, mas é uma família bem numerosa, por isto, o estudo realizado neste caso foi com três famílias presentes (filho e neto casado), porque todos exercem atividades produtivas no lote.

A família mora próximo à Vila do Caroço, no outro extremo de onde mora a família anterior. Sua residência fica dentro do lote, próximo a PB 087, o que facilita o escoamento da produção de banana e da cana-de-açúcar. Seu lote apresenta fontes de água, que abastecem sua casa e os animais. Também existe um caixa de água próximo à sua casa proveniente do poço artesiano.

O agricultor (pai) tem 78 anos, foi canavieiro, trabalhava no cultivo da cana-de-açúcar, mas também no plantio de mandioca para fazer farinha. Com uma família numerosa, o trabalho de assalariado na indústria não possibilitava que dasse conta das despesas de casa. Hoje é aposentado e trabalha na produção de banana, na criação de animais e no cultivo de culturas para o consumo, como milho, feijão, mandioca e macaxeira.

A agricultora (mãe) é aposentada, trabalha em casa e com os animais de pequeno porte aos redores de casa. Com poucas oportunidades para estudar, considera-se analfabeta da norma culta portuguesa.

A agricultora de 23 anos, trabalha com a mãe nos afazeres de casa e na criação de animais de pequeno porte, cursou o Ensino Fundamental incompleto, é casada e tem um filho.

O agricultor de 37 anos (filho) mora na Vila do Caroço e trabalha no lote na produção de banana. Estudou o Ensino Fundamental incompleto e fez vários cursos de aperfeiçoamento e profissionalizantes pelas entidades que acompanhavam o assentamento. Sua renda familiar é proveniente da produção agrícola do lote.

O Agricultor (neto) de 29 anos também trabalha no lote na produção de banana e na criação de animais, mas também trabalha de diarista, serviço alugado no assentamento para complementar sua renda familiar. Mora no lote com seu avô (pai). Tem o Ensino Fundamental incompleto e cursos de aperfeiçoamento e profissionalizantes. Também trabalha exercendo outras funções pluriprofissionais no campo.

Tabela 10: Perfil do grupo familiar III

PERFIL DO GRUPO FAMILIAR III					
Categorias	Entrevistada I	Entrevistada II	Entrevistada III	Entrevistada IV	Entrevistado V
Parentesco	Mãe	Filha/casad	Filho/casad	Pai	Neto

		a	o		
Sexo	Feminina	Feminina	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	59 anos	23 anos	37 anos	78 anos	29 anos
Escolarização	Analfabeta	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundai incompleto. Curso de Trat Sennar e un pelo Sindicato de Areia	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto. Curso de operador de caldeira
Naturalidade	Carro Barreto - Areia	Areia	Areia	Areia	Areia
Profissão	Agricultora/dona de casa/assentada	Agricultora	Agricultor	Agricultor/assentado	Agricultor
Cômodos da residência	08	Agregada no lote	-	-	Agregado no lote

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

O grupo familiar IV é composto por duas pessoas atualmente, porque os filhos e filhas foram em busca de outras oportunidades de trabalho, em empresas e instituições privadas e públicas, e de qualificação profissional, por meio do estudo nos centros de ensino superior.

O agricultor (pai) tem 72 anos, antes era funcionário da Usina e exercia a função de caldeireiro. Hoje o aposentado e representante da Associação do Assentamento Socorro.

A agricultora (mãe) tem 71 anos, é aposentada e coordena um grupo de mulheres que fazem produtos derivados da banana na Unidade Demonstrativa – UD, implantada pela COONAP. A aposentada antes exercia a função de professora no grupo escolar da comunidade e foi Agente Comunitária de Saúde – ACS, quando a indústria funcionava.

Sua residência situa-se na Vila Nova, nas aproximidades da BR087, que fica na entrada do assentamento, em direção ao município de Areia, o que facilita o escoamento de sua produção. Próximo ao seu lote, encontramos a Escola Municipal, a Vila do Mercado e a Vila Nova que são abastecidas por um poço artesiano e cacimbas. Sua produção concentra-se no cultivo de banana e culturas temporárias, como milho, feijão e fava para o consumo. Ambos têm o Ensino Fundamental incompleto e a renda familiar gera em torno de mais de dois salários mínimos.

Tabela 11: Perfil do grupo familiar IV

PERFIL DO GRUPO FAMILIAR IV		
Categorias	Entrevistada I	Entrevistada II
Parentesco	Pai	Mãe
Sexo	Masculino	Feminina

Idade	72 anos	71 anos
Escolarização	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto
Naturalidade	Engenho Santa Helena – Sapé/PB	Rio Grande do Norte
Profissão	Agricultor/assentado	Agricultora/assentada
Cômodos da residência	10	

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

O grupo familiar V é composto por cinco pessoas, o agricultor (pai), a agricultora (mãe) e os três filhos (agricultores) que moram próximo à Vila do Anjo, outro extremo do assentamento. Todos moram e desenvolvem pluriatividades, inclusive atividades produtivas no lote, como a produção de banana e a criação de abelha sem ferrão e artesanatos diversos. O agricultor (pai) tem 45 anos; antes, funcionário da Usina, exercia a função de eletricista. Tem o Ensino Fundamental incompleto mais o curso profissionalizante de eletricista.

A agricultora (mãe) é artesã, tem 47 anos e desenvolve diversas atividades manuais, como pintura em tecido, fuxico, tricô, boneca de pano, entre outras artes. Quando a Usina funcionava, trabalhava em casa no cuidado com os filhos e com o quintal.

O filho de 19 anos considera-se agricultor e trabalha no lote na produção de banana e no manejo de abelhas sem ferrão. Concluiu o Ensino Médio e fez um curso profissionalizante de apicultura.

O agricultor (filho) de 21 anos concluiu o Ensino Médio e fez um curso profissionalizante de eletricista, trabalha no cultivo da banana.

O agricultor (filho) de 22 anos, concluiu o Ensino Médio completo e fez cursos profissionalizantes de eletricista e de tratorista. Trabalha no cultivo da banana no lote com sua família.

Todos trabalham no lote com o cultivo de banana e no manejo de abelhas sem ferrão na produção de mel. Seu lote é beneficiado com fontes de água que abastecem a Vila do Anjo e a produção de banana com o sistema de irrigação.

Tabela 12: Perfil do grupo familiar V

PERFIL DO GRUPO FAMILIAR V					
Categorias	Entrevistada I	Entrevistada II	Entrevistada III	Entrevistada IV	Entrevistada V
Parentesco	Pai	Filho	Filho	Filho/casado	Mãe
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Feminina
Idade	45 anos	19 anos	21 anos	22 anos	47 anos
Escolarização	Ensino fundamental I incompleto.	Ensino médio completo. Curso de	Ensino médio completo. Curso de	Ensino médio completo. Curso de	Ensino médio completo. Cursos de

	Curso de eletricista.	apicultura - Sennar	eletricista.	eletricista e tratorista	artesanato diversos.
Naturalidade	Rio do Braz - Pilões	Esperança	Areia	Areia	Areia
Profissão	Agricultor/assentado	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultora/artesã
Cômodos da residência	12	-	-	Agregado no lote	-

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017.

A renda familiar gera em torno de mais de dois salários mínimos. Vale ressaltar que toda a família trabalha no lote e não trabalha para terceiros, exceto a agricultora, que é artesã e vende seus produtos no Espaço do Artesão em Areia.

A identidade de cada grupo familiar varia de acordo com a função que desempenhava na Usina Santa Maria, uma vez que três agricultores (pais) desempenhavam funções no campo, já tinham experiências com o trabalho agrícola. Os dois agricultores desempenhavam funções internas no centro industrial, não tendo vínculo com as atividades agrícolas. Das cinco agricultoras entrevistadas, três desempenhavam funções domésticas e o cuidado com os/as filhos/as, não reconhecendo essas funções como trabalho produtivo. Duas desempenhavam funções externas à agricultura, como assalariadas.

As relações de gênero aparecem visíveis a todo momento, principalmente na relação com as mulheres jovens e os homens jovens. Todas as filhas são casadas, assumem funções da casa e a responsabilidade com os filhos, o que entendemos como uma atividade produtiva. Já os homens (filhos), assumem o papel externo, das atividades produtivas fora de casa.

Essa posição sexista tornou-se em uma cultura no campo, em que as mulheres desempenham o papel de cuidados com a casa e com os filhos e os homens assumem o papel das atividades externas, assalariadas, tornando assim visivelmente atividades produtivas desenvolvidas pelos homens, invisibilizando o trabalho produtivo das mulheres, que assumem uma tripla jornada de trabalho diária.

O perfil dos grupos familiares nos ajuda a compreender as relações de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a autonomia e emancipação dos grupos familiares no processo de produção e organização do assentamento, bem como a relação com as atividades de Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES que veremos no tópico a seguir.

4.3 A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES E TERRITORIALIDADES DO ASSENTAMENTO SOCORRO

O Assentamento Socorro formou-se da desapropriação da Usina Santa Maria em 1993. A homologação do assentamento no INCRA data o dia 17 de dezembro de 1999, hoje com 17 anos de assentamento da Reforma Agrária.

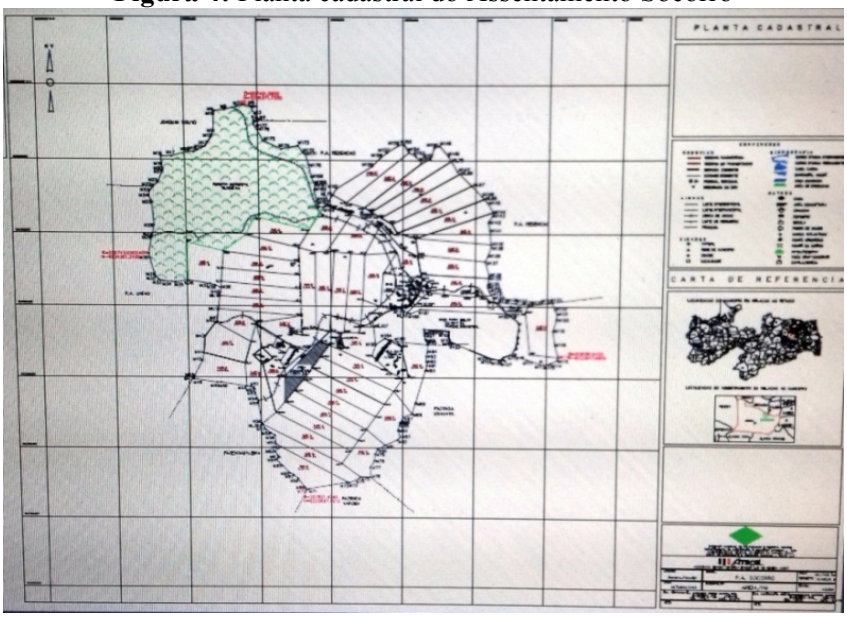
Sua história de luta é relatada pelos moradores/as e assentados/as como um período de insegurança, fome e desesperança do povo que morava no entorno da "massa falida", pois os boatos que chegavam era que todos iriam ser despejados. No entorno da Usina, contabilizavam aproximadamente 400 pessoas que iriam ser despejadas. A inquietação era visível nas pessoas, porque se questionavam onde iriam morar, de que iriam viver e onde iriam trabalhar.

Esses questionamentos e a insegurança fizeram com que um grupo de pessoas se reunisse e buscasse junto a certas instâncias em quem encontravam apoio, como a Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia e Pilões, Edilson Guedes, conhecido como Didiu, militante dos movimentos sociais e funcionário da Universidade Federal da Paraíba, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Serviço de Educação Popular – SEDUP, a Prefeitura Municipal de Areia e o INCRA. Dessa maneira, um grupo de poucos moradores lutavam pela desapropriação das terras do entorno da Usina; outro grupo lutava pela abertura do Centro Industrial.

Os engenhos e comunidades que forneciam cana-de-açúcar para a Usina já haviam sido desapropriados, por meio de muitas lutas, resistência e represálias, por parte de certos administradores contra o povo que trabalhava na usina. No ano de 1997, foram desapropriadas as terras do município de Pilões e Serraria. Já as terras do entorno da Usina, inclusive onde se situava a agroindústria, estas foram desapropriadas em 1999.

A seguir, a planta cadastral do Assentamento Socorro, elaborada em 2002, pelo engenheiro civil do INCRA, na qual consta os 45 lotes, área de reserva florestal, áreas comunitárias, rodovias, as vilas principais, cursos de água.

Figura 4: Planta cadastral do Assentamento Socorro



Fonte: Arquivo do INCRA, 2017.

O Assentamento Socorro está situado no município de Areia, às margens da BR Estadual 087 e limita-se com o Distrito Santa Maria, o Assentamento União, o Assentamento Esperança, o Assentamento Redenção (Pilões), as comunidades da Várzea do Coati, Gravatá, Joaquim de Souto e fazenda Ipueira.

O Assentamento Socorro é formado por 45 famílias assentadas; em média, umas 300 pessoas, com uma área de 3.817.489 hectares, tendo em média 6.0 hectares para cada família. Rico em fontes de água, cacimbas, poços artesianos, cacimbão, ainda é cortado por dois rios, sendo um afluente do rio Mamanguape, que permanece seco durante boa parte do ano, e o outro, um rio perene conhecido como rio das mercês, que tem curso de água o ano todo. Vale ressaltar que existem lotes que sofrem com a ausência de cacimbas e fontes de água.

As famílias produzem, nos períodos de chuva, culturas destinadas ao consumo, como milho, feijão, fava, roça de mandioca e macaxeira, pequenas hortas nos quintais de casa, bem como a criação de animais de pequeno e grande portes (caprinos, ovinos, bovinos, porcos, burros, cavalos, jumentos), inclusive a criação de abelhas sem ferrão (apenas um produtor até o momento), e sua produção, voltada para o mercado, está centrada no plantio de banana como cultura permanente, sendo o principal produto de geração de renda para as famílias. Também encontramos o plantio de frutíferas (caju, acerola, manga, cajá, jaca, pitomba, seriguela, limão, coco, laranja, oliveira, mamão, etc.) e o plantio de culturas perenes (milho, feijão, fava, hortaliças)

A principal fonte de comercialização, conforme sinalizado, é a banana; a maioria da produção é exportada para fora, por meio dos atravessadores, que a levam para as feiras no Estado do Rio Grande do Norte; a outra parte é comercializada nas feiras livres e nas feiras da agricultura familiar. A dependência de mercado dos/as agricultores/as acerca da venda da banana não reflete a autonomia na comercialização dos produtos; muito pelo contrário, perdem muito na lucratividade de seu trabalho no campo.

Figura 5: Cultivo da bananeira



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Figura 6: Cultivo da bananeira



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Figura 7: Entrada do Assentamento Socorro – Vila Nova.



Fonte: Arquivo da pesquisadora

O assentamento é muito rico em infraestrutura, herdada, ao menos em parte, da estrutura da Usina Santa Maria, com três casas grandes, um clube poliesportivo e um posto de saúde. Além disso, há uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental denominada José Lins Sobrinho que atendeu, no ano de 2016, 347 estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. A escola tem ainda um campo de futebol, que cedia torneios e jogos esportivos durante todo o ano.

Figura 8: Escola Municipal José Lins Sobrinho



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Figura 9: Posto de saúde



Fonte: Arquivo da pesquisadora

Figura 10: Clube poliesportivo que cedia eventos e reuniões



Fonte: Arquivo da pesquisadora

A estrutura também conta com uma casa de farinha e um engenho para fabricação de aguardente provenientes da cana-de-açúcar, oriundos de projetos do Cooperar, que, atualmente, encontram-se inativos. Há ainda casas em formato de vilas que acolhiam os/as trabalhadores/as e que hoje acolhem os moradores do Distrito Santa Maria, balanças de pesagem de caminhões, três casas sedes, dentre as quais, duas estão ocupadas pelos assentados e a outra se encontra invadida por um ex-dono, que ainda requer parte da herança da Usina Santa Maria (Notificação já foi feita pelo INCRA, mas o neto de Solon Lins, ex-dono da casa, recorre na justiça o direito de moradia), uma terra boa e fértil.

4.3.1 De Assalariados/as, Canavieiros/as a Assentados/as da Reforma Agrária: a construção da autonomia dos grupos familiares do Assentamento Socorro

O processo de luta pela terra é um fator de resistência, persistência e de conquista. A história da luta pela terra do Assentamento Socorro evidenciou um conflito ideológico e político e irresponsabilidade administrativa dos donos da Usina que tiveram como consequência o fechamento da Usina Santa Maria.

Durante as entrevistas, houve pessoas que se emocionaram ao lembrar do período da luta pela permanência na terra; outros não sabiam contar como foi o processo de desapropriação; outros estão na terra, porque estava sobrando e ninguém queria, então, para se manterem nas casas, fizeram o cadastramento. Existem várias versões sobre a história do assentamento, inclusive porque foram poucas as pessoas que estavam à frente das negociações para que o centro industrial da Usina Santa Maria fosse desapropriado. Temos vários indicativos e fatores que contribuíram para que os ex-assalariados/as e canavieiros/as se tornassem assentados/as da Reforma Agrária.

Observaremos certos depoimentos dos grupos familiares que participaram do processo e luta do assentamento e de outras famílias que fizeram o cadastramento por um acaso, como relatam. Muitos/as assentados/as relatam que estão com a terra, porque ninguém queria; outros relatam que foi a melhor coisa que aconteceu.

No depoimento de uma das assentadas que participou da luta pela desapropriação e ainda hoje possui papel de liderança no assentamento, muitas lutas políticas foram travadas, muitas conquistas foram realizadas, mas a maior delas foi ter um lugar para morar, um pedaço de terra.

> Quando a Usina decretou falência, Maria Delfino reuniu um pessoal e disse vamos no palácio falar com o governo. Aí veio um ônibus e saímos de seis horas da manhã e chegamos umas sete horas da noite. Fomos para João Pessoa para o Incra. Aí não conseguimos nada. Aí disseram que iria fechar a Usina e soltar um monte de gado dentro, ai fomos atrás de quem estava nos ajudando para não ficarmos jogados. Fomos para João Pessoa, para Campina Grande para falar com Zé Maranhão e Tião Gomes para ir para Brasília e pedir para desapropriar as terras, já que seria a última terra a ser desapropriada. As outras comunidades em volta já tinham sido desapropriadas, faltava só essa. A gente ia em cima de um caminhão, eu, minha irmã, Augusta, uma turma daqui da Usina, não era só duas, três, quatro, eram muitas mulheres, porque os homens estavam trabalhando fora, mas iam alguns homens também. Quem acompanhava a gente nas discussões era Didiu, ele ligava e a gente ia falar com os governantes. Quando faliu a Usina cadê dinheiro para fazer a feira, aí a gente subia no caminhão e ia para feira de Arara pedir na feira. “Era fogo”! (se emociona ao relatar a dificuldade financeira), passou muito tempo para desapropriar. Eles (os

> administradores da Usina) passavam um cheque para fazermos a feira, mas não dava para nada, aí a gente se juntava com algumas mulheres e ia pedir nas feiras. Algumas pessoas da Igreja traziam um caminhão de feira e distribuíam para os moradores da Usina no armazém que hoje é uma igreja. O dono da Usina e a mãe do usineiro disse que queria morrer sendo usineiro. Mais de trezentas pessoas moravam na Usina. Hoje tem 45 assentados, fora os moradores que ficaram nas casas. Quando desapropriou, chegou a noticia pelo presidente do Sindicato de Areia, Germano Trajano. Aí, começamos cada um ver onde queria ficar a terra, onde passou a medição, ficou mais água para uns do que para os outros. Tinham mais de trezentas pessoas nas casas, só que para lutar foram poucas pessoas. Depois da luta chegou a notícia para fazer o cadastro. Quando chegamos no clube era uma fila com todo mundo, uns dizia que quer só a casa, eu não quero terra, "*não sou minhoca para comer terra"*! Aí Aficou uns com a terra e outras só com a moradia. E muitos não queriam a terra só as casas. Os primeiros 45 que fizeram o cadastro para querer a terra ficou. O cadastro durou dois dias, para os que queriam a terra e os que queriam só as casas (Relato da mãe do grupo familiar I, 2016. Fonte: Pesquisadora).

O depoimento da agricultora do grupo familiar I reflete que o processo de luta e conquista do atual assentamento não foi fácil para os que realmente tinham necessidade de uma casa para morar e terra para plantar e criar seus animais, para o sustento de sua família. É comum encontrarmos no território do Assentamento uma confusão de territorialidade, porque existe o território do Assentamento e o território do Distrito, porém, as casas do Distrito Santa Maria pertencem ao Assentamento Socorro, uma lacuna que o INCRA não resolveu até então.

Mas o que mais inquietou nesse depoimento foi a frase que marcou o dia do cadastramento do INCRA na Usina Santa Maria, que durante as entrevistas era repetida com graça e reflexão: "*não sou minhoca para comer terra"*. Essa frase foi um divisor de águas para dois grupos, a saber, os que queriam as casas para morar e os que queriam a terra para plantar e viver dela com sua família.

Todavia, para muitos, a questão da terra era vista como símbolo de escravidão, de exploração, de atraso, já que muitos que eram assalariados e não tinham essa cultura de produzir e cultivar para seu sustento, viam-se como empregados que recebiam ordens; não sabiam como lidar com a liberdade de serem donos do seu próprio negócio, de sua casa e de sua terra. Esta nova situação de trabalhar para si, assustava. Era tudo muito novo.

A cultura da escravidão deixou marcas profundas na vida de muitas pessoas. Umas conseguiram se libertar do sentimento de opressão e conquistaram a autonomia de produzir para o sustento de sua família. Outros não conseguiram se libertar da opressão, continuam apenas com a casa e com a terra, mas sem que esta seja sua fonte principal de renda e de autonomia. E outros conseguiram transferir sentimento de oprimido, sendo opressores de seus

companheiros de luta, oprimindo e centralizando informações e conhecimentos que deveriam ser compartilhados com todos e todas do assentamento.

Portanto enquanto,

> [...] os oprimidos não tornem consciência das razões de seu estado de opressão "aceitam" fatalistamente a sua exploração. Mas ainda, provavelmente assumam, posições passivas, alheadas, com relação a necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo (FREIRE, 1987, p. 29).

Afirmação que vem sendo construída com o processo de sensibilização e da necessidade de mudança radical, libertando-se do discurso do opressor, da cultura de servidão. Dessas mudanças, podemos classificar no assentamento três perfis, agricultores/as autônomos/as e emancipados, agricultores/as conquistando autonomia, agricultores/as dependentes em processo de aprendizagem do ser camponês. Esta classificação foi obervaa pela técnica social que atuou no Assentamento Socorro. Ver no tópico 4.5

O grupo focal III traz a reflexão de que sentiam medo de perder a terra para os ricos e serem mais explorados do que eram, como canavieiros/as. Era um período de escravidão, de muito trabalho e poucos recursos para sustentar a família.

O agricultor de 37 anos, do grupo familiar III relata esse período da luta pela terra no assentamento:

> A gente tinha medo de perder a terra para os ricos. No inicio a gente ia fazer reunião em Pilões, em Guarabira, no colégio Santa Rita em Areia, na Assembleia. Na época as pessoas que ficavam a frente era eu, Dona Augusta, Cuíno, Edmundo, Regi, D. Zefinha de Ipueira, D. Maria Delfino, Zuíta. Era muita gente que participava as reuniões, mas tinha as pessoas que não participavam. A prefeitura doava ônibus, íamos de caminhão, pegava carona na estrada. Almoçava lá mesmo. Pe Adelino, Germano do Sindicato de Areia, Manoel Paixão SRT de Pilões, mas depois que conseguiram os lotes de Pilões deixaram só agente de Areia. Quem ajudou foi no processo de desapropriação foi o Governo do Estado, na época era Zé Maranhão, se não fosse nós estávamos na rua, o governo tinha leiloado. Neste período vivíamos da criação de gado, da produção de mandioca e fazíamos farinha. (Relato do filho agricultor do grupo familiar, 2016. Fonte: Pesquisadora).

Esses relatos sobre a história de luta do assentamento, a exemplo do que foi demonstrado acima são muito importantes para ressignificar a identidade individual e coletiva do assentamento, uma vez que as raízes camponesas estão sendo ameaçadas pelo avanço da tecnologização e da globalização que unificam as identidades, sem apontar para as diferenças e aspectos existentes em cada processo de luta do assentamento, mesmo nos casos em que o

processo de luta de um assentamento não tenha vindo de acampamentos, nem de "conflitos de anos".

O agricultor relata com muita clareza as articulações que eram feitas com outras organizações, movimentos sociais e o poder estadual, mas muitas informações que eram discutidas era apenas falácias, pois o impacto do fechamento da Usina Santa Maria afetaria diretamente a economia do Estado, já que esta era uma das maiores destilarias de cana-de-açúcar.

Com muitas resistências por parte dos/as funcionários/as da Usina Santa Maria, o movimento pela desapropriação foi fragilizado, por isto, a demora na desapropriação das terras em torno do centro industrial, diferentemente do que ocorreu nos engenhos e fazendas vizinhas onde conseguiram, com muita luta e resistência, a desapropriação, bem antes da que ocorreu no Assentamento Socorro.

Mesmo com essas mobilizações, o diálogo com os funcionários era de muita resistência e ilusão que as coisas iriam melhorar, principalmente as condições trabalhistas. Ilusões e falácias, pois os donos da Usina estavam endividados e não conseguiram conter a crise, falindo e entregando os pontos para a desapropriação das terras.

No depoimento do grupo familiar IV, o relato era de muito orgulho de ter sido um funcionário bem-sucedido na Usina, tanto que, quando a usina faliu, o agricultor e a agricultora já eram aposentados, por isto, não passaram por dificuldades financeiras nem por quaisquer outros tipos de dificuldades.

Nas palavras do agricultor, com 72 anos, conforme apresenta em seu relato: "não tivemos dificuldade, já éramos aposentados nesta época, e tínhamos uma renda fixa. Era chefe de laboratório industrial na fábrica" (Relato do pai agricultor do grupo familiar IV, 2016).

A agricultora traz um pouco de como foi o cadastramento do INCRA no dia da organização dos lotes e das casas para os moradores. É importante conhecer o papel de cada integrante, para nos situarmos melhor nas falas.

> Eu era alfabetizadora e Agente Comunitária de Saúde. Para o cadastramento do pessoal, teve uma reunião no clube e eu não sei informar como foi, porque fui uma das últimas a fazer o cadastro. Porque eu era agente de saúde e poderia ser que não me cadastrassem ai o povo do INCRA disse que não tinha nada a ver. Eu fui por um acaso, tinha chegado do trabalho, tinha uns que não queria que eu ficasse por ser agente de saúde, mas eu não tinha carteira assinada. Graças a Deus, deu certo. (Relato da mãe agricultora do grupo familiar IV, 2016. Fonte: Pesquisadora).

Essa agricultora possui papel de liderança no assentamento, pois, desde a fundação da associação, em 1999, até hoje, está representando o assentamento. O agricultor também está como representante do assentamento e conta a versão de acordo com a visão de outros assentados, pois ele não estava presente durante as discussões: "Nesse tempo eu estava trabalhando fora e eu não podia acompanhar. Edmundo, a Igreja e Germano do Sindicato de Areia, tinha uma equipe que arrumavam carro na prefeitura para levar o pessoal para as reuniões em João Pessoa" (Relato do pai agricultor do grupo familiar IV, 2016).

A história do assentamento, sob a ótica do agricultor, que também é representante do assentamento, é relatada da seguinte maneira:

> A associação foi fundada no dia 17.12.99 e a homologação do assentamento foi em 07.12.99. Desde esse tempo pra cá a gente vem tocando o barco. Encontramos dificuldade neste período. Para começar, para haver a desapropriação teve muita luta, muito trabalho, os moradores quando a usina faliu em 93 muita gente desabrigado, sem trabalhar, ai veio a iniciativa de formar em assentamento. Aí os moradores começaram a lutar, ir para o Sindicato, para o Incra, ai os órgãos como CPT, tudo fez parte. Graças a Deus, a gente conseguiu e com certo tempo as terras foram divididas. E veio o progresso de acordo com o esforço de cada um. Muitos pensavam quando a Usina faliu o povo ia passar fome, mas foi pelo contrario. Naquela época com a Usina funcionando muita gente trabalhava, mas depois dos trabalhos com a Reforma Agrária a vida de cada um melhorou principalmente daqueles que foram beneficiados com a terra. Com pouco tempo se sentiu a diferença, quando era assalariado e agora dono da própria terra. Naquela época muita gente trabalhava, mas também muita gente passava fome, porque não podia planta nem um pé de milho, nem feijão, porque o espaço era cheio de cana de açúcar até no terreiro era cana plantada. (Relato do pai agricultor do grupo familiar IV, 2016. Fonte: Pesquisadora).

Essa fala retrata mais uma vez que as condições trabalhistas, quando eram funcionários da usina, eram muito precárias; muitos passavam fome, não podiam plantar nenhuma lavoura, pois não havia espaço nem nos terreiros. Tudo era ocupado pelo monocultivo da cana-de-açúcar. Essa realidade aplica-se a todo território ocupado pelo latifúndio da cana-de-açúcar.

Outro fator importante a ser destacado é a afirmação de que quando eram assalariados, tinham apenas o salário para todas as despesas e ainda não conseguiam manter as despesas da casa, mas, depois da reforma agrária, a vida e as condições de trabalho e de produção de alimentos melhoraram muito, uma vez que passaram a ser donos da terra, podendo plantar e viver de seu sustento, sem que passassem pelo processo de escravidão assalariada. É o que pode ser apreendido do relato a seguir:

> Eu lembro que ia um bucado de gente para João Pessoa reivindicar os negócios para dividir as terras. Trabalhava demais não participava não. Edmundo que juntava o povo. Depois teve a divisão dos lotes. Quando o pessoal do INCRA veio para o clube eu ia para lá. Era uma coisa que ninguém conhecia, era novo e ninguém acreditava que ia acontecer. E tanto que no dia da reunião o pessoal do INCRA perguntava: Você quer terra ou quer a casa? E tanto que muita gente queria a casa e não tinha quem quisesse terra e tanto que o povo dizia: Pra quê tu quer terra, fica só com a casa? Foi bom demais, foi a melhor coisa. Se eu não tivesse entrado, tinha dançado. O trabalho na Usina era de tirar o couro, agora cada um faz seu horário. Tinha muita gente no dia do cadastramento e muitos diziam que "eu não sou minhoca para comer terra", "enxada nunca amadurece", " eu não quero puxar cobra para os pés". O povo dizia! Muita gente vinha para trabalhar na Usina e não queria trabalhar na enxada, no campo. (Relato do pai agricultor do grupo familiar V, 2016. Fonte: Pesquisadora).

Mais uma fala que ponta para os indícios de resistência com a terra; primeiro, porque era uma situação nova; depois, porque não queriam trabalhar na terra; e, terceiro, porque não eram agricultores, e sim funcionários da indústria. Durante o cadastramento, havia muitas indagações como: "eu não sou minhoca para comer terra"; "enxada nunca amadurece"; " eu não quero puxar cobra para os pés". Muitas dessas falas são discriminatórias para com os camponeses, muitas das vezes para com eles próprios que não se reconheciam como canavieiros/as, mas como funcionários/as.

Segundo Ribeiro (2013, p. 264),

> Essa alienação se efetua no que se refere à separação entre os produtores – os trabalhadores – e os produtos do seu trabalho, os seus meios de produção e subsistência entre as quais a terra. Mas também é por via de consequência, pela sonegação a esses mesmos produtores, no que se refere aos bens imateriais como o conhecimento, a cultura, a educação e o lazer.

Esse desconhecimento da cultura, da identidade camponesa ainda é muito presente no assentamento, mas está sendo construída pelos/as agricultores/as que estão produzindo na terra. Muitos já trabalhavam em um pedacinho de terra que pediam aos administradores da Usina e foram construindo essa relação de convivência com a natureza, com o produto que gera renda e alimenta sua família.

O grupo familiar II traz mais um relato da dificuldade de conseguir uma casa e um pedaço de terra:

> A gente ia para o INCRA solicitar o que a gente queria. Terra e uma casa para morar. O Sindicato que ajudava a pagar o almoço. Eu cansei dos caba dizer assim: pra onde tu vai rapaz, vai perder o dia e serviço, vai faltar o comer para tu comer na semana. Muita gente não ia não. Muitos cabas

> ficavam rindo de nóis. Ficavam mangando dizendo que não iriamos ter direito a isto não (Relato do pai agricultor do grupo familiar II, 2016. Fonte: Pesquisadora).

Hoje muitos moradores, antes funcionários da Usina, os quais eram contra o processo de desapropriação das terras, como diz o agricultor: "Ficavam mangando dizendo que não iriamos ter direito a isto não", trabalham de diaristas para os/as assentados/as em suas terras, outros são comerciantes, outros funcionários públicos, empregadas domésticas, pedreiros, serventes de pedreiros, entre outras profissões terceirizadas. Alguns se arrependem de não ter se cadastrado para ser assentado/a; outros estão satisfeitos com a casa para morar até hoje.

Muitos se cadastraram por um acaso; não houve disputa de lotes, mas sim uma insistência por parte dos técnicos do INCRA em completar as 45 vagas existentes, porque os moradores só queriam as casas para morar e não a terra, sinônimo de sofrimento (para alguns) para trabalhar e dela tirar o seu sustento. Diferentemente do que ocorreu em outros assentamentos, que envolveram critérios de seleção para se cadastrar no Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

A luta pela terra no assentamento Socorro foi diferente da luta dos assentamentos do entorno, embora todo o território plantado de cana-de-açúcar pertencesse à Usina Santa Maria. As formas de organização e mobilizações foram diferenciadas, pois havia muitas pessoas que estavam ligadas a movimentos sindicais, a movimentos sociais, a entidades de apoio à classe trabalhadora, uma vez que o Brasil estava passando por uma crise política e econômica com o fechamento de várias indústrias e comércios. A formação política e a percepção de mundo de certas lideranças foram o diferencial na luta pela terra na região do brejo, sobretudo neste território de disputa.

4.4 AS NARRATIVAS DOS/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SOCORRO SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA DA EXTENSÃO RURAL

A reflexão das narrativas dos grupos familiares sobre a extensão rural têm como princípio compreender como ocorreu essa relação no trabalho de campo da Assistência Técnica, Social e Ambiental da Cooperativa – COONAP com os/as agricultores/as. De acordo com os relatos, as vivências e experiências variam de acordo com a atividade produtiva de cada família, levando-se em consideração a intensidade de acompanhamento e/ou afetividade com os agentes de extensão rural.

A seguir, veremos certas falas dos grupos familiares sobre as práticas educativas da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, se de fato houve um processo de assistência técnica ou não, levando em consideração, dessa forma, os cincos elementos elencados anteriormente das diretrizes da Educação Popular, e considerando o aspecto do trabalho no campo, do diálogo com os técnicos, a troca de saberes populares na ascensão da autonomia e do empoderamento das famílias, a partir do processo de extensão rural no assentamento.

De acordo com as falas dos grupos familiares, a assistência técnica iniciou o processo de assessoria e de orientação no assentamento por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Serviço de Educação Popular – Sedup. Logo quando houve a desapropriação das terras da Usina Santa Maria, paralelamente a essas orientações aos ex-canavieiros, a Empresa Estatal de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER atendia aos assentamento quando necessário, por volta dos anos de 2000. Dessa assessoria, certos agricultores/as acessaram a linha de crédito do Programa Nacional da Agricultura Familiar – Pronaf, no ano de 2006, o que novamente incentivou os/as assentados/as a comprarem os pacotes tecnológicos e de insumos para o plantio da cana-de-açúcar, entrando na lógica da modernização da agricultura e do ciclo vicioso da monocultura. Antes canavieiros, agora produtores e reféns da cana-de-açúcar.

Uma contradição e uma imposição dos pacotes de financiamentos do Banco do Nordeste que condiciona os/as agricultores/as a se endividarem com o plantio cana-de-açúcar, sem ter para onde escoar a produção, ficando quase todos reféns dos engenhos privados da região do entorno da cidade de Areia para venda da mercadoria barata, prejudicando e alienando os produtores que ainda não se identificam como agricultores/as familiares.

O Assentamento Socorro foi contemplado pela Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção – COONAP, porém, quando a equipe de técnicos foi conversar e se apresentar à maioria dos/as assentados/as do Assentamento Socorro, juntamente com a direção da cooperativa, não foram aceitos no assentamento no ano de 2009. Ficando assim, sem acompanhamento, o primeiro ano da política de ATER/ATES. Só queriam ser acompanhados pela Emater, a qual, no entanto, nessa nova resolução de ATER, não poderia acompanhar assentamentos da Reforma Agrária.

Em 2011, o assentamento decidiu aceitar a equipe técnica da COONAP, observando a assistência e a cobertura de benefícios que estavam acontecendo em outros assentamentos.

De acordo com o Manual Operacional de ATES, de 2008, e a Lei de ATER, Lei nº 12.188, de 2010, a equipe técnica é formada por uma equipe multidisciplinar e

interdisciplinar, contendo no seu corpo técnico profissionais das áreas de humanas, agrárias, ambiental, entre outras áreas do conhecimento.

Segundo o referido Manual, certos princípios devem ser levados em consideração, quais sejam:

> [...] III – adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia;
> IV – estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de modo a permitir a análise e melhoria no andamento das ações;
> V – desenvolver processos educativos permanentes e continuados a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário (BRASIL, 2008, p. 14).

A ATES deve ter uma abordagem transdisciplinar com metodologias participativas, processos educativos participativos e que dialogue com a realidade vivenciada pelo assentamento, sobretudo discutindo princípios norteadores de uma transição agroecológica, promovendo o bem viver junto às famílias assistidas.

Levado em consideração os princípios acima elencados e fazendo o cruzamento com as respostas dos grupos familiares, observa-se que as equipes mais presentes no assentamento eram apenas duas, a saber, a assistente social e o técnico agrícola, porém, apareciam esporadicamente o agrônomo, o veterinário, o engenheiro civil.

Quanto às atividades desenvolvidas com as famílias, eram basicamente reuniões, palestras, cursos de aperfeiçoamento tanto na área produtiva, como a criação de abelhas, produção de leite, efeitos do uso de agrotóxicos, Equipamento de Proteção Individual – EPI, entre outras demandas, quanto na área de beneficiamento de alimentos, como produção de bolos, de doces derivados da banana, artesanatos diversos, produção de tela, entre outras produções.

Essas atividades eram realizadas de maneira coletiva, seja por assentamento ou em grupos de assentamentos. No entanto, quando foi perguntado aos agricultores/as sobre as visitas individuais nos lotes e na família, as respostas evidenciaram o quê em relação à assistência técnica?

As falas dos grupos familiares, a seguir, revelam as impressões em relação às visitas e orientações:

> Nas visitas eles chegavam aqui perguntavam o que a gente tinha plantado, o que a gente estava criando. O relatório de criação e de plantação. A gente assinava como ele tinha vindo fazer a visita. Aí com um mês eles vinham de novo. (Relato da mãe agricultora do grupo familiar I, 2016).

> A Assistente social nunca passou aqui. Chegou aqui em casa e assinei um papel e pronto. Mas pra chegar aqui e andar dentro do sítio nenhum fez isso (Relato do pai agricultor do grupo familiar II, 2016).

> Era uma equipe boa toda, mas no lote nunca fora não, nem fizeram orientação de nada. Eles nunca conversaram comigo sobre a produção e orientação não. Eles tiravam foto, mandavam assinar uma folha e voltavam (Relato do pai agricultor do grupo familiar III, 2016).

> Eles chegavam aqui perguntavam como estava, mas nunca foram no lote não. E melhor não ter e se conformar do que ter e não fazer (Relato da mãe agricultora do grupo familiar IV, 2016).

> Eles vinham olhar as abelhas e a banana era aqui pertinho. O engenheiro civil já veio aqui (Relato do pai agricultor do grupo familiar V, 2016).

O que se pode perceber nas falas dos/as agricultores/as é que a equipe da assistência técnica não prestou o serviço para o qual foi contratado. É uma falácia, pois não prestou assistência e/ou assessoria; apenas ia até onde o agricultor estava e, apesar de visitar as casas das famílias, não buscava estreitar nenhuma relação de proximidade nem prestava a assistência propriamente dita às famílias, chegando apenas para assinar uma folha, um papel, como relatam acima, para prestar conta para entidade de que o trabalho havia sido realizado. Lamentavelmente, acontece nas famílias entrevistas que não diferem da realidade das demais famílias do assentamento.

Quanto à relação entre os/as técnicas/as e os/as agricultores/as, foi questionado se esta se dava numa perspectiva dialógica e se a forma de abordagem e a linguagem eram compreensíveis para os/as agricultores/as. Os relatos dos grupos familiares a seguir são reveladores a esse respeito:

> Eles falavam e escutavam também. Eles perguntavam e a gente ia respondendo. Eles sabiam, mas a gente entendia o que eles diziam e respondíamos (Relato do pai agricultor do grupo familiar I, 2016).

> Quando eu não estava em casa ele me esperava e a gente conversava. Ele perguntava o que ele queria saber e eu falava. Sempre havia uma troca de experiência (Relato do pai agricultor do grupo familiar Grupo familiar II (pai), 2016).

> Existia o dialogo, mas não faziam orientação (Relato do filho agricultor do grupo familiar III, 2016).

> Tínhamos mais diálogo com a assistente social que ajudava mais agente. A parte técnica não temos muito o que dizer. Eles trabalhavam mais no social. E tanto que não fez falta. O social trouxe coisas para gente (Relato da mãe agricultor do grupo familiar IV, 2016).

> Falava bem, dava para nós entender, porque tem uns que fala pra doutor e agente não entende nada (Relato do pai agricultor do grupo familiar V, 2016).

Note que a relação estabelecida era basicamente técnica, com perguntas objetivas seguidas por respostas; não se percebe uma construção de diálogo, objetivando a construção do conhecimento entre as partes, mas uma construção de uma educação bancária, como ressalta Freire, em que o professor, o detentor do saber, pergunta e os alunos, sem luz, respondem. Uma prática educativa tradicional e não construtivista, como ressaltam os princípios da Educação Popular e os princípios da política de ATER.

Princípios que precisam estar em constante diálogo com a prática do extensionista e do/a agricultor/a, tornando-os/as educadores/as e educandos/as, em uma relação na qual os saberes são construídos coletivamente. Porque os saberes são diferentes, as vivências são diferentes, a visão de mundo e o conhecimento adquirido também são diferenciados.

Percebe-se como o grupo familiar se expressa em relação à troca de saber entre o extensionista e o/a agricultor/a: “Eles falavam normalmente, mas dificilmente os assentados tinham argumento para conversar com os técnicos” (Relato do filho agricultor do grupo familiar IV, 2016). Constata-se que na sua fala esse distanciamento entre os saberes e o diálogo. A palavra “argumento” traz um sentido de contradição e de opressão. Se não entendo, não falo, não argumento, porque nosso diálogo não está sendo comunicativo e, sim, informativo. Se é uma informação, vou apenas absorver, ou não, essa informação.

Uma contradição que se arrasta desde a implantação da extensão rural no Brasil; é um desconhecimento de metodologias e de comunicação participativa que envolvam, transformem, criem condições para que o diálogo seja comunicativo e promova um aprendizado e um desenvolvimento intelectual, social e econômico para os/as agricultores/as.

Partindo do pressuposto de que a extensão rural tem como objetivo democratizar os serviços de assistência técnica para toda área rural, se reafirmando como um processo de educação não formal, mas com princípios educativos e metodologias participativas, seria necessário antes promover capacitações dos agentes de extensão rural, orientando e criando mecanismos e ferramentas de abordagens e de visitas que atendessem os anseios e as necessidades dos/as agricultores/as, de acordo com a realidade vivenciada por cada grupo

familiar, considerando o homem e a mulher como responsáveis pela construção de sua própria realidade.

Outra característica a ser destacada nessa compreensão de mudança e transformação que se quer construir é a autonomia das famílias nos assentamentos. O primeiro ponto a destacar é a autonomia de ter seu pedaço de terra para trabalhar; outro ponto é produzir seus alimentos e ser dono de sua produção, não sendo mais empregado ou assalariado de terceiros, tendo, assim, mais liberdade na organização de seu tempo e, mais especificamente, liberdade de tempo para o cultivo das lavouras.

Muitos/as agricultores/as veem a Reforma Agrária como a chave para a liberdade, para a dignidade de ter um lugar, uma casa, terra para plantar e viver bem com sua família. Afinal, "Ser livre significa essencialmente ser responsável por si mesmo, por suas ações" (RIBEIRO, 2013, p. 239).

Essa afirmação não difere do conceito de autonomia, da liberdade para as famílias realizarem a autogestão de sua propriedade. Os dois conceitos andam de mãos dadas, na busca de se autodirigir, conquistando a liberdade e a autonomia. Nas falas seguintes, podemos perceber o que os grupos familiares trazem a respeito da percepção da autonomia:

> Nossa autonomia financeira não veio da aposentadoria, mas antes da participação das reuniões, da participação da feira agroecológica. Ai depois veio a assistência técnica, que veio fazer o levantamento do que temos e do que produzimos. Tivemos autonomia em termos mais orientação, visita técnicas, mais reuniões, mais cursos, mais capacitações (Relato da mãe agricultora do grupo familiar I, 2016).
>
> Melhorou de acordo com a capacidade de cada um. Melhorou na renda e no financiamento (Relato do pai agricultor do grupo familiar IV, 2016).
>
> A autonomia é não trabalhar para ninguém, a gente trabalha junto. Eles fazem o horário e tem tempo para fazer outras coisas. Temos autonomia Financeira (Relato do pai agricultor do grupo familiar V, 2016).

É importante perceber que a autonomia vem junto com a liberdade de escolha que cada pessoa tem para ser autogestor de sua própria vida, inclusive da produção de seu lote. Observe que o conceito de autonomia vem atrelado ao conhecimento adquirido a longo de sua vida, ao aumento da renda familiar, à participação em espaços políticos que envolvem tomada de decisão, a como dirigir seu próprio tempo. Essas categorias trazem uma autonomia, de acordo com o que cada um tem de conhecimento, não dependendo apenas do indivíduo, mas de um conjunto de fatores que forma o coletivo, a sociedade.

No sistema capitalista em que estamos inseridos/as, podemos nos deparar com uma "falsa liberdade", que nos leva a pensar que estamos sendo autônomos em certos aspectos, porém, em outros, estamos sendo oprimidos pelo sistema que nos aflige, inclusive porque vivemos em um país "democrático" e em constante processo de realização de políticas públicas que atendam às demandas da população como, por exemplo, de saúde, educação, habitação, segurança pública, segurança alimentar e nutricional, equidade de gênero e racial, assistência técnica, entre outras demandas necessárias para que possamos viver bem uns com os outros. Como bem pontua Ribeiro (2013, p. 276):

> Construir uma nova sociedade é condição essencial para libertação da classe oprimida, e para que isso se torne possível, é necessário que as forças produtivas e as relações sociais de produção tenham chegado a tal nível de confronto que não possam continuar existindo. Assim se coloca a possibilidade real de sua superação porque a classe revolucionária é ela mesma a principal força produtiva.

A luta por um projeto de sociedade mais justa e humana nos faz refletir, lutar e resistir por liberdade e justiça social, mesmo diante da repressão e opressão da burguesia. A assistência técnica e a extensão rural tornaram-se uma política pública, mas esta ainda precisa ser efetivada e implementada como regem os seus princípios e objetivos, levando-se em consideração que ela foi construída de maneira participativa, por estudiosos da extensão rural, acreditando em um "repensar da extensão rural para o Brasil", de maneira participativa, educativa e dialógica. De modo que os saberes sejam complementados uns com os outros, quer sendo os envolvidos nessa relação aprendentes quer sendo ensinantes, mutuamente em comunhão.

4.5 A PRÁTICA EDUCATIVA DOS AGENTES EXTENSIONISTAS DA ATER - COONAP/PB NO ASSENTAMENTO SOCORRO E SUAS NARRATIVAS

A prática educativa pode ser entendida neste tópico como um processo coletivo entre os/as extensionistas e os/as agricultores/as, a partir de uma reflexão e das ações desenvolvidas no Assentamento Socorro na construção e reconstrução de aprendizagens entre saberes diferenciados, de um lado, o saber popular; de outro, o saber acadêmico.

Essa construção e reconstrução entre os saberes fazem dos extensionistas e dos/as agricultores/as ensinantes e aprendentes, de modo que não há saberes maiores nem menores; há saberes diferentes, vivências e visões de mundo diferenciadas; por isto, para Freire (2004):

> A prática do velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o do domínio do barco, das partes que o compõem e da função de cada uma delas, como o conhecimento dos ventos, de sua força, de sua direção, [...]. Na prática de velejar confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes (FREIRE, 2004, p. 30).

Saberes que vão se afinando, se distanciando, se modificando com as práticas, e se ampliam, na medida em que são comungados e construídos coletivamente, tendo em vista um mesmo propósito, construídos a partir da realidade vivenciada pelas famílias de um determinado território, que pode apresentar características diversas, complexas. Por isso, a importância do conhecer, aprender e ensinar.

A questão que queremos trazer é se as atividades desenvolvidas pelos agentes da ATES com os/as agricultores/as do Assentamento Socorro se basearam numa metodologia da Educação Popular e se foram relevantes para o "desenvolvimento" dos/as agricultores/as quanto à sua autonomia e emancipação, levando em consideração o acesso às políticas públicas municipais e estaduais, melhoria na produção de alimentos, organização da associação, entre outros aspectos que estão contemplados no plano de trabalho da Cooperativa.

Buscamos também trazer aspectos praticados na Coonap na aplicação e na forma de organização política, social e metodológica da Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção – COONAP para execução dos trabalhos de ATES em campo. Seu histórico e sua área de atuação. A COONAP foi fundada em janeiro de 1994 e tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria em várias áreas do conhecimento, em especial aquelas relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico.

Atua em regime de parcerias diversas, ou individualmente, executando atividades de múltiplas naturezas e diferentes graus de complexidade. Atualmente, o quadro de sócios é composto por 32 pessoas, sendo 10 mulheres e 22 homens de diversas formações, atendendo às demandas dos projetos da cooperativa.

A COONAP tem sede em Campina Grande, na Paraíba. Enquanto Cooperativa de Trabalho, a abrangência de sua atuação é nacional e também internacional, embora ostente um currículo ainda significativamente marcado pela sua participação na região do nordeste brasileiro.

Os eixos de atuação da COONAP[15] são:

---

[15] Ver proposta técnica com ajustes de atividades de ATES – 2015-2016 da COONAP no Anexo B.

> Desenvolvimento Local Sustentável; Gestão Social; Gestão de Políticas Públicas; Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Capacitação em Desenvolvimento Rural Sustentável; Capacitação em Gestão para Usuários de Águas e Comitês de Bacias Hidrográficas; Assessoria e Consultoria a Prefeituras Municipais; Coordenação e Operação de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos; Coordenação e Operação de Programas de Bolsa-Escola; Elaboração, Análise e Avaliação de Programas e Projetos; Planejamento Estratégico e Operacional; Marketing, Tecnologia e Oportunidades de Negócios; Estudos e Perfis de Mercado e Comunicação e Informática. (COONAP, 2016, p.10)

Segundo relato do Coordenador da Cooperativa, sua história começa pela luta e libertação dos exilados durante a Ditadura Militar, inclusive, ele próprio foi exilado durante o período da Ditadura Militar no Brasil.

> A Coonap foi fundada em 1994, por 23 pessoas de diversos estados, mas precisamente Pernambuco - PE, Paraíba - PB e Bahia - BA, literalmente destas 23 pessoas, de 18 a 20 membros vieram da luta pela libertação dos povos, da luta pelo fim da ditadura no Brasil, comunistas e ex presos políticos. Em 1996 no começamos a atuar efetivamente em Pernambuco com alguns projetos na área social no campo, inclusive trabalhamos com índios xucurus no estado de Pernambuco. Em 1998, participamos de uma chamada pública no Estado da Paraíba do Incra, e o que chamamos hoje de ATES. Estamos trabalhando com ATES desse janeiro e 99 (Presidente da Coonap, 2016).

Percebe-se que a função social da Cooperativa vai além da assistência e assessoria técnicas; configura-se como uma cooperativa que luta pela conquista de espaços de liberdade, de possibilidades e oportunidades aos oprimidos e marginalizados da sociedade.

De acordo com o que foi planejado para esta discussão, deveriam ter sido entrevistados dois técnicos/as de campo, um/a da área agrícola e um/a da área social, o coordenador da cooperativa, um técnico do INCRA que acompanhava os trabalhos da cooperativa e a gestora do contrato de ATES no INCRA. Porém, conseguimos realizar as entrevistas com três agentes de ATES, o coordenador da cooperativa, dois técnicos de campo.

Na tabela a seguir, são demonstrados o número de agentes de ATES que foram entrevistados sobre a prática educativa nas áreas de assentamento, bem como sobre a relação com os/as assentados/as para a construção de uma ATES diferenciada, de acordo com a proposta do Plano de Trabalho da COONAP.

Tabela 13: Distribuição dos membros da equipe de ATES

Atuação em campo do extensionista	**Homem**	**Mulher**
Técnica da área social	0	1

Técnico de área agrícola	1	0
Presidente da Cooperativa	1	0
Total	2	1

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Nesse quadro, temos presente a atuação de cada agente de ATES e o seu campo de trabalho nos assentamentos, uma na área social e o outro na área agrícola, exceto o Presidente da Cooperativa responsável para solucionar o trabalho burocrático e de gestação da Coonap, juntamente com a direção da cooperativa. A estrutura da Cooperativa é formada pelo presidente e vice-presidente, diretor técnico, diretor social, diretor administrativo e financeiro, conselho fiscal e sócios/as.

Na tabela a seguir, pode-se verificar a distribuição dos entrevistados, levando-se em consideração sua faixa etária.

Tabela 14: Distribuição dos agentes de extensão rural por faixa etária

Faixa etária	Homem	Mulher
Entre 30 e 40	1	1
Entre 41 e 50	0	0
Acima de 61	1	0
Total	2	1

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Com relação à faixa etária, a situação é a de adultos entre 30 e 40 anos de idade, na qual se encontram a agente e o agente de ATES, seguida da presença do Presidente da Cooperativa, este na faixa etária acima dos 61 anos de idade.

Tabela 15: Distribuição dos agentes de extensão rural por área de atuação

Formação Acadêmica do extensionista	Atuação na Cooperativa Coonap	Número
Assistente Social	Conselho fiscal da Cooperativa Coonap	1
Engenheiro Agrônomo	Sócio da Coonap	1
Economista	Presidente e Coordenador da Coonap	1
Total		3

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Quanto à formação acadêmica, constatamos que na área social, a agente de ATES atua como assistente social (visita *in loco*), de acordo com o edital de contratação do INCRA, que poderia ter em seu quadro, funcionários com formação na área de humanas; ademais, ela faz

parte do corpo diretor da cooperativa, atuando no conselho fiscal. O Engenheiro agrônomo, sócio da Cooperativa, por sua vez, atua na área agrícola e de campo (visitas *in loco*) e o presidente da Cooperativa tem formação superior em economia.

Tabela 16: Distribuição dos agentes de extensão rural por renda familiar

Renda familiar	Homem	Mulher
Mais e dois salários mínimos	0	0
Três salários mínimos	0	0
Mais de três salários mínimos	2	0
Total	2	1

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

Na situação de direitos trabalhistas, cada categoria tem seu conselho regido pelas leis trabalhistas; o salário dos sócios é de acordo com a categoria por eles ocupada regido pelo conselho. Os/As engenheiros/as agrônomos/as recebiam o valor estabelecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, as/os assistentes sociais recebiam os valores que o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS estabelecia, de acordo com a carga horária prevista na legislação. Como também as outras categorias que se inseriram nos trabalhos de extensão rural.

As entrevistas se deram de maneira tranquila e bem espontânea; apenas uma das entrevistadas foi muito objetiva e radical, com falas bastante fortes sobre a reforma agrária no Brasil. Foram entrevistadas uma agente extensionista da área social, um agente da área agrária e o coordenador da Cooperativa, o qual me concedeu a entrevista no escritório da COONAP, situado em Campina Grande/PB.

Vale ressaltar que nesse período nós não estávamos em campo pela interrupção dos trabalhos de ATES no Brasil, devido ao Golpe de Estado sofrido pela Presidenta eleita pelo voto popular e democrático, a qual foi retirada do cargo, assumindo, então, o Vice-presidente como Presidente Interino.

Trazemos essa reflexão porque influenciou diretamente nas políticas públicas, inclusive as destinadas para o campo da reforma agrária e para os trabalhadores rurais. Desde os meses finais de 2015 que os trabalhos de ATES/ATER terceirizados pelo INCRA foram suspensos em todo Brasil, exceto os das empresas estatais, como os das Emater.

Diante desse quadro de paralisação dos trabalhos de extensão rural para os assentamentos da reforma agrária, vamos investigar como foi executado esse contrato de 2011 a meados de 2015 no Assentamento Socorro, em Areia.

A COONAP atendia 30 assentamentos localizados nos territórios da Borborema (16), Curimataú (2), Seridó (3), Cariri (8) e Vale do Paraíba (1), assistindo 1.207 famílias na última chamada pública realizada em 2014 pelo INCRA SR18.

Quadro 2: Abrangência dos serviços de extensão rural realizados pela COONAP

Nº	PA	MUNICIPIO	TERRITÓRIO	FAM
1	Esperança	Areia		40
2	Socorro			44
3	União			56
4	Cicero Romano	Areial		11
5	Cicero romano II			2
6	Cicero Romano/Lagaes			35
7	Emanuel Joaquim		BORBOREMA	27
8	Jose Jovem	Boa vista		40
9	José Antônio Eufrosino	Campina Grande		98
10	Pequeno Richard			50
11	Santa Cruz			52
12	Venâncio Tomé			43
13	Vitória			37
14	Imbiras	Massaranduba		79
15	Cajá de Matinhas	Matinhas		29
16	Chã de Bálsamo			42
17	Bom Jesus I	Barra de são Miguel	CARIRI ORIENTAL	20
18	Novo Campo			23
19	Antônio Paulo	Boa Vista		44
20	Serra do Monte	Cabaceiras		100
21	Trinc. De Carnoió	R. De Santo Antônio		37
22	Asa Branca		CARIRI	34
23	Pinheiros		OCIDENTAL	19
24	Boa Vista	Coxixola		31
25	Dorcelina Folador	Pedra Lavrada /	SERIDÓ	26
26	São Domingos I	Cubati		30
27	Belo Monte			52
28	Gravatá	Pocinhos		27
29	Primeiro de Maio I		CURIMATAÚ	17
30	Olho d'Agua	Seridó	SERIDÓ	29
31	Cachoeira Grande	Aroeiras	VALE DO PARAÍBA	33
	TOTAL			1.207

Fonte: INCRA, 2014.
Nota: Dados obtidos da chamada pública de 01/2014 realizada pelo INCRA SR18

O quadro técnico está dividido em cinco categorias, a saber, ciências agrárias nível superior; ciências agrárias nível médio; ciências sociais, econômico, cultural, e obras civis; ciências ambientais; e coordenação técnica.

Quadro 3: Distribuição dos agentes de extensão rural por categorias

Área do Conhecimento	Formação Acadêmica	Homem	Mulher
Ciências Agrárias Nível Superior	Engenheiro Agrícola	2	0
	Engenheiro Agrônomo	3	0
	Ms. Engenharia Agrícola	1	0
	Licenciatura em Ciências Agrárias	0	1
	Médico Veterinário	2	0
Ciências Agrárias Nível Médio	Engenheiro Civil	1	0
	Técnico agrícola	2	0
	Técnico em agropecuária	3	0
	Técnico agroindústria	2	0
	Técnico em agricultura	1	0
Ciências Sociais, econômico, cultural, e obras civis	Geográfo	1	0
	Serviço Social	0	4
	Licenciatura Letras	0	1
	Pedagoga	0	1
Ciências Ambientais	Ms. Ciências Florestais	0	1
Coordenação técnica	Economista	2	0
Total		20	8

Fonte: Elaborado pela própria pesquisadora, 2017

O quadro técnico compõe 28 pessoas, sendo 20 homens e 8 mulheres, uma discrepância nas relações de gênero, de modo que, na área das ciências agrárias, temos apenas uma mulher, o que nos aponta para uma reflexão sexista para o trabalho de campo. E, na área das ciências sociais, notamos que a maioria das agentes são mulheres e que há apenas um homem. Os agentes de extensão rural estão distribuídos nas categorias por área do conhecimento, contendo as mais diversas formações acadêmicas, porém, notamos que na área ambiental temos apenas uma agente de extensão rural para atender os 31 assentamentos assistidos pela cooperativa.

O acompanhamento aos assentamentos segue um plano de trabalho enviado ao INCRA junto com a Proposta Técnica da Coonap (Ver Anexo B).

A entrevistada tem formação em Serviço Social, mora em Campina Grande, tem raízes camponesas no município de Barra de Santana. Acompanhou sete assentamentos em Campina Grande, Pedra Lavrada, Cubati, Seridó, Massaranduba e Pocinhos/PB, abrangendo uma média de 250 famílias. É sócia da COONAP desde 2005 e iniciou o trabalho de extensão rural em 2008. Trabalhou inicialmente no Assentamento Socorro, mas, com a rotatividade de técnicos, foi transferida para outras áreas acima mencionadas.

O agente extensionista entrevistado tem formação em Engenharia Agronômica, morava em Areia e atualmente está morando em João Pessoa. Chegou a acompanhar 180 famílias na região do brejo. Sempre morou na área urbana, na cidade.

Nenhum dos dois entrevistados conhecia a dinâmica de um assentamento da Reforma Agrária. “Eu nem sabia que existia assentamento na Paraíba. Eu não conhecia nada da área, fui conhecendo as metodologias as formas de trabalhar. Aprendi fazendo mesmo” (Relato da agente técnica da área social, 2016). E ainda menciona que motivo lhe instigou a trabalhar com extensão rural, uma vez que não conhecia o que era essa política pública:

> Oportunidade de trabalho. Eu já era sócia da cooperativa e fui convidada a trabalhar nesse projeto de extensão. O profissional do serviço social não é preparado para trabalhar com o campo, como muitos cursos que não tem na sua grade curricular conteúdos voltados para a zona rural. Abracei a causa porque conhecia da plantação, cuidei de animais, porque sou do campo, já limpei mato, plantei feijão, limpei roça. Me identifiquei por causa disso. Esta identidade é mais familiar e cultural do que de aprendizado (Relato da agente técnica da área social, 2016).

De acordo com as entrevistas, muitos agentes extensionistas não tinham contato com o campo; viram nesse projeto de extensão rural uma oportunidade de trabalho, de emprego, de renda; foram aprendendo a fazer extensão, fazendo, ou seja, a prática foi lhes ensinando a dinâmica da extensão rural. Nessa dinâmica de conhecimento do campo e das demandas apresentadas pelas famílias de acordo com cada realidade, muitas/os não se identificaram com o trabalho de campo, o que ocasionou muita rotatividade de técnicos/as para atuarem nos assentamentos.

O outro agente extensionista também não conhecia a dinâmica de um assentamento, mas tinha interesse em trabalhar no campo, com a vivência dos agricultores/as. Embora morasse em Areia e estudasse em uma universidade com campo de atuação nas Ciências Agrárias, não conhecia um assentamento, o que vai ao encontro do que relata a entrevistada acima, quando diz que as universidades não contemplam em sua grade curricular temas que reflitam uma educação do campo.

Já o Presidente e Coordenador da Cooperativa relata que sempre trabalhou com ATER: “antes tínhamos uma parceria com o Banco do Nordeste para fazer projetos produtivos. Com o advento da ATES intensificou mais o trabalho com os PRONAF financiado pelo Banco do Nordeste” (Presidente da Coonap).

Ele ainda faz o seguinte relato:

> Nunca pensei em trabalhar com reforma agrária. A reforma agrária no Brasil é um negócio para enganar o pequeno produtor rural, mas isso foi feito. O modelo de reforma agrária que deu certo foi em Cuba. O edital foi uma oportunidade para a Coonap. A empresa é uma das mais antiga da assistência técnica, todas as outras empresas vieram depois. (Relato do Presidente da Coonap)

Esse relato reflete uma descrença da política de reforma agrária no Brasil, não que seja algo ruim, mas por se tratar de uma política que precisa ser melhorada, ampliada para atender às demandas da agricultura familiar de modo a democratizar a terra para quem precisa e não para os latifundiários, empresários, banqueiros, ou seja, para a elite, a qual tende a governar e monopolizar o cultivo de monoculturas para exportação e não para alimentação do povo brasileiro. O entrevistado cita Cuba como um país em que o modelo de reforma agrária deu certo. E o contrato de ATES foi uma oportunidade para a Cooperativa que vive de projetos sociais.

Quanto à relação com os agricultores/as no processo de trabalho realizado no campo, mais precisamente quanto ao modo de realização da abordagem junto às famílias, o que eles perceberam em termos de potencialidades ou dificuldades na realização do trabalho de extensão rural, pode ser evidenciado no relato a seguir:

> No brejo tem muitos recursos, por isto tem uma passividade os agricultores em relação ao trabalho. Culturalmente a maioria dos assentados do assentamento socorro são provenientes do tempo da Usina Santa Maria, eles foram treinados para ser mandados, quando se tornaram donos da propriedade eles ficaram perdidos. Quem faz extensão especificamente na região do brejo são heróis, quando conseguem desenvolver uma propriedade, um grupo. O assentamento Socorro tem uma série de conflitos, tem que conhecer bem, porque é um assentamento todo misturado, ninguém sabe quem é assentado e quem não é. Então assim, construir uma relação de coletivo, é um milagre na região do brejo. Há uma diferença dos assentamentos que são formados a partir da desapropriação, da venda da propriedade, longe da formação dos movimentos sociais. Porque onde os assentados tiveram formação com os movimentos sociais tendem a participar de atividades da assessoria, são mais coletivos, tem o interesse maior em aprender, são mais participativos do que os que não tiveram esta formação, voltada para o campo, mas tiveram apoio do sindicato, da igreja, ainda tem dificuldade de participar, acham que é chato e não acrescenta. Não teve luta no assentamento socorro, houve uma desapropriação e quem morava nas casas permaneceram nos mesmos lugares (Relato da agente técnica da área social, 2016).

Ela percebeu que no Assentamento Socorro ainda estava muito presente a relação de patrão e empregado, quando coloca a frase: "[...] eles foram treinados para serem mandados, quando se tornaram donos da propriedade ficaram perdidos [...]". Essa percepção se dá pelo

fato de não conseguirem realizar um trabalho satisfatório no assentamento, como também por causa da rejeição inicial da Cooperativa no assentamento, que fez com que muitos assentados criassem uma relação de antipatia com a equipe técnica que, por sua vez, sentiu muita dificuldade de desenvolver as atividades no assentamento.

Outro fator que dificultou o processo tem a ver com os conflitos internos que o assentamento apresenta e sua divisão territorial que ainda é muito confusa para quem não conhece a região, bem como os conflitos internos interpessoais, políticos e ideológicos.

Já o técnico, como este fazia o trabalho agrícola, não se envolvia diretamente com as questões sociais e de organização do assentamento, o que deveria ser diferente, pois a equipe tem que desenvolver um trabalho junto, coletivo.

> Meu trabalho era fazer com que as políticas públicas chegassem até os agricultores que em grande parte não tinha nem conhecimento que existia assessoria técnica propriamente dita. Na minha área de agronomia e buscar demandas da área veterinária, social e ambiental (Relato do agente técnico da área agrária, 2017).

Percebe-se uma contradição, uma confusão no papel a ser desenvolvido por cada extensionista. As Ciências Agrárias têm o papel de levantar demandas, ou de desenvolver e experimentar outras técnicas e tratos culturais com as famílias de agricultores/as para que se percebam outras formas de plantio e culturas, colaborando para que os saberes sejam complementados, ampliados, mediados. Acreditamos que cada profissional sabe das funções que lhes cabe. Se houvesse um diálogo e uma prática mais efetiva, a ATES poderia ter tido outra conotação no assentamento.

E em relação a metodologias utilizadas para a abordagem das famílias, mais precisamente no que diz respeito ao processo de acolhida e de receptividade, os relatos seguintes são evidenciadores:

> As atividades devem ser mais dinâmicas possível, porque para o agricultor sair de casa para ouvir blá blá blá, é muito difícil. Estávamos trabalhando com os grupos de interesse, uma parte era teórica onde havia a troca de experiências com os técnicos e os agricultores, a outra parte era a prática, a gente estava fazendo sempre desta maneira. As práticas eram de acordo com o tema (Relato da agente técnica da área social, 2016).

> Metodologia participativa, de acordo com a demanda do assentamento, se procurava encaixar dentro das atividades pré-estabelecidas dentro do contrato. Esse sempre foi um ponto bastante discutido com o contratante, que estabelecia atividades que na sua grande maioria não se adequava a

> todos os assentamentos e muitas vezes se tornava repetitivo pra muitos (Relato do agente técnico da área agrária, 2017).
>
> Por área temática e por município, cada município tem uma realidade diferente. A metodologia era de acordo com a diretriz do INCRA (Presidente da COONAP, 2016).

Percebe-se que a metodologia utilizada e as atividades estavam condicionadas ao contrato com o INCRA, que já indicava as metodologias e as atividades a serem realizadas. Porém, vale ressaltar que algumas atividades estavam desconexas com a realidade do assentamento.

Contrapondo a essa lógica de construção pedagógica e metodológica sem a participação popular, a metodologia da Educação Popular se difere nesse sistema dominante uma vez que rompe com o paradigma educacional tradicional, no sentido de uma construção coletiva e participativa dos sujeitos/as envolvidos na construção de processos emancipatórios e humanizadores que possibilitem a transformação da realidade.

Tendo em vista a EP enquanto uma prática educativa e pedagógica, que parte da realidade vivenciada pelo povo e com o povo, onde as atividades e conteúdos dialogados deveriam partir de suas vivencias individuais e coletivas, com o propósito de transformação da realidade dos camponeses/as, para sua libertação e emancipação, e não o contrário, para sua dominação e dependência.

Portanto, acreditamos que a prática educativa dos agentes de extensão rural se distancia da prática pedagógica e metodológica da Educação Popular, quando ainda se baseia no processo cartesiano e tradicional de assistencialismo e de metas a serem cumpridas sem o compromisso de mudança social.

O que nos traz uma reflexão e uma avaliação do quão flexível e contínuo deva ser o planejamento das ações assistenciais, porque as realidades são diferenciadas e é preciso que haja uma proximidade com o que os agricultores/as estão vivenciando para que a atividade não seja voltada apenas para o cumprimento de metas, sem que haja a preocupação com a reflexão da atividade e o que ela traz de acréscimo para a vida cotidiana dessas pessoas, ou seja, para que o conhecimento sobre determinado tema de fato possa somar em sua vida.

Participativo é algo construído junto, com a participação de um grupo, como a agente técnica da área social chama, um grupo de interesse, que tem vontade de participar, e não impositivo, construído de cima para baixo, como foi mencionado pela agente de ATES:

> Eles querem aplicar uma metodologia sem estar no campo e nos técnicos temos que aplicar que estamos no campo. O que não condiz com a realidade que encontramos no campo. A gente obedece um plano de trabalho, com algumas atividades básicas, nos eixos social, ambiental, cultural, econômico/produtivo e do eixo veterinário (Relato da agente técnica da área social, 2016).

Os planejamentos eram realizados semanalmente pela equipe de ATES, de acordo com a área de atuação e a equipe de campo. Porém, uma dificuldade mencionada pelos entrevistados é que, inicialmente, não houve nenhuma formação para se trabalhar com extensão; foram para o campo aprender fazendo o trabalho. Um déficit no planejamento do contratante e a cooperativa que não percebeu essa deficiência, ocasionando muitos problemas internos de entendimento do que cada área esta responsável por fazer, por desenvolver nos assentamentos.

Segundo a agente de extensão,

> Nesses oito anos de ATES que agente vivencia ai, só houve uma reunião de nivelamento. Treinamento nunca tivemos. Os treinamentos que tivemos formam proporcionamos de forma interna, onde os mais velhos compartilhando com os mais novos, metodologias para aplicarmos no campo. Isto foi um problema para nós, foi muito complicado, hoje temos um norte metodológico de cima para baixo, que foge totalmente da realidade do assentamento. É uma forma muito errada da extensão de jogar os técnicos dentro das áreas (Relato da agente técnica da área social, 2016)..

Essa fala reflete a prática e as formas de abordagem realizadas pelos/as extensionistas nos assentamentos, com as quais muitas vezes não se identificavam; a falta de conhecimento e de buscar outros mecanismos metodológicos para o trabalho com o campo acabou fragilizando a extensão rural nos assentamentos, bem como a imposição novamente mencionada pela agente de extensão rural, que aprendeu errando e acertando no que fazer, fazendo.

Quanto ao diálogo, percebe-se nos relatos que ele sempre existiu, porém, alguns foram estabelecidos com muita dificuldade, variando de acordo com a afetividade da equipe técnica, o que poderia facilitar ou dificultar o desenvolvimento dos trabalhos de ATES, uma vez que quando era proposto atividades, reuniões, capacitações, primeiro tinham que ir fazer a mobilização da comunidade junto a Associação do Assentamento que muitas vezes não estava interessado na atividade, não mobilizando os sócios.

Esta afirmativa é reforçada pela Técnica Social:

> Geralmente os presidentes de associação se apoderam do assentamento como se fossem deles, então a gente não tinha o contato direto com os agricultores na questão de mobilização, teríamos que passar primeiro pela diretoria do assentamento, falar com o presidente ou a presidenta para que ela viesse a mobilizar, porque se a gente fizesse a mobilização casa a casa nas visitas, as reuniões eram desmobilizadas, boicotadas. (Relato da agente técnica da área social, 2016).

Percebe-se a centralização das informações e do poder de comunicação e articulação da direção dos assentamentos, de modo que o presidente ou a presidenta se apossa do assentamento como se fosse uma propriedade, uma empresa, manipulando muitas vezes os/as outros/as assentados/as, levando-os/as a tomarem decisões precipitadas sobre determinados assuntos que não conhecem, não emitem opiniões a repeito desses assuntos porque existe naquela relação uma afetividade mútua e confiança.

A questão cultural de dominação e opressão ainda está tão presente em nossa sociedade, que, para construir um novo jeito de conviver, temos que romper com um paradigma imposto pelo sistema capitalista e construir um paradigma que confronte com nossa cultura invadida pelo opressor.

> É um trabalho de mudança de uma cultura, onde você mostra outras formas de fazer, você tem que respeitar o saber do agricultor e tentar unir o saber dele com o seu, ou seja, tem que respeitar de fato o saber do agricultor. O conhecimento vem mais do agricultor do que do próprio técnico. Essa troca de experiência acontece sim, agente aprende mais com o agricultor do que eles conosco. O agricultor entra com o conhecimento e a assessoria com a melhoria do mesmo. Não adianta chegar e impor nada pra ninguém. Se ele quiser fazer ele vai fazer, mas se não, nem adianta. A assessoria vai assessorar para que aqueles saberes fiquem melhor. (Relato da agente técnica da área social, 2016).

> Falando por mim, tive uma boa facilidade por vir de uma família de origens da agricultura, o que facilitava na linguagem e entendimento com os agricultores. Mais o que eu sempre presava era que eu sempre ia ouvir antes de qualquer coisa, o que me levou a identificação com a grande maioria. Grande parte dos assentados que acompanhava era de idade mais avançada, muitos já aposentados e com uma cultura herdada de seus avós e pais, o que tornava muito difícil absolver novas ideias e técnicas inovadoras. Já com aqueles mais jovens, a coisa fluía com facilidade, pois eram mais abertos as novidades e existia mais animo pra trabalhar ((Relato do agente técnico da área de agrárias, 2017).

O saber popular tem que ser levado em consideração, uma vez que na academia, a priori, esses saberes se transformam em ciência, em saberes acadêmicos, que muitas vezes se

distancia do conhecimento herdado pelas gerações passadas que ainda hoje fazem questão de respeitar e passar para seus filhos e filhas.

A troca de experiência tem que ser levada em consideração para que o conhecimento seja construído e ampliado pelas partes envolvidas. O agente de extensão menciona uma dificuldade em dialogar com os agricultores mais velhos, pela resistência em absolver técnicas inovadoras do que a juventude que está mais aberta às novidades e a experimentos que possam melhorar suas produções e aumentar a renda. Observamos um choque de diálogo e de construção do conhecimento entre as gerações.

Quando há um diálogo e uma aceitação da equipe técnica, o trabalho flui com mais intensidade, a participação nas atividades sugeridas é mais ativa e articulada. O/a agricultor/a absorve as orientações dos agentes de extensão rural e as pratica, podendo perceber, ou não, uma transformação na sua cultura ou nas organizações individual e coletiva do assentamento.

Os relatos da entrevistada e dos entrevistados a seguir revelam o que pensam quanto ao empoderamento das famílias no Assentamento Socorro:

> Tem famílias que nunca participaram de atividades, de uma reunião, mas a partir as nossas visitas, eles começaram a participar e se sentir parte do assentamento. A desenvolver atividades coletivas e até gerar renda. A questão de renda varia muito o saber do agricultor. O desenvolvimento do agricultor varia de acordo com seu conhecimento. Uns se empoderam do conhecimento da parte social, produtiva, outros não. Alguns dizem que os técnicos só vão pra ganhar dinheiro. Pessoas já vem empoderadas, outras começam a se empoderar a partir do conhecimento, da formação, outros adquirem com a experiência do outro e outros vem se arrastando com a assessoria (Relato da agente técnica da área social, 2016).

> Pelo menos a minha equipe procurava de qualquer forma a participação em atividades sugeridas pelos agricultores (Relato do agente técnico da área de agrárias, 2017).

> Pelo menos esta era a nossa proposta. A proposta é empoderar as famílias. As Unidades demonstrativas, uma deram certo, outras não. Foram investidos uns 50 mil reais em alguns assentamentos, mas outros não tem (Presidente da Coonap).

Observe que no primeiro relato a agente traz que a participação em atividades e reuniões faz com que haja um desenvolvimento no assentamento e para as famílias, que passam a ter contato com determinados conhecimentos e transformá-los em geração de renda. Alega que uns se empoderam dos conhecimentos social e produtivo enquanto que outros não, e que há ainda aqueles que se empoderam a partir do conhecimento adquirido, enfim, trata-se de um processo de formação contínua e constante.

Já o Presidente da COONAP afirma que essa era a proposta da ATES para as famílias e traz um exemplo de instrumentos que podem promover esse empoderamento financeiro como a instalação das Unidades Demonstrativas – UD, que são pequenas indústrias ou experimentos que fomentam a geração de renda para os grupos de interesse de acordo com a demanda local e do mercado.

Ribeiro (2013, p. 288) traz uma reflexão de como o movimento contraditório e instável pode afetar o/a camponês/a, porque "[...] de um lado, o camponês luta para manter-se na terra, para definir o seu que-fazer, principalmente o tempo de trabalho; de outro esta submetido às determinações do mercado sobre o que, como, quando e quanto produzir".

Essa reflexão de empoderar-se está diretamente ligada à autonomia que cada um pode conquistar em seu território, em sua casa, por isto, é importante ressaltar que nessa sociedade, ainda que estejamos presos à lógica do mercado imposto pelo sistema capitalista, podem ser desenvolvidas potencialidades de diversas maneiras.

Muitas inquietações foram mencionadas durante a entrevista, principalmente em relação de remanejamento de técnicos, como era a contratação dos/as técnicos/as, bem como o modo com que era divulgado a vaga ofertada. Uma das formas de contratação era a entrega de currículo e entrevista; se atendesse ao perfil desejado, já se inseria no quadro de sócios da cooperativa.

Outra inquietação foi a respeito do contrato com o INCRA, o que ocasionou muitas dificuldades, principalmente na realização das atividades nos assentamentos. É o que pode ser apreedido dos trechos a seguir:

> A maior deficiência do contrato é a questão do pagamento e a imposição metodológica. Eu acho que deveria ser construído pelos técnicos de Ater e não pelos técnicos do INCRA de Brasília, ou melhor era pra ser construído com os agricultores. O agricultor precisa de melhoramento, de estrutura. Como é que o agricultor vai produzir sem ter implantação de estruturas. Cobram dados quantitativos, quando qualitativamente não foi investido nada (Relato da agente técnica da área social, 2016).

> É notória a má gestão por parte do INCRA. Tanto que estamos com as atividades paradas (Relato do agente técnico da área de agrárias, 2017).

> Desde abril deste ano que fomos informados pelo inca que era para parar até melhores informações, este último contrato que deveria começar inicio de abril ate março de 2018. E ta parado. Não vejo muita coisa. Nós estamos desde outubro, recebemos do Incra no dia 28 de setembro os meses de dezembro - 2015, janeiro, fevereiro e março de 2016. Você ter um quadro deste não precisa dizer nada. Quem elaborava a chamada pública era o Incra da Paraíba (Presidente da COONAP).

Diante dessas dificuldades, nota-se que o atraso no pagamento dos/as técnicos/as foi um dos maiores problemas, o que ocasionou também a rotatividade da equipe. Outra questão é a imposição metodológica do INCRA, que acaba não se adequando à realidade dos assentamentos, como também a falta de investimentos para implantação de estruturas que favoreçam o desenvolvimento da comunidade, como a efetivação de políticas públicas, como casas de qualidade, escolas, postos de saúde, boas estradas, uma sede para as reuniões, entre outras demandas que podem contribuir para a autonomia das famílias assentadas.

Consideramos que essas falas nos trazem a esperança de que outra extensão rural é possível, é viável, faz-se necessária diante da conjuntura atual que vivenciamos. A relação de afetividade, de amorosidade, que se constrói ao longo de um trabalho que se torna tão íntimo junto às famílias assistidas, faz-nos refletir acerca de nossas práticas e de nossa formação enquanto seres humanos. Os trechos a seguir são reveladores a esse respeito:

> Quem ama extensão rural, quem ama a luta, quem ama o campo. Sentimos mais pelos assentados que estão sem receber assessoria, que é mais do que uma orientação técnica, e um ombro amigo, apesar de estar sem receber salários. A pior coisa que podemos fazer com outra pessoa é arrancar a esperança e estão fazendo isto, arrancando a esperança do técnico, do agricultor em receber melhorias no seu lote. Quando esta esperança foi tirada, o técnico vê seu trabalho de oito anos acabar e esperança do agricultor também. O medo nesta atual conjuntura e que o trabalho de todos estes anos seja minguado, acabado, por causa destas picuinhas políticas. Eu faço o que gosto (Relato da agente técnica da área social, 2016).

> A meu ver muito bom, com a grande maioria, já que nem Jesus agradou a todos imagine um simples técnico? São muitos os momentos relevantes para mim. Posso citar como exemplo o fato das famílias nos convidar pra momentos particulares ou comemorações e eventos com participação especifica dos assentados, e eles próprios nos convidam pra confraternizarmos juntos, isso pra mim mostra como eles se sentem a vontade com a nossa presença (Relato do agente técnico da área de agrárias, 2017).

A simples presença no assentamento de alguém externo modifica sua percepção do todo, ou não; isso depende de como nos relacionamos uns com os outros. O “que dizer” ou o “que-fazer” que se torna relevantes para o trabalho, para a vida cotidiana das agricultoras e dos agricultores, para o sistema produtivo do qual fazem parte. São conhecimentos que precisam ser dialogados, compartilhados, comungados, disseminados, na construção de novos saberes.

4.6 TECENDO CONSIDERAÇÕES: A Esperança se Faz na Luta

Este capítulo trouxe muitas reflexões sobre a história de luta do Assentamento Socorro, concebido no processo de resistência dos ex-canavieiros, do protagonismo das mulheres na luta pelas moradias e por melhores condições alimentícias. Muitas pessoas acham que a desapropriação da Usina Santa Maria foi um processo "fácil", "sem lutas", porque desconhecem a história de seu povo, de sua comunidade. Porém, nas entrelinhas, com certos agricultores e agricultoras, podemos compreender os porquês dessa rejeição de compreender que houve muita luta. Muitas pessoas passaram fome, o que não é lembrado, por vergonha, por desconhecimento e falta de valorização dessas pessoas que foram muito importantes para que a massa falida da Usina Santa Maria fosse desapropriada para fins de reforma agrária.

Trouxemos a relação dos/as agricultores/as e da terra, a composição dos grupos familiares e a relação com o assentamento e com os agentes de extensão rural da Cooperativa COONAP. Como também questões referentes à história de vida, a transição de ex-canavieiros, assalariados, para assentados da reforma agrária, com suas dificuldades e potencialidades, que os levaram hoje a serem autônomos, a terem autonomia. Ter autonomia de organizar seu tempo, de se autogovernar, infelizmente esbarrando na lógica de produção do mercado capitalista, porém, com satisfação de serem agricultores/as.

A prática educativa da assistência técnica e extensão rural, que se disseminava nas atividades realizadas nos assentamentos, na avaliação de certos grupos familiares, não correspondeu às suas expectativas, deixando a desejar, principalmente quanto à metodologia utilizada na relação com os/as agricultores/as, bem como na área produtiva, levando-se em consideração a não experimentação de unidades de produção diferenciadas no Assentamento Socorro.

Apenas elencando que o eixo social deixou um produto, fruto da articulação com o assentamento que fomentou um grupo de vinte mulheres e a construção de uma cozinha comunitária para beneficiamento de produtos derivados da banana e das culturas da região.

Certas matérias do trabalho de extensão rural assistido pela COONAP foram publicados e divulgados nas redes sociais, como a produção de balas, doces, banana chips, brigadeiros e bolos de banana, aprimorados em um curso realizado pela COONAP a um grupo vinte de mulheres, que se chama "Mulheres Unidas para Vencer".

Figura 11: Embalagens dos produtos fabricados pelo grupo de mulheres



Fonte: INCRA, 15.12.2014.
Nota: Informação da Coonap.

Outra atividade visível foi o incentivo à produção de mel, por meio de abelhas sem ferrão. Uma experiência que foi aprimorada e viabilizada pelos trabalhos de extensão rural no lote de uma família (Grupo familiar V) que foi entrevistada para relatar um pouco da experiência da meliponicultura de abelhas da espécie Uruçu. Para que outras famílias de agricultores/as conhecessem a produção de mel, foi mobilizado um grupo de pessoas de outros assentamentos acompanhados pela Cooperativa de Assistência Técnica, para conhecer esta experiência, o que chamamos de intercâmbio. O intercâmbio é uma das ferramentas de disseminação de informações e conhecimento, o que trouxe visibilidade para pesquisas e, principalmente, econômica para a família que é a única no assentamento que trabalha com as abelhas sem ferrão.

Figura 12: Visita de intercâmbio ao produtor de abelha sem ferrão



Fonte: INCRA, 26/06/2015.
Nota: Informação da Coonap.

Essas são algumas informações coletadas na própria Coonap, como também nos boletins informativos que foram distribuídos trimestralmente durante as atividades nos assentamentos.

Certas atividades eram realizadas através de articulações com os serviços do município; outras eram realizadas em parceria com os movimentos sociais e organizações não governamentais, para o fortalecimento dos trabalhos de extensão rural.

Infelizmente, a paralisação dos trabalhos de ATER/ATES deixou muitos planos e expectativas de projetos futuros cancelados, pausados, o que acabou desestimulando tanto os/as agentes de extensão rural, que ficaram desempregados/as, como também os agricultores/as, que ficaram sem assistência técnica novamente. Uma descontinuação que traz uma descredibilidade e desconfiança para ambas as partes que acreditam numa mudança possível, acreditam na transformação, autonomia e emancipação das famílias.

5 TECENDO CONCLUSÕES

O nosso alimento vem da terra.
Sem ela nada seríamos.
Somos agricultoras e agricultores familiares.
Camponesa e Camponês de identidade.
Esta é minha casa, esta é a minha família.
Conceição Cristina

#Nenhum Direito a Menos#

O caminho trilhado nesta pesquisa nos fez emergir no território camponês da agricultura familiar e em suas vivências, afetos, conquistas e desafios a serem superados. Muitas inquietações foram instigadas quando passamos a refletir sobre determinadas práticas vivenciadas por eles/as no decorrer de suas trajetórias de vidas, inclusive sobre como se consolidou o Projeto de Assentamento Socorro, antigo centro industrial e um dos mais importantes economicamente da região.

As escolhas metodológicas desta pesquisa ora foram satisfatórias, ora frustrantes, e em certos momentos não atenderam às expectativas esperadas para o desvendar da realidade, inclusive sobre as práticas educativas da extensão rural no assentamento em questão.

Compreender a luta pela terra e pela reforma agrária é condição primordial para entender as relações entre as classes sociais no campo e a condição de vida dos trabalhadores/as, que viviam escravizados, sem os direitos trabalhistas respeitados. A organização dos/as trabalhadores/as, por meio dos movimentos sociais e dos sindicatos, alavancou o processo de organização e de legislação dos direitos trabalhistas que temos até o momento.

Direitos estes que estão sendo ameaçados pelo governo "golpista" do atual Presidente Interino da República Brasileira, Michel Temer.

A construção coletiva, junto aos grupos familiares, do processo histórico do assentamento, fez-nos perceber o quanto é importante rememorar e tornar evidente a identidade de luta e de resistência de um grupo que lutou por todos os moradores enquanto ainda não existia esperança de melhores dias.

Nesse sentido, houve muito trabalho, diálogo, resistência, em busca da autonomia e de permanecer no território em questão, passando da situação de assalariados/as para agricultores/as familiares; um distanciamento de categorias que muitos ainda não conseguiram compreender, nem conceber a relação de empregados e patrões.

A Educação Popular traz em sua metodologia uma reflexão sobre a prática que pode ser sistematizada e transformada em teorias que favoreçam o enriquecimento metodológico, participativo e construtivista no campo popular.

Esse campo popular, nesta pesquisa, está relacionado à extensão rural que tem em sua concepção teórica uma metodologia cartesiana, tradicional e extensionista desde sua criação no Brasil.

A relação da teoria e da prática, chamada de práxis, está intrinsecamente vinculada à prática pedagógica ou prática educativa, refletida no campo com os/as agricultores/as familiares, ou com os/as trabalhadores/as urbanos/as, seja qual for o campo de atuação da mesma prática.

Sob a ótica de Batista (2005, p. 4),

> A educação popular de inspiração freireana privilegia o diálogo como princípio pedagógico, a liberdade e a autonomia, como objetivos para a formação humana. Nos movimentos sociais as práticas educativas são libertadoras, caracterizam-se como ações culturais dialógicas, que têm o oprimido e seu mundo, sua cultura como ponto de partida para extrojeção da cultura dominante em busca de uma consciência crítica, da liberdade, da formação humana numa perspectiva de igualdade, liberdade, solidariedade, diferente das práticas educativas bancárias dominadoras, silenciadoras, subordinadoras presentes na lógica das relações dominantes (BATISTA, 2005, p. 4).

Esta pesquisa traz como *lócus* de pesquisa as práticas educativas da extensão rural e a sua aproximação com a Educação Popular, enquanto elementos norteadores para o direcionamento do estudo fenomenológico, o qual envolve o diálogo, o trabalho, os saberes populares, a autonomia e a emancipação.

Elementos estes que elencamos como essenciais para se compreender essa relação entre a EP e as práticas educativas da extensão rural, trazendo o diálogo como ponto de partida para que a comunicação seja compreendida e favoreça o bem comum a todas e todos.

Portanto, sem o diálogo não existe troca de informações, nem tampouco mediação de saberes. Saberes estes que tanto o extensionista, quanto o/a agricultor/a familiar traz consigo em seus acúmulos vivenciados através de diferentes experiências.

Percebemos durante a pesquisa que havia o diálogo, a informação, a comunicação, vindo dos agentes de extensão rural, porém, não conseguiam transformar essas informações de maneira compreensível para os/as agricultores/as que estavam em outro nível de diálogo e de necessidades não atendidas, o que lhes causou a recusa da assistência técnica em certos

momentos. Tanto que, durante a entrevista, tiveram depoimentos relatando que não sentiam falta da assistência técnica. Já outros, sentiam a falta das orientações, mas da parte e certos/as agricultores/as o diálogo e o trabalho estavam fluindo.

A valorização dos saberes populares, na nossa percepção, era incipiente na mediação do conhecimento, pois o assentamento, como foi fruto da Revolução Industrial de engenho para usina, utilizava muitos insumos, inclusive agrotóxicos e adubos químicos, "cultura" que ficou incorporada nos agricultores que continuaram a usar de maneira indiscriminada o agrotóxico nas plantações, sobretudo na bananeira, contaminando a terra, as águas e as pessoas com essa prática.

Vale ressaltar que muitas famílias ainda se preservam e não utilizam essa prática (o uso de agrotóxico), porém, como os lotes são próximos um dos outros o controle de contaminação é inévital em alguns casos.

Contrapondo-se a essa lógica mercantil, temos os movimentos sociais populares do campo, ONGs e Entidades, como a AS-PTA, Polo Sindical da Borborema, entre outras na região do Brejo e do Semiárido, realizando trabalhos e práticas de transição agroecológicas através de experimentos com os/as próprios/as agricultores/as familiares, bem como o trabalho de sensibilização onde ainda não existe essa condição de vida. A "agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos" (ALTIERI, 2012, p. 105).

A agroecologia ainda é um processo minucioso a ser trabalhado no campo, levando-se em consideração as forças dominantes que permeiam a produção de alimento nesse sistema capitalista, no qual o consumo industrializado e o êxodo rural de jovens adultos para o trabalho nos grandes centros têm esvaziado o campo que se apresenta com "poucos atrativos" e muito trabalho, uma realidade muito presente no campo.

Cabe ressaltar que as assistências técnica, social e ambiental executadas pela COONAP, no assentamento, no período de 2011 a 2015, tinha esse propósito de promover alternativas de geração de renda para os/as agricultores/as, sobretudo para os jovens e para as mulheres, porém, muitas dificuldades foram encontradas no decorrer do processo, inclusive a individualidade na comunidade, como um dos principais fatores.

Outra dificuldade encontrada pela assessoria técnica, segundo depoimento, foi o atraso de recursos por parte do INCRA, bem como o plano de trabalho com atividades que não atendiam às necessidades do assentamento, mas que, no entanto, teriam que ser realizadas, para que fossem pagos pelo serviço prestado.

Durante as entrevistas com os grupos familiares, foram apontadas certas necessidades que podem ser simples aos nossos olhos, mas que são de extrema importância para cada agricultor ou agricultora que está cotidianamente na terra, lavrando e comercializando seus produtos, bem como contribuindo para a organização social do assentamento, ou, ao menos, tentando se organizar. No Assentamento Socorro existem muitos conflitos políticos e ideológicos, sobretudo por ser uma comunidade que acolhe um Distrito do município de Areia.

Algumas das principais necessidades mencionadas pelos grupos familiares durante nossas conversas, podem ser visualizadas a seguir:

> Cisterna. Transporte para transportar nossa mercadoria (Relato da mãe agricultora do grupo familiar I, 2016).
>
> Uma das coisas poderia ser uma fábrica para que a juventude não saísse da comunidade. Porque o que a gente ver são jovens perdidos nas drogas, os jovens daqui saem para o Rio de Janeiro, São Paulo, passam dificuldade lá. E eu acredito que se tivesse um trabalho aqui, uma empresa, por exemplo: No lugar do engenho fosse uma fabrica de doce de banana, geraria mais emprego e trabalho para juventude. E assim isso ganharia o apoio da comunidade e dos jovens daqui (Relato do filho agricultor do grupo familiar II, 2016).
>
> Gostaria que eles fizessem uma analise de solo, ensinar a plantar frutíferas, melhorar o plantio de banana. Fazer um plantio de maracujá, uma horta (Relato do neto agricultor do grupo familiar III, 2016).
>
> Projeto produtivo. Fomento mulher, cisternas. Precisamos de um agrônomo que traga melhorias na produção de banana (Relato da mãe agricultora do grupo familiar IV, 2016).
>
> Cursos técnicos para qualificação dos jovens (Relato do filho agricultor o grupo familiar V, 2016).

Diante desse quadro de necessidades, existem demandas que poderiam ser realizadas pela assistência técnica, porém, talvez não tivesse conhecimento da necessidade dessas famílias. A Associação do Assentamento também pode e deve fazer articulações para que muitas dessas necessidades sejam superadas. Mas o que realmente falta é o trabalho coletivo, o diálogo e a participação de todos e todas do Assentamento para que as dificuldades e conflitos sejam superados em prol de um bem comum a todas e todos, o que ainda é um caminho árduo a ser trilhado.

Ainda destacamos a invisibilidade do trabalho da mulher, que ficou muito visível durante as entrevistas tanto nos grupos familiares quanto na equipe de extensionista, de modo

que o número de mulheres entrevistadas foi nove (9) de um universo de vinte três (23); uma realidade que gostaríamos que fosse diferenciada, porém, nem todas as expectativas que almejamos conseguimos realizar em relação as entrevistas coletadas, mas nos sentimos satisfeitas pelo trabalho realizado.

O conservadorismo, o machismo ainda é muito presente na divisão sexual do trabalho, inclusive nos trabalhos domésticos que ficam a serviço das mulheres que são as primeiras a acordar e as últimas a deitar, sem ao menos ser reconhecidas como produtoras de saberes e conhecimento.

O trabalho ao redor de casa, com os filhos e filhas, no roçado e as feiras são trabalhos das mulheres, mas quem ganha o prestígio é o homem da casa ou os filhos que vão e fazem o trabalho no comércio.

Outra reflexão é a pouca participação de mulheres no trabalho de extensão rural, e, quando tem, está relacionada à área social e não à área agropecuária, o que nos faz refletir sobre a desvalorização da mulher na área agrícola e de extensão.

Mesmo essa temática constando nas diretrizes da política de ATER, o trabalho de gênero ainda é muito pouco problematizado nas discussões em grupos e nas comunidades campesinas, por se tratar de um tema polêmico e necessário a ser compreendido e respeitado na sociedade.

Nessa construção dialógica do ser mais e do que fazer nos campos pedagógico e educativo, muitas histórias de vida foram sendo desveladas, memórias abertas, emoções sentidas e compartilhadas. Mães e pais conversando com os filhos, filhas, netos e bisnetos sobre a história de vida e de luta do Assentamento Socorro; algo que nunca havia acontecido, mas que naquele momento da pesquisa pôde proporcionar e despertar a curiosidade dos demais acerca deste trabalho.

Foram momentos de extrema alegria, de ser recebida nas casas dos meus companheiros e vizinhos, nos espaços de trabalho dos meus amigos e companheiros de trabalho. A troca de saberes tem que ser espontânea, dialógica e construtora de novos conhecimentos.

Esperamos que este trabalho possa atender à certas expectativas da investigação, ou não, pois estamos buscando compreender um campo que está descoberto pelas políticas agrárias, pois com a dissolução do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, muitos projetos foram cancelados, os programas estão suspensos. Um momento de difícil análise na construção de uma perspectiva continuada dos serviços de ATER no Brasil, bem como outras políticas públicas para o campo.

Mesmo diante de um quadro político incerto para as políticas públicas, esperamos que outros olhares complementem esta pesquisa. E, dessa forma, sinalizem nas discussões as reflexões sobre as práticas educativas da Educação Popular, enquanto perspectiva de sistematização das experiências cotidianas, do senso comum, que precisam ser vistas por outros prismas, valorizando, criando e (re)criando novas práticas educativas, comungando o princípio da coletividade, autonomia, libertação e emancipação humana.

Comungando com o princípio da coletividade, da significação e de novas práticas educativas, o que um/a extensionista precisa ter ou ser para se aproximar de uma extensão rural popular? Acredito que ele/ela deve conhecer a realidade de um assentamento da Reforma Agrária, bem como conhecer os princípios que regem a Lei de ATER; ter formações continuadas e participativas de como funciona os trabalhos de ATER, pois muitos profissionais desconhecem esse trabalho em campo; saber mediar o conhecimento dos agricultores com os conhecimentos técnicos; e favorecer uma linguagem acessível e compreensível, junto aos/às agricultores/as.

Ademais, ter autonomia financeira para desempenhar um trabalho satisfatório; promover articulação entre as instâncias públicas e os assentamentos; ser humilde e sensível para compreender os desafios e conflitos existentes nas famílias assentadas; acreditar que uma extensão rural popular é possível; adaptar-se de acordo com cada realidade apresentada; ser criativo/a; ser um educador/a popular; ser um/a educador/a feliz e satisfeita no que fizer.

Não existe receita ou formas prontas de como ser um/a bom/boa extensionista ou um/a educador/a popular; o segredo de qualquer prática educativa é fazê-la no dia a dia, com dedicação, responsabilidade e prazer.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. Terra. In: SALETE, Roseli et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Rev. e ampl. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular; As-pta, 2012.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **Revista CES**, Juiz de Fora-MG, v. 21, pg. 43-56, 2007. Disponível em: <http://web2.cesjf.br/sites/cesjf revistas/ cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx.** Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Editora Arx, 2005.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. A contribuição do pensamento de freire para a educação popular em movimentos sociais. In: **Colóquio Internacional Paulo Freire**, 5, 19-22 set. 2005, Recife-PE. **Anais...**, Recife-PE, 2005.

_____. Educação Popular em movimentos sociais: construindo concepções e práticas educativas emancipatórias. In: XAVIER NETO, Lauro Pires (Org.). **Saiba Mais Sobre Educação Popular.** Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2007. p. 213-226.

_____. Educação do campo: um paradigma classista de educação. In: DIAS, Adelaide Alves; MACHADO, Charlinton J.dos Santos; NUNES, M. Lúcia da Silva (Orgs.). **Educação, direitos humanos e inclusão social:** currículo, formação docente e diversidades socioculturais. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009. p. 207-225. v. 1.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 61. Disponível em: <http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/o_que_ed_popular.pdf>. Acesso em 11 ago. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Texto original publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil - Seção 1 de 05/10/1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. **Lei de nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política agrícola. Texto publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jan. 1991. Retificado em 12 mar. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Texto publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil em 26 fev. 1993. Brasília, DF, 25 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA**, 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwitsoO2_MjWAhUCF5AKHfYXDGYQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mda.gov.br%2Fsitemda%2Fsites%2Fsitemda%2Ffiles%2Fuser_arquivos_64%2FPnater-4.doc&usg=AFQjCNFGZi9chh-gNTeWlo8HxAczGwq3hw>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Intituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual Operacional de ATES.** Brasília: MDA/INCRA, 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/licitacoes-editais-e-pregoes/anteriores/manual_ates_2008.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. **Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Texto publicado no Diário Oficial da República Federativa do Brasil em 12/01/2010. Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRUTSCHER, Volmir José. **Educação e conhecimento em Paulo Freire.** Passo Fundo, Rio Grande do Sul: IFIBE E IPF, 2005. (Coleção Diá-logos, 7).

CARRILLO, Alfonso Torres. Educación popular y producción de conocimiento. **La Piragua:** revista latino-americana de educación y política, CEAAL: Panamá, n. 32, p. 9-25, 2010.

CHAUÍ. Marilena. Cultura e democracia. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais**, Clacso: Buenos Aires, Año1, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso: 08 jun. 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão Rural para agricultores assentados: Uma análise de boas intenções propostas pelo serviço de ATES. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3., p. 499-543, 2004.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: **Educação do Campo e Pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Editora: Paz e Terra, 1967.

_____. **Cartas a Guiné-Bissaú:** registros de uma experiência em processo. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

_____. **Ação Cultural para liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Política e Educação:** ensaios. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação:** métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012. 212 p. (Coleção Grandes Temas, v. 17).

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Editora Líber Livro, 2005. (Série Pesquisa em Educação, 10).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, Sergio; PIERRO, Maria Clara di. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos. In: **I Seminário Nacional sobre Educação para Todos:** Implementação de compromissos de Jontiem no Brasil. MEC/INEP: Brasília, DF, 1999.

HOLLIDAY, Oscar Jará. Ressignifiquemos as propostas e práticas de Educação Popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: **Educação popular na América Latina:** diálogos e perspectivas. Ministério da Educação/CEAAL/ONU: Brasília, 2006. p. 233-239. (Coleção Educação Para Todos).

HURTADO. Carlos Nunez. Contribuições para o Debate Latino-Americano sobre a Vigência e a Projeção da Educação Popular. In: **Educação popular na América Latina:** diálogos e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, ONU, CEAAL, 2006. p. 147-100.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estados@.** Paraíba. Brasília; Paraíba: IBGE, 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=pb>. Acesso em: 09 out. 2017.

_____. **Censo Agropecuário 2006.** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília; Paraíba: IBGE, 2006. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em: 09 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT. **Banco de Dados de Teses e Dissertações – BDTD.** Brasília: BDTD, 2016. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind>. Acesso em: 15 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Assentadas do brejo paraibano fabricam balas, doces e brigadeiros de banana.** Brasília: INCRA; COONAP, 15 dez. 2014. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/assentadas-do-brejo-paraibano-fabricam-balas-doces-e-brigadeiros-de-banana>. Acesso em: 7 fev. 2017.

_____. **Assentados da Paraíba participam de intercâmbio sobre meliponicultura.** Brasília; Paraíba: INCRA; COONAP, 26 jun. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/assentados-da-paraiba-participam-de-intercambio-sobre-meliponicultura>. Acesso em: 7 fev. 2017.

_____. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária.** Brasília: INCRA, 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria>. Acesso em: 09 out. 2017.

KLEIMAN, Angela Del Carmen Bustos Romero de. Preciso "ensinar" o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever? Cefiel/IEL/Unicamp, 2005-2010. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/preciso_ensinar_letramento-Kleiman.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

KOLLING, Edgar Jorge. **Educação do Campo:** identidades e políticas públicas. Brasília-DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por mais educação no campo, caderno de n. 4).

LÊNIN, V. I. **O que é marxismo.** [S.I.]: Edições Manoel Lisboa, 1918.

LÓPEZ, Rosa Elva Zúñiga. La Sistematización apuesta política que contribuye a construir procesos emancipatórios. In: **La Piragua:** revista latino-americana y caribeña de educación y política, CEAAL: Perú, n. 40, p. 105-107, 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma Agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Uma Lingüística Aplicada Mestiça e Ideológica: interrogando o campo como lingüista aplicado. p. 13-44. In: FABRÍCIO, B. F. et al. Organizador: Luiz Paulo da Moita Lopes. **Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 279 p.

_____. Da Aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R.

C. M. e ROCCA, M. del P. (Org.). **Linguística Aplicada:** um caminho com muitos acessos. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 11-24.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. In: SALETE, Roseli et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Boaventura e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL– ONUBR. **Trabalho Escravo.** Brasília: ONUBR, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/position-paper-trabalho-escravo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

OOSTERHOUT, Maria da Conceição Mariano Cardoso Van. **Uma mão lava a outra:** o trabalho rural e suas lideranças no brejo paraibano. 1993. 192 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campina Grande, 1993.

PARAÍBA. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. **Território da Borborema.** Resumo Executivo 2010-2020. Paraíba: PTDRS, 2010.

PONTES, Graciete Dias. **De assalariados a assentados:** as trajetórias dos agricultores familiares no Assentamento São Francisco no município de Pilões-PB. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC, 2011.

PONTUAL, Pedro. Educação Popular e Democratização das Estruturas Políticas e Espaços Públicos. In: **Educação popular na América Latina:** diálogos e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, ONU, CEAAL, 2006. p. 91-100.

_____. A situação atual e os desafios da Educação Popular e a diversidade de formas de participação cidadã no Brasil. In: **La Piragua:** revista latino-americana y caribeña de educación y política, CEAAL: Perú, n. 40, p. 45-48, 2014.

REIS, Ana Terra. **Ensaios sobre a questão agrária.** Ed. 1. Outras Expressões: São Paulo, 2013.

REIS, Thiago; RAMALHO, RENAN. Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018. **G1**, São Paulo; Brasília, 30 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: SALETE, Roseli. **Dicionário da Educação do Campo.** Expressão Popular: Rio de Janeiro; São Paulo, 2012.

_____. **Movimento Camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ROHR, Ferdinand. Reflexões em torno de um possível objeto epistêmico próprio da Educação. **Pro-posições**, v. 18, n. 1 (52), jan/abr., 2007.

RUAS, Elma Dias et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável** – MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006. p. 134.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Maria Rejane Ferreira dos. **Análise Social e Econômica dos Assentamentos Rurais do Município de Areia-PB.** 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, 2014.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAUER, Sérgio. **Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI.** Artigo publicado na revista. *Mundo Siglo XXI* (México), com o título: *Expansión de agronegocios, mercado de tierras y extranjerización de la propiedad rural em Brasil*. Brasília: Biblioteca Digital da Questão Agrária do Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/reflexões-esparsas-sobre-questão-agrária-e-demanda-por-terra-no-século-xx>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas.** 6. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2015.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária do Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **A questão agrária do Brasil:** o debate na década de 2000. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/viewFile/6560/3560>. Acesso em: 20 ago. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro da entrevista semi-estruturada com grupo focal

I – IDENTIFICAÇÃO DA FAMILIA

1. FAMILIA ENTREVISTADA:
2. NASCEU E CRIOU-SE NESSE LOCAL OU VEIO DE OUTRA REGIÃO?
3. QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA RESIDÊNCIA?
4. SEXO M ( ) SEXO F ( )
5. QUAL A IDADE?
6. EM QUE TRABALHAM?
7. NO CAMPO. EM QUE ATIVIDADE? QUAIS CULTURAS? _____
8. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EM QUE ATIVIDADE? _____
9. AUTÔNOMO. EM QUE ATIVIDADE? _____
10. QUANTOS CÔMODOS TEM SUA RESIDÊNCIA? _____
11. TEM ÁGUA ENCANADA? DE ONDE VEM? _____
12. SE NÃO TEM ÁGUA ENCANADA, DE ONDE VEM A AGUA CONSUMIDA NA SUA CASA? _____
13. ESTA ORGANIZADO EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO FORMAL?
14. ASSOCIAÇÃO ( )
15. SINDICATO ( )
16. GRUPOS NÃO FORMAIS ( )
17. GRUPOS RELIGIOSOS ( )

II – ESCOLARIDADE

1. FUNDAMENTAL COMPLETO ( ) INCOMPLETO ( )
2. MÉDIO COMPLETO ( ) INCOMPLETO ( )
3. UNIVERSITÁRIO COMPLETO ( ) INCOMPLETO ( )
4. NOME DO CURSO: _____
5. TÉCNICO COMPLETO ( ) INCOMPLETO ( )
6. NOME DO CURSO: _____
7. EJA COMPLETO ( ) INCOMPLETO ( )

III – RENDA FAMILIAR

1. MENOS DE UM SALÁRIO MINIMO ( )
2. UM SALÁRIO MÍNIMO ( )
3. MAIS DE UM SALÁRIO MINIMO ( )
4. DOIS SALARIOS MINIMOS ( )
5. MAIS E DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS ( )

IV – ORIENTAÇÃO RELIGIOSA

1. IGREJA CATÓLICA
2. IGREJA EVANGÉLICA. QUAL DOUTRINA?
3. NÃO SE CONSIDERA RELIGIOSO.

V – OCUPAÇÃO E EXPERIÊNCIA COM A TERRA

1. NUMERO DE FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO? _____
2. QUAL O TAMANHO DO LOTE? _____
3. TEM ÁGUA?_____
4. QUAL PRINCIPAL CULTURA PRODUZIDA? E OUTRAS_____
5. COMERCIALIZA SUA PRODUÇÃO?

6. VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR _____
7. FEIRAS LIVRES _____
8. FEIRAS DA AGRICULTURA FAMILIAR _____
9. ATRAVESSADORES _____
10. USA DEFENSIVOS QUIMICOS? QUAL TIPO? PARA QUE? _____
11. TRABALHA COM PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS? _____
12. COMO SE LOCOMOVE PARA O LOTE? _____

VI – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

1. O ASSENTAMENTO É ACOMPANHADO POR ALGUM MOVIMENTO OU ENTIDADE? QUAL/IS? _____
2. TEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ASSENTAMENTO? DESDE QUANDO/ANO? _____
3. QUAL/IS ENTIDADES/COOPERATIVA ASSESSORA O ASSENTAMENTO? _____
4. CONHECE A EQUIPE TÉCNICA QUE TRABALHA NO ASSENTAMENTO? _____
5. JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA? QUAIS? _____
6. JÁ RECEBEU VISITA DA ASSESSORIA TÉCNICA? COMO FOI ESTA VISITA?_____
7. EXISTIA DIALÓGO ENRE VOCÊ E O/A TÉCNICO/A, OU SÓ ELE/ELA QUE FAZIA A ORIENTAÇÃO TÉCNICA? _____
8. HAVIA A TROCA DE EXPERIÊNCIA ENTRE OS SABERES POPULAR E O SABER ACADÊMICO? _____
9. TEVE ALGUM RESULTADO QUE PODEMOS CONSIDERAR DO TRABALHO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA? _____
10. O QUE VOCÊS ACHAM DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA ATUAL? _____
11. VOCÊ PERCEBEU QUE HOUVE UMA AUTONOMIA NA SUA VIDA?
12. E NO ASSENTAMENTO? _____
13. O QUE MUDOU EM SEU COTIDIANO COM A PRESENÇA DA ATER NO ASSENTAMENTO? _____

VII – HISTÓRIA DE LUTA

1. CONHECE A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO? _____
2. COMO SE DEU O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO? _____
3. VOCÊ TRABALHAVA EM QUE FUNÇÃO NA USINA SANTA MARIA? _____
4. COMO FOI O PROCESSO DE TRANSAÇÃO DE ASSALARIADO/A PARA AGRICULTOR/A FAMILIAR? _____
5. QUAL A MAIOR DIFICULDADE QUE VOCÊS ENCONTRAM HOJE? _____

Contato:

APÊNDICE B: Roteiro da entrevista semiestrutrada para os agentes de ater

I-IDENTIFICAÇÃO

1. NOME:_____
2. PROFISSÃO:_____
3. FUNÇÃO EXERCIDA ATUALMENTE
4. ENGENHEIRO/A AGRÔNOMO/A ( )
5. TÉCNICO/A AGROPECUÁRIA ( )
6. TÉCNICO/A SOCIAL ( )
7. ASSISTENTE SOCIAL ( )
8. OUTRO:_____
9. IDENTIDADE DE GÊNERO M ( ) F ( )
10. QUAL SUA IDADE?_____
11. MORA EM QUE CIDADE?_____
12. TRABALHA EM QUE CIDADE?_____
13. VOCÊ FAZ PARTE DE ALGUMA ENTIDADE, COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO?
    QUAL?_____

II – RENDA FAMILIAR

1. MENOS DE UM SALÁRIO MINIMO ( )
2. UM SALÁRIO MÍNIMO ( )
3. MAIS DE UM SALÁRIO MINIMO ( )
4. DOIS SALARIOS MINIMOS ( )
5. MAIS E DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS ( )
6. TRÊS SALÁRIOS MINIMOS ( )
7. MAIS DE TRÊS SALÁRIOS MINIMOS ( )

III – CONHECENDO O CAMPO

1. VOCÊ MORA NO CAMPO OU JÁ MOROU NO CAMPO?_____
2. VOCÊ JÁ HAVIA TRABALHADO NO CAMPO?_____
3. VOCÊ CONHECIA A DINÂMICA DE UM ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA?_____
4. QUAL SEU PRINCIPAL INTERESSE EM TRABALHAR COM ATER/ATES?_____
5. ALGUM FENÔMENO LHE INSTIGOU A PERMACNECER NA ATER/ATES? QUAL?_____

IV – TRABALHO

1. COMO ERA O TRABALHO QUE VOCÊ DESENVOLVIA NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA?_____
2. QUANTAS FAMILIAS VOCÊ ACOMPANHAVA? EM QUE REGIÃO?_____
3. VOCÊS REALIZAVAM PLANEJAMENTOS? COMO ERAM ESTES PLANEJAMENTOS?_____
4. COMO ERA A METODOLOGIA UTILIZADA NAS ATIVIDADES?_____

5. VOCÊ ACHA QUE SUA PRÁTICA FOMENTAVA O EMPODERAMENTO DO/A AGRICULTOR/A FAMILIAR? _____
6. COMO ERA O DIÁLOGO ESTABELECIDO ENTRE O SABER POPULAR E AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS? _____
7. HOUVE MUDANÇAS DE POSTURAS DOS/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DURANTE A ATER/ATES? _____
8. QUE CONTRIBUIÇÃO VOCÊ ENQUANTO AGENTE DE ATER/ATES CONSIDERA IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA NO ASSENTAMENTO? _____

V- RELEVÂNCIA DO CONTATO COM O CAMPO

1. COMO VOCÊ AVALIA A GESTÃO DO CONTRATO COM O INCRA? _____
2. O TRABALHO TERCERIZADOATENDE AS EXPECTATIVAS DE SUAS DESPESAS COTIDIANAS? OU NÃO? _____
3. COMO É O SEU ENTROSAMENTO COM A EQUIPE? _____
4. COMO ERA SEU ENVOLVIMENTO COM AS FAMILIAS? RELATE UM MOMENTO QUE VOCÊ ACHA IMPORTANTE NESTE CONTRATO_____

Contato:

APÊNDICE C: Roteiro da entrevista semiestrutrada para o coordenador da coonap

I – IDENTIFICAÇÃO

1. NOME: _____
2. PROFISSÃO: _____
3. FUNÇÃO EXERCIDA ATUALMENTE: _____
4. IDENTIDADE DE GÊNERO M ( ) F ( )
5. QUAL SUA IDADE? _____
6. MORA EM QUE CIDADE? _____
7. TRABALHA EM QUE CIDADE? _____
8. VOCÊ FAZ PARTE DE ALGUMA ENTIDADE, COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? QUAL? _____

II – RENDA FAMILIAR

9. MENOS DE UM SALÁRIO MINIMO ( )
10. UM SALÁRIO MÍNIMO ( )
11. MAIS DE UM SALÁRIO MINIMO ( )
12. DOIS SALARIOS MINIMOS ( )
13. MAIS E DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS ( )
14. TRÊS SALÁRIOS MINIMOS ( )
15. MAIS DE TRÊS SALÁRIOS MINIMOS ( )

III – SOBRE A COOPERTATIVA

16. QUANDO FOI CRIADA A COOPERATIVA? _____
17. QUAL A UNÇÃO PRINCIPAL DA COOPERATIVA? _____
18. QUANTAS PESSOAS FORMA O QUADRO ATUALMENTE DA COOPERATIVA? _____
19. QUANTAS MULHERES? _____
20. QUANTOS HOMENS? _____
21. SÓ TABALHAM COM ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA? SE NÃO TRABALHAM COM MAIS O QUE? _____
22. QUAL SEU PRINCIPAL INTERESSE EM TRABALHAR COM ATER/ATES? _____
23. ALGUM FENÔMENO LHE INSTIGOU A PERMACNECER NA ATER/ATES? QUAL? _____

IV – TRABALHO

24. COMO ERA O TRABALHO QUE VOCÊ DESENVOLVIA NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA? _____
25. QUANTAS FAMILIAS A COOPERTIVA ACOMPANHAVA? EM QUE MUNICÍPIOS? _____
26. VOCÊS REALIZAVAM PLANEJAMENTOS? COMO ERAM ESTES PLANEJAMENTOS? _____
27. COMO ERA A METODOLOGIA UTILIZADA NAS ATIVIDADES? _____
28. VOCÊ ACHA QUE A PRÁTICA DOS TRABALHOS DE ATER/ATES FOMENTAVA O EMPODERAMENTO DAS FAMILIAS? _____
29. COMO ERA O DIÁLOGO ESTABELECIDO ENTRE A COORDENAÇÃO E OS TÉCNICOS/AS?_____

30. COMO A COORDENAÇÃO MEDIAVA OS CONFLITOS EXISTENTES NO CAMPO? E NA EQUIPE SE TINHA CONFLITOS? _____
31. HOUVE MUDANÇAS DE POSTURAS DOS/AS AGRICULTORES/AS FAMILIARES DURANTE O PERÍODO DE ATER/ATES? _____
32. QUE CONTRIBUIÇÃO OS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, FAVORECEU PARA O DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS? _____

V- RELEVÂNCIA DO CONTATO COM O CAMPO

33. COMO VOCÊ AVALIA A GESTÃO DO CONTRATO COM O INCRA? _____
34. O TRABALHO TERCERIZADOATENDE AS EXPECTATIVAS DA COOPERATIVA E DOS COOPERADOS/AS? _____
35. COMO É O SEU ENTROSAMENTO COM A EQUIPE? _____
36. COMO ERA SEU ENVOLVIMENTO COM AS FAMILIAS? RELATE UM MOMENTO QUE VOCÊ ACHA IMPORTANTE NESTE CONTATO _____

Contato:

APÊNDICE D: Espaços de participação política das famílias do Assentamento Socorro

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA					
Categorias	**Família I**	**Família II**	**Família III**	**Família IV**	**Família V**
Espaço de participação religiosa	Igreja católica	Igreja católica. Encontro de Jovens com Cristo - EJC, Encontro de Casais com Cristo - ECC e o Terço dos homens	Igreja Católica. Grupos não formais. Grupos religiosos	Igreja católica. Grupos religiosos	Igreja católica, Grupo de Jovens. Grupo de casais com Cristo e Pastoral do Batismo
Espaço de participação política	Associação do assentamento, Associação dos feirantes, Sindicato da Agricultura Familiar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia, Grupo de mulheres do assentamento.	Associação do assentamento, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia.	Associação do assentamento, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia.	Associação do assentamento, Grupo de mulheres do assentamento.	Associação do assentamento, Associação do espaço do artesão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Areia.
Participação Política no Assentamento	Sócios/as da associação do assentamento. Fórum dos Assentados/as.	Conselho fiscal do assentamento. Sócios/a da associação do assentamento	Sócios/as da associação do assentamento.	Sócio/a da associação do assentamento. Representante do Assentamento.	Sócio/a da associação do assentamento.

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE E: Perfil produtivo das atividades desenvolvidas pelos grupos familiares no Assentamento Socorro

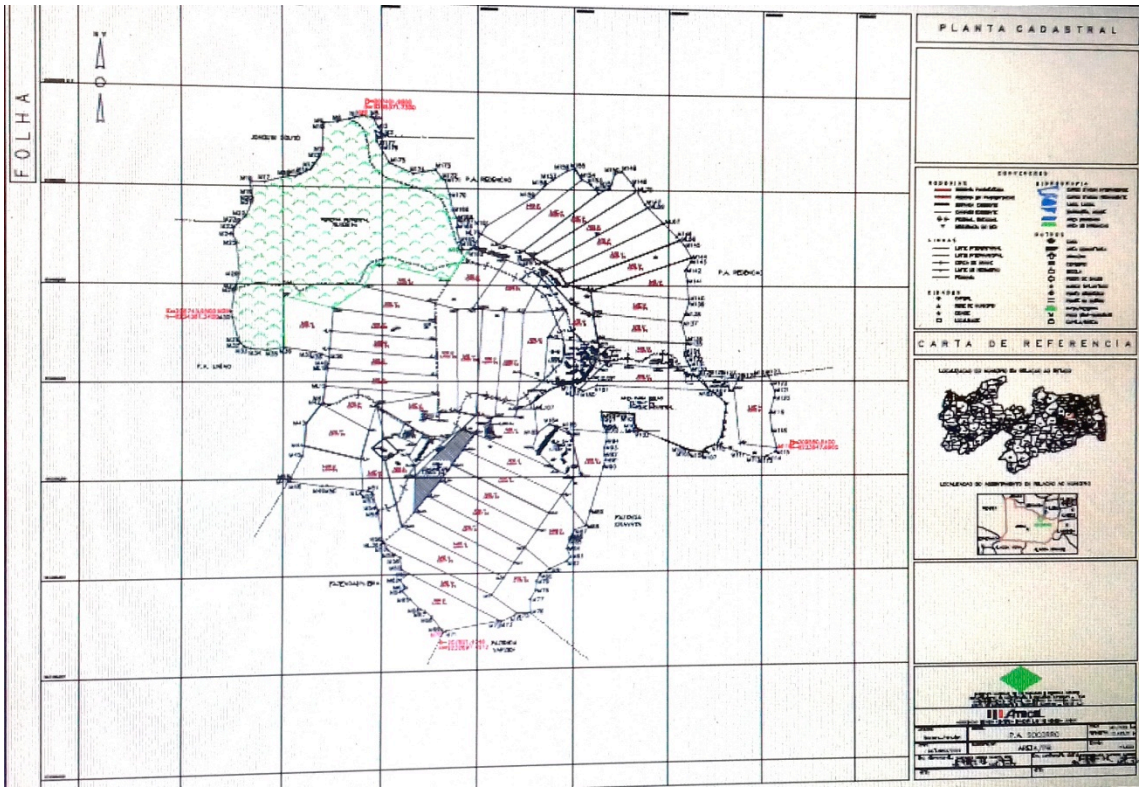
PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRUPOS FAMILIARES					
Categorias	**Família I**	**Família II**	**Família III**	**Família IV**	**Família V**
Tamanho do lote	Varia de 5 a 6 hectares	6 hectares	6 hectares	6.2 hectares	6.4 hectares
Renda familiar	Mais de 1 salário mínimo. Aposentadoria	Mais de 2 salários mínimo. Aposentadoria	Dois salários mínimos. Aposentadoria	Mais de dois salários mínimos	Mais de dois salários mínimos
Plantação	Banana, feijão, fava, milh jerimum, macaxeira, cana de açúcar, caju, seriguela, jabuticaba, goiaba, caj manga, pitomba, gandú, c laranja, limão .	Banana, milho, macaxeira, caju, laranja, manga, jaca, graviola, jabuticaba.	Banana, feijão, fava, jerimum, roça, cana de açúcar, caju, seriguela, goiaba, cajá, jaca, manga, pitomba, gandú, roça, capim, abacateiro.	Banana, feijão, fava milho, jaca, manga, acerola, limão, coqueiro.	Banana, abacate, manga, caju acerola, siriguela, laranja limão, graviola, goiaba, coco, cajá, cajú
Criação	Burro, jumento, vaca, ovelha, cachorro, gato, cabra	Gado, porcos, galinhas	Burro, cavalo, gado, carneiro, cachorro, gato, porco, galinha.	-	Criação de abelhas
Produção agrícola	Banana e cana de açúcar	Banana e os animais	Banana, cana de açúcar, capim e o gado.	banana	Banana e mel de abelha
Produção não agrícola	Bolo, produtos beneficiados da banana, lanches.	Conserto de roupas	-	-	Artesanato (tricô, boneca de pano, pintura em tecido, fuxico)
Comercialização	Feira do agricultor familiar e nas feiras livres	Atravessadores	Atravessadores	Atravessadores	Atravessadores

Excedente	Feira do agricultor familiar e nas feiras livres. Consumo	Consumo	Consumo	Consumo	Consumo
Fontes de água/consumo e plantação	Não tem água encanada, a gente pega na cacimba. Fica há uma distância de 300 metros daqui. A gente transporta a água em um burro, no jumento.	Água encanada vem do poço artesiano.	A água vem de um poço artesiano do meu lote. Mas também tem uma caixa de água que podemos pegar do poço artesiano da comunidade. Mas ainda não é encanada para dentro de casa.	A água vem de um poço artesiano que fica na minha parcela e abastece o grupo escolar, vila nova e a mercado, o posto médico.	Água encanada vem por gravidade de gravata. No meu lote tem umas oito cacimbas que abastece a vila do anjo
Uso de defensivos químicos	Não.	Usamos veneno não é só o roço e a enxada.	Sim usamos o"Fetinc Para matar o mato.	Sim, para matar o mato na quantidade certa para não afetar terra. É o Randap na banana e na cana de açúcar.	Usamos uma vez por ano para não prejudicar muito a terra, a tendência e não usar mais.
Práticas consideradas transição agroecológica	Esterco de gado.	Esterco de galinha e de gado para adubar a banana.	Usamos o esterco de bode e de gado para adubar a banana.	No plantio de milho e feijão não colocamos nada e na enxada a limpa.	Adubo orgânico que compramos para a banana. A abelha é muito sensível.

Fonte: Elaboração própria.

ANEXOS

ANEXO A: Mapa do Assentamento Socorro



Fonte: Arquivo Digital do INCRA, 2017.

ANEXO B: Documento Coonap

PROPOSTA TÉCNICA COM AJUSTE DE ATIVIDADES DE ATES – 2015/2016

COONAP
Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção

Campina Grande – PB

Setembro/2015

Sumário

1. Portfólio da Instituição ..... **.04**
2. Objetivos **18**
2.1 Objetivo Geral 18
2.2 Objetivos específicos 18
3. Justificativa **19**
4. Análise sucinta do Território e dos projetos de assentamentos **20**
5. Metodologia **32**
6. Monitoramento das ações **36**
6.1 Outras informações sobre o projeto: 37
7. Apresentação institucional: **37**
8. Equipe técnica **38**
9. Resumo das atividades **39**
10. Cronograma financeiro **43**
11. Cronograma físico **56**
12. Parâmetros para cálculos **59**
13. Anexo – Custos e parâmetros por atividade e Atividades de Consultoria **59**

Quadros

Quadro 1 - Lista de Assentamentos onde os serviços foram executados em 2011 4
Quadro 2 - Lista de Assentamentos onde os serviços foram executados em 2012/2013 5
Quadro 3 - Estabelecimentos da Agricultura Familiar no Território 21
Quadro 4 - Estrutura fundiária do Território 22
Quadro 5 - Produção das principais culturas no Território - 2000 a 2010. 23
Quadro 6 - Produção das culturas permanentes no Território, no período 2000 a 2010 (ton). 24
Quadro 7 - Assentamentos do INCRA no território, assistido pela ATES em 2013. 25
Quadro 8 - Assentamentos que serão assistidos em 2014. 26
Quadro 9 - Situação PRONAF Estiagem 2013. 27
Quadro 10 - Situação PRONAF A - 2013 27
Quadro 11 - Projetos apoio mulher elaborados 2013. 28
Quadro 12 - Produtos comercializados - PAA, PNAE e Feiras 28
Quadro 13 - Projetos para o COOPERAR 29
Quadro 14 - Projetos para o Terra Sol 29
Quadro 15 - Projeto PROCASE 29
Quadro 16 - Grupos Criados 29

Quadro 17 - Unidades Demonstrativas Instaladas 30
Quadro 18 - Feiras desenvolvidas e Acompanhadas..... 31
Quadro 19 - Resumo financeiro do projeto..... 37
Quadro 20 - Dados da entidade 37
Quadro 21 - Equipe técnica Ciências Agrárias.....38
Quadro 22 - Relação de técnicos de nível médio.....38
Quadro 23 -Relação de técnicos da área social.....38
Quadro 24 - Coordenador Técnico.....38
Quadro 25 - Resumo Geral das atividades.....39
Quadro 26 - Resumo simplificado das atividades.....42
Quadro 27 - Justificativas sobre remanejamento e inclusão de novas atividades no Plano.....46
Quadro 28 - Atividades de Comercialização.....50
Quadro 29 - Cronograma de Atividades de Comercialização.....53

1.1 Portfólio da Instituição

EXPERIÊNCIA TÉCNICA

1. Experiência em Prestação de Serviços de Assistência Técnica

1.1. Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES**-** Desempenharam atividades de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES para as 1378 famílias assentadas da Reforma Agrária, no período de 15 de Dezembro de 2008 a 15 de Dezembro de 2009, no Lote 04, referente a região da Borborema/Curimataú. Onde nesta região estão inseridos os Assentamentos Belo Monte, Cachoeira Grande, Cajá de Matinhas, Cajazeiras, Campo Verde II, Campos Novos, Che Guevara, Cícero Romano I, Cícero Romano II, Cícero Romano/Lages, Cícero Romano, Corredor, Emanuel Joaquim, Esperança, Florestan Fernandes, Gruta Funda, Irmã Doroty Stang, José Antonio Eufrouzino, Novo Riacho de Cruz, Oziel Pereira, Padre Assis, Pedro Henrique, Quandú, Redenção, Riacho da Cruz, Rosa Luxemburgo, Santa Maria, Santa Rosa, São Francisco I, São Francisco III, São Luiz, Socorro, Tabocal, União, Riacho do Sangue, Serrote Verde, Paulo Freire I, Pequeno Richard e Poço Verde.

1.2. Desempenhou atividades de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES para as 1.390 famílias assentadas da Reforma Agrária, relativa ao período de Janeiro a Dezembro de 2011, no Lote 04, referente a região da Borborema/Curimataú.

Quadro 1 - Lista de Assentamentos onde os serviços foram executados em 2011

Localidade	Município	Nº de Famílias
Santa Cruz	Campina Grande	52
Serra do Monte	Cabaceiras	76
José Antônio Eufrouzino	Campina Grande	81
Venâncio Tomé de Araújo	Campina Grande	43
Vitória	Campina Grande	37
Antônio Paulo	Boa Vista	44
Cícero Romana	Areial	11
Cícero Romana I	Esperança	54
Cícero Romana II	Esperança	2
Cícero Romana Lages	Esperança/Areial	35
União	Areia	56
Emanuel Joaquim	Areia	27
Esperança	Areia	40
Redenção	Pilões	50
Tabocal	Pilões	16

Localidade	Município	Nº de Famílias
Santa Maria	Pilões	27
Cajazeiras	Serraria	50
Campo Verde II	Serraria	35
São Francisco III	Solânea	55
Cajá de Matinhas	Matinhas	36
Chã de Balsamo	Matinhas	42
Imbiras	Massaranduba	81
Campos	Salgado de São Félix	130
Sítio Souza	Salgado de São Félix	50
João Pedro Teixeira	Mogeiro	32
Bom Jesus I	Barra de São Miguel	23
Novo Campo	Barra de São Miguel	20
Cachoeira Grande	Aroeiras	33
Dorcelina Folador	Cubati	27
Belo Monte	Pedra Lavrada	51
Olho D'Água	Seridó	29
São Domingos	Cubati	29

1.3. Desempenhou atividades de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES para as 1.509 famílias assentadas da Reforma Agrária, relativa ao período de Janeiro a Dezembro de 2012/2013, no Lote 04, referente a região da Borborema/Curimataú.

Quadro 2 - Lista de Assentamentos onde os serviços foram executados em 2012/2013

Nº	Localidade	Município	Nº de
1	Santa Cruz	Campina Grande	52
2	Serra do Monte	Cabaceiras	76
3	José Antônio Eufrouzino	Campina Grande	81
4	Venâncio Tomé de Araújo	Campina Grande	43
5	Vitória	Campina Grande	37
6	Veneza	Pilões	28
7	Antônio Paulo	Boa Vista	44
8	Cícero Romana	Areial	11
9	Cícero Romana I	Esperança	54
10	Cícero Romana II	Esperança	2
11	Cícero Romana Lages	Esperança/Areial	35
12	União	Areia	56
13	Emanuel Joaquim	Areia	27
14	Esperança	Areia	40
15	Redenção	Pilões	50
16	Tabocal	Pilões	16
17	Santa Maria	Pilões	27
18	Cajazeiras	Serraria	50
19	Campo Verde II	Serraria	35
20	São Francisco III	Solânea	55

Nº	Localidade	Município	Nº de
21	Cajá de Matinhas	Matinhas	36
22	Chã de Balsamo	Matinhas	42
23	Imbiras	Massaranduba	81
24	Campos	Salgado de São Félix	130
25	Sítio Souza	Salgado de São Félix	50
26	João Pedro Teixeira	Mogeiro	32
27	Bom Jesus I	Barra de São Miguel	23
28	Novo Campo	Barra de São Miguel	20
29	Cachoeira Grande	Aroeiras	33
30	Dorcelina Folador	Cubati	27
31	Belo Monte	Pedra Lavrada	51
32	Olho D'Água	Seridó	29
33	São Domingos	Cubati	29
34	São Francisco I	Pilões	28
35	Socorro	reia	45

1.4. **Petrobras Biocombustível** - Prestação de Serviços de ASTEC - Prestação de Serviços de ASTEC - Assistência Técnica para os Agricultores Familiares da Paraíba que firmarem contrato de Compra e Venda de Grãos com a PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL, para atender as condições de concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social para produção de biodiesel. Contratação direta aprovada em reunião dia 12 de março de 2009.

1.5. **CESE** – COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO - Contrato de Cooperação Projeto Nº 19834 – PÉ NO CHÃO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E IDENTIDADE CULTURAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS ASSENTAMENTOS, do Grupo COONAP, 31 de outubro de 2012.

2. Experiência em Elaboração de PDA/PRA

2.1 **Elaboração e aprovação de 18 (dezoito) Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e PRA – Plano de Recuperação do Assentamento dos seguintes PA´s**: Cicero Romana, Cicero Romana I, Cicero Romana II, Cicero Romana/Lages, Rosa Luxemburgo, Cachoeira Grande, Paulo Freire I, Poço Verde, Pequeno Richard, Serrote Verde, Riacho do Sangue, Olho D'água, Tabocal, Che Guevara, Florestan Fernandes, Santa Rosa, Corredor e Dorothy Stang.

3. Experiência em Atividades de Capacitação

3.1 Treinamento de produtores rurais filiados à Associação de Irrigantes de Arcoverde, em convênio com o PRORURAL/PE.

3.2 Coordenações do Encontro Sobre Políticas Públicas, realizado em Recife/PE, em convênio com CONTAG/SUDENE.

3.3 Treinamento, em gestão de negócios, para dirigentes e quadros de filiados de 120 cooperativas e associações do Nordeste.

3.4 Promoção de 7 eventos abordando temas ligados ao gerenciamento da pequena produção agrícola: Curso de Elaboração e Análise de Pequenos Projetos Produtivos; Curso de Acompanhamento e Avaliação de Processos de Pequenos Projetos Produtivos; Oficina de Introdução ao Pensamento e Estratégias da Qualidade Total; Curso de Custos de Produção, Formação de Preço e Venda; Curso de Organização Administrativa e Gerencial; Curso de Gestão e Desenvolvimento Empresarial para Pequenas Empresas Associativas; Seminário Sobre Limites e Potencialidades dos Projetos de Geração de Emprego e Renda.

3.5 Cursos de capacitação e profissionalização, realizados na Bahia e Paraíba, em atendimento a convênios celebrados com os respectivos SINES desses Estados.

3.6 Curso de Formação de Técnicos em Agroecologia Básica, do Programa Capacitação Solidária, promovido pela Associação de Apoio ao Programa de Comunidade Solidária - AAPCS, executado pela COONAP, no Município de Abreu e Lima/PE.

3.7 Capacitação em Manutenção de Estruturas e Obras Hídricas e Operação de Reservatório - PROÁGUA, Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco.

3.8 Executora do PEQ – Plano Estadual de Qualificação/1999 , em Projetos de Capacitação nos municípios de Betânia, Ibimirim, Rio Formoso e Inajá – FAT/SINE-PE/ SEPLANDES/MTBE.

3.9 PRONAF, em parceria com PNUD, executou a capacitação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

3.10 SEPLANDES/Agência do Trabalho – PEQ/2000/FAT, na qualificação de mão de obra com cursos de Formação Profissional nas áreas de Agronegócios, gestão pública, associativismo, diagnóstico setorial de acompanhamento do PROGER.

3.11 SEPLANDES/BPC – Revisão do Benefício de Prestação Continuada para os idosos e portadores de deficiência, realizados em 85 municípios do Estado de Pernambuco.

3.12 SEPLANDES/Agência do Trabalho – PEQ/2001/2002/FAT, na qualificação de mão de obra com cursos de Formação Profissional nas áreas de Associativismo e Cooperativismo, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental, Gestão de Pequenos Negócios, Agronegócios.

3.13 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO/PB – PLANFOR E PLANTEQ – 2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010/2011/2012/2013, na qualificação de mão de obra com cursos de Formação Profissional nas áreas de Associativismo e Cooperativismo, Fabricação de Derivados de Leite, Fabricação de Remédios Caseiros, Cabeleireiro, Corte e Costura, Artesanato em Geral, Recepcionista, Informática, Doces Caseiros, Turismo, Camareira, Garçom, Fabricação Material de Limpeza, Caprinocultura, Alimentação Alternativa, Arte em Boneca, Fuxico, Aproveitamento de Retalho, Arteculinária, Bovinocultura, Auxiliar Administrativo e Beneficiamento de Frutas.

3.14 Prestação de Serviço de treinamento/formação, para ministrar oficinas pedagógicas e apresentação de metodologia de trabalho com famílias aos Gestores do Programa Bolsa Família, Contrato de nº. 548/2007, promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDSCF, com execução da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH, operacionalizadas pela COONAP. As referidas oficinas foram realizadas em sete polos centrais: Solânea, Itaporanga, Monteiro, Patos, João Pessoa, Campina Grande e Souza, no período de 10/10 à 21/11/07. Estiveram presentes 381 Participantes, representando 163 municípios.

3.15 Contrato de Prestação de Serviços técnicos especializados de nº. 067/2006, destinados à realização de Programa de Capacitação para Gestores e Técnicos do Cadastro Único responsáveis pelo Programa Bolsa Família dos municípios Paraibanos, em uma nova versão 6.0 – Disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDSCF.

4. Experiência em Atividades de Avaliação de Projetos Sociais

4.1. **Prestação de Serviços de treinamento/formação, para ministrar oficinas pedagógicas e apresentação de metodologia de trabalho com famílias aos Gestores do Programa Bolsa Família, Contrato de nº. 548/2007**, promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDSCF, com execução da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH, operacionalizadas pela COONAP. As referidas oficinas foram realizadas em sete polos centrais: Solânea, Itaporanga, Monteiro, Patos, João Pessoa, Campina Grande e Souza, no período de 10/10 à 21/11/07. Estiveram presentes 381 Participantes, representando 163 municípios.

4.2. **Contrato de Prestação de Serviços técnicos especializados de nº. 156/2006**, celebrado pelo governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH e a COONAP, para realização do Seminário Paraibano de Avaliação do Programa Bolsa Família, nos polos de Campina Grande, Patos e João Pessoa, com um total de 410 Participantes.

4.3. **Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, celebrado entre a COONAP e O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano Contrato Nº 038/2005,** Realização de Programa de Capacitação para Gestores e Técnicos responsáveis pelo Programa Bolsa Família dos municípios paraibanos, em uma nova versão 6.0 – disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

4.4. **Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, celebrado entre a COONAP e O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano Contrato Nº 067/2006 –** Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais responsáveis pelo Programa Bolsa Família em 223 Municípios Paraibanos.

1.1.1 Histórico da Entidade.

Fundada em janeiro de 1994, a COONAP tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria em várias áreas do conhecimento, em especial aquelas relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico e, ao nível "micro", com a área empresarial.

Operando em regime de parcerias diversas, ou individualmente, a COONAP tem executado atividades de múltiplas naturezas e diferentes graus de complexidade, reunindo, para tanto, um quadro de 38 (Trinta e Oito) sócios cooperantes, cujas formações e experiências os tornam aptos a atender as solicitações de sua clientela.

A COONAP tem sede em Campina Grande, na Paraíba. Enquanto Cooperativa de Trabalho a abrangência de sua atuação é nacional e também internacional, embora ostente um currículo ainda significativamente marcado pela sua participação em estudos, programas e projetos de interesse exclusivo da região nordestina brasileira.

Os eixos de atuação da COONAP são: Desenvolvimento Local Sustentável; Gestão Social; Gestão de Políticas Públicas; Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Capacitação em Desenvolvimento Rural Sustentável; Capacitação em Gestão para Usuários de

Águas e Comitês de Bacias Hidrográficas; Assessoria e Consultoria a Prefeituras Municipais; Coordenação e Operação de Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos; Coordenação e Operação de Programas de Bolsa-Escola; Elaboração, Análise e Avaliação de Programas e Projetos; Planejamento Estratégico e Operacional; Marketing, tecnologia e Oportunidades de Negócios; Estudos e Perfis de Mercado e Comunicação e Informática.

1.1.2 Tempo de Atuação.

A Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio ás Organizações de Autopromoção – COONAP, foi criada em janeiro de 1994, com a finalidade de prestação de serviços totalizando 20 anos de experiência no mercado.

1.1.3 Perfil institucional.

A COONAP tem sede em Campina Grande, na Paraíba. Enquanto Cooperativa de Trabalho a abrangência de sua atuação é nacional e também internacional, embora ostente um currículo ainda significativamente marcado pela sua participação em estudos, programas e projetos de interesse exclusivo da região nordestina brasileira.

A mesma apresenta em seus princípios estatutários, bem como, na prática vem desenvolvendo atividades voltada à:

a) Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos técnicos, sócio – econômicos, culturais, ambientalistas e outros tipos de projetos ou estudos de natureza correlatada;
b) Assessoria técnica social e Ambiental, em áreas de Assentamentos
c) Consultoria e/ou assessoria técnica nas áreas de pesquisa, geração e difusão de tecnologias adequadas a produtores rurais e urbanos, e demais segmentos da sociedade;
d) Atividades de capacitações para homens, mulheres e jovens, abrangendo temas variados, como: Agroecologia, manejo da caatinga, Técnicas de conviviência com o Semiárido.
e) Capacitação em áreas específica ligadas a agropecuária, como manejo de rebanho, criação animal, manejo de culturas, sanidade animal e vegetal, etc.
f) Atividades de capacitação de recursos humanos, nas esferas pública e privada;

g) Consultoria e/ou assessoria na formulação, implantação e gestão de sistemas organizacionais e informatização;

h) Estudos de mercados e comercialização;

i) Assessoramento técnico jurídico nas áreas de arrecadação tributária e captação de recursos, execuções fiscais Lei 6830/80, além da elaboração de textos oficiais, editais de certames licitatórios e pareceres técnicos de dispensas e inexigibilidades de licitação com base nas leis Nº 8.666/93 e 8.883/94 ou outra que a substituam.

j) Realização de pesquisas, da forma mais ampla possível, ensino, desenvolvimento institucional e trabalhos de capacitação no geral de recursos humanos, especificamente, para recuperação social de pessoas marginalizadas, inclusive recolhidas ao sistema prisional do país.

1.1.4 Principais ações desenvolvidas.

AÇÃO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO		
	INÍCIO	FIM	TEMPO (Mês, ano)
Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES Contratos: CRT/PB/059/2008 e CRT/PB/015/2012	2008	2013	5 anos
Petrobras Biocombustível - Prestação de Serviços de ASTEC - Prestação de Serviços de ASTEC - Assistência Técnica para os Agricultores Familiares da Paraíba que firmarem contrato de Compra e Venda de Grãos com a PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL	2009	2011	2 anos
Elaboração e aprovação de 18 (dezoito) Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e PRA	2008	2011	3 anos
Projeto CESE	2012	2014	2 anos
GOVERNO DO ESTADO - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO/PB – PLANTEQ – 2006/2007/2008/2010/2012/2013	2006	2013	7 anos
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB – 2008/2009/2010/2011 – Execução de cursos de qualificação social profissional para atender aos usuários do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social desta municipalidade.	2008	2011	4 anos
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB – Contrato de nº 234/2012/SAD/PMCG - Execução de cursos de qualificação social profissional direcionado aos participantes do Programa Projovem Trabalhador.	2012	2012	1 ano
Prestação de Serviços de treinamento/formação, para ministrar oficinas pedagógicas e apresentação de metodologia de trabalho com famílias aos Gestores do Programa Bolsa Família, Contrato de nº. 548/2007	2007	2007	15 dias

AÇÃO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO		
	INÍCIO	FIM	TEMPO (Mês, ano)
Contrato de Prestação de Serviços técnicos especializados de nº. 156/2006 Seminário Paraibano de Avaliação do Programa Bolsa Família, nos polos de Campina Grande, Patos e João Pessoa.	2006	2006	
Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, celebrado entre a COONAP e O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano Contrato Nº 038/2005, Realização de Programa de Capacitação para Gestores e Técnicos responsáveis pelo Programa Bolsa Família dos municípios paraibanos.	2005	2005	
Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, celebrado entre a COONAP e O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano Contrato Nº 067/2006 – Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais responsáveis pelo Programa Bolsa Família em 223 Municípios Paraibanos.	2006	2006	2 meses
EMBRAPA ALGODÃO – Doação de Sementes de Algodão e Gergelim	2013	2013	1 ano
EMEPA/PB – Distribuição de mudas aromáticas e medicinais	2013	2013	1 ano
INSA/PB – Colaboração na implantação de 3 (três) unidades demonstrativas na Região de Campina Grande.	2013	2013	1 ano
SEBRAE – Colaboração em trabalhos direcionados agricultura familiar	2013	2013	1 ano

1.1.5 Relações de Parceria consolidadas e existentes.

INSTITUIÇÃO PARCEIRA	TIPO DE PARCERIA	INÍCIO	FIM
EMBRAPA	Atividades conjuntas na prestação de serviços de Assessoria Técnica, visando à elaboração de projetos produtivos e sociais.	2013	2015
EMEPA/PB	Desenvolvendo atividades com objetivo de fortalecer o trabalho na agricultura familiar	2013	2015
INSA/PB	Atividades conjuntas na prestação de serviços de Assessoria Técnica, visando à elaboração de projetos produtivos e sociais.	2013	2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO MIGUEL	Atividades conjuntas na prestação de serviços de Assessoria Técnica, visando à elaboração de projetos produtivos e sociais, na linha do PRONAF ou de programas sociais.	2014	2015

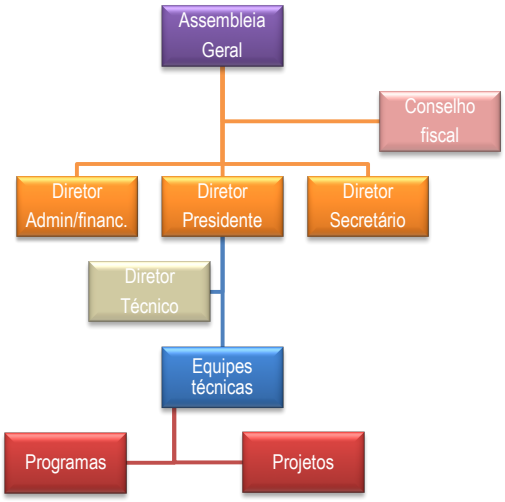
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS	Atividades conjuntas na prestação de serviços de Assessoria Técnica, visando à elaboração de projetos produtivos e sociais, na linha do PRONAF ou de programas sociais.	2014	2015
SEBRAE	Colaboração em trabalhos direcionados agricultura familiar	2013	2013

1.1.6 Quadro diretor.

CONSELHO DIRETOR	
PRESIDENTE	Jonas Marques de Araújo Neto
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRO	Severino Avelino da Silva
DIRETOR TÉCNICO	José Diniz das Neves
DIRETORA SECRETÁRIA	Rosângela Maria Mota Vidal Duarte
CONSELHO FISCAL	
TITULAR 1	Ana Cristina Silva de Oliveira
TITULAR 2	Analucia Sousa Alves
TITULAR 3	Aline Valéria Sousa de Medeiros
SUPLENTE	José Oto de Oliveira
SUPLENTE	Rosemary de Sales Gomes
SUPLENTE	João de Deus Rodrigues

1.1.7 Organograma geral de gestão da entidade.

Figura 1 - Organograma da COONAP



1.2 Currículo Institucional Específico com o Objeto

Tipo de Experiência	Instrumento de comprovação	Quantidade realizada	Início	Fim
Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES	Mediante contrato de nº CRT/PB/059/2008	1.499 famílias	Jan/09	Dez/09
Serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental	Primeiro Termo Aditivo ao contrato de nº CRT/PB/059/2008	Alteração de cláusula	Fev/09	Dez/09
Serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental	Segundo Termo Aditivo ao contrato de nº CRT/PB/059/2008	Exclusão de 44 famílias e alocação de recursos para contratação de PDA e PRA	Jun/09	Dez/09
Serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental	Terceiro Termo Aditivo ao contrato de nº CRT/PB/059/2008	Alocação de recursos para inclusão de Famílias	Dez/09	Dez/10
Serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental	Quarto Termo Aditivo ao contrato de nº CRT/PB/059/2008	Exclusão e Substituição de famílias	Jul/10	Dez/10
Serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental	Quinto Termo Aditivo ao contrato de nº CRT/PB/059/2008	Prorrogação da vigência do contrato, a substituição de famílias e alocação de recursos para o primeiro semestre do terceiro ano	Jan/11	Dez/11
Serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental	Contrato de nº CRT/PB/015/2012	Assessoria técnica, social e ambiental na região da Borborema	Fev/12	Jan/13
Serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental	Primeiro Termo Aditivo ao contrato de nº CRT/PB/015/2012	Prorrogação e alocação de recursos para a execução do mesmo.	Fev/13	Dez/13
Prestação de Serviços de ASTEC - Assistência Técnica para os Agricultores Familiares da Paraíba que firmarem contrato de Compra e Venda de Grãos com a PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL	Contrato de nº 4600293881	Assistência técnica e capacitação de 1.800 agricultores, visando o cultivo do girassol e mamona	Mar/09	Jul/10

Tipo de Experiência	Instrumento de comprovação	Quantidade realizada	Início	Fim
Prestação de Serviços de ASTEC - Assistência Técnica para os Agricultores Familiares da Paraíba que firmarem contrato de Compra e Venda de Grãos com a PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL	Termo aditivo nº1 ao contrato de nº 4600293881	Alteração e inclusão de cláusulas	Nov/09	Jul/10
Prestação de Serviços de ASTEC - Assistência Técnica para os Agricultores Familiares da Paraíba que firmarem contrato de Compra e Venda de Grãos com a PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL	Termo aditivo nº2 ao contrato de nº 4600293881	Alteração de Cláusulas	Ago/10	Mar/11
Educação Ambiental para crianças e adolescentes de Assentamentos Projeto CESE – Pé no Chão	Contrato de Cooperação	Educação cultural para crianças e adolescentes os assentamentos de Sítio Souza, Campos e Novo Campo atendidos pela assistência técnica da COONAP.	Ou/12	Fev/14
Qualificação social e profissional – Planteq/PB	Contratos dos anos de 2006/2007/2008/ 2010/2012/2013	Qualificação Social e Profissional para 584 educandos	2006	2013
Execução de cursos de qualificação social profissional junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB	Contratos dos anos de 2008/2009/2010/2011	Para atender a 332 usuários do Centro Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social desta municipalidade.	2008	2012
Execução de cursos de qualificação social profissional direcionado aos participantes do Programa Projovem Trabalhador. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB	Contrato de nº 234/2012/SAD/PMCG	Ministração de cursos para atender a 185 educandos do Projovem Trabalhador.	2012	2012
Realização de Programa de Capacitação para Gestores e Técnicos responsáveis pelo Programa Bolsa Família dos municípios	Contrato Nº 038/2005	Programa de Capacitação para Gestores e Técnicos responsáveis pelo Programa Bolsa Família dos	2005	2005

Tipo de Experiência	Instrumento de comprovação	Quantidade realizada	Início	Fim
paraibanos. Contrato celebrado entre a COONAP e O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano		municípios paraibanos, em uma nova versão 6.0		
Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados, celebrado entre a COONAP e O Governo do Estado da Paraíba, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano.	Contrato Nº 067/2006	Capacitação de Gestores e Técnicos Municipais responsáveis pelo Programa Bolsa Família em 223 Municípios Paraibanos.	2006	2006
Seminário Paraibano de Avaliação do Programa Bolsa Família Contrato de Prestação de Serviços técnicos especializados.	Contrato de nº 156/2006	Organização de 03 (três) seminários nos polos de Campina Grande, Patos e João Pessoa.	2006	2006
Prestação de Serviços de treinamento/formação para gestores do programa Bolsa Família GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA	Contrato de nº. 548/2007	Ministrar oficinas pedagógicas e apresentação de metodologia de trabalho com famílias aos Gestores do Programa Bolsa Família,	2007	2007
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA	Termo aditivo 001/2007 ao Contrato de nº. 548/2007	Acrescer em 25% o valor do objeto.	2007	2007

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Dar continuidade aos serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental nas áreas de Assentamentos do lote da Borborema.

2.2 Objetivos específicos

As atividades de Assessoria Técnica Social e Ambiental, pela própria dinâmica do processo de assessoramento, demanda dos Assentamentos, do INCRA e de toda interação regional existente, requer que a entidade atue de forma mais diversa possível, assim para atingir o objetivo geral, será necessário trilhar por alguns objetivos específicos, definindo as metas e as atividades que serão desenvolvidas, para tanto, a entidade pretende desenvolver os seguintes objetivos específicos, entre outros:

1. Apontar estratégias para a construção ou reconstrução de estratégias de viabilidade econômica e da soberania alimentar/nutricional das famílias assentadas nos projetos de assentamento
2. Desenvolver e intensifica estratégias que vise a *inserção na dinâmica do desenvolvimento territorial*, das famílias, através de suas organizações, fortalecendo a noção de pertencimento do assentado ao território.
3. Buscar elementos que viabilize a integração do Programa de ATES com planos de desenvolvimento regionais, existentes ou que venham a existir, como os *Territórios da Cidadania e de Identidade Rural*.
4. Promover contato entre grupos para intercâmbio de experiências, potencializando a formação de *redes de cooperação* entre as famílias assentadas, para inserção em cadeias produtivas.
5. Promover, através do uso de *metodologias participativas*, a compreensão grupo, introduzindo técnicas de planejamento, execução e monitoramento da evolução das propostas de desenvolvimento individual, coletivo e comunitário
6. Viabilizar a *promoção da igualdade de gênero, o resgate dos saberes locais e do respeito à diversidade étnica e cultural* dos assentados.
7. Estimular, nas famílias, a prática de preservação do meio ambiente e ações necessárias para a conscientização quanto aos cuidados necessários ao uso sustentável da propriedade como forma de desenvolvimento

8. Fazer a Interação com as atividades propostas pela Equipe de Articulação, participando, quanto entidade de ATES das atividades propostas, bem como, estimulando a participação das famílias.

9. Promover a igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores rurais, assentados da reforma agrária, favorecendo o protagonismo da mulher na construção e implementação dos projetos

3. Justificativa

As atividades de Assessoria técnica já vem sendo desenvolvidas na Região da Borborema, desde o ano de 2008/2009. Tem sido um trabalho desenvolvido de forma muito regular, durante esse período. Muitos resultados já foram obtidos, como acesso a linhas de créditos pelas famílias, eventos de capacitações, organização de feiras, montagem de unidades demonstrativas, entre outros, conforme relatórios que foram apresentados ao órgão contratante, no caso o INCRA e que, aparece na síntese no item seguinte.

O trabalho que vem sendo desenvolvido, ao contrário do que se pensava inicialmente, ao invés de ir sendo reduzido, pelo contrário vem aumentando e necessitando, cada vez mais de ações e intervenções mais qualificadas. Esse é um processo que consideramos muito proveitoso, pois, reflete e é resultado de todo trabalho que foi desenvolvido pela entidade, que primou, em sua essência, pelo empoderamento dos atores sociais envolvidos.

A forma como as famílias passam a enxergar o processo de desenvolvimento, tanto individual, como coletivo, com perspectivas futuras, aliado a uma série de programas que estão sendo desenvolvidos, principalmente pelo governo federal, como renegociação de dívidas, compras governamentais, novas linhas de créditos, entre outros, passou a fazer com que, as famílias percebessem, cada vez mais, a importância de ter uma equipe técnica qualificada, e com múltiplas capacidades.

É diante desse contexto e, com as experiências adquiridas, do aprender fazendo, que o INCRA lança esse novo chamamento, com a possibilidade da entidade, montar seu projeto, com **Plano de Execução** melhor elaborado, com a participação da comunidade e dos atores locais.

Assim, a entidade se sente com experiência, maturidade profissional e institucional para apresentar proposta de continuidade das ações que vem desenvolvendo e pretende manter, com a aprovação desta proposta, nessa chamada pública.

Com o aumento da demanda, a necessidade chegou aos assentamentos da Reforma Agrária que não tinham Assessoria Técnica há algum tempo, como por exemplo vemos os assentamentos pertencentes ao Território da Cidadania do Cariri Ocidental, aos quais através de solicitação dos próprios assentados, obtiveram Assistência Técnica a partir de 01 de outubro de 2014.

A COONAP acompanhará mais três assentamentos, sendo estes: Pinheiros (19) famílias, Asa Branca (34) famílias e Boa Vista (31) famílias, localizado no Município de Coxixola – PB e em Serra do Monte (31) totalizando 115 famílias inseridas em termo aditivo, para Assessoria Técnica, social e Ambiental da COONAP em contrato vigente com INCRA, desde 15 de Dezembro de 2008.

Assim, justifica-se o termo aditivo assinado para acompanhamento destes três assentamentos da Reforma Agrária, cujo Plano de Trabalho para os referidos, segue nas próximas laudas desta proposta técnica.

4. Análise sucinta do Território e dos projetos de assentamentos

O Território da Borborema[1]é composto pelos municípios de: Alagoa Nova, Algodão da Jandaíra, Arara, Areia, Areial, Borborema, Campina Grande, Casserengue, Esperança, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, São Sebastião de Roça, Serra Redonda, Serraria, Solânea. Num total de 21 municípios, abrangendo uma área territorial de 3.341,7 km². Esses municípios apresentam uma densidade populacional de 150,11habitantes por km². (IBGE CIDADES-2013)

Os Municípios que compõem esse Território estão inseridos na Mesorregião do Agreste Paraibano, que se divide nas seguintes microrregiões: Microrregião do Curimataú Ocidental, Microrregião do Curimataú Oriental, Microrregião de Esperança, Microrregião do Brejo Paraibano e Microrregião de Campina Grande.

A população do território da Borborema, com base no IBGE CIDADES-2013, é de 679.502 habitantes, dos quais 508.982 residem no meio urbano e 170.520 residem no meio rural.

[1] Essa discussão segue a metodologia de territorialidade que vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M[2], dos municípios que compõem o território, não difere muito dos índices nordestinos, os mesmos apresentam um índice médio de 0,586, com índices que oscilam entre 0,514 a 0,720, relação entre o menor e o maior da região, respectivamente.

Igualmente a renda ***per capita*** do território segue o mesmo padrão da maioria dos municípios nordestinos. Ela oscila entre R$ 131,34 e R$ 305,25, mínima e máxima respectivamente, com média de 216,09.

A **utilização da terra** e ocupação do solo, como também os **sistemas de Produção** são caracterizados, desde o início da constituição da região da Borborema ou pólo da Borborema e mais recentemente Território da Borborema, por modelos diversificados de produção, policultivo, com predominância para a Agricultura familiar e geração de alimentos, conforme vemos no quadro abaixo.

Quadro 3 - Estabelecimentos da Agricultura Familiar no Território

Município	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Alagoa Nova	1.583	5.593	130	5.688
Algodão de Jandaíra	140	2.673	37	7.851
Arara	1.038	4.661	50	1.023
Areia	1.727	7.429	327	14.536
Areial	547	2.252	51	1.013
Borborema	263	1.175	35	1.118
Campina Grande	1.806	7.246	332	21.455
Casserengue	753	6.078	40	5.301
Esperança	1.775	6.332	141	3.749
Lagoa Seca	1.592	4.721	228	14.026
Massaranduba	1.809	5.452	166	12.701
Matinhas	736	2.624	82	1.008
Montadas	477	1.509	50	1.218
Pilões	684	2.749	78	2.435
Puxinanã	833	3.333	119	1.680
Queimadas	3.299	11.156	315	13.320
Remígio	896	5.125	63	6.963
São Sebastião de Lagoa de Roça	1.398	3.473	106	918

[2] O Desenvolvimento Humano é um conceito utilizado pelo Programa das Nações Unidas – UPNUD, que serve de base para compor o Relatório de Desenvolvimento Humano, que é publicado anualmente, por esse órgão e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O IDH-M é o Índice do Desenvolvimento Humano Municipal, que mostra o Índice de desenvolvimento em cada Município do Brasil. O IDH é um índice que varia entre 0 e 1, enquanto mais próximo de 1 significa que o município de um índice de desenvolvimento maior.

Serra Redonda	930	2.513	194	1.333
Serraria	672	2.524	115	4.179

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, extraído do PTCP da Banana – 2012.

De acordo com dados do IBGE, existia no Território da Borborema, no ano de 2007, 24.826 estabelecimentos rurais entre 2 e 200 hectares, com área total é de 267.943 há, porém, o maior número de estabelecimentos estava na faixa entre 2,0 e 10,0 hectares, estes representavam 87,1% dos estabelecimentos, revelando uma grande presença das unidades voltadas para a agricultura familiar.

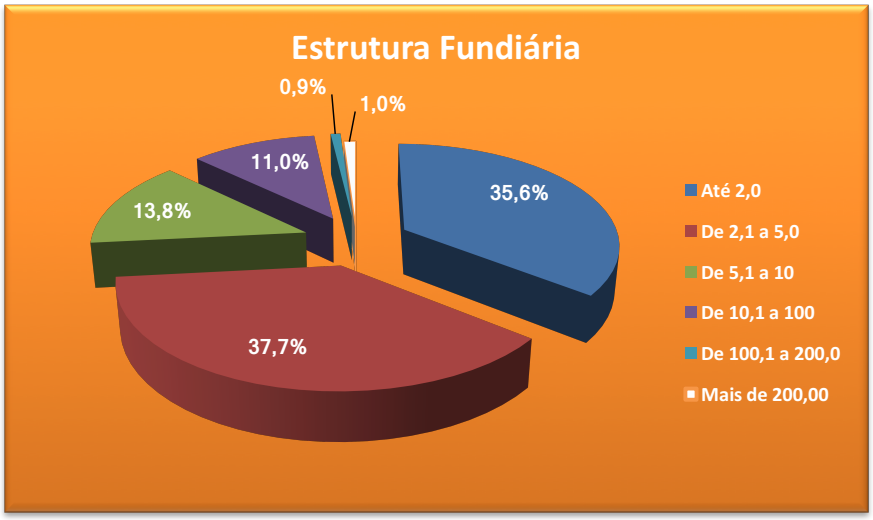
A concentração de terras na região ainda é significativa, pois dos 18.212 estabelecimentos rurais que têm áreas entre 2,0 e 5,0 ha, detém apenas 13,2% das terras, enquanto os 254 estabelecidos que têm área maior que 200 ha, concentram 43,6% do total de terras do Território.

Quadro 4 - Estrutura fundiária do Território

GRUPO DE ESTABELECIMENTO POR ÁREA	ESTABELECIMENTOS RURAIS		AREA	
	Nº	%	há	%
Até 2,0	8.842	35,6%	8.571	3,2%
De 2,1 a 5,0	9.371	37,7%	26.901	10,0%
De 5,1 a 10	3.419	13,8%	48.708	18,2%
De 10,1 a 100	2.726	11,0%	38.270	14,3%
De 100,1 a 200,0	214	0,9%	28.760	10,7%
Mais de 200,00	254	1,0%	116.733	43,6%
TOTAL	**24.826**	**100%**	**267.943**	**100%**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, extraído do PTCP da Banana – 2012.

Gráfico 1 - Estrutura Fundiária no Território



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, extraído do PTCP da Banana – 2012.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – **PTDRS**, "Esse Território desde o período inicial de ocupação caracterizou-se pela força de uma policultura diversificada complementada pela criação extensiva de gado, pela presença das relações de trabalho pré-capitalistas, em especial, do sistema morador e pelo forte adensamento populacional. Assim, na região ocorreram vários ciclos econômicos como do fumo, do café, do sisal e também da cana-de-açúcar.

Desde o início do povoamento da região, a Agricultura familiar desempenhou um papel importante, pois esteve sempre voltada à produção de alimentos diversos (fruticultura, milho e feijão, mandioca, horticultura, criação animal, etc.) para atendimento às necessidades das populações locais. Ou seja, o Litoral se especializou na produção da cana de açúcar para o mercado externo, o Sertão na criação de gado e o Agreste/Borborema na produção de alimentos, portanto a Agricultura familiar estava à margem do modelo de desenvolvimento nas duas primeiras regiões citadas.

Assim sendo, o território configurou-se como um espaço de policultivo familiar, dando vazão às necessidades tanto do Sertão, como do Litoral (farinha, grãos, frutas, etc.). Os quadros abaixo dão uma ideia dessa diversidade.

Quadro 5 - Produção das principais culturas no Território - 2000 a 2010.

PRODUTOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Milho em grão	10086	1086	3172	6196	7501	6664	8210	10199	10749	5565	1691
Mandioca	34122	34244	29170	31195	34028	25502	30605	33688	28820	24907	25436
Feijão em grão	15842	3094	5384	9261	13379	10390	13291	13765	14612	7439	1749
Fava em grão	3090	1001	1195	2069	1765	1623	2175	1958	2316	1799	961
Cana de açúcar	28214	52323	51132	52628	60027	70037	79045	107539	65037	65037	48056
Batata Inglesa	5256	702	1762	3853	2482	2346	2953	2011	1932	1792	832
Batata doce	4056	3061	2837	3811	4342	4590	4244	5000	4123	5070	4862
Algodão herbáceo (caroço)	581	40	22	158	708	673	290	136	67	99	20

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, extraído do PTCP da Banana – 2012.

Quadro 6 - Produção das culturas permanentes no Território, no período 2000 a 2010 (ton).

CULTURA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Manga	38360	7125	5684	5549	4390	4410	4610	4730	4730	4712	4598
Mamão	636	425	525	712	686	692	842	824	824	824	764
Limão	2895	338	514	536	870	1022	933	933	1610	1850	1340
Laranja	20536	4538	4536	3948	3440	3569	3329	3329	3466	4216	3758
Coco	2313	2438	2436	2722	2777	2777	3018	3019	3080	3021	2899
Banana	12390	157557	179568	174711	182861	165929	160197	152972	162546	165496	109600
TOTAL	**77130**	**172421**	**193263**	**188178**	**195024**	**178399**	**172929**	**165807**	**176256**	**180119**	**122959**

A Agricultura familiar nesse território, contou com pouco apoio, por parte das entidades governamentais em todas as esferas, mas mesmo assim, resistiu e hoje, é a base de movimentação econômica da região.

A falta de acesso ao conhecimento e inovações técnicas, o pouco incentivo ao desenvolvimento tecnológico, a falta de assessoria técnica e extensão rural voltada para o setor, falta de alternativa para desenvolver uma agropecuária sustentável fez com que, o setor não evoluísse e permanecesse quase que no mesmo patamar dos primórdios do povoamento da região.

O Governo Federal tem feito muito, no sentido de melhorar o serviço público de Assistência Técnica Estadual, mas esse estava muito sucateado, do ponto de vista estrutural e com poucos profissionais e os que existiam estavam desmotivados.

Não existem dados oficiais de quantos agricultores familiares do território são atendidos de forma direta pela assistência governamental, mas em levantamento junto às entidades representativas dos agricultores, como os sindicatos, os mesmos colocaram que a assistência que é prestada pelo órgão oficial, resume-se a elaboração de projeto produtivos, do PRONAF e a aplicação das políticas governamentais, como: os programas de distribuição de sementes compra direta, entre outros. Não existindo um acompanhamento direto as famílias.

Nos últimos anos o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário vem dando um suporte ao desenvolvimento da Agricultura Familiar, com a compra e doação de máquinas e equipamentos para apoiar esse setor.

Os **Projetos de Assentamentos** totalizam 35 unidades[3], sob a responsabilidade do INCRA e esses vem recebendo assessoria técnica desde o ano de 2008 pela COONAP, em diversos contratos com o INCRA, conforme quadro abaixo.

Quadro 7 - Assentamentos do INCRA no território, assistido pela ATES em 2013.

Nº	PA	MUNICIPIO	TERRITÓRIO	FAM
1	ESPERANÇA	AREIA	Borborema	40
2	SOCORRO			44
3	UNIÃO			56
4	CICERO ROMANO	AREIAL		11
5	CICERO ROMANO II			2
6	CICERO ROMANO/LAGAES			35
7	EMANUEL JOAQUIM			27
8	JOSÉ ANTONIO EUFROSINO	CAMPINA GRANDE		98
9	SANTA CRUZ			52
10	VENÂNCIO TOMÉ			43
11	VITÓRIA			37
12	CICERO ROMANO I	ESPERANÇA		52
13	IMBIRAS	MASSARANDUBA		79
14	CAJÁ DE MATINHAS	MATINHAS		29
15	CHÃ DE BÁLSAMO			42
16	REDENÇÃO	PILÕES		94
17	SANTA MARIA			27
18	SÃO FRANCISOCO I			28
19	TABOCAL			16
20	VENEZA			26
21	CAJAZEIRAS	SERRARIA		49
22	CAMPO VERDE II			33
23	SÃO FRANCISOCO III	SOLANEA		55
24	CACHOEIRA GRANDE	AROEIRAS	Extra território	33
25	BOM JESUS I	BARRA DE SÃO MIGUEL		20
26	NOVO CAMPO			23
27	ANTONIO PAULO	BOA VISTA		44
28	SERRA DO MONTE	CABACEIRAS		69
29	DORCELINA FOLADOR	CUBATI		26
30	SÃO DOMINGOS I			30
31	BELO MONTE	PEDRA LAVRADA		52
32	OLHO D'AGUA	SERIDÓ		29

[3] O Lote da Borborema, de acordo com as configurações organizadas pelo INCRA, é formado por 35 assentamentos, onde apenas 23 estão nos municípios que formam o território da Borborema, dentro da discussão de Territorialidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Essa foi a configuração até o ano de 2013.

Nº	PA	MUNICIPIO	TERRITÓRIO	FAM
33	JOÃO PEDRO TEIXEIRA	MOGEIRO	Mata Sul	32
34	CAMPOS	SALGADO DE S. FÉLIX		128
35	SITIO SOUZA			48
TOTAL				**1509**

Fonte: INCRA-SR-18

Quadro 8 - Assentamentos que serão assistidos em 2014.

Nº	PA	MUNICIPIO	TERRITÓRIO	FAM
1	ESPERANÇA	AREIA	Borborema	40
2	SOCORRO			44
3	UNIÃO			56
4	CICERO ROMANO	AREIAL		11
5	CICERO ROMANO II			2
6	CICERO ROMANO/LAGAES			35
7	EMANUEL JOAQUIM			27
8	JOSE JOVEM	BOA VISTA		40
9	JOSÉ ANTONIO EUFROSINO	CAMPINA GRANDE		98
10	PEQUENO RICHARD			50
11	SANTA CRUZ			52
12	VENÂNCIO TOMÉ			43
13	VITÓRIA			37
14	IMBIRAS	MASSARANDUBA		79
15	CAJÁ DE MATINHAS	MATINHAS		29
16	CHÃ DE BÁLSAMO			42
17	BOM JESUS I	BARRA DE SÃO MIGUEL	Cariri Oriental	20
18	NOVO CAMPO			23
19	ANTONIO PAULO	BOA VISTA		44
20	SERRA DO MONTE	CABACEIRAS		100
21	TRINC. DE CARNOIÓ	R. DE SANTO ANTONIO		37
22	ASA BRANCA	COXIXOLA	Cariri Ocidental	34
23	PINHEIROS			19
24	BOA VISTA			31
25	DORCELINA FOLADOR	PEDRA LAVRADA / CUBATI	Seridó	26
26	SÃO DOMINGOS I			30
27	BELO MONTE			52
28	GRAVATÁ	POCINHOS	CURIMATAÚ	27
29	PRIMEIRO DE MAIO I			17
30	OLHO D'AGUA	SERIDÓ	SERIDÓ	29
31	CACHOEIRA GRANDE	AROEIRAS	Vale do Paraíba	33
TOTAL				**1207**

Fonte: Chamada pública 01/2014, INCRA-SR/18

Com o trabalho que vem sendo desenvolvido, nos assentamentos que estavam sendo atendidos pela COONAP, muitos avanços estão sendo obtidos, seja na área social, ambiental e produtiva e de outras parcerias, conforme podemos perceber nas informações a seguir.

Quadro 9 - Situação PRONAF Estiagem 2013.

PA	PRONAF- Estiagem				
	Nº de Propostas Coletadas	Nº Projetos elaborados	Encaminhados ao Banco	Aprovados pelo Banco	Crédito liberado
BOM JESUS	16	16	16	7	7
NOVO CAMPO	15	14	14	5	5
SÃO FRANCISCO III	15	13	13	13	6
IMBIRAS	5	5	3	3	0
CACHOEIRA GRANDE	5	5	3	1	1
ANTONIO PAULO	13	12	8	0	0
CAJÁ DE MATINHAS	8	8	4	4	2
CAMPOS	8	8	8	1	1
JOSÉ ANTONIO EUFROUZINO	15	15	15	9	9
SERRA DO MONTE	3	1	1	0	0
UNIÃO	21	21	21	5	5
DORCELINA	4	0	0	0	0
SOCORRO	23	20	14	10	2
ESPERANÇA	21	13	13	3	0
JOÃO PEDRO TEIXEIRA	3	1			
REDENÇÃO	84	84	62	60	40
VENEZA	5	5	1	1	1
TABOCAL	12	12	12	12	8
SÃO FRANCISCO I	20	20	20	14	14
SANTA MARIA	5	3	0	0	0
BELO MONTE	10	10	10	5	5
OLHO DÁGUA	12	12	12	12	11
VITORIA	4	2	2	0	0
TOTAL	**327**	**300**	**252**	**165**	**117**

Fonte: Dados da COONAP

Quadro 10 - Situação PRONAF A - 2013

PA	PRONAF- A				
	Nº de Propostas Coletadas	Nº Projetos elaborados	Encaminha-dos ao Banco	Aprovados pelo Banco	Crédito liberado
CAMPOS	1	1	1	1	1
IMBIRAS	2	2	2	0	0
REDENÇÃO	3	3	3	3	3
CAJAZEIRAS	7	3			
CAMPO VERDE	1	1			
JOSE ANTONIO EUFROUZINO	8	8			

TOTAL	**22**	**18**	**6**	**4**	**4**

Fonte: Dados da COONAP

Foi realizado o processo de renegociação de dívida, beneficiando 150 famílias, que abrirá novas demandas para o ano de 2014.

Quadro 11 - Projetos apoio mulher elaborados 2013.

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	ATIVIDADE	QUANTIDADE DE MULHERES
José Antônio Eufrozino	Campina Grande	Ovinocultura	43
São Domingos I	Cubati	Ovinocultura	9
		Horticultura	5
Imbiras	Massaranduba	Avicultura	3
		Ovinocultura	7
Belo Monte	Pedra Lavrada	Ovinocultura	19
		Avicultura	3
Santa Cruz	Campina Grande	Avicultura	24
		Suinocultura	5
Vitória	Campina Grande	Ovinocultura	14
Olho D'água	Seridó	Beneficiamento de Frutas	14
Dorcelina Folador	Cubati	Fabricação de Bolos e Biscoitos	7
Novo Campo	B. de São Miguel	Ovinocultura	15
Bom Jesus	B. de São Miguel	Ovinocultura	9
Emanuel Joaquim	Areial	Horticultura	6
TOTAL			**183**

Fonte: Dados da COONAP

Quadro 12 - Produtos comercializados - PAA, PNAE e Feiras

PA	MUNICÍPIO	PRODUTO	PROGRAMA	N° DE FAMILIAS
Dorcelina Folador	Cubati	Bolo	PNAE	2 famílias
Olho d'Água	Seridó	Poupa de fruta	PNAE	1 família
São domingos I	Cubati	Bolo	PNAE	2 famílias
		Verduras	PAA	2 famílias
Imbiras	Massaranduba	Frango	PNAE	17 Famílias
		Macaxeira	FEIRA	
		Inhame		
		Bolos		
Novo campo	B. De são Miguel	Ovos	PNAE	1 Família
		Verduras		
Emanoel Joaquim	Areia	Frutas	PAA	3 Famílias
		Hortifrutigrangeiros	FEIRA	3 Famílias
União	Areia	Hortifrutigrangeiros	FEIRA	5 Famílias

		Hortifrutigrangeiros	PAA	21 Famílias
		Frango	PNAE	3 Famílias
		Fruta	PAA	2 Famílias
Esperança	Areia	Hortifrutigrangeiros	PAA	3 Família
Redenção	Pilões	Hortifrutigrangeiros	PAA/	1 Família
			FEIRA	2 Família
Socorro	Areia	Hortifrutigrangeiros	Feira do Agricultor	1 Família

Fonte: Dados da COONAP

Quadro 13 - Projetos para o COOPERAR

ASSENTAMENTO	ATIVIDADE	SITUAÇÃO
UNIÃO	CASA DE FARINHA	EM EXECUÇÃO
BOM JESUS I	CAPRINOCULTURA	EM ELABORAÇÃO
ESPERANÇA	POMAR 4 há	EM ANÀLISE
SOCORRO	RECUPERAÇÃO DO ENGENHO	EM ANALISE
EMANOEL JOAQUIM	MINI ADUTORA	APROVADO PELO CONSELHO E SERÁ ENCAMINHADO PARA ANALISE

Fonte: Dados da COONAP

Quadro 14 - Projetos para o Terra Sol

ASSENTAMENTO	MUJNICÍPIO	ATIVIDADE	CONDIÇÃO
OLHO D'ÁGUA	SERIDÓ	APICULTURA	APROVADO
SANTA CRUZ	CAMPINA GRANDE	RESTAURANTE RURAL	APROVADO

Fonte: Dados da COONAP

Quadro 15 - Projeto PROCASE

ASSENTAMENTO SEDE	ATIVIDADE	SITUAÇÃO	
NOVO CAMPO	OVINOCAPRINOCULTURA	APROVADO	

Fonte: Dados da COONAP

Quadro 16 - Grupos Criados

ASSENTAMENTO	ATIVIDADE	PÚBLICO	Nº DE PESSOAS
ANTONIO PAULO	PRODUTOS DE LIMPEZA	MULHERES	5
BELO MONTE	FUNDO ROTATIVO DE DINHEIRO	MISTO	16
BOM JESUS I	COLERIVO DE TRABALHO GERAL	MISTO	10
CAMPO VERDE II	BENEFICIAMENTO DE FRUTAS	MISTO	12
CAMPOS	BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS	MULHERES	12
CAMPOS	APICULTURA	HOMENS	9
CICERO ROMANO	FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DE TELAS	MISTO	5

EMANUEL JOAQUIM	PLANTAS MEDICINAIS E REMEDIOS CASEIROS	MULHERES	5
EMANUEL JOAQUIM	COLETIVO DE TRAB.- AGRICULTURA E PECUÁRIA	MISTO	8
ESPERANÇA	BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS	MULHERES	10
JOAO PEDRO TEIXEIRA	APICULTURA	HOMENS	3
JOAO PEDRO TEIXEIRA	BENEFICIAMENTO DE FRUTAS	MULHERES	6
JOSÉ ANTONIO EUFROUZINO	COLETIVO DE TRABALHO- UNIDOS NO CAMPO	MISTO	11
JOSÉ ANTONIO EUFROUZINO	FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DE TELAS	MISTO	13
NOVO CAMPO	CAMPO DE PALMA RESISTENTE	HOMENS	5
NOVO CAMPO	COSTURA	MISTO	7
OLHO D'ÁGUA	BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS	MISTO	14
REDENÇÃO	AREA COLETIVA	HOMENS	16
SANTA MARIA	UD HORTICULTURA	MISTO	8
SÃO DOMINGOS I	FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DE TELAS	MISTO	15
SÃO FRANCISCO III	AREA COLETIVA DE PALMA	HOMENS	10
SÍTIO SOUZA	COLETIVO AGRICOLA TURMA DA CACHAÇA	HOMENS	6
SÍTIO SOUZA	CULTURA	JOVENS	20
TABOCAL	COLETIVO DE TRABALHO- AGRICULTURA E PECUÁRIA	HOMENS	6
VENEZA	ARTESANATO	MULHERES	15
VITÓRIA	TRABALHO COLETIVO GERAL	HOMENS	10
VITÓRIA	BENEFICIAMENTO DE ALIMENTOS	MULHERES	7
SERRA DO MONTE	FRS DE TELAS	HOMENS	11
SERRA DO MONTE	CONFECÇÃO DE TAPETE	MULHERES	5
SÃO FRANCISCO I	CULTIVO DA BANANA AREA COMUNITÁRIA	HOMENS	8
IMBIRAS	PANIFICAÇÃO NA UD	MISTO	12
TOTAIS		**31**	**300**

Fonte: Dados da COONAP

Quadro 17 - Unidades Demonstrativas Instaladas

TIPO	PA	ANO
Barragem subterrânea	Bom Jesus I	2012
Casa de mel	Campos	2012
Biodigestor	Santa Cruz	2012
Campo de multiplicação de palma e manejo da caatinga	Novo Campo	2012
Sistema de Produção Adaptada ao Semiárido	Cachoeira Grande	2012
Beneficiamento de Alimentos	Imbiras	2013
Beneficiamento de Alimentos	Vitória	2013
Espaço artesanal	Veneza	2013
Sistema para horticultura	Santa Maria	2013

Fonte: Dados da COONAP

Quadro 18 - Feiras desenvolvidas e Acompanhadas

PA	Número de assentados	Produtos comercializados nas feiras	Local de comercialização
União	5	Hortaliças – frutas – bolos	Feira livre / Areia
Socorro	1	Hortaliças – frutas – bolos	Feira livre / Areia
Emanuel	3	Frutas – feijão – milho – macaxeira – hortaliças – jerimum	Feira agroecológica - Remígio
Redenção	2	Hortaliças - banana	Feira livre / Pilões
Tabocal	1	Jerimum – banana – hortaliças – macaxeira -	Feira livre / Alagoinha
Santa Maria	5	Hortaliças	Feira livre / Pilões
Cajazeiras	2	Caldo de cana – hortaliças - frutas	Feira livre / Borborema
Campo Verde II	1	Hortaliças – feijão – macaxeira -	Feira livre / Serraria
João Pedro Teixeira	7	Macaxeira, amendoim, bolo, caldo de cana, sucos, farinha, milho, xerém, mel, galinha caipira	Feira Livre/Mogeiro
Veneza	1	Feijão verde, coco, jerimum	Feira livre / Pilões
São Domingos I	1	Frutas, hortaliças, feijão	Feira livre / Cubatí/ Pedra Lavrada/ São Vicente do Seridó
Imbiras	6	Laranja, hortaliças, mudas, milho	Feira livre / Massaranduba
TOTAL	**33**	**19 tipos de produtos**	**11 municípios**

Fonte: Dados da COONAP

Essas são algumas ações que estão sendo desenvolvidas pela equipe de Assessoria Técnica Social e Ambiental da COONAP. A grande maioria dessas ações/atividades, são de caráter continuado, necessitando de apoio frequente, por parte da entidade de assessoria técnica. Essas ações/atividades, apesar de apresentarem bons resultados, são consideradas incipientes, ainda. São fruto desse trabalho continuado, que vem sendo desenvolvido pela COONAP, nos últimos 5 anos. Essas ações, vão em sua maioria, aumentando o grau de complexidade, exigindo assim, maior atenção por parte da equipe técnica e da instituição, justificando assim, a redução de famílias que vêm sendo acompanhadas por técnico.

Existem avanços significativos que são perceptíveis, conforme dados acima. Mas a entidade, a partir desse novo contrato, precisará avançar na organização e sistematização dos dados, de forma mais individualizado, seja em nível de assentamento, bem como, por unidade familiar, podendo assim, ter maior clareza do processo de intervenção, como também, apresentar maiores resultados produtivos, por unidade de produção familiar.

Manter atualizado o SIGMA – Sistema de Informações, Gestão e Monitoramento de Projetos de Assentamentos, que já está implantado e disponível pelo INCRA/IDS é de fundamental importância, para obtenção de dados das famílias e das unidades de produção. Até 2013, a

COONAP, já tinha atualizado aproximadamente 94% dos questionários familiares no Sistema, não atingindo a totalidade devido à ausência de algumas famílias nas áreas, para 2014, as informações precisam ser finalizadas, bem como, atualizadas.

O momento agora é de avançar nas atividades que já estão em desenvolvimento, como também, avançar em atividades coletivas que ainda não foram avançadas e que, estão colocadas em alguns Planos dos assentamentos, sejam eles de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA´s), Recuperação de Assentamentos (PRA´s), Aptidões ou outros. Avançar no apoio ao desenvolvimento das unidades de produção familiar é um desafio posto e constante que, pela sua dimensão e diversidade, requer um empenho muito grande da equipe e uma multidisciplinariedade de atividade, o que está sendo suprida na chamada.

5. Metodologia

Com o intuito de dar continuidade e avançar no envolvimento dos participantes e atores locais nas atividades[4], propomos a partir da concepção de ação/reflexão Freire (1987), despertar nos envolvidos a corresponsabilidade pela qualidade das relações existentes entre os seres humanos e deste com o seu ambiente.

Partimos do pressuposto que é preciso que as ações desenvolvidas no meio rural sejam construídas por um processo fundamentado na problematização que, segundo FREIRE (1977), "é o processo pelo qual, na relação sujeito-objeto, o sujeito se torna capaz de perceber, em termos críticos, a unidade dialética entre ele e o objeto" (p. 139). Por isso não há conscientização fora da unidade teoria-prática, reflexão-ação.

Somente com homens e mulheres atuantes nas suas ações e conhecedores da sua realidade é possível agir de forma consciente, através do diálogo, para uma transformação cultural, onde as pessoas sejam vistas como participantes do processo transformador.

Desse modo, sugerimos o uso de práticas metodológicas ***participativas*** no processo de assistência técnica, pois as mesmas estimulam a participação das pessoas na sua realidade. Para isso, utiliza métodos e técnicas que visam facilitar a participação da população de forma crítica e consciente. No entanto, deve-se ter o devido cuidado na utilização de metodologias participativas,

[4] Entendemos como participantes os técnicos/as, famílias envolvidas, com suas especificidades, equipe de articulação e equipe do INCRA, como atores locais, instituições, conselhos, entidades de classes e outros que têm atuação no âmbito território.

pois não se deve focalizar a técnica em si, mas também os valores culturais no sentido de evitar que as populações rurais “simplesmente tomem parte naquilo que outro define para elas como sendo bom, como sendo válido, como sendo necessário" (PINTO, 1987:77).

Diante da discussão teórica acima, a equipe técnica já vem atuando como mobilizadores e facilitadores dos processos de desenvolvimento juntamente com a população, para tanto, vêm contribuindo para o melhoramento e desenvolvimento das ações previstas, assim a abordagem proposta nesse projeto de Assessoria Técnica, Social e Ambienta, nos temas trabalhados como um todo estarão, como vem sendo feito, norteados em princípios como:

Vinculação das ações de assistência técnica – a ação vinculada às ações ***territoriais***, observação aos planos, projetos do município, ***território***; participação nos arranjos organizacionais existentes são ações que já vem sendo desenvolvidas e que continuarão, de forma mais intensiva.

Equipe multidisciplinar e assessorias especializadas – Para alcançar os objetivos que estão sendo propostos, a entidade está apresentando uma equipe técnica multidisciplinar, conforme o edital está solicitando, bem como, está firmando parcerias com outras entidades e pessoas físicas, no sentido de contribuir em áreas que essa equipe não atenda, do ponto de vista técnico.

Participação ampla - Será dada continuidade a participação ampla entre equipe técnica e beneficiários da ação, bem como a multidisciplinariedades de saberes, congregando saberes dos técnicos com dos agricultores familiares, integrando as atividades e experiências desenvolvidas, com ações de caráter mais amplo, como as atividades desenvolvidas pelo ***INCRA e equipe de articulação.***

Gestão democrática – Potencializa, cada vez mais, a ampla participação dos diversos segmentos envolvidos nas decisões/ações, bem como, fomentar o controle do processo e do produto do trabalho pelos envolvidos, permitindo assim, maior ***participação popular e gestão social***

Respeito das diversidades – Como já vem sendo desenvolvida será oportunizada e potencializada a participação com qualidade das diversas categorias existentes nas Unidades de produção Familiar, como a igualdade de gênero, raça, etnia, geração.

Com base nesses princípios norteadores, as ações continuarão atentando para conhecer o cotidiano das pessoas, trocar informações e saberes, valorizando o conhecimento local e aplicar algumas ferramentas e técnicas para auxiliar na resolução dos problemas identificados.

A clareza da metodologia e a organização de instrumentos que auxiliem nesse processo, são de fundamental importância, de modo que, durante o processo de intervenção junto à família deve-se olhar, principalmente para etapas como:

- ✓ A construção/atualização de diagnóstico para identificar e entender melhor o problema;
- ✓ Planejamento das ações para organizar o que já está sendo e o que vai ser feito;
- ✓ A implementação das ações para solucionar o problema;
- ✓ A avaliação do processo para fazer os ajustes e recomeçar.

Esse processo de pesquisa-planejamento-ação vem sendo construído em etapas, elas devem acontecer simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo em que se pesquisa para conhecer determinada situação, identifica os problemas, planeja e realiza uma ação.

Gráfico 2 - Ciclo da metodologia



Com base no que foi descrito para o alcance das ações e atividade realizadas está sendo propostos métodos e técnicas, diferenciados de acordo com as suas especificidades. Lembramos que nesse primeiro momento do projeto, serão desenvolvidas poucas atividades, conforme consta abaixo, pois, visando seguir o que está proposto no edital, após contratação da entidade, serão realizadas oficinas de planejamento, com as áreas de assentamentos onde serão levantadas, com base nas especificidades de cada uma, suas demandas, considerando os eixos apresentados na chamada pública.

Eixo Monitoramento e Avaliação

- ✓ **Oficina de Apresentação da proposta para os assentados**

Será um momento onde a entidade apresentará para o projeto de Assentamento, sua proposta de atuação para continuação das atividades de ATES no PA, fazendo levantamento, junto aos assentados das demandas existentes no PA, e suas priorizações.

Eixo Acompanhamento Regular às Famílias

- ✓ **Visitas Técnicas às Unidades de Produção Familiar.**

Para facilitar o processo de Assessoria Técnica Social e Ambiental junto às famílias será necessário que a equipe técnica mantenha maior relação com as mesmas, fazendo interação de forma mais constante com as famílias para que, possa conhecer seus desejos, anseios e perspectivas, facilitando assim a intervenção da equipe junto à família e o assentamento como um todo.

Serão realizada no mínimo 3 visitas as famílias e suas unidades de produção que estão morando de forma definitiva, bem como produzindo nos assentamentos.

As visitas a serem realizadas terão como enfoques principais: o social, mais relacionado à família; o produtivo, com foco na área produtiva/ambiental à UPF e como terceiro enfoque a questão organizacional das famílias, como grupos existentes, organizações do PA, entre outros.

O número de 3 visitas por família é uma média, tendo em vista o processo de desenvolvimento que as mesmas se encontram, pode definir que terão famílias que serão visitadas mais vezes e famílias que não serão visitadas, por exemplo aquelas famílias que não estão desenvolvendo atividades nos PA´s.

Após os eventos de apresentação e planejamento das atividades, a entidade apresentará um **Plano de execução**, com base em orientação do INCRA, descrito no edital, onde atenderá os eixos de:

- ✓ Monitoramento e avaliação;
- ✓ Sociocultural;
- ✓ Econômico/produtivo;
- ✓ Ambiental;
- ✓ Político institucional;
- ✓ Tecnológico;
- ✓ Comunicação

6. Monitoramento das ações

Como parte do processo metodológico, o monitoramento das ações e atividades é de fundamental importância, pois é com base nesse acompanhamento que é possível, avaliar os resultados alcançados ou não, fazer adequação e mudanças no plano de execução, bem como em todo o projeto.

O monitoramento será pensado, inicialmente em 3 momentos:

1 – Monitoramento das atividades/ações

Para essa processo será realizado a plataforma do SIGMA - Sistema de Informações, Gestão e Monitoramento de Projetos de Assentamentos, com seu módulo de informações das famílias, unidade de produção e do projeto de assentamento, bem como, o modulo de acompanhamento e monitoramento das atividades em execução. Neste quesito teremos como resultados:

- Relatórios semestral, de dados das famílias, UPF´s e do PA como um todo;
- Relatórios de acompanhamento das atividades que estão planejadas e em execução.

1 – Avaliação dos Resultados

Essa etapa visa avaliar o atingimento dos resultados intermediários nos aspectos de qualidade e quantidade, oferecendo assim, uma análise de dados atualizados dos assentamentos, através do SIGMA.

- Relatório de Análise dos Dados do SIGMA;
- Relatório do Alcance dos Resultados Intermediários e cumprimento de metas, para as executora.

2 – Controle Social

Este item tem como objetivo principal oferecer oportunidades de discussão com os atores sociais envolvidos no processo, empoderando-os para que possam contribuir com o processo de decisão em questões estratégicas para o programa de ATES, fazendo interface com as ações internas e externas do INCRA/PB. Para tanto teremos como resultados:

- Síntese das deliberações de Controle Social;
- Formação de Instâncias de Controle Social;

Além desses mecanismos, será feito um monitoramento de todas as atividades que estão ou serão executadas, gerando assim, para cada atividade:

- Relatório escrito e com demonstração visual (fotos);
- Lista de presença;
- Ficha de visita, para as visitas as famílias, UPF, grupos e entidades organizativas;
- Relatórios de sistematização de dados.

Alguns desses mecanismos serão apresentados com regularidade a entidade contratada, conforme reza na chamada pública e, alguns desses relatórios e documentos serão de uso interno da entidade para avaliar os resultados de suas atividades.

Será feito também, acompanhamento constante, por parte da coordenação técnica e da entidade das atividades, realizando assim reuniões com a equipe, para avaliar resultados, reajustar metas, entre outros.

6.1 Outras informações sobre o projeto:

Quadro 19 - Resumo financeiro do projeto

Valor do Projeto	Outras informações	
R$ 3.198.970,40	**Início**	Abril – 2015
	Término	Março - 2016
	Quantidade de PA´s	31
	Famílias	1207

7. Apresentação institucional:

7.1 Informações resumidas da entidade e representante legal

Quadro 20 - Dados da entidade

Órgão ou entidade proponente			**CNPJ/MF**		**Nº Credenc. SIATER**
COOPERATIVA DE TRABALHO MÚLTIPLO DE APOIO AS ORGANIZAÇÕES DE AUTOPROMOÇÃO.			70064142/0001-06		287/09-2010
Endereço			**Cidade**	**UF**	**CEP**
Rua: Duque de Caxias, 83 Bairro: Prata			Campina Grande	PB	58400-506
DDD/Telefone	**DDD/FAX**	**Home page**	**E-mail**		
(83) 3321 – 3014	(83) 3321 – 3014		coonap_cg@yahoo.com		
Responsável			**RG/Órgão expedidor**		**CPF**
Jonas Marques de Araújo Neto			195.096 SSP/PB		065.547.095-68
Cargo/Função				**E-mail**	
Presidente			coonapcg@gmail.com		
Endereço			**Cidade**		**UF**
Rua do Sol, 504 – Bairro: Quarenta			Campina Grande		PB

8. Equipe técnica

Quadro 21 - Equipe técnica Ciências agrárias

AREAS	ORDEM	NOME DO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA	Nº DE REGISTRO DE CLASSE
Ciências Agrárias/ Nível Superior	1	JOSÉ DINIZ DAS NEVES	ENGENHEIRO AGRÍCOLA	CREA 110376298-2
	2	HUGO DA COSTA ARAÚJO	AGRONOMIA	CREA 160211079-4
	3	JESSÉ ARTHUR BATISTA DOS SANTOS	AGRONOMIA	CREA 160660982-3
	4	SPACHSON MELO DE SOUZA	MESTRE EM ENG. AGRÍCOLA	CREA 160769692-4
	5	MIGUEL DAVID DE SOUZA NETO	AGRONOMIA	CREA 160565671-2
	6	PAULA CRISTIANE DA SILVA LIMA	LICENCIADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CREA 160916052-5
	7	HILDEBRANDO RIBEIRO NETO	MÉDICO VETERINÁRIO	CRMV PB0338-VP
	8	JANDUY SILVA MARINHO	MÉDICO VETERINÁRIO	CRMV PB 00133-VP
	9	FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO	ENGENHEIRO CIVIL	CREA 161258497-7
	10	JORGE JACÓ ALVES MARTINS	ENGENHEIRO AGRÍCOLA	CREA 161389411-2

Quadro 22 - Relação de técnicos de nível médio

AREAS	ORDEM	NOME DO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA	Nº DE REGISTRO DE CLASSE
Ciências Agrárias/Nivel Médio	1	GUSTAVO QUEIROZ LAURENTINO	TÉCNICO AGRÍCOLA	CREA 1019597/2014
	2	FLÁVIO APOLINÁRIO DE OLIVEIRA	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	CREA 1036142/2015
	3	JOSINO BARBOSA DA SILVA NETO	TÉCNICO EM AGRICULTURA	CREA 160912389-1
	4	JOSIEL CARLOS FELIPE DA SILVA	TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	CREA 161055692-5
	5	ERIOSVALDO PEREIRA DE MEDEIROS	TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	CREA 161159476-6
	6	PATRICK CUSTODIO ARAUJO	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	CREA 160962706-7
	7	TIAGO RAMON DE ANDRADE DANTAS	TÉCNICO AGRÍCOLA	CREA 161239127-3
	8	BRUNO FERRAZ DE LIMA	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	CREA 161183123-7

Quadro 23 - Relação de técnicos da área social

AREAS	ORDEM	NOME DO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA	Nº DE REGISTRO DE CLASSE
Ciências Social/ Econômico/ Cultural e Obras Civis	1	JÂNIO DE ARAÚJO OLIVEIRA	GEÓGRAFO	NÃO POSSUI
	2	ANA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA	SERVIÇO SOCIAL	CRESS 3153
	3	ROSEMARY DE SALES GOMES	SERVIÇO SOCIAL	CRESS 2613
	4	HERTA COSTA DUARTE DO RÊGO	SERVIÇO SOCIAL	CRESS 3043
	5	ANALUCIA SOUSA ALVES	SERVIÇO SOCIAL	CRESS 3458
	6	ROSÂNGELA MARIA MOTA VIDA DUARTE	LICENCIADA EM LETRAS	NÃO POSSUI
	7	CARMEN LUCIA ARAGÃO DE ARAUJO	PEDAGOGIA	NÃO POSSUI
Ciências Ambientais	1	ALINE VALÉRIA SOUSA DE MEDEIROS	MESTRE EM CIÊNCIAS FLORESTAIS	CREA 160951497-1

Quadro 24 - Coordenador Técnico

AREAS	ORDEM	NOME DO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO ACADÊMICA	Nº DE REGISTRO DE CLASSE
Coordenador Técnico	1	JONAS MARQUES DE ARAÚJO NETO	ECNOMISTA	CORECON 757
Consultor Técnico	2	MARIO DA SILVA GOMES FILHO	ECONOMISTA	CORECON

9. Resumo das atividades

Quadro 25 - Resumo Geral das atividades

EIXO	SERVIÇO	CÓDIGO	ATIVIDADE	QUANT
PLANEJAMENTO	Assessoria regular as famílias	A01	Visita individual as famílias	3621
PLANEJAMENTO	Assessoria regular as famílias	A02	Visita a grupos produtivos e sociais	62
PLANEJAMENTO	Gestão da informação	A03	Visita para atualização de dados	1.207
PLANEJAMENTO	Gestão da informação	A04	Levantamento de dados do PA	31
PLANEJAMENTO	Promoção de Atividades	A05	Oficina de apresentação das atividades nos assentamentos do Plano 2015/2016	31
PLANEJAMENTO	Monitoramento da execução física e avaliação de resultados	A06	Reuniões de avaliação das equipes técnicas	3
PLANEJAMENTO	Monitoramento da execução física e avaliação de resultados	A07	Fórum Intermediários de avaliação e Ajustes de Metas/Atividades	2
PLANEJAMENTO	Monitoramento da execução física e avaliação de resultados	A08	Fórum anual de avaliação dos resultados	1
PRODUTIVO	Acesso a crédito	A09	Reunião com agentes financeiros e instituições para levantamento situacional das famílias e renegociação de operações das famílias inadimplentes	2
PRODUTIVO	Acesso a crédito	A10	Elaboração de projetos para famílias aptas	150
PRODUTIVO	Fortalecer o processo de transição agroecológico	A11	Encontro de famílias que desenvolvem atividades agroecológicas	1
PRODUTIVO	Fortalecer o processo de transição agroecológico	A12	Intercâmbio para troca de saberes entres as famílias do núcleo territorial	6
PRODUTIVO	Fortalecer o processo de transição agroecológico	A13	Intercâmbio para troca de saberes das famílias do lote com outras regiões	1
PRODUTIVO	Fortalecer o processo de transição agroecológico	A14	Visitas técnicas de organização para os intercâmbios	8
PRODUTIVO	Fortalecer o processo de transição agroecológico	A15	Reunião com os agentes financeiros para discutir financiamento para a atividades agroecológica	1
PRODUTIVO	Fortalecer o processo de transição agroecológico	A16	Intercambio estadual sobre sementes crioulas	1
PRODUTIVO	Fortalecer o processo de transição agroecológico	A17	Seminário para estruturação da rede de sementes	1
PRODUTIVO	Manejo animal	A18	Curso modular em melhoramento genético de matrizes caprinovinos	3
PRODUTIVO	Manejo animal	A19	Curso modular em melhoramento genético de matrizes bovinos	3
PRODUTIVO	Manejo animal	A20	Curso modular sobre manejo pecuário e armazenamento de forragem	12
PRODUTIVO	Manejo animal	A21	Intercâmbio Estadual para Verificação in loco das atividades sustentáveis desenvolvidas.	1
PRODUTIVO	Manejo animal	A22	Oficina para qualificação do grupo sobre confecção de telas.	8
PRODUTIVO	Produção e Práticas Alternativas	A23	Curso modular de manipulação em produtos fitoterápicos	6
PRODUTIVO	Produção e Práticas Alternativas	A24	Oficina para Fortalecimento da Meliponicultura	6
PRODUTIVO	Produção e Práticas Alternativas	A25	Intercâmbio Estadual - Fortalecimento da Meliponicultura	1
PRODUTIVO	Certificação e Agregação de Valor à Produção	A26	Curso modular em certificação e Melhoraria na apresentação dos produtos não agrícolas	18
PRODUTIVO	Tipificação dos Sistemas Produtivos	A27	Visitas para levantamento de informações - Tipificação	50
PRODUTIVO	Tipificação dos Sistemas Produtivos	A28	Oficina de Apresentação do Produto	1
AMBIENTAL	Prática ambientais sustentáveis	A29	Oficina prática sobre reuso da água	31
AMBIENTAL	Prática ambientais sustentáveis	A30	Oficina sobre enriquecimento da caatinga	5
AMBIENTAL	Prática ambientais sustentáveis	A31	Oficina sobre Analise das sementes	3
AMBIENTAL	Prática ambientais sustentáveis	A32	Dia de campo - Coleta de sementes florestais.	1

EIXO	SERVIÇO	CÓDIGO	ATIVIDADE	QUANT
AMBIENTAL	Prática ambientais sustentáveis	A33	Oficina - Multiplicação de espécies nativas para implantação de cercas vivas	2
AMBIENTAL	Prática ambientais sustentáveis	A34	Parcelamento	3
SOCIO CULTURAL	Direitos Sociais Básicos	A35	Seminário sobre a Rede de Proteção Social Básica e Especial	3
SOCIO CULTURAL	Arte e Cultura	A36	Encontro Cultural Entre Grupos	1
SOCIO CULTURAL	Arte e Cultura	A37	Oficina de resgate e valorização da Cultura Popular	5
SOCIO CULTURAL	Arte e Cultura	A38	Oficina para confecção de brinquedos lúdicos e educativos	4
SOCIO CULTURAL	Inclusão Social das Famílias	A39	Dia de Campo para Viabilizar o Acesso a Serviços de Inclusão Social das Famílias (Ciranda de Direitos)	3
SOCIO CULTURAL	Inclusão Social das Famílias	A40	Fórum Sobre Cadastro Único e Programas Sociais	1
SOCIO CULTURAL	Organização Produtiva das Mulheres	A41	Oficina para Mapeamento/Fortalecimento dos Grupos ou Iniciativas Individuais de Mulheres	6
SOCIO CULTURAL	Organização Produtiva das Mulheres	A42	Cursos modulares para desenvolvimento de atividades não agrícolas de interesse à comunidade - Corte Costura, Cabeleireiro, Artesanato.	18
SOCIO CULTURAL	Organização Produtiva das Mulheres	A43	Elaboração de Projetos de Geração de Renda	10
SOCIO CULTURAL	Organização Produtiva das Mulheres	A44	Oficina de Acompanhamento a Grupos e Gestão de Projetos	10
SOCIO CULTURAL	Juventude (Fortalecimento aos Grupos)	A45	Intercâmbio Estadual para troca de experiências entre grupos de jovens, e camponeses(as),	1
SOCIO CULTURAL	Juventude (Fortalecimento aos Grupos)	A46	Oficina com Grupos para Organização de Demandas	7
POLÍTICO/INSTITUCIONAL	Regularização documental Participação nos espaços de controle social	A47	Reunião com as Diretorias das Associações e Representantes de Grupos para regularidade das Associações e Grupos	31
POLÍTICO/INSTITUCIONAL	Regularização documental Participação nos espaços de controle social	A48	Reuniões nos conselhos e territórios do núcleo	20
COMUNICAÇÃO	Publicação de Informações do Programa de ATES	A49	Boletim informativo Territorial	4
COMUNICAÇÃO	Publicização de Informações do Programa de ATES	A50	Encontro de Lançamento e Divulgação do Boletim	1
COMUNICAÇÃO	Publicização de Informações do Programa de ATES	A51	Sistematização de Experiências Inovadora (Inovadoras)	4
COMUNICAÇÃO	Radiodifusão de Notícias sobre o Programa e ações da equipe técnica	A52	Inserção de programas de ATES em Rádio	12
ORIENTAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO	Discussão institucional e apresentação de resultados	A53	Reunião Técnica para Orientação dos Trabalhos Iniciais do PE (I)	1
ORIENTAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO	Discussão institucional e apresentação de resultados	A54	Reunião Técnica para (Re)Orientação e Acompanhamento dos Contratos (II)	4
ORIENTAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO	Discussão institucional e apresentação de resultados	A55	Relatório de Execução Final do Projeto.	1
UNIDADE DEMONSTRATIVA	Concepção e Montagem de Unidades Técnico-Pedagógicas	A56	Oficina de Implantação - UD	28
UNIDADE DEMONSTRATIVA	Concepção e Montagem de Unidades Técnico-pedagógicas	A57	Dia de campo sobre Montagem de UD	1

EIXO	SERVIÇO	CÓDIGO	ATIVIDADE	QUANT
UNIDADE DEMONSTRATIVA	Concepção e Montagem de Unidades Técnico-pedagógicas	A58	Intercâmbio para Socialização/Conhecimento de UD`s já implantadas	5
UNIDADE DEMONSTRATIVA	Concepção e Montagem de Unidades Técnico-pedagógicas	A59	Montagem de UD	28

Quadro 26 - Resumo simplificado das atividades

Núcleo Operacional	Nº PA	FAMÍLIAS	PLANEJAMENTO								PRODUTIVO																					TOTAL
			SERVIÇO 1		SERVIÇO 2		SERVIÇO 3	SERVIÇO 4			SERVIÇO 5	SERVIÇO 6								SERVIÇO 7					SERVIÇO 8			SERVIÇO 9	SERVIÇO 10		
			A1	A 2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	A11	A12	A13	A14	A15	A16	A17	A18	A19	A20	A21	A22	A23	A24	A25	A26	A27	A28	
Borborema	31	1207	3621	62	1207	31	31	3	2	1	2	150	1	6	1	8	1	1	1	3	3	12	1	8	6	6	1	18	50	1	5.238
TOTAL	31	1.207	3.621	62	1.207	31	31	3	2	1	2	150	1	6	1	8	1	1	1	3	12	1	8	6	6	1	18	18	1	1	5.238

SERVIÇO 1: Assessoria regular as famílias **-** A1: Visita individual as famílias, A2: Visita a grupos produtivos e sociais; **SERVIÇO 2:** Gestão da informação - A3:Visita para atualização de dados, A4:Levantamento de dados do PA; **SERVIÇO 3**: Programação de Atividades - A5: Oficina de apresentação das atividade nos assentamentos; **SERVIÇO 4:** Monitoramento da execução fisica e avaliação de resultados - A6: Reunião de avaliações das equipes técnicas, A7: Fóruns Intermediários de avaliação e Ajustes de Metas/Atividades; A8: Fórum anual de avaliação dos resultados **SERVIÇO 5:** Acesso a crédito - A9:Reunião com agentes financeiros e instituições para levantamento situacional das famílias e renegociação de operações das famílias inadimplentes, A10: Elaboração de projetos para famílias aptas; **SERVIÇO 6:** Fortalecer o processo de transição agroecológica - A11: Encontro de famílias que desenvolvem atividades agroecológicas, A12: Intercâmbio para troca de saberes entres as famílias do núcleo, A 13: Intercâmbio para troca de saberes das famílias do lote, com outras regiões, A14: Visitas técnicas de organização para os intercâmbio, A15: Reunião com os agentes financeiros para discutir financiamento para a atividades agroecológica; A16: Intercambio estadual sobre sementes crioulas; A17: Seminário para estruturação da rede de sementes; **SERVIÇO 7**: Manejo Animal - A18: Curso modular em melhoramento genético de matrizes caprinovinos; A19: Curso modular em melhoramento genético de matrizes bovinos; A20: Curso modular sobre manejo pecuário e armazenamento de forragem; A21: Intercâmbio Estadual para Verificação in loco das atividades sustentáveis desenvolvidas; A22: Práticas Alternativas para melhoria da estrutura de produção (Oficina para qualificação do grupo. Sobre confecção de telas); **SERVIÇO 8**: Produção e Práticas Alternativas - A23: Curso modular de manipulação em produtos fitoterápicos; A24: Oficina para Fortalecimento da Meliponicultura; A25: Intercâmbio Estadual - Fortalecimento da Meliponicultura; **SERVIÇO 9**: Certificação e Agregação de Valor à Produção - A26: Curso modular em certificação e Melhoraria na apresentação dos produtos não agrícolas; **SERVIÇO 10**: Tipificação dos Sistemas Produtivos - A27: Visita para Levantamento de Dados; A28: Oficina para Apresentação do Produto às Famílias.

LOTE	Nº PA	FAMÍLIAS	AMBIENTAL						SOCIOCULTURAL												TOTAL
			SERVIÇO 11						SERVIÇO 12	SERVIÇO 13			SERVIÇO 14		SERVIÇO 15				SERVIÇO 16		
			A29	A30	A31	A32	A33	A34	A35	A36	A37	A38	A39	A40	A41	A42	A43	A44	A45	A46	
Borborema	31	1207	31	5	3	1	2	5	3	1	5	4	3	1	6	18	10	10	1	7	116
TOTAL	31	1.207	31	5	3	1	2	5	3	1	5	4	3	1	6	18	10	10	1	7	116

SERVIÇO 11 : Práticas ambientais - A29: Oficina prática sobre reuso da água, A30: Oficina sobre enriquecimento da caatinga, A31: Oficina sobre Analise das sementes; A32: Dia de campo - Coleta de sementes florestais; A33: Oficina - Multiplicação de espécies nativas para implantação de cercas vivas; A33: Mapeamento das áreas de APPs (Aplicação NDVI na caracterização da cobertura vegetal); **SERVIÇO 12:** Direitos Sociais Básicos - A35: Seminário sobre a Rede de Proteção Social Básica; **SERVIÇO 13:** Arte e Cultura - A36: Encontro/festival Cultural Entre Grupos, A37: Oficina de resgate e valorização da Cultura Popular; e A38: Oficina para confecção de brinquedos lúdicos; **SERVIÇO 14:** Inclusão Social das Famílias - A39: Dia de Campo para Viabilizar o Acesso a Serviços de Inclusão Social das Famílias (Ciranda de Direitos), A40: Fórum Sobre Cadastro Único e Programas Sociais; **SERVIÇO 15:** Organização Produtiva das Mulheres - A41: Oficina para Mapeamento/Fortalecimento dos Grupos ou Iniciativas Individuais de Mulheres; A42: Cursos modulares para desenvolvimento de atividades não agrícolas de interesse à comunidade - Corte Costura, Cabeleireiro, Artesanato e etc; A42: Elaboração de Projetos de Geração de Renda; A44: Oficina de Acompanhamento a Grupos e Gestão de Projetos; **SERVIÇO 16**: Juventude (Fortalecimento aos Grupos) - A45: Intercâmbio Estadual para troca de experiências entre grupos de jovens, e camponeses(as); A46: Oficina com Grupos para Organização de Demandas

TE	Nº PA	FAMÍLIAS	POLÍTICO/INSTITUCIONAL	COMUNICAÇÃO			ORIENTAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO			UNIDADES DEMONSTRATIVAS (UD)				TOTAL
			SERVIÇO 17	SERVIÇO 18		SERVIÇO 19	SERVIÇO 20			SERVIÇO 21				
			A47	A48	A49	A50	A51	A52	A53	A54	A55	A56	A57	A58	A59	
Borborema	31	1207	31	20	4	1	4	12	1	4	1	28	1	5	28	140
TOTAL	31	1.207	31	20	4	1	4	12	1	4	1	28	1	5	28	140

SERVIÇO 17: Político/Institucional - A47: Reunião com as Diretorias das Associações e Representantes de Grupos para regularidade das Associações e Grupos, A48: Reuniões nos conselhos e territórios do núcleo; **SERVIÇO 18:** Publiação de Informações do Progama de ATES - A49: Boletim Territorial, A50: Encontro de Lançamento e Divulgação do Boletim, A51 - Sistematização de Experiências Inovadoras; **SERVIÇO 19:** Radiodifusão de Notícias - A52: Inserção de Programas da ATES em Rádios Locais; **SERVIÇO 20**: Discussão Institucional e Apresentação de Resultados - A53: Reunião Técnica para Orientação dos Trabalhos Iniciais dos Contratos (I); A54: Reunião Técnica para (Re)Orientação e Acompanhamento dos Contratos (II); A55: Relatório de Execução Final do Projeto; **SERVIÇO 21**: A56: Oficina de Implantação da UD; A57: Dia de campo sobre Montagem de UD; A58: intercâmbio para Socialização/Conhecimento de UD`s já implantadas,; A59: Montagem de UD

1. Cronograma financeiro

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)	MESES DE EXECUÇÃO 2015/2016														
						Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	TOTAL	Saldo	VALOR SIATER
1	ATIVIDADES FIXAS				2.146.229,95	190.266,91	277.191,59	179.439,60	208.608,04	220.984,31	221.237,65	221.807,21	166.251,62	146.383,73	111.862,01	107.791,59	85.480,99	2.157.305,25		
1.1	Visita individual as famílias	Unid.	3621	132,14	478.478,92	14.138,98	44.927,60	44.927,60	44.927,60	44.927,60	44.927,60	44.927,60	44.927,60	44.927,60	44.927,60	44.927,60	15.063,96	478.478,92	-	183,14
1.2	Visita a grupos produtivos e sociais	Unid.	62	359,08	22.262,82		2.154,47	2.154,47	2.154,47	2.154,47	2.154,47	2.154,47	2.154,47	2.513,54	2.513,54	2.154,47		22.262,82	-	497,65
2.1	Visita para atualização de dados	Unid.	1207	237,20	286.301,71	130.460,69	155.841,11											286.301,71	-	328,74
2.2	Levantamento de dados do PA	Unid.	31	1.109,51	34.394,69	16.642,59	17.752,10											34.394,69	-	1.537,69
2.3	Oficina de apresentação das atividade nos assentamentos do Plano 2015/2016	Unid.	31	805,84	24.980,91	24.980,91						-	-					24.980,91	-	1.116,83
2.4	Reuniões de avaliação das equipes técnicas	Unid.	3	3.515,87	10.547,62			3.515,87		3.515,87			3.515,87					10.547,62	-	3.791,10
2.5	Fórum Intermediários de avaliação e Ajustes de Metas/Atividades	Unid.	2	17.006,29	34.012,57			17.006,29					17.006,29					34.012,57	-	18.337,57
2.6	Fórum anual de avaliação dos resultados	Unid.	1	16.606,36	16.606,36				16.606,36									16.606,36	-	23.015,13
3.1	Reunião com agentes financeiros e instituições para levantamento situacional das famílias e renegocação de operações das famílias inadimplentes	Unid.	2	669,44	1.338,88			669,44								669,44		1.338,88	-	927,79
3.2	Elaboração de projetos para famílias agtes	Unid.	150	622,68	93.402,30		9.340,23	9.340,23	9.340,23	9.340,23	9.340,23	9.340,23	9.340,23	9.340,23	9.340,23	9.340,23		93.402,30	-	862,99
3.3	Encontro de famílias que desenvolvem atividades agroecológicas	Unid.	1	5.504,65	5.504,65				5.504,65									5.504,65	-	7.629,02
3.4	Intercâmbio para troca de saberes entres as famílias do mudeo territorial	Unid.	6	3.954,21	23.725,29			3.954,21	3.954,21	7.908,43	3.954,21	3.954,21						23.725,29	-	5.480,24
3.5	Intercâmbio para troca de saberes das famílias do lote com outras regiões	Unid.	1	9.564,98	9.564,98					9.564,98								9.564,98	-	13.256,32
3.6	Visitas técnicas de organização para os intercâmbios	Unid.	8	507,86	4.062,86			507,86	507,86	1.015,72	1.015,72	507,86	507,86					4.062,86	-	703,65
3.7	Reunião com os agentes financeiros para discutir financiamento para a atividades agroecológica	Unid.	1	669,44	669,44			669,44										669,44	-	927,79
3.8	Intercambio estadual sobre sementes crioulas	Unid.	1	6.399,71	6.399,71						6.399,71							6.399,71	-	8.869,51
3.9	Seminário para estruturação da rede de sementes	Unid.	1	3.650,47	3.650,47						3.650,47							3.650,47	-	5.059,27
3.10	Curso modular em melhoramento genético de matrizes caprinovinos (3 Oficinas)	Unid.	3	2.074,39	6.223,18				2.074,39	2.074,39	2.074,39							6.223,18	-	2.874,95
3.11	Curso modular em melhoramento genético de matrizes bovinos (3 Oficinas)	Unid.	3	2.074,39	6.223,18			2.074,39	2.074,39	2.074,39								6.223,18	-	2.874,95
3.12	Curso modular sobre manejo pecuário e armazenamento de forragem (3 Oficinas)	Unid.	12	2.452,39	29.428,73			7.357,18	7.357,18	7.357,18	7.357,18							29.428,73	-	3.398,83
3.13	Intercâmbio Estadual para Verificação in loco das atividades sustentáveis desenvolvidas.	Unid.	1	6.216,22	6.216,22							6.216,22						6.216,22	-	8.615,20

3.14	Práticas Alternativas para melhoria da estrutura de produção - Oficina para qualificação do grupo sobre confecção de telas.	Unid.	8	3.215,30	25.722,42			3.215,30	3.215,30	3.215,30	3.215,30	6.430,61	6.430,61					**25.722,42**	-	**4.456,16**
3.15	Curso modular de manipulação em produtos fitoterápicos (Oficinas)	Unid.	6	2.520,09	15.120,56				2.520,09	5.040,19	5.040,19	2.520,09						**15.120,56**	-	**3.492,66**
3.16	Oficina para Fortalecimento da Meliponicultura	Unid.	6	2.520,09	15.120,56		2.520,09	5.040,19	5.040,19	2.520,09								**15.120,56**	-	**3.492,66**
3.17	Intercâmbio Estadual - Fortalecimento da Meliponicultura	Unid.	1	5.299,41	5.299,41						5.299,41							**5.299,41**	-	**7.344,57**
3.18	Curso modular em certificação e Melhoraria na apresentação dos produtos não agrícolas (Oficinas).	Unid.	18	3.537,00	63.666,09				10.611,01	10.611,01	10.611,01	10.611,01	10.611,01	10.611,01				**63.666,09**	-	**4.902,02**
3.19	Visitas para levantamento de informações - Tipificação	Unid.	50	237,20	11.860,05		2.372,01	2.372,01	2.372,01	2.372,01	2.372,01							**11.860,05**	-	**328,74**
3.20	Oficina de Apresentação do Produto de tipificação	Unid.	1	2.310,09	2.310,09					2.310,09								**2.310,09**	-	**3.201,61**
4.1	Oficina prática sobre reuso da água	Unid.	31	2.310,09	71.612,92			9.240,38	9.240,38	9.240,38	9.240,38	11.550,47	11.550,47	11.550,47				**71.612,92**	-	**3.201,61**
4.2	Oficina sobre enriquecimento da caatinga	Unid.	5	2.478,09	12.390,47			2.478,09	2.478,09	4.956,19	2.478,09							**12.390,47**	-	**3.434,45**
4.3	Oficina sobre Análise das sementes	Unid.	3	3.226,91	9.680,72						3.226,91	3.226,91	3.226,91					**9.680,72**	-	**4.472,24**
4.4	Dia de campo - Coleta de sementes florestais.	Unid.	1	6.517,40	6.517,40							6.517,40						**6.517,40**	-	**9.032,61**
4.5	Oficina - Multiplicação de espécies nativas para implantação de cercas vivas	Unid.	2	3.532,61	7.065,21						3.532,61	3.532,61						**7.065,21**	-	**4.895,92**
4.6	Parcelamento	Unid.	3	13.839,92	41.519,75						27.679,84	27.679,84	13.839,92					**69.199,59**	**27.679,84**	**19.181,66**
5.1	Seminário sobre a Rede de Proteção Social Básica e Especial	Unid.	3	3.665,13	10.995,40			3.665,13	3.665,13	3.665,13								**10.995,40**	-	**5.079,59**
5.2	Encontro Cultural Entre Grupos	Unid.	1	6.580,88	6.580,88			6.580,88										**6.580,88**	-	**9.120,60**
5.3	Oficina de resgate e valorização da Cultura Popular	Unid.	5	3.254,91	16.274,53			3.254,91	3.254,91	3.254,91		3.254,91		3.254,91				**16.274,53**	-	**4.511,05**
5.4	Oficina para confecção de brinquedos lúdicos e educativos	Unid.	4	2.201,03	8.804,14						2.201,03	2.201,03	2.201,03	2.201,03				**8.804,14**	-	**3.050,46**
5.5	Dia de Campo para Viabilizar o Acesso a Serviços de Inclusão Social das Famílias (Ciranda de Direitos)	Unid.	3	4.681,75	14.045,25				4.681,75	4.681,75	4.681,75							**14.045,25**	-	**6.488,54**
5.6	Fórum Sobre Cadastro Único e Programas Sociais	Unid.	1	4.629,71	4.629,71						4.629,71							**4.629,71**	-	**6.416,43**
5.7	Oficina para Mapeamento/Fortalecimento dos Grupos ou Iniciativas Individuais de Mulheres	Unid.	6	1.787,42	10.724,51				3.574,84	3.574,84	3.574,84							**10.724,51**	-	**2.477,22**
5.8	Cursos modulares para desenvolvimento de atividades não agrícolas de interesse à comunidade - Corte Costura, Cabeleireiro, Artesanato e etc. (Oficinas)	Unid.	18	2.200,39	39.607,09				6.601,18	6.601,18	6.601,18	6.601,18	6.601,18	6.601,18				**39.607,09**	-	**3.049,58**
5.9	Elaboração de Projetos de Geração de Renda	Unid.	10	3.907,94	39.079,45			7.815,89	7.815,89	7.815,89	7.815,89	7.815,89						**39.079,45**	-	**5.416,11**
5.10	Oficina de Acompanhamento a Grupos e Gestão de Projetos	Unid.	10	1.520,29	15.202,88			3.040,58	3.040,58	3.040,58	3.040,58	3.040,58						**15.202,88**	-	**2.107,00**
5.11	Intercâmbio Estadual para troca de experiências entre grupos de pivens, e camponeses(as).	Unid.	1	7.051,92	7.051,92							7.051,92						**7.051,92**	-	**9.773,41**
5.12	Oficina com Grupos para Organização de Demandas	Unid.	7	1.787,42	12.511,93		3.127,98	3.127,98	3.127,98	3.127,98								**12.511,92**	**0,01**	**2.477,22**
6.1	Reunião com as Direbrias das Associações e Representantes de Grupos para regularidade das Associações e Grupos	Unid.	31	1.231,94	38.190,01			12.319,36	12.319,36	12.319,36	1.231,94							**38.190,01**	-	**1.707,37**
6.2	Reuniões nos conselhos e territórios do núcleo	Unid.	20	762,57	15.251,38			1.525,14	1.525,14	1.525,14	1.525,14	2.287,71	2.287,71	2.287,71	2.287,71			**15.251,38**	-	**1.056,66**
7.1	Boletim informativo Territorial	Unid.	4	2.396,19	9.584,75		2.396,19		2.396,19		2.396,19			2.396,19				**9.584,75**	-	**3.320,93**
7.2	Encontro de Lançamento e Divulgação do Boletim	Unid.	1	6.906,93	6.906,93		6.906,93											**6.906,93**	-	**9.572,48**
7.3	Sistematização de Experiências Inovadora (Inovadoras)	Unid.	4	2.396,19	9.584,75			2.396,19		2.396,19			4.792,37					**9.584,75**	-	**3.320,93**
7.4	Inserção de programas de ATES em Rádio	Unid.	12	4.043,83	48.525,96	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	4.043,83	**48.525,96**	-	**5.604,44**
8.1	Reunião Técnica para Orientação dos Trabalhos Iniciais do PE (I)	Unid.	1	8.662,29	8.662,29		8.662,29											**8.662,29**	-	**12.005,26**

8.2	Reunião Técnica para (Re)Orientação e Acompanhamento dos Contratos (II)	Unid.	4	2.093,08	8.372,31				2.093,08		2.093,08		2.093,08		2.093,08			8.372,31	-	2.900,84
8.3	Relatório de Execução Final do Projeto.	Unid.	1	19.717,18	19.717,18												19.717,18	19.717,18	-	27.326,49
9.1	Oficina de Implantação - UD	Unid.	28	3.674,31	102.880,58		17.146,76	17.146,76	17.146,76	17.146,76	17.146,76	17.146,76						102.880,56	0,02	5.081,00
9.2	Dia de campo sobre Montagem de UD	Unid.	1	4.513,75	4.513,75					4.513,75								4.513,75	-	6.255,71
9.3	Intercâmbio para Socialização/Conhecimento de UD's já implantadas	Unid.	5	3.343,01	16.715,03				3.343,01	3.343,01	6.686,01	3.343,01						16.715,03	-	4.633,15
9.4	Montagem de UD	Unid	28	9.997,72	279.936,16		46.656,02	46.656,02	46.656,02	46.656,02	46.656,02	46.656,02						279.936,12	0,04	13.856,07
2	**Atividades complementares de caráter coletivo**	-			**433.530,31**	-	**37.945,83**	**37.945,83**	**37.945,83**	**44.704,83**	**44.704,83**	**44.704,83**	**44.704,83**	**44.704,83**	**44.704,83**	**44.704,83**	**6.759,00**			
2.1.1	***Despesa com horas técnicas***	***Hora***	**4.038,70**	**33,96**	**137.138,22**	-	**13.713,82**	**13.713,82**	**13.713,82**	**13.713,82**	**13.713,82**	**13.713,82**	**13.713,82**	**13.713,82**	**13.713,82**	**13.713,82**	-	**137.138,22**	-	
2.1.2	**Custeio da equipe**				**5.480,31**	-	**548,03**	**548,03**	**548,03**	**548,03**	**548,03**	**548,03**	**548,03**	**548,03**	**548,03**	**548,03**	-	**5.480,31**	-	
2.1.2.1	Combustível(valor máximo admitido de 1% do valor das horas técnica de caráter coletivo)	Litro	436	3,15	1.372,04		137,20	137,20	137,20	137,20	137,20	137,20	137,20	137,20	137,20	137,20		**1.372,04**	-	
2.1.2.2	Alimentação (valor máximo admitido de 3% do valor das horas técnica de caráter de caráter)	Refeição	196	21	4.108,27		410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83	410,83		**4.108,27**	-	
2.1.3	***Custeio das atividades***				**23.311,80**	-	**2.331,18**	**2.331,18**	**2.331,18**	**2.331,18**	**2.331,18**	**2.331,18**	**2.331,18**	**2.331,18**	**2.331,18**	**2.331,18**	-	**23.311,80**	-	
2.1.3.1	Alimentação - Almoço (valor máximo admitido de 7% do valor das horas técnica de caráter de caráter coletivo)	Almoço	457	21	9.593,17		959,32	959,32	959,32	959,32	959,32	959,32	959,32	959,32	959,32	959,32		**9.593,17**	-	
2.1.3.2	Alimentação - lanche (valor máximo admitido de 10% do valor das horas técnica de caráter de caráter coletivo)	lanche	1055	13	13.718,63		1.371,86	1.371,86	1.371,86	1.371,86	1.371,86	1.371,86	1.371,86	1.371,86	1.371,86	1.371,86		**13.718,63**	-	
2.1.4	***Despes com deslocamento dos participantes***				**6.860,30**	-	**686,03**	**686,03**	**686,03**	**686,03**	**686,03**	**686,03**	**686,03**	**686,03**	**686,03**	**686,03**	-	**6.860,30**	-	
2.1.4.1	Valor por passagem até 100 km (valor máximo admitido de 5% do valor das horas técnica de caráter de caráter coletivo)	Passagem	405	16,94	6.860,30		686,03	686,03	686,03	686,03	686,03	686,03	686,03	686,03	686,03	686,03		**6.860,30**	-	
2.2	**Ativ complem de caráter individual**				**252.012,89**	-	**25.201,29**	**25.201,29**	**25.201,29**	**25.201,29**	**25.201,29**	**25.201,29**	**25.201,29**	**25.201,29**	**25.201,29**	**25.201,29**	-	**254.436,09**	-	**2.423,20**
2.2.1	***Despesa com horas técnicas***	***Hora***	**7.136,29**	**33,96**	**242.320,09**		**24.232,01**	**24.232,01**	**24.232,01**	**24.232,01**	**24.232,01**	**24.232,01**	**24.232,01**	**24.232,01**	**24.232,01**	**24.232,01**		**242.320,09**	-	
2.2.2	**Custeio da equipe**				**9.692,80**	-	**969,28**	**969,28**	**969,28**	**969,28**	**969,28**	**969,28**	**969,28**	**969,28**	**969,28**	**969,28**	-	**9.692,80**	-	
2.2.2.1	Combustível(valor máximo admitido de 1% do valor das horas técnica de caráter individual)	litro	769,3	3,15	2.423,20		242,32	242,32	242,32	242,32	242,32	242,32	242,32	242,32	242,32	242,32		**2.423,20**	-	
2.2.2.2	Alimentação (valor máximo admitido de 3% do valor das horas técnica de caráter individual)	Refeição	346,2	21	7.269,60		726,96	726,96	726,96	726,96	726,96	726,96	726,96	726,96	726,96	726,96		**7.269,60**	-	
2.3	**Consultorias**				**54.072,00**	-	-	-	-	**6.759,00**	**6.759,00**	**6.759,00**	**6.759,00**	**6.759,00**	**6.759,00**	**6.759,00**	**6.759,00**	**54.072,00**	-	
2.3.1	Consultoria técnica especializada	hora	751	72,00	54.072,00					6.759,00	6.759,00	6.759,00	6.759,00	6.759,00	6.759,00	6.759,00	6.759,00	**54.072,00**	-	
2.3.2	Montagem de unidades demonstrativas	Unid.			-			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3	**Total das Despesas com atividades (1+2)**				**2.579.760,26**	**190.266,91**	**315.137,42**	**217.385,43**	**246.553,87**	**265.689,14**	**265.942,48**	**266.512,04**	**230.956,45**	**191.088,56**	**156.566,64**	**152.496,42**	**92.239,99**	2.590.635,56	-	11.075,30
4	**Despesa Administrativa**				**65.704,00**	**4.846,10**	**8.026,55**	**5.536,81**	**6.279,73**	**6.767,10**	**6.773,56**	**6.785,39**	**5.882,46**	**4.867,03**	**3.987,76**	**3.884,08**	**2.349,35**	65.985,91	-	281,91
4.1	Valor máximo referente a taxa administrativa, com base no reajuste sugerido	%	2,55%		65.704,00	4.846,10	8.026,55	5.536,81	6.279,73	6.767,10	6.773,56	6.785,39	5.882,46	4.867,03	3.987,76	3.884,08	2.349,35	65.985,91	-	281,91
5	**Total geral das despesas (3+4)**				**2.645.464,26**	**195.113,01**	**323.163,97**	**222.922,24**	**252.833,60**	**272.456,24**	**272.716,04**	**273.297,43**	**236.838,91**	**195.955,59**	**160.554,40**	**156.380,50**	**94.589,34**	2.656.621,47	-	11.357,21
6	**Encargos e impostos**				**136.241,41**	**10.048,32**	**16.642,94**	**11.480,50**	**13.020,93**	**14.031,50**	**14.044,88**	**14.074,82**	**12.197,20**	**10.091,71**	**8.268,56**	**8.053,60**	**4.871,35**	136.826,31	-	584,90
6.1	Valor máximo admissível a ser pago com tributos e impostos	%	5,15%		136.241,41	10.048,32	16.642,94	11.480,50	13.020,93	14.031,50	14.044,88	14.074,82	12.197,20	10.091,71	8.268,56	8.053,60	4.871,35	136.826,31	-	584,90
	Total geral dos custos (5+6)				**2.781.705,67**	**205.161,33**	**339.806,91**	**234.402,74**	**265.854,53**	**286.487,74**	**286.760,91**	**287.372,25**	**249.036,12**	**206.047,30**	**168.823,16**	**164.434,10**	**99.460,69**	2.793.447,77	-	11.942,10
7	**Encargo Patronal**				**417.255,85**	**30.774,20**	**50.971,04**	**35.160,41**	**39.878,18**	**42.973,16**	**43.014,14**	**43.105,84**	**37.355,42**	**30.907,09**	**25.323,47**	**24.665,12**	**14.919,10**	419.047,17	-	1.791,32
7.1	INSS Patronal	%	15%		417.255,85	30.774,20	50.971,04	35.160,41	39.878,18	42.973,16	43.014,14	43.105,84	37.355,42	30.907,09	25.323,47	24.665,12	14.919,10	419.047,17	-	1.791,32
	Despesas Totais (Despesas + Tributos + Contrib. Previdênciaria)				**3.198.962,04**	**235.935,85**	**390.777,95**	**269.563,15**	**305.732,70**	**329.460,90**	**329.775,05**	**330.478,09**	**286.391,53**	**236.954,39**	**194.146,63**	**189.099,22**	**114.379,80**	3.212.695,46	-	13.733,42

As atividades destacadas em amarelo são as modificadas e estão justificadas conforme tabela abaixo.

Quadro 27 - Justificativas sobre Remanejamento e Inclusão de Novas Atividades no Plano *

PA	Atividade	Quant	Justificativas
Serra do Monte	Oficina de Organização de Demandas de grupo (formação de fundo rotativo de telas)	1	A demanda surgiu através da iniciativa do grupo de assentados (as) que participaram de uma oficina de confecção de telas e solicitaram esta ação para dar continuidade ao trabalho realizado na atividade anterior, portanto, estamos propondo a inclusão da atividade no plano de trabalho.
Serra do Monte	Curso modular de Cabeleireiro (3 oficinas)	1	A demanda surgiu através da iniciativa do grupo de mulheres e jovens existente no assentamento, tendo como objetivo, capacitar os mesmo para desenvolve um trabalho de corte de cabelos, tendo em vista que, alguns já desenvolve está atividade de forma amadora. Portanto estamos propondo a inclusão da atividade no plano.
Serra do Monte	Oficina de implantação de UD de panificação	1	A atividade surgiu através de uma discursão entre a assessoria técnica e o grupo de mulheres do clube de mães existente no assentamento ,vendo a necessidade de melhorar a qualidade dos produtos, tendo como objetivo, aumentar a renda das famílias envolvidas no processo, tendo em vista que , já existe uma produção de bolos em suas residências e devido as exigência da vigilância sanitária, viu-se a necessidade de se implantar uma unidade de produção, portanto, estamos propondo a inclusão desta atividade no plano de trabalho.

Serra do Monte	Implantação de UD de panificação	1	A atividade surgiu através de uma discursão entre a assessoria técnica e o grupo de mulheres do clube de mães existente no assentamento ,vendo a necessidade de melhorar a qualidade dos produtos, tendo como objetivo, aumentar a renda das famílias envolvidas no processo, tendo em vista que , já existe uma produção de bolos em suas residências e devido as exigência da vigilância sanitária, viu-se a necessidade de se implantar uma unidade de produção, portanto, estamos propondo a inclusão desta atividade no plano de trabalho
Eufrouzino	Oficina de implantação de UD Corte e Costura	1	O remanejamento de atividade, foi solicitada pelo grupo de mulheres do Clube de mães do PA José Antônio Eufrouzino, a UD programada para o referido assentamento era uma barragem subterrânea, porém já foi construída pelo nosso parceiro, ou seja, Prefeitura Municipal de Campina Grande e como o grupo de mulheres já havia discutido com a assessoria técnica a possibilidade de se implantar uma unidade Demonstrativa de Corte e Costura estamos propondo permutar esta atividade, tendo em vista que é uma proposta vinda da comunidade e que pode aumentar a renda das famílias envolvidas no processo .motivo pelo qual estamos propondo o remanejamento da atividade
Eufrouzino	Implantação de UD Corte e Costura	1	O remanejamento de atividade foi solicitada pelo grupo de mulheres do Clube de mães do PA José Antônio Eufrouzino, a UD programada para o referido assentamento era uma barragem subterrânea, porém já foi construída pelo nosso parceiro, ou seja, Prefeitura Municipal de Campina Grande e como o grupo de mulheres já havia discutido com a assessoria técnica a possibilidade de se implantar uma unidade demonstrativa de Corte e Costura estamos propondo a troca desta atividade, tendo em vista que é uma proposta vinda da comunidade e que pode aumentar a renda das famílias envolvidas no processo. pelo qual estamos propondo remanejamento da atividade.

Bom Jesus	Curso modular de melhoramento em Caprino	1	A atividade será remanejada do PA Cachoeira Grande, para o PA Bom Jesus tendo em vista que, a comunidade de Cachoeira não demonstrou interesse em trabalhar com esta atividade, como já tinha sido discutido esta atividade para o PA Bom Jesus no fórum que aconteceu para ajuste de Metas e atividades no dia 23/07/2015, estamos propondo o remanejamento troca da mesma para o referido PA.
PINHEIROS	Curso modular de armazenamento de forragem.	1	Atividade Remanejada do PA Cachoeira Grande, para o PA Pinheiros, tendo em vista que, as chuvas na região de Aroeiras, não foram suficiente para formação de pasto o que seria necessário para a demonstração prática, em um dos módulos do curso, portanto, foi transferido para o PA Pinheiros que no momento atual tem uma situação melhor com relação ao suporte forrageiro e permite a realização da prática em um dos módulos do curso e também necessita desta atividade que têm como objetivo capacitar as famílias para aproveitar melhor o suporte forrageiro em campo e estocado
São Domingos	Oficina de Organização de Demandas de grupo(formação de fundo rotativo de telas)	1	A demanda surgiu por parte do grupo de assentados(as) que participaram de uma oficina de confecção de telas e solicitaram esta ação para dar continuidade ao trabalho realizado na atividade anterior, portanto, estamos solicitando a inclusão da atividade no plano de trabalho.
Asa Branca, Pinheiros e Boa Vista	Parcelamento	3	A atividade foi remanejada dos PAs Pequeno Richard, Eufrouzino, Vitória, Venâncio Tomé e Santa Cruz, para estes PAs. OBS. Mantemos o mesmo número de atividades no Plano de Trabalho, porém quando for inserir no Siater precisa ser feita alteração, dividindo o valor total por 3.
Dorcelina	Oficina de implantação de UD	1	A atividade será remanejada do PA Belo Monte para o PA Dorcelina, tendo em vista que, em parceria firmada com o PATAC que já está trabalhando o banco de semente no PA, junto com a equipe da COONAP e além do acompanhamento do Banco o PATAC vai entrar com os equipamentos da UD e INCRA com a construção do

			ambiente. portanto concordamos em fazer o remanejamento e posteriormente trabalhar o banco de semente de Belo Monte.
Dorcelina	Implantação de UD. Banco de semente.	1	A atividade será remanejada do PA Belo Monte para o PA Dorcelina, tendo em vista que, em parceria firmada com o PATAC que já está trabalhando o banco de semente no PA, junto com a equipe da COONAP e além do acompanhamento do Banco vai entrar com os equipamentos da UD e INCRA com a construção do ambiente. portanto concordamos em fazer o remanejamento e posteriormente trabalhar o banco de semente de Belo Monte.
Novo Campo	Oficina de Implantação de UD. Recursos hídricos	1	A atividade surgiu através de uma discussão entre a assessoria técnica, membros da associação com o objetivo de canalizar a água de um poço perfurado recentemente no PA com vazão 10 m³/h, portanto em parceria com a prefeitura de Riacho de Santo Antônio e com o aval dos gestores do contrato e chefe de DD do INCRA, foi acordado a inclusão de mais uma unidade no PA. tendo em vista que, a implantação deste sistema, vai proporcionar uma segurança hídrica para às famílias assentadas no PA.
Novo Campo	Implantação de uma UD		A atividade surgiu através de uma discussão entre a assessoria técnica, membros da associação e Prefeitura de com o objetivo de canalizar a água de um poço perfurado recentemente no PA com vazão 10 m³/h, portanto em parceria com a prefeitura de Riacho de Santo Antônio e com o aval dos gestores do contrato e chefe de DD do INCRA, foi acordado a inclusão de mais unidade no PA. tendo em vista que, a implantação deste sistema , vai proporcionar uma segurança hídrica para às famílias assentadas no PA,

- Obs: As atividades acrescidas ao plano não alteram o valor total do contrato, tendo em vista que, os valores já estão inclusos nas atividades complementares em horas técnicas, foi remanejado o número de horas necessário para cada atividade acrescida ao plano. Quanto as Unidades Demonstrativas, a medida que os serviços forem sendo executados, enviaremos o projeto da unidade

com orçamento e o nome do PA onde será realizado a ação e através de ofício solicitaremos aos gestores do contrato a inserção da atividade no Siater.

Quadro 28 – Atividades de Comercialização

EIXO	SERVIÇO	ATIVIDADE	RESULTADOS ESPERADOS	QUANTIDADE	TEMPO GASTO	% DAS HORAS	SALDO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	RESUMO ATIVIDADE	SALDO
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Visita individual a famílias que comercializam e grupos produtivos associativos Para atualização de dados de produção e venda	Dados de produção e venda dos assentamentos atualizados	31	124,0	16,5	627,00	72,00	8.928,00	8.928,00	-
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Acompanhamento e análise dos resultados financeiros da Feira Agroecológica da Reforma Agrária	Resultados financeiros semanais dos participantes da Feira analisados em relatório mensal e Feirantes utilizando controles de forma autônoma	32	64,0	8,5	563,00	72,00	4.608,00	4.608,00	-
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Ministrar curso de Introdução à Comercialização de Produtos Agroecológicos aos técnicos da COONAP.	Técnicos da Coonap treinados em Comercialização	1	16,0	2,1	547,00	72,00	1.152,00	1.152,00	-

PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Submeter ao SIPAF/MDA os produtores e grupos habilitados a receber Selo de Produto da Agricultura Familiar	20 Selos de Produto da Agricultura Familiar expedidos	31	124,0	16,5	423,00	72,00	8.928,00	8.928,00	-
PRODUTIVO	Assessoria em comercialização	Elaboração de projetos para o desenvolvimento de embalagens e rótulos adequados à legislação vigente.	Projeto conjunto para desenvolvimento de embalagens elaborado e submetido a financiadores	1	76,0	10,2	347,00	72,00	5.472,00	5.472,00	
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Elaboração de projetos de desenvolvimento de marca	Projeto conjunto para desenvolvimento de marca elaborado e submetido a financiadores	1	76,0	10,2	271,00	72,00	5.472,00	5.472,00	
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Oficina de Elaboração de cálculo de custos de produção e formação do preço de venda envolvendo jovens	31 jovens dos assentamentos habilitados em custo de produção e preço de venda	6	60,0	7,9	211,00	72,00	4.320,00	4.320,00	
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Oficina para Elaboração e análise de controles administrativo-financeiros, envolvendo jovens	31 Jovens dos assentamentos habilitados em controles administrativo-financeiros	6	60,0	7,9	151,00	72,00	4.320,00	4.320,00	
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Prospecção e Articulação com pequenos distribuidores e comerciantes para receber produtos com selo da Agricultura Familiar	20 distribuidores e pequenos comerciantes contatados e sensibilizados para receber produtos com selo da Agricultura Familiar	1	51,0	6,8	100,00	72,00	3.672,00	3.672,00	

PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Desenvolvimento e acompanhamento de mecanismos adequados de divulgação junto aos consumidores, através de redes sociais e blog da Coonap	Blog da Coonap em funciona mento permanente Com os resultados das ações de Assessoria a Comercialização	1	60,0	7,9	40,00	72,00	4.320,00	4.320,00	-
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Divulgação de receitas e formas de aproveitamento dos produtos agroecológicos em programa radiofônico	Participação em 32 programas radiofônicos com ampliação do conhecimento público sobre produtos da Agricultura Familiar	32	32,0	4,3	8,00	72,00	2.304,00	2.304,00	-
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Encontro de Avaliação das ações de Comercialização e Planejamento para 2016/2017	Relatório do Encontro balizador para ações em 2016/2017	1	8,0	1,1	0,00	72,00	576,00	576,00	
TOTAL	-	-		-	**751**	**100**	-	**72,00**	**54.072,00**	**54.072,00**	

Quadro 29 – Cronograma de Atividades de Comercialização

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO										
EIXO	**SERVIÇO**	**ATIVIDADE**	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**	**JANEIRO**	**FEVEREIRO**	**MARÇO**
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Visita individual a famílias e grupos produtivos e sociais Para atualização de dados de produção e venda								
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Acompanhamento e análise dos resultados financeiros da Feira Agroecológica da Reforma Agrária								
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Ministrar curso de Introdução à Comercialização de Produtos Agroecológicos aos técnicos da COONAP.								
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Submeter ao SIPAF/MDA os produtores e grupos habilitados a receber Selo de Produto da Agricultura Familiar								
PRODUTIVO	Assessoria em comercialização	Elaboração de projetos para o desenvolvimento de embalagens e rótulos adequados à legislação vigente.								

PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Elaboração de projetos de desenvolvimento de marca								
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Oficina de Elaboração de cálculo de custos de produção e formação do preço de venda envolvendo jovens								
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Oficina para Elaboração e análise de controles administrativo-financeiros, envolvendo jovens								
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Prospecção e Articulação com pequenos distribuidores e comerciantes para receber produtos com selo da Agricultura Familiar								

PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Desenvolvimento e acompanhamento de mecanismos adequados de divulgação junto aos consumidores, através de redes sociais e blog da Coonap								-
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Divulgação de receitas e formas de aproveitamento dos produtos agroecológicos em programa radiofônico								-
PRODUTIVO	Assessoria em Comercialização	Encontro de Avaliação das ações de Comercialização e Planejamento para 2016/2017								-

11. Cronograma físico

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MESES DE EXECUÇÃO 2015/2016											
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
1	ATIVIDADES FIXAS														
1.1	Visita individual as famílias	Unid.	3621												
1.2	Visita a grupos produtivos e sociais	Unid.	62												
2.1	Visita para atualização de dados	Unid.	1207												
2.2	Levantamento de dados do PA	Unid.	31												
2.3	Oficina de apresentação das atividades nos assentamentos do Plano 2015/2016	Unid.	31												
2.4	Reuniões de avaliação das equipes técnicas	Unid.	3												
2.5	Fórum Intermediários de avaliação e Ajustes de Metas/Atividades	Unid.	2												
2.6	Fórum anual de avaliação dos resultados	Unid.	1												
3.1	Reunião com agentes financeiros e instituições para levantamento situacional das famílias e renegociação de operações das famílias inadimplentes	Unid.	2												
3.2	Elaboração de projetos para famílias aptas	Unid.	150												
3.3	Encontro de famílias que desenvolvem atividades agroecológicas	Unid.	1												
3.4	Intercâmbio para troca de saberes entres as famílias do núcleo territorial	Unid.	6												
3.5	Intercâmbio para troca de saberes das famílias do lote com outras regiões	Unid.	1												
3.6	Visitas técnicas de organização para os intercâmbios	Unid.	8												
3.7	Reunião com os agentes financeiros para discutir financiamento para a atividades agroecológica	Unid.	1												
3.8	Intercambio estadual sobre sementes crioulas	Unid.	1												
3.9	Seminário para estruturação da rede de sementes	Unid.	1												
3.10	Curso modular em melhoramento genético de matrizes caprinovinos	Unid.	3												
3.11	Curso modular em melhoramento genético de matrizes bovinos	Unid.	3												
3.12	Curso modular sobre manejo pecuário e armazenamento de forragem	Unid.	12												
3.13	Intercâmbio Estadual para Verificação in loco das atividades sustentáveis desenvolvidas.	Unid.	1												
3.14	Oficina para qualificação do grupo sobre confecção de telas.	Unid.	8												
3.15	Curso modular de manipulação em produtos fitoterápicos (Oficinas)	Unid.	6												
3.16	Oficina para Fortalecimento da Meliponicultura	Unid.	6												
3.17	Intercâmbio Estadual - Fortalecimento da Meliponicultura	Unid.	1												
3.18	Curso modular em certificação e Melhoraria na apresentação dos produtos não agrícolas	Unid.	18												
3.19	Visitas para levantamento de informações - Tipificação	Unid.	50												
3.20	Oficina de Apresentação do Produto	Unid.	1												
4.1	Oficina prática sobre reuso da água	Unid.	31												
4.2	Oficina sobre enriquecimento da caatinga	Unid.	5												
4.3	Oficina sobre Analise das sementes	Unid.	3												
4.4	Dia de campo - Coleta de sementes florestais.	Unid.	1												
4.5	Oficina - Multiplicação de espécies nativas para implantação de cercas vivas	Unid.	2												

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MESES DE EXECUÇÃO 2015/2016											
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
4.6	Parcelamento	Unid.	3												
5.1	Seminário sobre a Rede de Proteção Social Básica e Especial	Unid.	3												
5.2	Encontro Cultural Entre Grupos	Unid.	1												
5.3	Oficina de resgate e valorização da Cultura Popular	Unid.	5												
5.4	Oficina para confecção de brinquedos lúdicos e educativos	Unid.	4												
5.5	Dia de Campo para Viabilizar o Acesso a Serviços de Inclusão Social das Famílias (Ciranda de Direitos)	Unid.	3												
5.6	Fórum Sobre Cadastro Único e Programas Sociais	Unid.	1												
5.7	Oficina para Mapeamento/Fortalecimento dos Grupos ou Iniciativas Individuais de Mulheres	Unid.	6												
5.8	Cursos modulares para desenvolvimento de atividades não agrícolas de interesse à comunidade - Corte Costura, Cabeleireiro, Artesanato e etc	Unid.	18												
5.9	Elaboração de Projetos de Geração de Renda	Unid.	10												
5.10	Oficina de Acompanhamento a Grupos e Gestão de Projetos	Unid.	10												
5.11	Intercâmbio Estadual para troca de experiências entre grupos de jovens, e camponeses(as),	Unid.	1												
5.12	Oficina com Grupos para Organização de Demandas	Unid.	7												
6.1	Reunião com as Diretorias das Associações e Representantes de Grupos para regularidade das Associações e Grupos	Unid.	31												
6.2	Reuniões nos conselhos e territórios do núcleo	Unid.	20												
7.1	Boletim informativo Territorial	Unid.	4												
7.2	Encontro de Lançamento e Divulgação do Boletim	Unid.	1												
7.3	Sistematização de Experiências Inovadora (Inovadoras)	Unid.	4												
7.4	Inserção de programas de ATES em Rádio	Unid.	12												
8.1	Reunião Técnica para Orientação dos Trabalhos Iniciais do PE (I)	Unid.	1												
8.2	Reunião Técnica para (Re)Orientação e Acompanhamento dos Contratos (II)	Unid.	4												
8.3	Relatório de Execução Final do Projeto.	Unid.	1												
9.1	Oficina de Implantação - UD	Unid.	28												
9.2	Dia de campo sobre Montagem de UD	Unid.	1												
9.3	Intercâmbio para Socialização/Conhecimento de UD`s já implantadas	Unid.	5												
9.4	Montagem de UD	Unid	28												
2	**ATIVIDADES COMPLEMENTARES**	-													
2.1.1	***Despesa com horas técnicas***	***Hora***	***5.028,72***												
2.1.2	***Custeio da equipe***														
2.1.2.1	Combustível (valor máximo admitido de 1% do valor das horas técnica de caráter coletivo)	Litro	542												
2.1.2.2	Alimentação (valor máximo admitido de 3% do valor das horas técnica de caráter de caráter)	Refeição	244												
2.1.3	***Custeio das atividades***														
2.1.3.1	Alimentação - Almoço (valor máximo admitido de 7% do valor das horas técnica de caráter de caráter coletivo)	Almoço	569												

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MESES DE EXECUÇAÇÃO 2015/2016											
				Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
2.1.3.2	Alimentação - lanche (valor máximo admitido de 10% do valor das horas técnica de caráter de caráter coletivo)	Lanche	1314												
2.1.4	***Despes com deslocamento dos participantes***														
2.1.4.1	Valor por passagem até 100 km (valor máximo admitido de 5% do valor das horas técnica de caráter de caráter coletivo)	Passagem	504												
2.2	**Atividades complementares de caráter individual**														
2.2.1	**Despesa com horas técnicas**	**Hora**	**7.543,09**												
2.2.2	**Custeio da equipe**														
2.2.2.1	Combustível (valor máximo admitido de 1% do valor das horas técnica de caráter individual)	Litro	813,1												
2.2.2.2	Alimentação (valor máximo admitido de 3% do valor das horas técnica de caráter individual)	Refeição	365,9												
2.3	**Consultorias**														
2.3.1	Consultoria técnica especializada	Hora	751												
2.3.2	Montagem de unidades demonstrativas	Unid.	28												

12.Parâmetros para cálculos

DADOS DO LOTE	
NÚMERO	1
Nº/FAMÍLIAS	1207
Nº/PA´s	31
EQUIPE TÉCNICA (Nº/TÉCNICOS-CAMPO)*	28
QUANTIDADES DE EQUIPES DE CAMPO	6
TOTAL DE ATIVIDADES DO LOTE	6.587

Valor dos Salários SEM Encargos		
MÊS		
Salário NS	6.150,28	R$
Salário NM	R$ 3.075,13	R$
Salário TA	R$ 1.158,98	R$
Insalubridade	-	R$
ANO		
Salário NS	R$ 1.328.460,48	R$
Salário NM	R$ 369.015,60	R$
Salário TA	R$ 13.907,74	R$
Insalubridade	R$ -	R$
TOTAL S/ENCARGOS	**R$ 1.711.383,97**	**R$**

CALCULO DE HORAS TÉCNICAS DISPONÍVEIS	Valor	Unidade
Considerando um profissional que trabalha 8 hs/dia	8	Horas
Considerando um profissional que trabalha 5 dias/semana	40	horas/semana
Considerando 1 ano com 52 semanas (52x40)	2080	horas/ano (bruta)
11 feriados nacionais* para 2015/2016 (segunda e sexta-feira)	88	horas/feriado
4 feriados regionais** para 2015/2016 (segunda a sexta)	32	horas/feriado
20 dias para capacitação	160	horas/capacitação
Total de dias disponíveis para o trabalho	225	dias disponíveis
Horas técnicas disponíveis por Profissional/ano	1800	**HT/ano/profissional**
Horas técnicas disponíveis por equipe/ano	**50.400**	**HT/ano/equipe**

13.Anexo – Custos e parâmetros por atividade